



Universidade de Brasília

Decanato de Planejamento e Orçamento

Relatório de Gestão

Exercício 2013

Brasília, 2014





Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Fundação Universidade de Brasília
Decanato de Planejamento e Orçamento

Relatório de Gestão do exercício de 2013



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Fundação Universidade de Brasília
Decanato de Planejamento e Orçamento

Relatório de Gestão do exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU 133/2013).

Decanato de Planejamento e Orçamento

Brasília, 2014.

Dilma Vana Rousseff
Presidenta da República
Henrique Paim
Ministro da Educação
Paulo Speller
Secretário de Educação Superior

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitora: Prof^ª. Sônia Nair Bão

Decano de Ensino de Graduação: Prof. Mauro Luiz Rabelo

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Jaime Martins de Santana

Decano de Extensão: Prof^ª. Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa

Decana de Assuntos Comunitários: Prof^ª. Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Decano de Administração: Prof. Luis Afonso Bermudez

Decana de Gestão de Pessoas: Prof^ª. Gardênia da Silva Abbad

Decano de Planejamento e Orçamento: Prof. César Augusto Tibúrcio Silva

Auditor Interno: João Luiz Domingues

Conselho Diretor

Reinhardt Adolfo Fuck

Volnei Garrafa

Janete Ana Ribeiro Vaz

Marco Antonio Raupp

José Paulo Sepúlveda Pertence

Suplentes

Ubiratan Aguiar

José Mario Abdo

Relator do Conselho de Administração

Roberto Góes Ellery Júnior

Fundação Universidade de Brasília

Decanato de Planejamento e Orçamento

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte

Prédio da Reitoria, Bloco B, 1^º andar

CEP: 70910-900 Brasília-DF, Brasil

Telefones: (61) 3107-0610 e 3107-0612

Fax: (61) 3274-5915

<http://www.unb.br> – dpo@unb.br

Gestor e Editor Responsável:

César Augusto Tibúrcio Silva – Decano de Planejamento e Orçamento

Revisão Técnica:

Jorge Rodrigues Lima – Diretor de Planejamento

Organização:

Gláucia Lopes Luiz Evangelista – Economista

Equipe Técnica:

Antonio Márcio Lopes Bezerra – Coordenador de Planejamento

Ana Carolina Rezende Costa – Administradora

Eliane dos Santos da Rocha – Administradora

Kamilla Turnes Lemos - Administradora

Kátia Maria Silva Boynard – Economista

Lindalva Lima Costa – Administradora

Thaís Caroline da Silva Dias – Administradora

Responsáveis pela Programação e Execução Orçamentária:

Fernando Soares dos Santos – Diretor de Orçamento

Joardo Antonio de Deus Passos – Técnico em Assuntos Educacionais/ DCF

Tiago Mota dos Santos – Diretor de Contabilidade e Finanças

Cecília Estela Ferreira da Silva Cesar – Diretora de Apoio a Projetos Acadêmicos

Responsáveis pelos Demonstrativos sobre os Recursos Humanos:

Gardênia da Silva Abbad – Decana de Gestão de Pessoas

Luciana Alves de Azevedo – Auditora DGP/FUB

Mirlene Ananias da Silva – Assistente em Administração

Nara Cristina Ferreira Mendes – Auditora DGP/FUB

Responsável pelo Cálculo dos Indicadores de Desempenho do TCU:

Maria Inez M. T. Walter – Coordenadora de Informações Gerenciais

Responsável pela Elaboração dos Macroprocessos:

Ana Maria Rizzo Silva – Diretora de Processos Organizacionais

Responsáveis pelo Sistema de Correição:

Hebert Mota dos Santos – Coordenador de Processo Administrativo Disciplinar

Rodrigo Barbosa da Silva Santos – Secretário Executivo/ CDP

Responsáveis pelos Projetos com Recursos Externos:

Leonardo Souza – Coordenação de Acordos/ INT

Suellen Santos – Gerência de Projetos/ CDT

Responsáveis pelos Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio:

Cecília Basílio de Souza – Chefe do Setor de Prestação de Contas- SEPCON/ FUNAPE

Fábio Formiga do Amaral – Gerente Técnico Administrativo/ FAHUB

Franciso Rogerio Fontenele Aragão – Assessor Acadêmico/ FINATEC

Débora F. da Cunha – Analista de Projeto/ FINATEC

Responsáveis pela Gestão Ambiental Sustentável:

Fernando Barbato Couto – Diretor de Compras/ DAF

Wilson Ramos Samarcos Neto – Coordenadoria de Gestão Administrativa/ PRC

Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa – Decana de Extensão

Daniel Moura da Costa Teixeira – Estagiário Técnico NAA/DEX

Responsáveis pela Gestão Imobiliária:

Aldo de Queiroz e Silva – Coordenador de Compras/ DAF

Cosmo José Balbino – Secretário de Empreendimentos Imobiliários e de Gestão Patrimonial

Rosângela Bezerra Pinheiro Bastos – Assessoria Técnica/ SEI

Selma Cury de Castro Carvalho – Assessoria Técnica/ SEI

Responsáveis pela Gestão de Tecnologia da Informação:

Jorge Henrique Cabral Fernandes – Diretor do CPD

Francisco Jackson Alves de Freitas – Chefe do Serviço Administrativo/ CPD

Responsável pelas Informações da Auditoria Interna:

Thiago Ferreira Sardinha – Auditor

Responsável pelo Relacionamento com a Sociedade:

Eurides Araújo Costa Pessoa – Ouvidora da UnB

Revisora Textual:

Carla Teresa Ventura Ribeiro

Projeto Gráfico da Capa:

Apoena Pinheiro – Designer SECOM



Gestores de Unidades Acadêmicas e Administrativas (Atualizado até 25.02.2014)

Unidades Administrativas

Assessoria de Assuntos Internacionais	INT	Profa. Ana Flávia Granja e Barros
Auditoria	AUD	José Avelar dos Santos
Centro de Planejamento	CEPLAN	Arq. Alberto Alves de Faria
Decanato de Ensino de Graduação	DEG	Prof. Mauro Luiz Rabelo
Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação	DPP	Prof. Jaime Martins de Santana
Decanato de Extensão	DEX	Profª Thérèse Hofmann Gatti R. da Costa
Decanato de Assuntos Comunitários	DAC	Profª Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Decanato de Administração	DAF	Prof. Luis Afonso Bermudez
Decanato de Gestão de Pessoas	DGP	Profª Gardênia da Silva Abbad
Decanato de Planejamento e Orçamento	DPO	Prof. César Augusto Tibúrcio Silva
Prefeitura do Campus	PRC	Prof. Marco Aurélio G. de Oliveira
Procuradoria Jurídica	PJU	Vladimir Felix Cantanhede
Secretaria de Empreendimentos Imobiliários	SEI	Cosmo Balbino
Secretaria de Gestão Patrimonial	SGP	Cosmo Balbino
Secretaria de Assuntos Acadêmicos	SAA	Arnaldo Carlos Alves
Secretaria de Comunicação	SECOM	Hugo Costa
Ouvidoria	OUV	Eurides Araújo Costa Pessoa

Órgãos Complementares

Biblioteca Central	BCE	Prof. Emir José Suaiden
Centro de Informática	CPD	Prof. Jorge Henrique Cabral Fernandes
Editora Universidade de Brasília	EDU	Prof. Ana Maria Fernandes
Fazenda Água Limpa	FAL	Prof. José Mauro da Silva Diogo
Hospital Universitário de Brasília	HUB	Prof. Hervaldo Sampaio Carvalho

Centros

Centro de Desenvolvimento Sustentável	CDS	Profª Dores Aleida Willamizar Sayago
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	CDT	Prof. Paulo Anselmo Ziani Suarez
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	CEAM	Prof. Ricardo Wahrendorff Caldas
Centro de Educação a Distância	CEAD	Profª. Wilsa Maria Ramos
Centro de Documentação	CEDOC	Profª Cynthia Roncaglio
Centro de Estudos do Cerrado	CER	Nina Paula Ferreira Laranjeira
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	CESPE	Prof. Paulo Henrique Portela de Carvalho
Centro de Excelência em Turismo	CET	Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos
C. Internacional de Física da Matéria Condensada	CIFMC	Prof. Tarcísio Marciano da Rocha Filho
Centro Integrado de Ordenamento Territorial	CIORD	Prof. Jorge Madeira Nogueira
C. de Manutenção de Equipamentos Científicos	CME	Andrea Campos
Centro de Produção Cultural e Educativa	CPCE	Neuza Meller Maia
C. Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas	CEPPAC	Prof. Cristhian Teófilo da Silva
C. de Formação de Recursos Humanos em Transportes	CEFTRU	Prof. Sérgio Ronaldo Granemann
Centro de Pesquisa e Opinião Pública da UnB	DATAUnB	Prof. José Ângelo Belloni
Centro Transdisciplinar de Educação no Campo	CETEC	Profa. Mônica Castagna Molina
Centro Intern. de Pesquisa em Representação e Pisc. Social	CIRPS	Profa. Ângela Maria de Oliveira Almeida
Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais	CPAB	Prof. Jaime Gonçalves de Almeida
Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas	CRAD	Prof. Manoel Cláudio da Silva Júnior



Unidades Acadêmicas (Institutos/Faculdades)

Faculdade de Comunicação	FAC	Prof. David Renault da Silva
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	FACE	Prof. Roberto de Goes Ellery Júnior
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	FAU	Prof. José Manoel Morales Sánchez
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	FAV	Prof. Cícero Lopes da Silva
Faculdade de Ciência da Informação	FCI	Profª. Elmira Luiza Melo Soares Simeão
Faculdade de Direito	FD	Prof. George Rodrigo Bandeira Galindo
Faculdade de Educação	FE	Profª. Carmenísia Jacobina Aires
Faculdade de Educação Física	FEF	Profª. Jake Carvalho do Carmo
Faculdade de Medicina	FM	Prof. Paulo César de Jesus
Faculdade de Ciências da Saúde	FS	Profª. Lílian Marly de Paula
Faculdade de Tecnologia	FT	Prof. Antônio César Pinho Brasil Júnior
Instituto de Ciências Biológicas	IB	Profª. Andréa Queiroz Maranhão
Instituto de Ciências Sociais	ICS	Prof. Sadi Dal Rosso
Instituto de Artes	IdA	Prof. Ricardo José Dourado Freire
Instituto de Ciências Exatas	IE	Prof. Noraí Romeu Rocco
Instituto de Física	IF	Prof. Geraldo Magela Silva
Instituto de Geociências	IG	Profª. Márcia Abrahão Moura
Instituto de Ciências Humanas	IH	Prof. Mário Diniz de Araújo Neto
Instituto de Letras	IL	Prof. Enrique Huelva Unternbäumen
Instituto de Psicologia	IP	Prof. Hartmut Gunther
Instituto de Ciência Política	IPOL	Profª. Marilde Loiola de Menezes
Instituto de Química	IQ	Prof. Jurandir Rodrigues de Souza
Instituto de Relações Internacionais	IREL	Prof. Eiiti Sato
UnB-Faculdade de Planaltina	FUP	Prof. Luíz Antônio Pasquetti
UnB-Faculdade de Ceilândia	FCE	Profª. Diana Lúcia Moura Pinho
UnB-Faculdade do Gama	FGA	Prof. Alessandro Borges de S. Oliveira



SUMÁRIO

LISTA DE DENOMINAÇÕES DAS UNIDADES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	12
LISTA DE SIGLAS.....	17
LISTA DE ABREVIATURAS	22
LISTA DE QUADROS	23
LISTA DE FIGURAS.....	27
INTRODUÇÃO	28
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	31
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES	31
1.1 Identificação da Unidade.....	31
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	31
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	32
1.3 Organograma Funcional	33
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	36
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	43
1.6 Principais Parceiros	67
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	71
2.1 Planejamento da Unidade.....	71
2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	74
2.2.1 Ações da FUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.....	74
2.2.2 Ações do HUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	92
2.3 Informações sobre Outros Resultados da Gestão	99
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	107
3.1 Estrutura de Governança.....	107
3.1.1 Conselho Diretor	107
3.1.2 Outros Conselhos Superiores.....	107
3.1.3 Outros Conselhos e Colegiados	108
3.1.4 Procuradoria Jurídica.....	108
3.1.5 Auditoria Interna.....	109
3.2 Avaliação dos Controles Internos Administrativos	109
3.2.1 Análise crítica por grupo.....	111
3.2.2 Observações Gerais	112
3.3 Estrutura e Atividades do Sistema de Correição.....	113
3.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	115
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	117
4.1 Execução das Despesas.....	117



4.1.1	Programação	117
4.1.1.1	Análise Crítica	119
4.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa	120
4.1.3	Realização da Despesa	121
4.1.3.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	121
4.1.3.2	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	122
4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	123
4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ	125
4.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	127
4.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	128
4.1.3.7	Análise crítica da realização da despesa.....	132
4.2	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	133
4.2.1	Análise Crítica.....	135
4.3	Transferências de Recursos.....	135
4.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	136
4.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	136
4.3.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	136
4.3.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	137
4.3.5	Análise Crítica.....	138
4.4	Suprimento de Fundos	139
4.4.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	139
4.4.2	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	139
4.4.3	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	141
5.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	143
5.1	Estrutura de pessoal da unidade	143
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	143
5.1.1.1	Lotação	143
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	144



5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções.....	145
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	145
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	146
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	146
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	148
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	148
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	148
5.1.5	Cadastramento no Sisac	149
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac	149
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	149
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	150
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	150
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	151
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	153
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	153
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	155
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	155
5.2.2	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	157
5.2.3	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	159
5.2.4	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4	161
5.2.5	Composição do Quadro de Estagiários	161
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	162
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	162
6.1.1	Frota de Veículos Automotores de Propriedade da UJ	162
6.1.2	Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros	165
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário sob a Responsabilidade da Unidade.....	166
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	167
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	167
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	169



7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	170
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação	170
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	173
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	173
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	175
8.3 Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água..	177
9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	178
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	178
9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	178
9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	178
9.2 Tratamento de Recomendações do OCI	180
9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício	180
9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício..	180
9.3 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna	184
9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	184
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	184
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	185
9.5 Alimentação SIASG e SICONV	186
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	187
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	191
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas NBC Aplicadas ao Setor Público.....	191
11.2 Declaração do Contador sobre as Demonstrações Contábeis	192
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	193
12.1 Renúncia de Receita.....	193
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO DO RELATÓRIO DE GESTÃO	195
13. INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DA DECISÃO TCU nº 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES.....	195
13.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão n. TCU 408/2002 - Plenário e Modificações Posteriores.....	195
13.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES.....	197
13.3 Análise dos Resultados dos Indicadores de desempenho das IFES	197
13.3.1 Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	198
13.3.2 Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB.....	199
13.3.3 Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB.....	200



13.3.4	Funcionário com HUB/Professor Equivalente	201
13.3.5	Funcionário Equivalente sem HUB/Professor Equivalente	201
13.3.6	Grau de Participação Estudantil (GPE)	202
13.3.7	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG).....	203
13.3.8	Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	203
13.3.9	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	204
13.3.10	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	205
13.4	Comparação entre os Indicadores do TCU e da UnB	205
14.	RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO	207
15.	PROGRAMAS E PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	214
16.	TERMOS DE PARCERIA	217
16.1	Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada.....	217
16.2	Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados	218
16.3	Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados	219
16.4	Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria	219
	REFERÊNCIAS	220
	ANEXOS.....	221



LISTA DE DENOMINAÇÕES DAS UNIDADES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

<u>FUB</u>	Fundação Universidade de Brasília
<u>Conselho Diretor</u>	
SCD	Secretaria do Conselho Diretor
<u>UnB</u>	Universidade de Brasília
<u>Conselhos Superiores</u>	
CONSUNI	Conselho Universitário
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CAD	Conselho de Administração
CEG	Câmara de Ensino e Graduação
CEX	Câmara de Extensão
CPP	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação
CCD	Câmara da Carreira Docente
CAC	Câmara de Assuntos Comunitários
CAF	Câmara de Administração e Finanças
CGP	Câmara de Gestão de Pessoas
CPO	Câmara de Planejamento e Orçamento
Conselho Comunitário	
<u>Reitoria</u>	
VRT	Vice-Reitoria
GRE	Gabinete do Reitor
SCA	Subsecretaria de Comunicação Administrativa
SOC	Subsecretaria de Órgãos Colegiados
PRC	Prefeitura do Campus
DAL	Diretoria de Administração e Logística
DSG	Diretoria de Serviços Gerais
DENA	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
PJU	Procuradoria Jurídica
AUD	Auditoria
<u>Decanatos</u>	
DEG	Decanato de Ensino e Graduação
DEGD	Diretoria de Ensino de Graduação à Distância
DTG	Diretoria Técnica e Graduação
DLG	Diretoria de Gestão da Informação
DAIA	Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica
DEX	Decanato de Extensão
CAL	Diretoria Casa da Cultura da América Latina
DTE	Diretoria Técnica de Extensão
DDIR	Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional
INTERFOCO	Diretoria de Capacitação e Formação Continuada
DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
DIRPE	Diretoria de Pesquisa
DIRPG	Diretoria de Pós-Graduação
DIRIC	Diretoria de Fomento à Iniciação Científica
DIRDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social



DEA	Diretoria de Esporte, Arte e Cultura
Div	Diretoria da Diversidade
DAS	Diretoria de Saúde
DAF	Decanato de Administração
DPA	Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos
DGM	Diretoria de Gestão de Materiais
DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças
DCO	Diretoria de Compras
DTER	Diretoria de Terceirização
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DCADE	Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação
DAP	Diretoria de Administração de Pessoas
DSQVT	Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho
DPAM	Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação
DPO	Decanato de Planejamento e Orçamento
DPL	Diretoria de Planejamento
DOR	Diretoria de Orçamento
DPR	Diretoria de Processos Organizacionais
DAI	Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais

Assessorias e Secretarias

SAA	Secretaria de Administração Acadêmica
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEI	Secretaria de Empreendimentos Imobiliários
SGP	Secretaria de Gestão Patrimonial
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais
CERI	Coordenação de Cerimonial

Órgãos Complementares

BCE	Biblioteca Central
CPD	Centro de Informática
EDU	Editora Universidade de Brasília
FAL	Fazenda Água Limpa
HUB	Hospital Universitário
RAD	Rádio e Televisão Universitárias

Centros

CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CEAD	Centro de Educação a Distância
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CEDOC	Centro de Documentação
CEFTRU	Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes
CEPLAN	Centro de Planejamento
CET	Centro de Excelência em Turismo
CETEC	Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural
CER	UnB Cerrado
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
RU	Restaurante Universitário
CIFMC	Centro Internacional de Física da Matéria Condensada



CIORD	Centro Integrado de Ordenamento Territorial
CIRPS	Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social
CME	Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos
CPAB	Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais
CPCE	Centro de Produção Cultural e Educativa
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
DATAUnB	Centro de Pesquisa e Opinião Pública
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
NEA	Núcleo de Estudos Ambientais
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEAGRI	Núcleo de Estudos Agrários
NEAL	Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas
NEASIA	Núcleo de Estudos Asiáticos
NEAZ	Núcleo de Estudos da Amazônia
NEBC	Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo
NECLA	Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos
NECOIM	Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste
NED	Núcleo de Educação à Distância
NEE	Núcleo de Estudos Europeus
NEFP	Núcleo de Estudos dos Fenômenos Paranormais
NEGEP	Núcleo de Estudos em Gestão Pública
NEIJ	Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude
NELI	Núcleo de Estudos da Linguagem e da Ideologia
NEM	Núcleo de Estudos do Mercosul
NEMP	Núcleo de Estudos sobre a Mídia e Política
NEORG	Núcleo de Estratégias Organizacionais
NEP	Núcleo de Estudos para a Paz e dos Direitos Humanos
NEPeB	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética
NEPeM	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher
NEPPOS	Núcleo de Estudos em Política Social
NEPTI	Núcleo de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade
NESCUBA	Núcleo de Estudos Cubanos
NESP	Núcleo de Estudos de Saúde Pública
NESPROM	Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde e Projetos Inclusivos
NESUB	Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília
NEUR	Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais
NEVIS	Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança
NP3	Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão
OMNI/TEL-TEC	Núcleo de Estudos de Organização Multilaterais, Negociações Internacionais, Turismo, Logística e Tecnologia
TRANSE	Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance

Unidades Acadêmicas

FACE	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação
ADM	Departamento de Administração
CCA	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
ECO	Departamento de Economia



FAC	Faculdade de Comunicação
DAP	Departamento de Audiovisuais e Publicidade
JOR	Departamento de Jornalismo
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PRO	Departamento de Projeto, Expressão e Representação em Arquitetura e Urbanismo
TEC	Departamento de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo
THAU	Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo
FAV	Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária
FCE	Faculdade de Ceilândia
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
FD	Faculdade de Direito
FE	Faculdade de Educação
MTC	Departamento de Métodos e Técnicas
PAD	Departamento de Planejamento e Administração
TEF	Departamento de Teoria e Fundamentos
FEF	Faculdade de Educação Física
CO	Centro Olímpico
FGA	Faculdade do Gama
FM	Faculdade de Medicina
NMT	Núcleo de Medicina Tropical
FS	Faculdade de Ciências da Saúde
DSC	Departamento de Saúde Coletiva
ENF	Departamento de Enfermagem
NUT	Departamento de Nutrição
ODT	Departamento de Odontologia
FT	Faculdade de Tecnologia
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
EFL	Departamento de Engenharia Florestal
ENC	Departamento de Engenharia Civil e Ambiental
ENE	Departamento de Engenharia Elétrica
ENM	Departamento de Engenharia Mecânica
FUP	Faculdade de Planaltina
IB	Instituto de Ciências Biológicas
BOT	Departamento de Botânica
CEL	Departamento de Biologia Celular
CFS	Departamento de Ciências Fisiológicas
ECL	Departamento de Ecologia
FIT	Departamento de Fitopatologia
GEM	Departamento de Genética e Morfologia
ZOO	Departamento de Zoologia
ICS	Instituto de Ciências Sociais
CEPPAC	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
DAN	Departamento de Antropologia
SOL	Departamento de Sociologia



IdA	Instituto de Artes
CEN	Departamento de Artes Cênicas
DIN	Departamento de Desenho Industrial
MUS	Departamento de Música
VIS	Departamento de Artes Visuais
IE	Instituto de Ciências Exatas
CIC	Departamento de Ciência da Computação
EST	Departamento de Estatística
MAT	Departamento de Matemática
IF	Instituto de Física
IG	Instituto de Geociências
GEO	Departamento de Geologia Geral e Aplicada
GMP	Departamento de Mineralogia e Petrologia
GRM	Departamento de Geoquímica e Recursos Minerais
SIS	Observatório Sismológico
IH	Instituto de Ciências Humanas
FIL	Departamento de Filosofia
GEA	Departamento de Geografia
HIS	Departamento de História
SER	Departamento de Serviço Social
IL	Instituto de Letras
LET	Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
LIP	Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
TEL	Departamento de Teoria Literária e Literatura
IP	Instituto de Psicologia
CAEP	Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos
PCL	Departamento de Psicologia Clínica
PED	Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
PPB	Departamento de Processos Psicológicos Básicos
PST	Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
IPOL	Instituto de Ciência Política
IQ	Instituto de Química
IREL	Instituto de Relações Internacionais



LISTA DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AGU	Advocacia Geral da União
ANCINE	Agência Nacional de Cinema
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APAE/DF	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal
AR	Aviso de Recebimento
BACEN	Banco Central do Brasil
BDI	Benefícios e Despesas Indiretas
BDS	Biblioteca Digital e Sonora
BDT	Boletim Diário de Transporte
BGU	Balanço Geral da União
BPEQ	Banco de Professor Equivalente
BPU	Balanço Patrimonial da União
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBV	Centro Brasileiro da Visão
CC	Centro de Custos
CDP	Comissão Disciplinar Permanente
CDU	Classificação Decimal Universal
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPC	Coordenadoria de Exame e Prestação de Contas
CEUB	Centro Unificado de Brasília
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGA	Coordenadoria de Gestão Administrativa
CGU	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CND	Certidão Negativa de Débito
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
COGED	Coordenadoria de Gestão de Desempenho
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPGF	Cartão de Pagamentos do Governo Federal
CT-INFRA	Fundo de Infra-Estrutura
CTI	Comitê de Tecnologia da Informação
CTr	Coordenadoria de Transporte
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DF	Distrito Federal
DFTRANS	Transporte Urbano do Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estado e Estatística Econômica
DIFES	Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES



DIP	Diplomados no Ano Base
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DPF	Departamento da Polícia Federal
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
EAD	Ensino à Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EDU	Editora da Universidade de Brasília
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAI	Fundo de Apoio Institucional
FAHUB	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital da Universidade de Brasília
FAP	Fundo de Apoio à Pesquisa
FAP-DF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FCP	Fundação Cultural Palmares
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FluEx	Fluxo de Extensão
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FR	Fonte de Recurso
FUNAPE	Fundação de Apoio à Pesquisa
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GECC	Gratificação por Encargo de Curso e Concurso
GEPC	Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação
GLONASS	Sistema de Navegação Global por Satélite
GPE	Grau de Participação Estudantil
GRU	Guia de Recolhimento da União
HU	Hospitais Universitários
HUB	Hospital Universitário de Brasília
HUFs	Hospitais Universitários Federais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICC	Instituto Central de Ciências
ICT	Instituto de Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFB	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ING	Vagas oferecidas 05 anos antes do ano base
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
IRD	<i>Institut de Recherche Pour le Developpement</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
JUB	Jogos Universitários Brasileiros
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias



LIFE	Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
LOA	Lei Orçamentária Anual
MC	Ministério das Comunicações
MCTI	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME	Ministério dos Esportes
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MPOG	Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
MPU	Ministério Público da União
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTO	Manual Técnico de Orçamento
NAA	Núcleo de Agenda Ambiental
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NC	Nota de Crédito
OCI	Órgão de Controle Interno
OCC	Orçamento de Custeio
ODC	Outras Despesas Correntes
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OP	Obrigações Patronais
OPI	Orçamento Programa Interno
OUV	Ouvidoria da Universidade de Brasília
PAA	Plano Anual de Atividades
PAAAI	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PC	Prestação de Contas
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PET	Programa de Educação Tutoria
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informática
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PhD	<i>Philosophy Doctor</i>
PI	Plano Interno
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC	<i>Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica</i>
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
Pingfes	Plataforma Integrada para Gestão das IFES
PLOA	Projeto da Lei Orçamentária Anual
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPNE	Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual



PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROCAP	Coordenadoria de Capacitação
PRODEQUI	Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas
PROEXT	Programa de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
RA	Relatório de Auditoria
RAAAI	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAT	Razão Aluno Técnico-administrativo
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RMA	Relatório Mensal do Almoxarifado
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RT	Retribuição por Titulação
SAEB	Secretaria de Administração do Estado da Bahia
SEAPDF	Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal
SEB/MEC	Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI/MEC	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDF	Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal
SEER	Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas
SEGER	Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas
SERPRO	Sistema Federal de Processamento de Dados
SESU	Secretaria de Educação Superior
SGI	Sistema de Gerenciamento de Imóveis
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	<i>Sistema</i> Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Servidores
SICAP	Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviço
SICOS	Sistema de Controle de Ordem de Serviço
SIEDF	Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal
SiEx	Sistema de Extensão
SIGICOM	Sistema de Gestão Integrada de Compras
SIGRA	Sistema de Graduação
SIMAR	Sistema de Informações de Materiais e Serviços
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAT	Sistema de Patrimônio
SIPES	Sistema de Pessoal da UnB
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões



SISOUV	Sistema Informatizado da Ouvidoria
SITRAN	Sistema de Transportes
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPL	Secretaria de Planejamento
SPO/MEC	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação
SOF/MPOG	Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRH	Secretaria de Recursos Humanos
SRT	Secretaria de Relações do Trabalho
SSP/DF	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento e Integração da Região Centro-Oeste
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCE	Tomada de Contas Especial
TCEES	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
TCEPB	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
TCJ	Termo de Conciliação Judicial
TCU	Tribunal de Contas da União
TCG	Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação
TI	Tecnologia da Informação
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TPE	Trabalho de Pesquisa e Elaboração
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCB	Universidade Católica de Brasília
UF	Unidade da Federação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal do Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural do Pernambuco
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNIDF	Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal
UNIP	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UO	Unidade Orçamentária



LISTA DE ABREVIATURAS

adm.	Administração
amort.	Amortização
aplic.	Aplicação
aposent.	Aposentadorias
art.	Artigo
autarq.	Autárquica
contrib.	Contribuições
deprec.	Depreciação
ex.	Exemplo
fls.	Folhas
func.	Funcionário
fund.	Fundacional
ltda.	Limitada
n.	Número
obrig.	Obrigações
prof.	Professor
ref.	Referência
refor.	Reforma
remuner.	Remunerada
resrv.	Reserva
subst.	Substituto
tribut.	Tributárias



LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	31
Quadro A.1.2 – Macroprocesso: Ensino	38
Quadro A.1.3 – Macroprocesso: Pesquisa e Extensão	39
Quadro A.1.4 – Macroprocesso: Gestão Estratégica e Orçamentária	43
Quadro A.1.5 – Macroprocesso: Gestão Financeira e Contábil.....	48
Quadro A.1.6 – Macroprocesso: Gestão de Compras e Contratações.....	50
Quadro A.1.7 – Macroprocesso: Gestão de Pessoas.....	52
Quadro A.1.8 – Macroprocesso: Gestão de Infraestrutura e Segurança.....	55
Quadro A.1.9 – Macroprocesso: Gestão da Informação e Tecnologia	58
Quadro A.1.10 – Macroprocesso: Assistência à Comunidade Universitária.....	64
Quadro A.1.11 – Contratos Firmados.....	68
Quadro A.1.12 – Convênios Firmados	68
Quadro A.1.13 – Acordos de Cooperação Firmados.....	68
Quadro A.1.14 – Termos de Compromisso Firmados	69
Quadro A.1.15 – Termos de Outorga Firmados	69
Quadro A.1.16 – Termos de Cooperação Firmados.....	70
Quadro A.2.1 – Objetivos e Áreas Estratégicas da UnB – Planejamento Estratégico.....	72
Quadro A.2.2 – Vinculação dos Objetivos Estratégicos da UnB aos Principais Elementos do Plano Plurianual 2012 – 2015.....	73
Quadro A.2.3 – Ação 20RJ Vinculada ao Programa Temático 2030	75
Quadro A.2.4 – Ação 20GK Vinculada ao Programa Temático 2032	77
Quadro A.2.5 – Ação 20RK Vinculada ao Programa Temático 2032	78
Quadro A.2.6 – Ação 4002 Vinculada ao Programa Temático 2032	80
Quadro A.2.7 – Ação 6328 Vinculada ao Programa Temático 2032	82
Quadro A.2.8 – Ação 8282 Vinculada ao Programa Temático 2032	83
Quadro A.2.9 – Ação 2004 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109.....	84
Quadro A.2.10 – Ação 2010 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109.....	85
Quadro A.2.11 – Ação 2011 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109.....	86
Quadro A.2.12 – Ação 2012 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109.....	87
Quadro A.2.13 – Ação 4572 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109.....	88
Quadro A.2.14 – Ação 20TP Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109	89
Quadro A.2.15 – Ação 00M0 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109.....	90
Quadro A.2.16 – Ação 0181 Vinculada ao Programa de Operações Especiais 0089	90
Quadro A.2.17 – Ação 0716 Vinculada ao Programa de Operações Especiais 0901	91
Quadro A.2.18 – Ação 09HB Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109.....	91
Quadro A.2.19 – Ação 20RX Vinculada ao Programa Temático 2032	93
Quadro A.2.20 – Ação 4086 Vinculada ao Programa Temático 2032	94
Quadro A.2.21 - Ação 2004 Vinculada ao Programa Temático 2109	95
Quadro A.2.22 – Ação 2010 Vinculada ao Programa Temático 2109	96
Quadro A.2.23 – Ação 2011 Vinculada ao Programa Temático 2109	96
Quadro A.2.24 – Ação 2012 Vinculada ao Programa Temático 2109	97
Quadro A.2.25 – Ação 20TP Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109	98
Quadro A.2.26 – Ação 0181 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 0089.....	98
Quadro A.2.27 – Ação 09HB Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109.....	99
Quadro A.2.28 – Oferta de Cursos e Vagas no 1º e 2º Vestibular 2013 por <i>Campus</i> , UnB, 2013	100
Quadro A.2.29 – Oferta de Cursos e Vagas no PAS-2013 por <i>Campus</i> , UnB, 2013	100



Quadro A.2.30 – Indicadores Globais para Projeção de Criação de Novas Vagas do Programa REUNI, UnB, 2012-2017.....	102
Quadro A.2.31 – Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> e <i>Lato sensu</i> , UnB, 2013..	104
Quadro A.2.32 – Matrículas na Pós-Graduação, UnB, de 2009 e 2013	104
Quadro A.2.33 – Nº de Programas de Pós-Graduação Avaliados pela CAPES.....	105
Quadro A.2.34 - Quantidade de Programas Avaliados e Respectivos Conceitos	105
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	110
Quadro A.3.2 – Apuração dos Processos pela CDP no ano de 2013	114
Quadro A.3.3 – Apuração dos Processos pela CDP no ano de 2013	114
Quadro A.3.4 – Relatório Consolidado de Procedimentos por Situação	115
Quadro A.3.5 – Relatório Detalhado de Procedimentos por Situação	115
Quadro A.4.1 – Programação de Despesas.....	118
Quadro A.4.2 – Programação de Despesas - HUB	119
Quadro A.4.3 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	121
Quadro A.4.4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	122
Quadro A.4.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários FUB.	123
Quadro A.4.6 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários HUB	123
Quadro A.4.7 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	124
Quadro A.4.8 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela FUB	126
Quadro A.4.9 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação – Total	127
Quadro A.4.10 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação – FUB	127
Quadro A.4.11 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação – HUB.....	128
Quadro A.4.12 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação –Total	129
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação - FUB.....	130
Quadro A.4.14 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação - HUB	131
Quadro A.4.15 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores -Total	133
Quadro A.4.16 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - FUB	134
Quadro A.4.17 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – HUB.....	134
Quadro A.4.18 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	136
Quadro A.4.19 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse. ...	137
Quadro A.4.20 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse (Posição 31.12).....	138
Quadro A.4.21 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	139
Quadro A.4.22 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador ..	139
Quadro A.4.23 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	141
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/2013.....	143
Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	144



Quadro A.5.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	145
Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	145
Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade. Situação Apurada em 31/12	146
Quadro A.5.6 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	147
Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de dezembro.....	148
Quadro A.5.8 – Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12	148
Quadro A.5.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	149
Quadro A.5.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	150
Quadro A.5.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac	150
Quadro A.5.12 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	151
Quadro A.5.13 – Etapas do Andamento do Trabalho da Comissão de Acúmulo de Cargos e Abate Teto – 2013.....	151
Quadro A.5.14 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ.....	156
Quadro A.5.15 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	158
Quadro A.5.16 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra ...	160
Quadro A.5.17 – Composição do Quadro de Estagiários.....	161
Quadro A.6.1 – Gestão da Frota de Veículos Automotores da FUB	162
O próximo Quadro especifica a quantidade de veículos de uso comum da FUB agregados por tipo de veículo, com vistas a prestar maiores informações sobre a “letra c” da gestão da frota de veículos da FUB. Para outros detalhamentos, a PRC possui um demonstrativo dos veículos a partir do modelo, ano, placa, tipo de combustível e o departamento.....	163
Quadro A.6.2 – Quantidade de Veículos de Uso Comum da FUB Agrupados por Tipo, Ano 2013	164
Quadro A.6.3 – Controle dos Custos com Lubrificantes por Centro de Custo, Ano 2013.	164
Quadro A.6.4 – Controle dos Custos com Combustíveis por Centro de Custo, Ano 2013.	165
Quadro A.6.5 – Gestão da Frota de Veículos Automotores à Serviço da FUB, Contratada de Terceiros.....	166
Quadro A.6.6 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	167
Quadro A.6.7 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	168
Quadro A.6.8 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	169
Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade	170
Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	173
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	175
Quadro A.9.1 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	179
Quadro A.9.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	181
Quadro A.9.3 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.....	185
Quadro A.10.1 – Distribuição da Demanda por Assunto	189



Quadro A.10.2 – Registro das Principais Solicitações por Setor	190
Quadro A.12.1 – Demonstrativo de Subsídio Imobiliário Concedido pela FUB com Imóveis Residenciais e Comerciais	193
Quadro A.12.2 – Demonstrativo de Subsídios Concedidos às Unidades da FUB com Imóveis Comerciais	194
Quadro A.12.3 – Renúncia de Receita 2013	194
Quadro B.13.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002... ..	196
Quadro B.13.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002.....	197
Quadro B.13.3 - UnB: Insumos dos Indicadores de Gestão segundo as Metodologias TCU e da UnB – 2012 e 2013.....	205
Quadro B.13.4 - UnB: Indicadores de Gestão (Metodologias TCU e UnB) – 2012 e 2013	205
Quadro B.14.1 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FUNAPE	208
Quadro B.14.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FINATEC	210
Quadro B.14.3 – Relação de Projetos da FAHUB	212
Quadro A.15.1 – Projetos da FUB Financiados com Recursos Externos, registrados na INT e geridos pelo CDT no ano de 2013.	215
Quadro B.15.2 – Gestão de Projetos pelos Organismos Internacionais.....	216
Quadro B.16.1 – Identificação dos Termos de Parceria Vigentes no Exercício.....	217
Quadro B.16.2 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício em Razão de Termo de Parceria.....	218
Quadro B.16.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de Exercícios Antecedentes ao de Referência	219
Quadro B.16.4 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício	219
Anexo A: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	221
Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	229
Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	238
Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	247
Anexo E: Declaração de Informações no SICONV e SIASG.....	260
Anexo F: Declaração que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.....	261



LISTA DE FIGURAS

Figura A.1.1 - Organograma Funcional da Universidade de Brasília - UnB	34
Figura A.1.2 - Contexto dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio	37
Gráfico 1 - Evolução dos Programas de Pós-Graduação na UnB – 2007 a 2013.	105
Gráfico 2 – Evolução Conceito CAPES – Avaliações 2007, 2010 e 2013.	106
Gráfico 3 - Quantidade de Manifestações Registradas na Ouvidoria no ano de 2013	188
Gráfico 4 - Quantidade de Manifestações Recepcionadas e Registradas na Ouvidoria no ano de 2013.....	188
Gráfico 5 - Distribuição da Demanda por Público Solicitante	189
Gráfico 6 - Número de Alunos em Tempo Integral, UnB, 2008-2013	198
Gráfico 7 - Número de Professor Equivalente, UnB, 2008-2013	198
Gráfico 8 - Número de Alunos em Tempo Integral/Professor Equivalente, UnB, 2008-2013	199
Gráfico 9 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB, UnB, 2008-2013	199
Gráfico 10 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB, UnB, 2008-2013.....	200
Gráfico 11 - Funcionário Equivalente sem HUB, UnB, 2008-2013	200
Gráfico 12 - Aluno Tempo Integral em relação a Funcionário Equivalente sem HUB, UnB, 2008-2013	201
Gráfico 13 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB em relação ao nº de Prof. Equivalente, UnB, 2008-2013.....	201
Gráfico 14 - Número de Funcionários Equivalentes sem HUB em relação ao N° de Prof. Equivalente, UnB, 2008-2013.....	202
Gráfico 15 - Grau de Participação Estudantil (GPE), UnB, 2008-2013.....	202
Gráfico 16 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (GEPG), UnB, 2008-2013 ...	203
Gráfico 17 - Média dos conceitos da CAPES para os programas de pós-graduação, UnB, 2008-2013	204
Gráfico 18 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), UnB, 2008-2013	204
Gráfico 19 - Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), UnB, 2008-2013.....	205



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão representa um instrumento de conformidade das contas institucionais pelos Órgãos de Controle padronizado de acordo com os requisitos normativos exigidos no Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e Portaria TCU nº 175/2013.

A estrutura do documento observou a forma recomendada pelo TCU no que se refere à disposição das informações de conteúdos geral e específico; denominação dos títulos e subtítulos; apresentação dos demonstrativos e da análise crítica por capítulos; referência do *site* da unidade quanto às informações extensas e formatação gráfica do documento.

Em suma, o relatório abrange duas partes: doze capítulos na parte A, relacionados aos conteúdos gerais, e quatro capítulos de atuação específica da FUB na parte B, além de seis anexos.

Cumprе ressaltar que os capítulos considerados de conteúdo obrigatório e identificados na parte A constam deste documento, sendo inaplicáveis à realidade da FUB apenas alguns subitens, devidamente mencionados no início do próprio tópico.

O Relatório de Gestão da FUB, apresentado de forma individual, compreende as unidades gestoras CESPE, EDU e CDT e, em alguns demonstrativos (Ações governamentais, execução da despesa, pessoal terceirizado, processos de aquisição de bens e serviços por modalidade de licitação e cumprimento das deliberações do TCU), considera as informações do HUB por questão de reestruturação organizacional a partir da transferência da gestão de serviços para a empresa EBSERH.

Constam como principais realizações de gestão no decorrer do exercício de 2013:

- adoção do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) pela UnB com oferta de 1.986 vagas em 88 cursos de graduação presenciais distribuídos nos quatro *campi* – Darcy Ribeiro, Planaltina, Gama e Ceilândia. No Sisu, o candidato opta por ser classificado em um dos três sistemas de concorrência: Ampla Concorrência (Sistema Universal), Sistema de Cotas para Escolas Públicas, regido pela Lei 12.711/2012, e Sistema de Cotas para Negros, ação afirmativa instituída pela UnB, em 2003;
- termo de cooperação com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública vinculada ao Ministério da Educação, para desenvolver a metodologia de planejamento estratégico e aperfeiçoar os serviços prestados pelo HUB. No mesmo ano, realizou-se concurso para seleção de 1.102 profissionais distribuídos em diversas áreas de atuação de níveis médio e superior;
- criação do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) para legalizar a atuação do Cespe nas atividades de gestão de programas, projetos, apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional, mediante contrato de gestão a ser firmado com o Ministério da Educação;
- compromisso firmado entre MEC, MP e MPT para disponibilizar 689 vagas e promover a substituição dos prestadores de serviço SICAP, a partir de critérios de desligamento aprovados pela Câmara de Gestão de Pessoas, com vistas a regularizar a situação do quadro de servidores da FUB;
- adoção de medidas de racionalização de gastos com o sistema telefônico da UnB, de analógico para digital, cancelamento de 391 linhas e criação de perfis com senhas pessoais de uso restritivo, o que gerou uma economia de R\$400 mil, além de minimizar o déficit orçamentário da UnB;
- reativação do Conselho Diretor por meio da nomeação dos membros titulares e suplentes dispostos na Portaria MEC nº 882 de 12.09.2013 para analisar e julgar as prestações de contas da FUB;



- realização de audiência pública sobre política de moradia da UnB resultante em propostas de curto, médio e longo prazo para subsidiar as estratégias da administração.

As áreas finalísticas da Instituição apontaram as principais fragilidades que dificultaram o alcance dos objetivos no decorrer do desenvolvimento dos serviços prestados.

A persistente ausência de uma cultura interna de valorização da avaliação do ensino de graduação dificulta substancialmente a identificação de fraquezas nos currículos e nas práticas pedagógicas, bem como a proposição de ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, o que vem sendo enfrentado de diferentes formas, como o incentivo a novas experiências docentes, a implementação de bolsas REUNI de graduação e pós-graduação, ações do Pró-docência e do PIBID, entre outras.

No caso da UnB-Gama, fragilidades na seleção livre, pelo aluno, de disciplinas optativas que não correspondem a uma formação específica e manutenção da multidisciplinaridade sem perder a identidade de cada curso. Para reduzir os impactos, adoção de ações para ministrar aulas para grandes turmas, com o intuito de maximizar o uso da infraestrutura e do corpo docente, além de delimitar o núcleo de disciplinas profissionalizantes característico de cada curso da área de engenharia.

Na UnB-Ceilândia, destaca-se o baixo desempenho dos alunos nas disciplinas dos primeiros semestres em função de lacunas no ensino médio, que levam a reprovações e evasão; dificuldades nas interlocuções e no acesso às redes de saúde pública do DF; estrutura física insuficiente para os laboratórios de habilidades. Destacam-se as providências tomadas para o acompanhamento do desempenho dos estudantes, especialmente em disciplinas dos primeiros semestres dos cursos, e o acompanhamento da evasão, pelo Serviço de Orientação Universitária/SOU.

A área de Pós-graduação identificou aspectos relacionados à infraestrutura tecnológica e de laboratórios, secretarias e recursos humanos na área administrativa; necessidade de aumento dos conceitos dos cursos nota 3, bem como dos cursos que persistem em se manter no conceito 4; inserção internacional prejudicada pela ausência de política estratégica que promova a transformação na assessoria internacional; baixa agilidade dos programas de pós-graduação na gestão dos recursos das Agências de Fomento, pois a delegação de competência aos colegiados dos programas, como preconizado pelo PNPG 2011- 2020, ainda não foi suficientemente implementada; falta de avaliação da participação da UnB na formação de quadros para o governo federal, em áreas estratégicas, incluindo a social; baixa integração entre coordenadores de pós-graduação, comissão de pós-graduação e colegiados das unidades acadêmicas.

O *Campus* de Ceilândia apontou a necessidade de aprimorar a infraestrutura adequada à pesquisa e à pós-graduação, de ampliação de oferta de cursos de pós-graduação e de inclusão de mais docentes no programa.

Na pesquisa, os dirigentes destacaram a incerteza sobre possibilidades de manutenção da política de fomento do DPP, por parte da Administração Superior; a dependência anual de aprovações de recursos internos e demora na liberação desses recursos pelos setores envolvidos; falta de recursos de pessoal e de infraestrutura na quantidade e qualidade necessárias para o cumprimento das metas institucionais com eficiência e eficácia; ausência de cultura de investimento em Tecnologia da Informação e Comunicação; carência de um banco de dados atualizado que possibilite a geração dessas informações de forma automatizada e rápida, evitando trabalho repetitivo e sujeito a falhas; dificuldade na criação de parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais pela falta de cultura na instituição.

Na extensão, o Decanato reconhece como desafios atuais e perspectivas para sua gestão, a consolidação do Plano de Redimensionamento da Estrutura Organizacional do DEX; a implantação de mecanismos de interação logística e operacional para articulações orgânicas com o Ensino e Pesquisa; a potencialização dos mecanismos de mobilização de recursos para continuidade e sustentabilidade dos programas e projetos; o fortalecimento das parcerias governamentais locais e



regionais; a ampliação de escalas e de áreas de abrangência das ações, com priorização das localidades e segmentos populacionais em situação de riscos sociais e vulnerabilidades; a revisão das normativas internas que preceituam a integralização de créditos em extensão a estudantes de graduação, tendo em vista o fundamento sobre o tema no Plano Nacional de Educação (PNE); e a implementação do Sistema de Informação da Extensão – SIEX em produção *online*, em interlocução com os demais sistemas da UnB, seguido de certificação digital.

As metas prioritárias da alta Administração para o ano de 2014 consideram:

- consolidação das mudanças na gestão do HUB e do Cespe;
- redimensionamento da estrutura organizacional da Universidade;
- retomada do processo de planejamento;
- revitalização e recuperação da estrutura do ICC.

Por fim, importa relatar que a Resolução do Conselho de Administração nº 09 de 18.03.2014 aprovou o Relatório de Gestão do ano de 2013 da FUB.



PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES

1.1 Identificação da Unidade

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

O Relatório de Gestão da Universidade de Brasília se apresenta pela primeira vez como um Relatório Individual e, neste capítulo, pretende, elencar os elementos que identificam a FUB, as normas associadas à sua constituição e à gestão, incluindo publicações e manuais publicados, bem como as unidades gestoras e gestões do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI utilizadas para a execução das despesas relacionadas às ações vinculadas, conforme apresentado no Quadro A.1.1.1 abaixo, que se descreve a seguir.

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Universidade de Brasília			
Denominação Abreviada: FUB			
Código SIORG: 470	Código LOA: 26271	Código SIAFI: 154040	
Natureza Jurídica: Fundação Pública		CNPJ: 00.038.174/0001-43	
Principal Atividade: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação			Código CNAE: 8542-5
Telefones/Fax de contato:	(61)3107-0610	(61)3107-0612	(061) 3107-0625
Endereço Eletrônico: dpo@unb.br			
Página na Internet: www.unb.br e www.dpo.unb.br			
Endereço Postal: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte; Prédio da Reitoria, Bloco B, 1º Andar – 70910-900 – Brasília – DF – Brasil.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada¹			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:			
Lei de Criação: Lei nº 3.998/6, de 15/12/1961, com a finalidade regulamentada pelo art. 3º - “Tem por objetivo manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica e cultural”. Norma que estabelece a estrutura orgânica: Estatuto da FUB – Decreto nº 500, de 15/11/1962, e Regimento Geral da UnB, conforme aprovação pela Resolução nº 15/2000 do Conselho Diretor da FUB. Publicação no DOU do Estatuto da FUB: Data: 16/1/1962, e Regimento Geral, às fls. 559-560. Estatuto: DOU nº 7, de 11/1/1994. Reeditado em 24/9/2001 – DOU nº 169; 31/3/2004 – DOU nº 62; 6/7/2007 – DOU n 129.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada:			
Estatuto e Regimento Geral, atualizado e impresso em setembro de 2011. Carta de Serviços da UnB ao Cidadão, publicado em novembro de 2013 e disponível em http://www.unb.br/noticias/downloads/carta-de-servicos_cidadao.pdf .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada:			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código UO	Código SIAFI	Nome	
26271	154040	Fundação Universidade de Brasília-FUB	
26393	154106	Hospital Universitário de Brasília-HUB	

Continua



Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

(Continuação)

Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
15257		Fundação Universidade de Brasília-FUB	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	Código SIAFI Unidades Descentralizadas	Nome das Unidades Descentralizadas
154040	15257	154019	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico-CDT
		154078	Editadora da Universidade de Brasília-EDU
		154079	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos-Cespe

Fonte: DPL/DPO; DCF/DAF, 2013

Nota: 1) Após consulta a Subsecretaria de Órgãos Colegiados, não constam Resoluções aprovadas pelo CONSUNI e CAD relacionadas à gestão no ano de 2013.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Universidade de Brasília, instituída pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, conforme preceitua o Art. 3º da referida Lei, tem por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

Essa Universidade, conforme o Art.10º dessa mesma lei, “empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País e, na medida da sua possibilidade, na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem”.

A Universidade de Brasília, inaugurada em 21 de Abril de 1962 e idealizada para combinar o rigor da ciência com a ousadia da arte, dispõe, no Art. 3º de seu Estatuto, a combinação entre suas finalidades essenciais, o ensino, a pesquisa e a extensão, integradas na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais. A Universidade, ainda, segundo o Art. 2º, “goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em conformidade com a Constituição Federal.”

No que tange à estrutura da UnB e a suas competências institucionais, cabe sintetizar que a UnB está estruturada por Conselhos Superiores, Reitoria, Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares e Centros. Quanto às atribuições/competências instituídas no Estatuto, vale ressaltar que:

- o Conselho Superior representa o órgão máximo da UnB com 11 atribuições, dentre elas a formulação de políticas globais da UnB (Inciso I do Art. 12).
- à Reitoria compete coordenar e superintender as atividades universitárias (Art. 22 ao 26).
- as atribuições das Unidades Acadêmicas abrangem a coordenação e avaliação das atividades de ensino pesquisa e extensão; a decisão sobre a organização interna e o planejamento; e a administração dos recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais (Art. 27).
- aos Órgãos Complementares e Centros competem as atividades de caráter permanente de apoio, necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão (Art. 40).

Conforme rege o Art. 9º da Lei nº 3.998/61, a Universidade de Brasília, unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de Ensino e de Pesquisa e por Faculdades, destina-se à formação profissional, cabendo:



I - Aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

- a) ministrar cursos básicos, de ciências, letras e artes;
- b) formar pesquisadores e especialistas;
- c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

II - Às Faculdades, na sua esfera de competência:

- a) ministrar cursos de graduação para formação profissional e técnica;
- b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação;
- c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

1.3 Organograma Funcional

Este subitem apresenta o organograma funcional com a descrição sucinta das competências e atribuições de responsabilidade de cada área componente da estrutura da Universidade de Brasília. O Organograma pode também ser visualizado no link: <http://www.dpo.unb.br>.

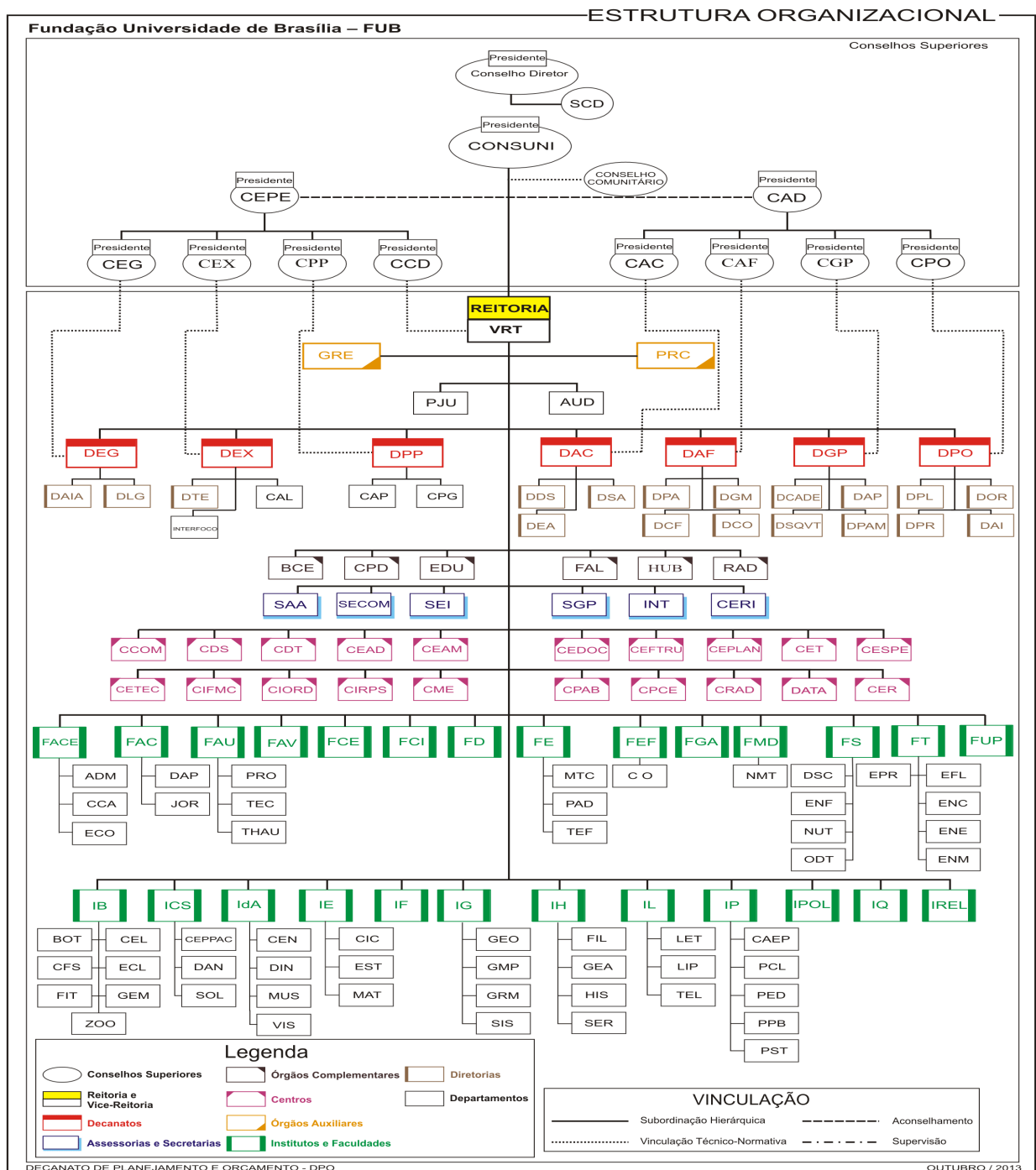


Figura A.1.1 - Organograma Funcional da Universidade de Brasília - UnB

Fonte: DPO, 2013. <<http://www.dpo.unb.br/estrutura.php>>



As atualizações do Organograma da UnB são executadas mediante os Atos de Criação de novos setores, que são expedidos pelo Gabinete do Reitor e encaminhados ao Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO, para que a Diretoria de Avaliação e Informação – DAI, proceda à atualização.

A Universidade de Brasília está estruturada da seguinte forma:

- Conselhos Superiores;
- Reitoria;
- Unidades Acadêmicas (Institutos e Faculdades);
- Órgãos Complementares;
- Centros.

Os Conselhos Superiores da Universidade de Brasília são:

- Conselho Universitário – CONSUNI;
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE;
- Conselho de Administração – CAD;
- Conselho Comunitário – CAC.

Compõem a Reitoria:

- Gabinete do Reitor;
- Decanatos;
- Procuradoria Jurídica;
- Auditoria;
- Ouvidoria (Redação dada pela Resolução n. 7/2011, de 24/5/2011, do Conselho Universitário da UnB);
- Assessorias;
- Serviço de Apoio aos Colegiados Superiores;
- Prefeitura do Campus.

Órgãos Complementares:

Competem aos Órgãos Complementares as atividades de caráter permanente de apoio, necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, estabelecidas nos seus Regimentos Internos. Os Órgãos Complementares são:

- Biblioteca Central;
- Centro de Informática;
- Editora Universidade de Brasília;
- Fazenda Água Limpa;
- Hospital Universitário;
- Rádio e Televisão Universitárias.

Centros Acadêmicos:

Competem aos Centros as atividades de caráter cultural, artístico, científico, tecnológico e de prestação de serviços à comunidade, com finalidades específicas ou multidisciplinares.

Informações complementares sobre a Estrutura da Universidade de Brasília, competências, atribuições e responsabilidades das Unidades constam no seu Estatuto e Regimento Geral, disponível no site da UnB no seguinte endereço eletrônico:

http://www.unb.br/unb/transparencia/downloads/regimento_estatuto_unb.pdf

A identificação dos principais macroprocessos da Universidade de Brasília, dos órgãos responsáveis pelos mesmos, assim como de seus produtos/serviços são identificados nos itens 1.4 – Macroprocessos Finalísticos e 1.5 – Macroprocessos de Apoio, do presente Relatório de Gestão.



1.4 Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos finalísticos da Unidade Jurisdicionada, com a indicação dos principais produtos e serviços que devem oferecer aos cidadãos-usuários ou clientes.

Este subitem contém a identificação dos macroprocessos finalísticos da Universidade de Brasília - UnB, os quais correspondem às suas grandes funções, para as quais estão voltadas suas unidades internas e descentralizadas.

A Figura 1.2 apresenta o contexto dos macroprocessos finalísticos e de apoio, contendo as entidades do ambiente externo que impactam na gestão da UnB, as entidades controladoras da execução dos macroprocessos finalísticos e de apoio, as entidades parceiras/financiadoras que possibilitam a captação de recursos, as entidades fornecedoras que entregam produtos e serviços e as entidades que recebem resultados da Universidade de Brasília – sociedade em geral.

As entidades do ambiente interno são as que contemplam os macroprocessos de apoio, os quais visam suportar as entidades finalísticas; as entidades que contemplam os macroprocessos finalísticos e determinam as necessidades de suporte das entidades de apoio, assim como aquelas responsáveis pela execução dos macroprocessos finalísticos, que são as Unidades Acadêmicas e os Centros a elas vinculados. São identificados, igualmente, os órgãos de controle interno e assessoria aos macroprocessos.

Por oportuno, mencionamos que a Universidade de Brasília não se encontra orientada pela visão por processos e, sendo assim, não dispomos de um modelo de governança desses processos, definindo papéis e responsabilidades, padrões, mecanismos de controle e avaliação, o que propiciaria o acompanhamento e a melhoria dos mesmos. Desta forma, algumas considerações se fazem necessárias quanto à apresentação dos Itens 1.4 – Macroprocessos Finalísticos e 1.5 – Macroprocessos de Apoio, uma vez que na apresentação dos mesmos ainda nos deparamos com o enfoque funcional adotado.

Em busca do atendimento a esses itens, apresentamos os macroprocessos e seus processos componentes com a descrição, identificação de produtos e serviços, responsáveis pela execução, clientes, assim como o relato sucinto da condução desses processos no exercício de 2013. Na identificação dos responsáveis, procuramos incorporar a característica da interfuncionalidade oferecida pela visão por processos.

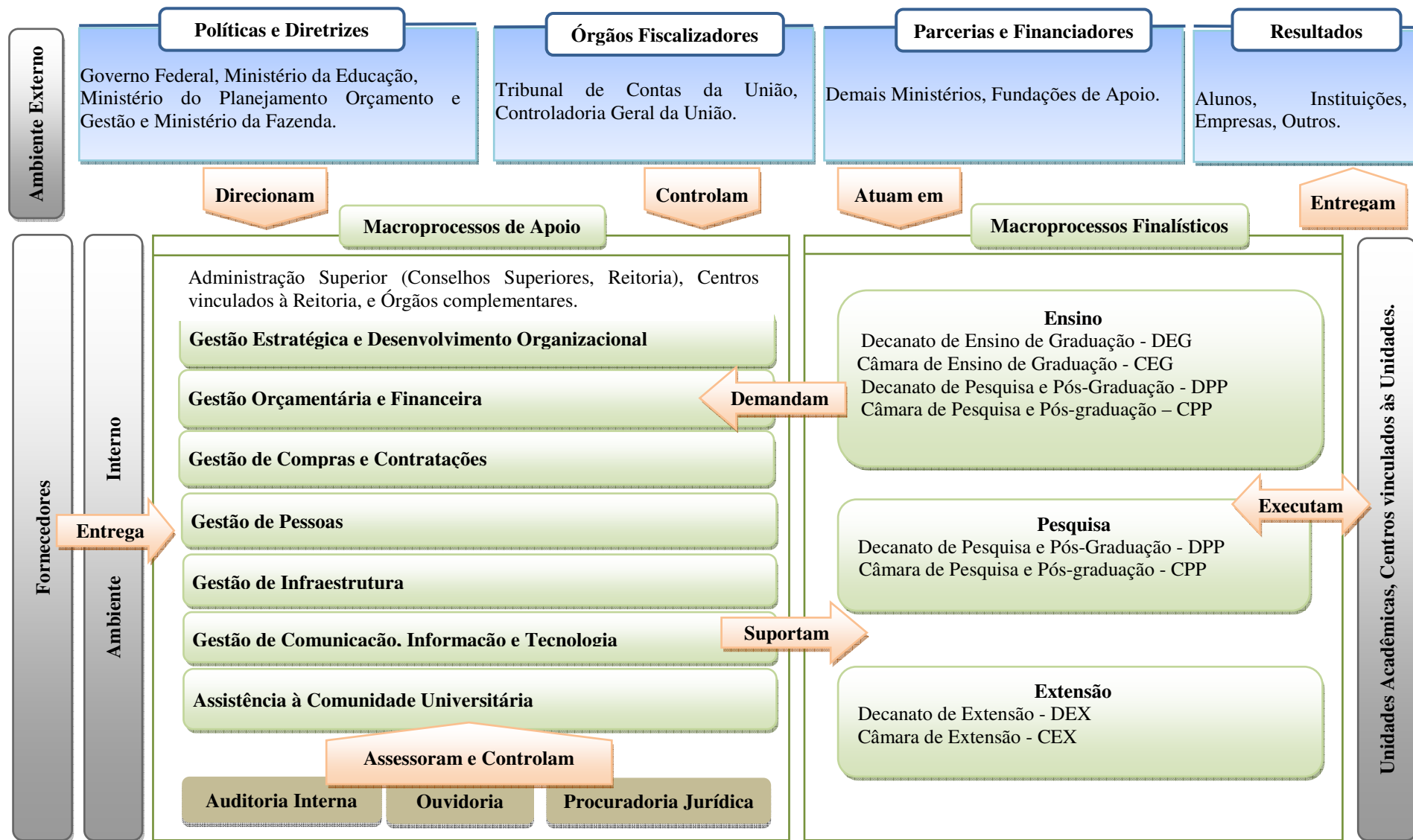



Figura A.1.2 - Contexto dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio
Fonte: DPR, 2014



Quadro A.1.2 – Macroprocesso: Ensino

<p>Macroprocesso:  ENSINO</p> <p>O macroprocesso de Ensino opera nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de ensino à distância (EAD).</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Graduação Objetiva a formação de profissionais para o exercício das atividades que demandam estudos superiores. Cabe ressaltar que as normas acadêmicas para o ensino a distância são as mesmas da educação presencial na UnB. Iniciativas como o Programa “Universidade Aberta do Brasil (UAB)”, “Pro Licenciatura” e o apoio ao ensino semipresencial são parte dessa atuação.</p> <p>▶ Pós Graduação: Objetiva a formação de docente, pesquisadores e profissionais de alto nível.</p> <p>Envolvem:</p> <p>Planejamento Envolve projeto de criação ou alteração de cursos, elaboração do calendário letivo, abertura de vagas para novos ingressos, apropriação de turmas, professores e demais recursos necessários. Para a pós-graduação, existe o credenciamento e a descredenciamento de orientadores conforme a sua produtividade, de acordo com as áreas da CAPES.</p> <p>Seleção Envolve a seleção de alunos para ocupação das vagas ofertadas. As formas de seleção para graduação são: aluno especial, aluno estrangeiro, vestibulares, transferências, diplomas, PAS. Para a pós-graduação, consiste na análise dos editais de seleção nos programas de pós-graduação nas Unidades que são oferecidos à sociedade anualmente</p> <p>Ingresso O interessado deve solicitar matrícula na Unidade Acadêmica responsável pela oferta da disciplina, dentro do período estabelecido no Calendário Universitário.</p> <p>Vida Acadêmica Compreende o registro, a matrícula, a realização das disciplinas presenciais ou a distância, os estágios, a avaliação por meio do sistema de créditos, o qual tem como base o número de horas de atividades das disciplinas, as possibilidades de monitoria e intercâmbio e a participação em atividades de extensão. Para a pós-graduação, há disponibilidade de bolsas com base em critérios de cada programa (CAPES, CNPQ, FAP, bolsas de empréstimo do DPP, bolsas internacionais).</p> <p>Diplomação/Nucleação (Pós-graduação) Finalização do ciclo de estudos do aluno. Todos os semestres, a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) fixa a relação de prováveis formandos do período nos murais dos postos avançados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Ementa/Programa de Disciplina; ○ integralização de créditos em extensão; ○ calendário letivo; ○ credenciamento e descredenciamento de orientadores; ○ análise de editais de seleção para pós-graduação; ○ análise de criação de novos programas de pós-graduação; ○ análise e encaminhamento de solicitações de revalidação de diploma obtido no exterior; ○ relatório de avaliação dos cursos de pós-graduação; ○ relatório anual e trienal de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES com vistas aos conceitos dos programas.

Continua



Quadro A.1.2 – Macroprocesso: Ensino

(Continuação)

Responsável	Clientes
Decanato de Ensino de Graduação – DEG <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Ensino de Graduação a Distância – DEGD ○ Diretoria Técnica de Graduação – DTG ○ Diretoria de Gestão da Informação – DGI ○ Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica – DAIA Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação – DPP <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Fomento à Iniciação Científica – DIRIC ○ Diretoria de Pós-graduação – DIRPG ○ Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação – DIRDI ○ Diretoria de Pesquisa – DIRPE Decanato de Extensão – DEX <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria Técnica de Extensão – DTE ○ Diretoria de Capacitação e Formação Continuada - Interfoco Secretaria de Administração Acadêmica – SAA Assessoria de Assuntos Internacionais - INT	Instituições Sociedade Comunidade Acadêmica
Condução do processo em 2013	
<p>Não ocorreram muitas mudanças na condução dos processos em relação ao ano de 2012, a não ser a implementação de alguns novos programas: Ciência sem Fronteiras, que compreende a homologação da saída dos estudantes que pretendem estudar no exterior, e Jovens Talentos, voltado à iniciação científica, que também contribui na pontuação a ser alcançada pelo aluno para o processo de seleção daqueles que irão estudar no exterior.</p> <p>Houve aumento da demanda de alunos referente ao programa Ciência Sem Fronteiras e uma reestruturação relacionada às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Assuntos Internacionais - INT e pelo Decanato de Pesquisa e Pós-graduação - DPP no tocante à mobilidade acadêmica nacional e internacional.</p> <p>Quanto à pós-Graduação, no ano de 2013, por volta de 1.300 alunos foram titulados. Dentre os 7.000 alunos matriculados, aproximadamente 2.000 possuem bolsas de estudos de agências de fomento como CAPES e CNPq. Com relação à iniciação científica, em 2013, a UnB teve 1604 solicitações de bolsas, sendo atendidas 918.</p>	

Fonte: DPR, 2014.

Quadro A.1.3 – Macroprocesso: Pesquisa e Extensão

<p>Macroprocessos: PESQUISA e EXTENSÃO</p>	
<p>Os macroprocessos de Pesquisa e Extensão são estreitamente relacionados na medida em que, em grande parte das vezes, dependem uns dos outros.</p> <p>A Pesquisa tem como objetivo produzir, criticar e difundir conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, associando-se ao ensino e à extensão.</p> <p>As ações de extensão se desenvolvem por meio das unidades acadêmicas e administrativas da UnB, em processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa. É por meio da ação extensionista envolvendo professores, estudantes e técnicos que a Universidade interage com a sociedade, em um exercício de contribuição mútua. São projetos e programas contínuos e especiais, cursos e eventos.</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Pesquisa Compreende: Projetos de Pesquisa Conjunto de ideias postas à prova, a partir de uma hipótese a ser testada por metodologias consagradas cientificamente com uma fundamentação teórica, que possa garantir que o seu planejamento experimental é válido para garantir que estes resultados sejam aceitos cientificamente e possivelmente disponibilizados à sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Edital de fomento; ○ editais que visam auxiliar eventos científicos de docentes e discentes; ○ editais de auxílio à publicação de artigos científicos em periódicos, tradução e correção de idiomas e publicação de livros;

Continua



Quadro A.1.3 – Macroprocesso: Pesquisa e Extensão

(Continuação)

Descrição	Produtos/serviços
<p>Deve ter orçamento, equipe adequada, cronograma de execução e participação dos discentes. Envolve:Planejamento, Avaliação do mérito pelos pares, Aprovação, Execução, Análise dos resultados e Publicação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ editais de apoio aos novos docentes para auxiliar o docente recém-chegado na UnB como incentivo à pesquisa e à entrada na pós-graduação; ○ editais externos: MCTI/FINEP/CT-INFRA e CAPES-Pro equipamentos e emendas parlamentares; ○ editais Procad/CAPES; ○ concessão de bolsas (CAPES, CNPq e FAP-DF); ○ acordos, termos de cooperação, convênios (Petrobrás, ANP, Embrapa), contratos e afins; ○ acompanhamento da execução dos projetos aprovados (Compras, obras); ○ acompanhamento dos recursos financeiros de custeio da CAPES distribuídos aos programas de Pós-Graduação e Projetos de Pesquisa; ○ acompanhamento e gerência de cota de bolsas para os Programas de Pós-Graduação que necessitam de cotas extras, conforme a política de fortalecimento dos diferentes Programas.
<p>Extensão Compreende: ► Institucionalização de atividades de Extensão Refere-se ao registro e à aprovação do conjunto das práticas de extensão que traduzem as iniciativas acadêmicas visando à formulação, proposição e implementação de diretrizes e políticas de extensão, em consonância com a política geral da Universidade, bem como com a política nacional de extensão, nas seguintes modalidades:</p> <p>Projetos de Extensão É uma ação formalizada de caráter educativo, social, cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica, com objetivo específico e prazo determinado, vinculado ou não a um Programa.</p> <p>Programas de Extensão É o conjunto de ações de médio e longo prazo, orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras atividades existentes, cujas diretrizes e escopo de interação com a sociedade, no que se refere à abrangência territorial e populacional, integrem-se as linhas de ensino e pesquisa desenvolvidas na UnB, nos termos de seus projetos político-pedagógicos e de desenvolvimento institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Termos de frequência e compromisso de estudante extensionista; ○ declaração de participação em atividade de extensão; ○ relatório de participantes de unidades em atividades de extensão; ○ relatório de índice de participação de atividades de extensão por Unidade Acadêmica; ○ análise final e homologação de atividades de extensão; ○ relatório de coordenação de atividades; ○ relatório discente de participação em projetos; ○ acordos e cooperações; ○ oferta de disciplina de extensão; ○ certificado de participação em cursos e eventos de extensão; ○ relatórios diagnóstico e técnico ; ○ solução de certificação digital; ○ relatório institucional de produtividade da extensão; ○ projeto de desenvolvimento científico de processo teórico-metodológico para a capacitação em voluntariado público; ○ Observatório de Oportunidades de Inclusão Socioproductiva e Trabalho (UnB/SEDF/IBICT); ○ Programa de Economia Criativa (UnB/MinC); ○ curso de capacitação “Conceitos, Objetivos e Procedimentos para Elaboração de Projetos de Extensão”, aberto à comunidade universitária da UnB.

Continua



Quadro A.1.3 – Macroprocesso: Pesquisa e Extensão

(Continuação)

Descrição	Produtos/serviços
<p>Cursos de Extensão É o conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático.</p> <p>Eventos de Extensão São ações de curta duração, sem caráter continuado, que implicam a apresentação do conhecimento ou produto cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.</p> <p>Envolve: Planejamento, Análise e Aprovação, Execução, Monitoramento e Avaliação, Inscrição, Participação, creditação curricular e Certificação (Cursos e Eventos).</p>	
<p>▶ Concessão de bolsas de extensão Estímulo ao estudante de graduação para atuar de modo multidisciplinar, vinculando-se a uma ação de extensão. Envolve: Planejamento, Seleção de estudantes, Seleção de Projetos, Monitoramento e Avaliação, Inscrição e Participação.</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Auxílio financeiro;○ Edital PIBEX (Programa Institucional de Bolsas de Extensão);○ Exposição de Pôster PIBEX pelos estudantes vinculados às atividades de extensão;○ Comunicações Orais de estudantes vinculados à atividade de extensão;
<p>▶ Apoio às Atividades Institucionalizadas Fomento de recursos financeiros para a sustentabilidade de projetos e programas de extensão.</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Publicação de livros;○ aquisição de equipamentos e instrumentos;○ produção de CDs e DVDs;○ desenvolvimento de sites e outras ferramentas digitais (blogs, vídeos, etc.)○ Edital de Fomento;
<p>▶ Integralização de Créditos de Extensão Averbação de créditos em extensão pelos cursos de graduação da UnB a estudantes da graduação vinculados a ações de extensão. Envolve: Planejamento, Análise e Aprovação</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Contribuição para a conclusão de cursos.
<p>▶ Publicação e Difusão Editoração de pesquisas em extensão e promoção de eventos de difusão das práticas acadêmicas. Envolve: Planejamento, Editorial, Execução, Avaliação e Divulgação</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Anais dos eventos;○ Semana Universitária – evento anual de difusão das produções acadêmicas promovido pelo DEX.○ Relatórios Técnicos;○ Revista Participação ISSN impresso nº 1677-1893 ISSN online nº 22386963 e indexada na WebQualis B-5 nas áreas: turismo e administração, e interdisciplinar. Consta do Diretório Qualis Capes e está inserida no Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas - SEER, desenvolvida pelo IBICT. <p>http://periodicos.bce.unb.br/index.php/participacao/index www.participacaodex.unb.br participacao@unb.br</p>

Continua



Quadro A.1.3 – Macroprocesso: Pesquisa e Extensão

(Continuação)

Responsável	Clientes
<p>Extensão Decanato de Extensão – DEX</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria Técnica de Extensão – DTE; ○ Diretoria Casa da Cultura da América Latina – CAL; ○ Diretoria de Capacitação e Formação Continuada – INTERFOCO; ○ Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional – DDIR. 	<p>Docentes, discentes, técnicos da UnB e sociedade.</p>
<p>Pesquisa Decanato de Pesquisa e Pós-graduação – DPP</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Pesquisa - DIRPE; ○ Diretoria de Pós-graduação – DIRPG ○ Diretoria de Fomento à Iniciação Científica – DIRIC; ○ Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação - DIRDI; <p>Decanato de Administração – DAF</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Compras - DCO; ○ Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos – DPA; <p>Procuradoria Jurídica – PJU Prefeitura –PRC Decanato de Planejamento e Orçamento - DPO</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Centro de Planejamento - CEPLAN 	<p>Docentes, discentes da UnB e sociedade.</p>
<p>Condução do processo em 2013</p>	
<p>Extensão No ano de 2013, o Edital de fomento apresentou algumas alterações de ordem político-conceitual. Além disso, abriu a possibilidade para o pagamento de bolsas a estudantes da graduação da UnB. Os recursos liberados pelo edital foram oriundos de emenda parlamentar. Quanto ao fomento acadêmico, abriu-se discussão sobre a necessidade de gestão junto aos departamentos visando mudanças nos procedimentos de integralização curricular nos projetos políticos pedagógicos dos cursos sobre a participação discente na extensão. Os demais fluxos permaneceram inalterados.</p> <p>O Decanato de Extensão firmou parcerias com o Ministério da Cultura (MINC); o Ministério do Esporte; as universidades brasileiras (UFPE, UFF, UFRJ, UFCE, UFRPE, UFMG, UFBA) e o Corpo de Bombeiros correspondentes aos estados das universidades acima descritas; IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em busca da ampliação de programas alinhados com as políticas públicas para a educação brasileira. Firmou parcerias no âmbito parlamentar, recebendo emendas que foram revertidas diretamente em apoio às atividades de extensão. Outra parceria importante foi com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFB) de Brasília para a adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Os demais fluxos permaneceram inalterados.</p> <p>No Monitoramento das Atividades de Extensão, não houve alterações nos fluxos quanto ao processo de acompanhamento das atividades de extensão no ano de 2013.</p> <p>O Edital FluEx sofreu pequenas alterações objetivando simplificar e agilizar o registro das propostas no Sistema de Informação (SiEx). Quanto às normas da extensão, houve proposta de mudanças substanciais, sendo, inclusive, suspensas durante o processo de revisão, finalizado no final do segundo semestre de 2013. Alguns fluxos na apreciação e tramitação de processos junto à Câmara de Extensão foram alterados, visando ao alinhamento das normas da extensão com a legislação do Conselho Universitário (CONSUNI) sobre a política de extensão da UnB.</p>	

Continua



Quadro A.1.3 – Macroprocesso: Pesquisa e Extensão

(Continuação)

Condução do processo em 2013
<p>Pesquisa No ano de 2013, ocorreram correção de editais de acordo com orientações da procuradoria jurídica, prestação de contas de projetos pendentes, processos de 2003 e 2004 que estavam inadimplentes, construção de editais de apoio à Pesquisa corrigidos, ajuste de convênios com implantação de termos aditivos e auxílio mais adequados aos programas de pós-graduação.</p>

Fonte: DPR, 2014.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da Unidade Jurisdicionada

Este subitem contém os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da Universidade de Brasília, ou seja, aqueles que garantem o suporte estratégico e operacional aos macroprocessos finalísticos de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme apresentado no item 1.4 – Macroprocessos Finalísticos.

Quadro A.1.4 – Macroprocesso: Gestão Estratégica e Orçamentária

Gestão Estratégica e Orçamentária	
Processo: Planejamento Institucional	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende: ▶ Planejamento Estratégico Objetiva definir as bases estratégicas e proceder a um diagnóstico situacional, que sejam base para a definição dos elementos táticos (metas mobilizadoras e indicadores de gestão associados aos objetivos estratégicos) e dos norteadores para o planejamento operacional (projetos que colaboram para o alcance das metas e resultados de determinada área da Universidade).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) Documento de planejamento global da Instituição, elaborado a partir de amplo diagnóstico institucional, com a participação representativa das unidades acadêmicas e administrativas da UnB, em todos os seus níveis: estratégico, tático e operacional; ○ Relatório de Gestão Documento de prestação de contas da FUB, apresentado anualmente ao TCU, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Resolução TCU n. 234/2010, Instrução Normativa TCU n. 63/2010, das Decisões Normativas TCU n. 107 e 110/2010 e da Portaria TCU n. 277/2010.

Continua



Quadro A.1.4 – Macroprocesso: Gestão Estratégica e Orçamentária

(Continuação)

Descrição	Produtos/serviços
<p>▶ Planejamento Tático Objetiva a construção e apresentação, pelos gestores das áreas estratégicas, das metas mobilizadoras e indicadores de gestão associados aos objetivos estratégicos a serem alcançados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Bases Estratégicas da UnB Documento elaborado a partir de diagnóstico situacional, onde constam as metas mobilizadoras, ações e indicadores de gestão associados aos objetivos institucionais.
<p>▶ Planejamento Operacional Estabelece os projetos que colaboram para o alcance das metas e dos resultados de determinada área da Universidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Plano Anual de Atividades - PAA Condensa os planos operacionais elaborados pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas para determinado exercício; ○ Orçamento Programa Interno - OPI Reúne informações acerca da situação orçamentária e financeira da instituição, seja nos limites aprovados na LOA ou da execução da despesa e seu comportamento ao longo do exercício e em anos anteriores; ○ Tabelas de Distribuição Matriz Interna, PDI e atividades específicas (Projetos diferenciados das Unidades Acadêmicas que demandam recursos).
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Planejamento - DPL 	<p>Universidade de Brasília – UnB Ministério da Educação - MEC Tribunal de Contas da União – TCU Controladoria Geral da União - CGU</p>
Condução do processo em 2013	
<p>Em 2013, a equipe do Decanato de Planejamento e Orçamento iniciou o exercício dando continuidade ao modelo utilizado em 2012 para elaboração do orçamento interno da Universidade, cuja premissa previa a completa integração entre planejamento e orçamento, por meio da adoção de planos internos (PI), instrumentos que possibilitam identificar, por codificações específicas, uma série de atributos relacionados à origem e ao tipo de despesa realizado.</p>	
<p>Processo: Planejamento Orçamentário</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Elaboração da Proposta Orçamentária Materializa as decisões de alocação dos limites orçamentários consignados à UO 26.271 (FUB). Trata do detalhamento da proposta orçamentária para o ano seguinte, em nível de ações orçamentárias, planos orçamentários e naturezas de despesa. Esta proposta é submetida à apreciação do órgão setorial (SPO/ MEC), a partir dos registros lançados no SIMEC para posterior encaminhamento, à SOF / MP, para consolidação e envio ao Congresso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Proposta Orçamentária (SIMEC); ○ Lançamento da proposta orçamentária no SIMEC.
<p>▶ Acompanhamento do Ajuste Orçamentário Envolve o acompanhamento e a avaliação da necessidade de ajustes à programação orçamentária originalmente consignada à FUB, na LOA. Detectada a necessidade de ajuste, se necessário, a Diretoria de Orçamento - DOR procede à consulta e à definição junto a outras Unidades, e ao registro das solicitações e justificativas no SIMEC, no prazo definido pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Adequação da execução real da ação orçamentária ajustada.

Continua



Quadro A.1.4 – Macroprocesso: Gestão Estratégica e Orçamentária

(Continuação)

Descrição	Produtos/serviços
<p>▶ Acompanhamento de Receitas Próprias Envolve a avaliação das reestimativas das receitas próprias e a solicitação de ajustes, se necessário, quando a projeção das principais Unidades Gestoras indicarem arrecadação acima do previsto pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF, com base nos registros históricos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Ocorre bimestralmente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Formulário de Reestimativa de Receitas Trata-se de um consolidado de formulários, um para cada natureza de receita, no qual são apresentadas as reestimativas de receita de cada; UGE, e também a metodologia aplicada para obtenção dos resultados apresentados, objetivando garantir a realização das despesas patrocinadas por esta fonte.
<p>▶ Alocação de Créditos Orçamentários Refere-se às atividades de alocação de créditos da LOA, destinadas aos Centros de Custos (CC), conforme estabelecido no Orçamento Interno e Tabela de Distribuição preparada pela Diretoria de Planejamento - DPL, créditos originários da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e destinados ao Programa de Apoio à Pós-Graduação- PROAP, ou de outros órgãos destinados ao pagamento de GEEC e decorrentes do reconhecimento da receita realizada pelas unidades arrecadadoras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Recursos devidamente alocados internamente às diversas Unidades Acadêmicas e Administrativas desta Instituição, de acordo com planilhas apresentadas pela DPL/DPO; ○ Alocação de crédito de recursos próprios para as unidades que captaram recursos financeiros.
<p>▶ Detalhamento de Crédito para Empenho Refere-se predominantemente à fase do detalhamento do crédito para imediato empenho. No entanto, a depender do tipo da despesa (despesa nova) será feita também a alocação, por não ter sido realizada previamente. Envolve a análise do tipo da despesa e seu enquadramento quanto ao elemento de despesa, registro no SIAFI, preparo de despacho para envio a área de destino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Despesa alocada Refere-se à Nota de Crédito - NC anexa ao despacho de encaminhamento à unidade responsável para empenho.
<p>▶ Encerramento do Exercício Trata de estabelecer, internamente, orientações e cronograma (estabelecido entre DAF e DPO) para a realização das atividades preparatórias para o Encerramento do Exercício. A DOR participa na elaboração da instrução conjunta. Realiza a apuração dos saldos disponíveis objetivando as despesas de manutenção. No ano subsequente, a reprogramação dos créditos à conta das Unidades, poderá ser concedida conforme regramento ou autorização do DPO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Planilha de Créditos Reprogramados Relação das Unidades que tiveram os seus saldos apurados para possíveis reprogramações.
Responsável	Cliente
<p>Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Orçamento – DOR ○ Diretoria de Planejamento - DPL 	<p>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO do Ministério da Educação – MEC Secretária de Orçamento Federal / MP. Universidade de Brasília</p>
Condução do processo em 2013	
<p>A Diretoria de Orçamento conduziu as liberações de créditos para as unidades acadêmicas e administrativas de acordo com as Planilhas apresentadas pelo DPO. Trata-se de créditos liberados pela Matriz, PDI e Atividades Específicas. No caso da distribuição dos créditos das Atividades Específicas o valor alocado foi o mesmo do ano de 2012, em função da não conclusão dos trabalhos da Comissão criada para estudar este assunto. Para as unidades que arrecadam recursos financeiros, especialmente o CESPE, a Diretoria de Orçamento fez diversos ajustes na Fonte de Recursos Próprios, buscando suplementações necessárias ao volume de recursos arrecadados, pois o teto estabelecido pela SPO/MEC (dotação inicial) para a Universidade de Brasília mostrou-se insuficiente para as nossas necessidades. Realizamos ainda ajustes orçamentários nas dotações de pessoal ativo, inativo e também de benefícios, considerando as necessidades apresentadas nas projeções para estas despesas obrigatórias. Finalmente a SPO/MEC liberou crédito suplementar por superávit financeiro de 2012 possibilitando o adequado encerramento do exercício de 2013.</p>	

Continua



Quadro A.1.4 – Macroprocesso: Gestão Estratégica e Orçamentária

(Continuação)

Processo: Avaliação Institucional e Informações Gerenciais	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Gestão de Informações para Autoavaliação Institucional Envolve a coordenação da elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, elaboração do Sumário Executivo do Relatório de Autoavaliação, elaboração de artigos para eventos relacionados à avaliação institucional e ao atendimento de demandas internas e externas sobre Autoavaliação Institucional.</p> <p>▶ Gestão de Informações Gerenciais</p> <p>Envolve:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Cálculo da Matriz Orçamentária de Partição Interna; ○ Cálculo de Indicadores do TCU; ○ Preenchimento do Censo da Educação Superior; ○ Disponibilização de Informações Estatísticas; ○ Submissão de Informações à Plataforma PingIFES; ○ Realização de Auditoria PingIFES. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Relatório de Autoavaliação Institucional Contempla objetivos de autoconhecimento que permitam os necessários avanços e ajustes nos rumos da UnB e os objetivos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); ○ Sumário Executivo do Relatório de Autoavaliação Institucional Resultados do último ciclo da Avaliação divulgados em um formato acessível e objetivo à Comunidade Universitária; ○ Artigos de abordagem científica sobre Avaliação Institucional Vetor de aprimoramentos acadêmicos e administrativos, objetivando promover reflexões sobre a UnB e divulgar a Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade interna e externamente; ○ Atendimento das demandas internas e externas relacionadas a processo de autoavaliação da Universidade. ○ Matriz Orçamentária de Partição Interna Destinada especificamente a dividir os recursos de Outras Despesas de Custeios e Capital (ODC) às Unidades Acadêmicas. O modelo engloba oito variáveis as quais expressam as necessidades e demandas dessas Unidades; ○ Cálculo dos Indicadores de Desempenho As informações dos indicadores são registradas em formulário eletrônico disponibilizado pela SESu/MEC, na internet, no Sistema SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle), no endereço http://simec.gov.br, módulo rede federal; ○ Informações para o Censo da Educação Superior Informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou à distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. ○ Informações Estatísticas Informações estatísticas relacionadas à UnB para a Comunidade Universitária e Externa (Folder UnB em números e Anuário Estatístico), como também à CODEPLAN para disponibilização no Sistema de Informações Estatísticas do GDF-SIEDF (Decreto n. 27.754/2007);

Continua



Quadro A.1.4 – Macroprocesso: Gestão Estratégica e Orçamentária

(Continuação)

Descrição	Produtos/serviços
	<ul style="list-style-type: none"> ○ Informações ao Sistema PingIFES (Plataforma Integrada de dados das Instituições Federais de Ensino Superior) atendendo à necessidade do MEC/SESU quanto a informar parâmetros de distribuição de recursos por meio da Matriz OCC (Orçamento de Custeio) e Matriz PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil); ○ Verificação de dados da plataforma PingIFES.
<p>▶ Apoio à Avaliação Externa A Avaliação externa acontece quando algum curso da Universidade passa por processo de reconhecimento, credenciamento ou recredenciamento. Este processo conta com a participação do Decanato de Graduação – DEG.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Apoio às etapas das reuniões relativas à Avaliação Institucional com os Avaliadores Externos; ○ Acompanhamento do feedback elaborado pelas comissões de avaliação externas que visitam a Universidade.
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais – DAI <p>Decanato de Graduação – DEG.</p>	<p>Universidade de Brasília – UnB Ministério da Educação – MEC Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Tribunal de Contas da União – TCU CODEPLAN Outras Instituições de Ensino Superior Sociedade</p>
Condução do processo em 2013	
<p>Com a chegada de uma nova gestão da Universidade, algumas medidas foram levadas a efeito, como: a reestruturação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), a integração dos <i>campi</i> Planaltina, Ceilândia e Gama no processo de avaliação institucional, um esforço direcionado ao processo de avaliação externa, a retomada da elaboração do Anuário Estatístico, a auditoria do cálculo da matriz de partição orçamentária e a reorganização das informações constantes nos Sistemas de Informação da Universidade (Sistema de Graduação – SIGRA) e no E-MEC. Houve uma ampliação da integração com áreas internas e, em especial, com o Centro de Informática – CPD e o Decanato de Graduação – DEG. Houve mudanças metodológicas com a adoção de novas ferramentas, e descentralização da execução das atividades, implicando maior acessibilidade e diminuição da propriedade em relação ao negócio.</p>	
<p>Processo: Desenvolvimento Organizacional</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Mapeamento dos Processos Consiste na identificação do fluxo de atividades dos processos, o que propicia uma melhor compreensão de como estão sendo executados atualmente (AS IS). Inclui as origens da informação, quem são os fornecedores, quem trata a informação e para quem são passadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Mapas dos Processos (AS IS) Contém as atividades e descrição das mesmas; ○ Diagnóstico e levantamento da situação atual do processo, cujo objetivo principal é mostrar e partilhar com todos os envolvidos as dificuldades, os retrabalhos, os prejuízos e as perdas provocadas pelo processo.
<p>▶ Redesenho dos Processos Consiste na definição de como o fluxo de atividades do processo deve ser (TO BE). Neste momento são propostas melhorias, com base na análise do processo realizada na etapa de mapeamento, envolvendo estrutura da organização, capacitação de recursos humanos, necessidade de automação e outros fatores que possam beneficiar o desempenho organizacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Identificação de Oportunidades de Melhorias; ○ Modelo do Processo (TO BE); ○ Contém as atividades e descrição das mesmas.

Continua



Quadro A.1.4 – Macroprocesso: Gestão Estratégica e Orçamentária

(Continuação)

Responsável	Cientes
Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO o Diretoria de Processos Organizacionais - DPR	Universidade de Brasília – UnB Tribunal de Contas da União – TCU
Condução do processo em 2013	
No ano de 2013 foi iniciado o mapeamento (AS IS) dos processos organizacionais do Centro de Documentação da UnB – CEDOC , do Decanato de Extensão – DEX e do Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO.	

Fonte: DPR, 2014.

Quadro A.1.5 – Macroprocesso: Gestão Financeira e Contábil

<p>Gestão Financeira e Contábil</p> <ul style="list-style-type: none"> Administração Financeira Contabilidade e Finanças Apoio a Projetos Acadêmicos 	
Processo: Administração Financeira	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Execução orçamentária Consiste na alocação dos recursos orçamentários às unidades da Universidade de Brasília – UnB, de acordo com planejamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> o Recursos orçamentários alocados
<p>▶ Execução Financeira Inicia-se, com autorização do ordenador de despesa, o empenho da despesa legalmente licitada. Após o cumprimento da avença contratual, com a entrega dos produtos e/ou prestação do serviço, ocorre a liquidação da despesa legalmente atestada. O pagamento, última etapa do processo, ocorre após a regular liquidação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> o Empenho da despesa, Liquidação da despesa, Pagamento da despesa.
<p>▶ Execução Patrimonial Responsável pelo tombamento e gestão dos bens móveis adquiridos ou cedidos em comodato para a Universidade de Brasília.</p>	<ul style="list-style-type: none"> o Balanço Patrimonial; o Demonstração das variações Patrimoniais; o Relatório Mensal de Almoarifado – RMA.
<p>▶ Prestação de Contas Anual Envolve a elaboração do Relatório de Gestão Anual (auditado pela CGU). Além disso, agrega o Rol de Responsáveis e a declaração do contador para composição da Prestação de Contas Anuais a serem entregues ao TCU.</p>	<ul style="list-style-type: none"> o Balanço financeiro; o Balanço Orçamentário.
Responsável	Cientes
Decanato de Administração – DAF o Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF; o Diretoria de Gestão de Materiais-DGM; o Diretoria de Compras-DCO.	Universidade de Brasília Órgãos de controle externo

Continua



Quadro A.1.5 – Macroprocesso: Gestão Financeira e Contábil

(Continuação)

Condução do processo em 2013	
<p>Foram criadas Diretorias para gestão de obras e infraestrutura da Universidade, com o intuito de melhorar a gestão e acompanhar o crescimento da Universidade. Em relação à elaboração do inventário patrimonial, medidas foram adotadas pela Diretoria de Gestão de Materiais – DGM para diminuição da discrepância dos dados do sistema de patrimônio – SIPAT. No referido ano, também ocorreu significativa coleta de bens inservíveis que foram vendidos em leilão.</p>	
<p>Processo: Contabilidade e Finanças</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Apoio Técnico Contábil Responsável pela análise e conformidade contábil, prestação de contas de recursos descentralizados, suprimento de fundos e cumprimento das obrigações tributárias acessórias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Relatório de Prestação de Contas
<p>▶ Apoio Técnico em Finanças Responsável pelo empenho, pela liquidação e pelo pagamento da despesa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Notas de Empenho; ○ Notação de Despesa.
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Administração – DAF</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF 	<p>Universidade de Brasília Outros Órgãos Federais</p>
Condução do processo em 2013	
<p>Processo de reestruturação iniciado em 2012 e consolidado em 2013. Com isso, foi oferecida maior segurança nas gestões financeira e tributária da Universidade.</p>	
<p>Processo: Apoio a Projetos Acadêmicos</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Análise e Instrução de Projetos Acadêmicos Envolve a análise, inclusive financeira, dos documentos recebidos referentes a um Projeto Acadêmico visando atender a legislação em vigor. Incluindo o encaminhamento à PJU (Procuradoria Jurídica) para análise legal do instrumento a ser assinado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Termo de Cooperação; ○ Convênios; ○ Acordos; ○ Contratos; ○ Termos de Outorga; ○ Acordo de Cooperação; ○ Termo de Compromisso; ○ Protocolo de Intenções.
<p>▶ Controle de Registros de Projetos Acadêmicos Refere-se ao registro dos instrumentos formalizados, à publicação no D.O.U (Diário Oficial da União), bem como ao acompanhamento dos Projetos quanto aos seus trâmites administrativos e ao arquivamento no setor e encaminhamento ao CEDOC (Centro de Documentação).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Instrumentos Registrados; ○ Publicações no D.O.U (Diário Oficial da União).
<p>▶ Controle e Acompanhamento de Projetos Acadêmicos Após a formalização do processo, o concedente descentraliza o recurso e, na DPA (Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos), ocorre o detalhamento dos recursos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Nota de Dotação
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Administração – DAF</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos - DPA 	<p>Universidade de Brasília Instituições Públicas e Privadas</p>
Condução do processo em 2013	
<p>Foi aprovada a Resolução 017/2013, que regulamenta a relação da FUB com as Fundações de Apoio. Foi feita uma consulta à PJU para que se ajustassem os processos para a tramitação de expedientes que envolvem tais Fundações. Foram realizados, ainda, ajustes pontuais em todos os demais processos.</p>	

Fonte: DPR, 2014.



Quadro A.1.6 – Macroprocesso: Gestão de Compras e Contratações

<p>Gestão de Compras e Contratações</p> <ul style="list-style-type: none"> → Análise Processual → Compras e Contratações em Âmbito Nacional → Importações e Exportações 	
<p>Processo: Análise Processual</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Triagem, Consolidação e Instrução das demandas em Âmbito Nacional</p> <p>Objetiva verificar a existência de contratos ou atas de registro de preço para atendimento da demanda, ou abertura de certame licitatório, ou contratação direta. Envolve também a elaboração de documentos de instrução da demanda.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Confeção dos termos de referência ou Projeto Básico; ○ Mapa comparativo de preços; ○ Minuta de contrato; ○ Memorandos, ofícios e despachos.
<p>▶ Triagem e Instrução das Demandas em Âmbito Internacional</p> <p>Objetiva verificar se a demanda trata de aquisição no mercado internacional, ou recebimento de doações, ou empréstimos ou exportações, caracterizando, dessa forma, um fluxo de atividades diferenciado da triagem em âmbito nacional. Envolve também a elaboração de documentos de instrução da demanda.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Confeção dos termos de referência ou Projeto Básico; ○ Mapa comparativo de preços; ○ Planilha de custo de importação; ○ Minuta de contrato; ○ Memorandos, ofícios e despachos.
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Administração – DAF</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Compras - DCO 	<p>Universidade de Brasília</p>
Condução do processo em 2013	
<p>No início do exercício de 2013, foi estabelecida a cartilha de compras orientando as unidades solicitantes quanto à formalização dos seus pedidos. Foram indicados, pelos dirigentes das unidades, interlocutores, os quais foram capacitados para controle e acompanhamento dos pedidos de compras junto a DCO.</p>	

Continua



Quadro A.1.6 – Macroprocesso: Gestão de Compras e Contratações

(Continuação)

Processo: Compras e Contratações em Âmbito Nacional	
Descrição	Produtos/serviços
<p>▶ Aquisição de Bens e Serviços no Mercado Nacional Compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão da Agenda de Compras; ○ Autorização das Despesas, Análise e Conformidade Orçamentária e Detalhamento de Crédito; ○ Preparação da Documentação para Licitar; ○ Realização de Pregão Eletrônico, Concorrência, Convite e Leilão; ○ Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação; ○ Aquisições por meio de adesão às Atas de Registro de Preços; ○ Gestão dos contratos de Bens e Serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Certames licitatórios publicados; ○ Atas e Contratos formalizados; ○ Empenhos emitidos; ○ Cadastramento de fornecedores no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF; ○ Adesões às atas de registro de preços; ○ Ofícios, memorandos e cartas.
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Administração – DAF</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Compras – DCO; ○ Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF. <p>Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Orçamento - DOR 	<p>Universidade de Brasília</p> <p>Órgãos da Administração Federal</p>
Condução do processo em 2013	
<p>Em 2013, cumprimos as metas estabelecidas no exercício anterior, que envolviam: o aumento do número de licitações, a redução do uso da modalidade convite e o aumento do controle para evitar fracionamento e garantir a observação dos limites para dispensa. Foi iniciada a etapa preparatória para a implantação do Sistema de Gestão Integrada de Compras – SIGICOM.</p>	
Processo: Importações e Exportações	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Aquisição no Mercado Externo Compreende a aquisição no mercado externo (importação direta, admissão temporária ou doação) de bens e serviços não disponíveis no mercado interno, de interesse da FUB para desenvolvimento de suas atividades.</p> <p>▶ Exportação Temporária de Mercadorias Compreende a exportação temporária de mercadorias nacionais ou nacionalizadas que necessitem de conserto, reparo ou restauração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Empenhos emitidos; ○ Extratos (licenciamento de importação e declaração de importação); ○ Contrato de câmbio.
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Administração – DAF</p> <p>Diretoria de Compras - DCO</p>	<p>Universidade de Brasília</p>
Condução do processo em 2013	
<p>Em 2013, foram realizadas aquisições no mercado externo visando atender demandas relacionadas a pesquisas científicas que envolviam recursos: CNPq; FAPDF; CAPES e FINEP. Não foi realizada nenhuma exportação temporária.</p>	

Fonte: DPR, 2014.



Quadro A.1.7 – Macroprocesso: Gestão de Pessoas

<p>Gestão de Pessoas</p> <ul style="list-style-type: none"> → Provimento, Acompanhamento e Movimentação → Pagamento e Benefícios → Capacitação, Desenvolvimento e Educação → Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho 	
<p>Processo: Provimento, Acompanhamento e Movimentação</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Provimento Consiste no preenchimento do cargo pelo servidor, que assume a responsabilidade de exercer as atribuições e atividades pertinentes ao cargo assumido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Deliberações a respeito do quadro de pessoal técnico-administrativo e docente; ○ Adequada lotação de servidores nas Unidades Acadêmicas e Administrativas da UnB.
<p>▶ Registro e Controle Funcional Consiste no registro de ocorrências da vida funcional do servidor Compreende: Registro funcional, afastamentos, licenças, exoneração, Penalidades, Sindicância, entre outros.</p>	<p>Registros no Sistema SIPES (Sistema de Pessoal - UnB) e SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos);</p>
<p>▶ Remoção, redistribuição e cessão de servidores Compreende: Análise da solicitação nos termos da legislação.</p>	<p>Registros no Sistema SIPES (Sistema de Pessoal) e SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos);</p>
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Gestão de Pessoas- DGP</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Administração de Pessoas – DAP ○ Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação - DPAM 	<p>Servidores Técnico-Administrativos e Docentes do quadro e extra-quadro.</p>
Condução do processo em 2013	
<p>No ano de 2013, o Decanato de Gestão de Pessoas efetuou ações junto ao MEC, no intuito de solicitar vagas para viabilizar o concurso FUB/2014. Além disso, realizou estudos e Auditoria nas vagas de técnicos e docentes, no intuito de melhor alocá-las na FUB, subsidiados por critérios estatísticos das reais necessidades da FUB.</p>	
<p>Processo: Pagamento e Benefícios</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Pagamento Contempla as seguintes categorias de servidores: ativos; inativos, pensionistas, cargos comissionados, professores temporários (visitantes e substitutos) . As principais rotinas mensais são referentes aos ajustes financeiros decorrentes das movimentações dos servidores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Folha mensal dos servidores efetivos e colaboradores, gerada a partir do cadastro do beneficiado processada pelo SERPRO, no sistema SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos); ○ Folha dos colaboradores gerada pelo CPD no sistema SRHPS; ○ Cálculos Diversos que podem ser em decorrências de decisões judiciais, solicitações judiciais, ou em função de pagamentos indevidos, que devem ser corrigidos.

Continua



Quadro A.1.7 – Macroprocesso: Gestão de Pessoas

(Continuação)

<p>▶ Aposentadoria Contagem de Tempo de Serviço - análise da vida funcional do servidor: admissão FUB, tempos averbados, licenças, afastamentos e faltas, a fim de identificar o preenchimento dos requisitos para aposentadoria ou concessão de abono de permanência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Contagem de Tempo de Serviço; ○ Concessão de Abono de Permanência; ○ Concessão de Aposentadoria; ○ Concessão de Isenção de Imposto de Renda: aos aposentados acometidos de doença especificada em lei – processo analisado pela Junta Médica Oficial/FUB.
<p>▶ Pensão Civil Concessão de pensão aos dependentes legais do servidor: - Vitalícia: é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários; - Temporária: é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Concessão de pensão aos dependentes legais do servidor; ○ Concessão de Isenção de Imposto de Renda: aos beneficiários de pensão acometidos de doença especificada em lei – processo analisado pela Junta Médica Oficial/FUB.
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Gestão de Pessoas – DGP ○ Diretoria de Administração de Pessoas – DAP</p>	<p>Servidores Técnico-Administrativos e Docentes do quadro e extra-quadro (Pagamento)</p>
Condução do processo em 2013	
<p>Em 2013, ocorreu o aperfeiçoamento do registro operacional referente ao pagamento da gratificação de encargo de curso e concurso – GECC, passando a registrá-los via Sistema SIAPE.</p>	
<p>Processo: Capacitação, Desenvolvimento e Educação</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende: ▶ Capacitação Objetiva a promoção de treinamento e capacitação continua aos trabalhadores, visando seu desenvolvimento psicossocial e intelectual, qualificação profissional e a eficiência e qualidade do trabalho realizado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Catálogo de Cursos; ○ Curso Presencial; ○ Curso On-line ; ○ Material Didático (apostila, planilha em Excel); ○ Relatório de Atividades Bimestral.
<p>▶ Gestão de Desempenho Inclui o planejamento, o desenvolvimento e o acompanhamento do sistema de gestão de desempenho do servidor técnico-administrativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Orientação às unidades no que se refere ao processo de avaliação de seus servidores; ○ Acompanhamento do estágio probatório de servidores e docentes.
<p>▶ Acompanhamento de Carreira Objetiva o acompanhamento do desenvolvimento do servidor no âmbito da carreira durante sua trajetória na Instituição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Atividades relacionadas às progressões e licenças por capacitação e por qualificação dos servidores técnico-administrativos; ○ Registros dos afastamentos dos servidores docentes e técnico-administrativos; ○ Análise de títulos apresentados; ○ Concessão da progressão por capacitação profissional, incentivo à qualificação e licença capacitação aos servidores técnico-administrativos.
Responsável	Cliente
<p>Decanato de Gestão de Pessoas – DGP ○ Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação - DCADE</p>	<p>Servidor, Unidades Acadêmicas e Administrativas.</p>

Continua



Quadro A.1.7 – Macroprocesso: Gestão de Pessoas

(Continuação)

Condução do processo em 2013	
No ano de 2013, ocorreu a implantação de Curso de Formação aos novos servidores e também a promoção de cursos operacionais específicos, como o referente ao SIAPE.	
Processo: Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Atenção à Saúde e Qualidade de Vida Envolve a elaboração e gerência de programas de qualidade de vida no trabalho, acompanhamento psicossocial dos servidores da FUB, bem como a criação e gestão de ações de promoção à saúde e prevenção de doenças ocupacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Ações de promoção à saúde e prevenção de doenças ocupacionais.
<p>▶ Engenharia e Segurança no Trabalho Engloba atividades de avaliação dos ambientes de trabalho e prevenção de acidentes do trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Laudos de Insalubridade; ○ Laudos de Periculosidade.
<p>▶ Perícia Oficial em Saúde Objetiva a realização dos serviços de perícia oficial em saúde, englobando atividades de avaliação técnica da capacidade laborativa dos servidores da Instituição e dos órgãos partícipes da Unidade SIASS/UnB.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Relatório de Avaliação do Estado de Saúde do Servidor.
Responsável	Cliente
<p>Decanato de Gestão de Pessoas – DGP</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho - DSQVT 	<p>Universidade de Brasília</p> <p>Servidores vinculados ao SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal.</p>
Condução do processo em 2013	
O ano de 2013 foi marcado pela implantação de campanha referente à prevenção do câncer de mama, disseminando o assunto e orientando toda a comunidade universitária, além de outras atividades como: inicialização do processo de contratação da empresa especializada para a realização de exames periódicos para os servidores da Universidade de Brasília e, ainda, Convênio com novos Planos de Saúde, o que aumenta as possibilidades de adesão a seus servidores.	

Fonte: DPR, 2014.



Quadro A.1.8 – Macroprocesso: Gestão de Infraestrutura e Segurança

<p>Gestão de Infraestrutura e Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> → Infraestrutura Física → Serviços Corporativos → Segurança Pessoal e Patrimonial → Manutenção de Equipamentos 	
<p>Processo: Infraestrutura Física</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Serviço de Limpeza e Jardinagem dos Campi Limpeza física de todos os lavatórios e sanitários, todas as copas, salas e demais dependências da FUB (áreas externas e internas), além de aparelhos, máquinas e equipamentos diversos. As atividades de jardinagem consistem nas atividades de gestão e na manutenção dos jardins e áreas verdes da Universidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Higieneização e limpeza dos <i>campi</i>.
<p>▶ Manutenção Predial Envolve os serviços de alvenaria, pintura, carpintaria e serralheria nos espaços das edificações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Manutenção dos prédios.
<p>▶ Obras e Reformas Obras e reformas diretas ou indiretas (serviços complexos com aspectos técnicos) realizadas de acordo com as demandas, tais como: serviços de calçadas, de impermeabilização, entre outros, que são executados e fiscalizados para atender a comunidade acadêmica de forma geral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Novos prédios e edificações antigas reformadas.
Responsável	Clientes
<p>Prefeitura do <i>Campus</i>– PRC</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria Geral de Infraestrutura – DGI; ○ Diretoria de Obras-DOB; <p>Centro de Planejamento –CEPLAN</p>	<p>Universidade de Brasília</p>
Condução do processo em 2013	
<p>Em 2013, houve um aumento das demandas do processo de Infraestrutura Física referentes à limpeza, à jardinagem, à manutenção predial, a obras e a reformas. Esse aumento ocorreu em função da expansão da Universidade. Para atender esse aumento, foi elaborado um cronograma de atividades, no qual foram elencadas as prioridades. Houve também uma alteração na concepção do serviço de limpeza. No novo contrato, o serviço é pago em função do nível de execução dos serviços, e não mais pelo quantitativo de pessoal. Essa nova orientação demonstrou mais eficiência na execução dos serviços de limpeza em todos os <i>campi</i>. O serviço de jardinagem e manutenção das áreas verdes teve seu foco na manutenção geral dos jardins do Campus, com atenção às áreas externas dos novos prédios.</p>	

Continua



Quadro A.1.8 – Macroprocesso: Gestão de Infraestrutura e Segurança

(Continuação)

Processo: Serviços Corporativos	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Realização de Mudanças Consiste nas atividades referentes ao deslocamento de bens móveis no âmbito da Universidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Deslocamento de mobiliário, equipamentos, e materiais na área física da Universidade de Brasília.
<p>▶ Alocação de Espaço Físico Alocação de espaços físicos (salas de aula e anfiteatros) para oferta de disciplinas e a disponibilização de equipamentos de áudio e vídeo e aparelhos de projeção multimídia para professores em atividades acadêmicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Alocação de Espaços Físicos e disponibilização de equipamentos de áudio, vídeo e multimídias.
<p>▶ Transporte São as atividades ligadas ao transporte terrestre de alunos, professores e técnicos, para atividades acadêmicas e administrativas. Abrange também o controle de viagens, controle da distribuição de combustíveis para veículos oficiais, manutenção da frota e coordenação do atendimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Serviços de locomoção de materiais e pessoas.
<p>▶ Produção de Mobiliário e Artefatos Consiste no processo de elaboração de pequenos projetos e produção de mobiliários e artefatos de madeiras e metal, para atendimento das atividades acadêmicas e administrativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Móveis e artefatos em madeira e ferro.
Responsável	Clientes
Prefeitura do <i>Campus</i> - PRC	Universidade de Brasília
Condução do processo em 2013	
<p>Com a expansão do Campus, também houve aumento nas demandas do processo de Serviços Corporativos. Para atender, de forma efetiva, esse aumento, sem prejudicar a qualidade do atendimento, o serviço de Mudanças dividiu-se em equipes e centralizou o fluxo de atendimento via Ordem de Serviços pelo sistema SICOS. Também foi priorizado o atendimento agendado. O serviço de Alocação de Espaços Físicos, no tocante à alocação de salas de aulas, teve, como diferencial, a priorização da alocação pelo critério de proximidade geográfica com o departamento de origem das disciplinas. Com isso, houve redução das reclamações relativas à distância das disciplinas alocadas dos departamentos de origem. O serviço de Transporte atuou de forma planejada, com foco no controle da utilização dos veículos através do sistema SITRAN.</p>	
Processo: Segurança Pessoal e Patrimonial	
Descrição	Produtos / serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Vigilância Orgânica e Terceirizada O Serviço de Vigilância Orgânica refere-se à atividade de segurança desarmada exercida por servidores do quadro. O serviço de Segurança Terceirizada é exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, dentro dos limites dos <i>campi</i>. Tem o objetivo de coibir ações delituosas, garantindo a integridade física da comunidade universitária e do patrimônio público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Serviço de Vigilância.

Continua



Quadro A.1.8 – Macroprocesso: Gestão de Infraestrutura e Segurança

(Continuação)

<p>▶ Serviços de Portaria Consiste nas atividades ligadas ao controle, operação e fiscalização de portarias dos prédios da universidade.</p>	<p>○ Serviços de Portaria.</p>
<p>▶ Acompanhamento e Autorização de Eventos Refere-se às atividades que visam garantir o uso adequado das dependências destinadas a eventos acadêmicos e culturais, regulados pela Resolução da Reitoria 001/2012.</p>	<p>○ Acompanhamento e autorização de eventos.</p>
Responsável	Clientes
Prefeitura do <i>Campus</i> – PRC Decanato de Assuntos Comunitários - DAC	Universidade de Brasília
Condução do processo em 2013	
<p>Até 2012, as atividades de Vigilância Orgânica e Terceirizada e Serviços de Portaria eram vinculadas à Diretoria de Serviços Gerais, da Prefeitura do Campus. No ano de 2013, houve um desmembramento, tendo sido criada a Diretoria de Segurança, também vinculada à Prefeitura, com o objetivo de proporcionar mais agilidade e eficiência nas atividades de vigilância e serviços de portaria.</p> <p>O processo de Segurança atuou em 2013 de forma estratégica, com foco na prevenção, no planejamento operacional e na sensibilização da comunidade acadêmica quanto aos cuidados necessários e preventivos a serem tomados visando inibir ações delituosas. Houve uma parceria estratégica entre a universidade e os principais órgãos de segurança pública, no intuito de reduzir o número de ocorrências nas áreas dos <i>campi</i>.</p>	
Processo: Manutenção de Equipamentos	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende: ▶ Manutenção Preventiva Consiste nas atividades de prevenção de defeitos que possam ocasionar a parada ou a falha dos equipamentos instalados, sendo realizadas de forma planejada e programada, por meio de um cronograma de ação. São utilizados os sistemas SICOS e SIPAT para abertura de Ordem de Serviço.</p>	<p>○ Manutenção Preventiva.</p>
<p>▶ Manutenção Corretiva São as atividades de manutenção executadas nos casos de emergência, quando ocorrem as paradas e os defeitos que causam prejuízos às atividades. Também são iniciadas a partir da abertura de uma ordem de serviço nos sistemas SIPAT e SICOS</p>	<p>○ Manutenção Corretiva.</p>
<p>▶ Gestão de Contratos de Manutenção Refere-se às atividades de acompanhamento e fiscalização dos contratos de manutenção de equipamentos firmados com empresas privadas. Essa manutenção é especializada.</p>	<p>○ Gestão dos Contratos de Manutenção.</p>
Responsável	Clientes
Prefeitura do <i>Campus</i> - PRC	Universidade de Brasília
Condução do processo em 2013	
<p>Em 2013, houve um aumento na demanda do processo de Manutenção de Equipamentos, ocasionado pela expansão dos <i>campi</i>. Houve uma especial atenção na capacitação dos colaboradores para promover a atualização e melhoria do atendimento. A Manutenção Preventiva teve o foco de operação voltado para o planejamento das atividades de manutenção, e, para isso, cumpriu um cronograma de atendimento. Não ocorreram alterações significativas na metodologia de atendimento do serviço de Manutenção Corretiva em 2013.</p>	

Fonte: DPR, 2014.



Quadro A.1.9 – Macroprocesso: Gestão da Informação e Tecnologia

Gestão da Informação, Comunicação e Tecnologia.	
Processo: Gestão de Documentos de Arquivo	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Gênese Documental Consiste no recebimento de documentos de arquivo enviados à UnB pelo público externo e na produção de documentos de arquivo a serem utilizados pela própria Instituição ou para envio ao público externo em geral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Garantia do fluxo da comunicação e definição da padronização da produção dos documentos.
<p>▶ Movimentação de Documento de Arquivo Consiste na movimentação de documentos produzidos, recebidos e expedidos pela UnB no decorrer de suas atividades. Envolve: distribuir documentos, tramitar documentos, expedir documentos, arquivar documentos, transferir documentos, recolher documentos, eliminar documentos, desarquivamento / empréstimo / consulta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Controle e padronização de documentos.
<p>▶ Autuação de Documentos Consiste em atribuir formalidade (formar processo documental) ao conjunto de documentos reunidos naturalmente no decurso de uma atividade administrativa na Universidade de Brasília.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação e controle dos processos administrativos.
<p>▶ Mudança de Suporte Consiste na migração da informação arquivística de um suporte para o outro, visando à substituição e/ou preservação do conjunto de documentos; Compreende: microfilmар documentos, digitalizar documentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Racionalização do espaço físico de guarda de documentos, preservação e recuperação da informação arquivística; ○ Documentos microfilmados e digitalizados.
<p>▶ Classificação de Documentos de Arquivo Consiste em classificar a natureza do documento (sigiloso ou ostensivo) e também em atribuir classes, de acordo com um plano de classificação pré-existente, que representam as funções e atividades da FUB.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aplicação de planos de classificação de documentos das atividades meio e fim. ○ Organização, recuperação da informação e controle do acesso às informações sigilosas.
<p>▶ Avaliação de documentos Consiste em deliberar sobre os prazos de guarda e destinação dos documentos de Arquivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aplicação de tabelas de temporalidade de documentos das atividades meio e fim. ○ Garantia de preservação e/ou eliminação de documentos.

Continua



Quadro A.1.9 – Macroprocesso: Gestão da Informação e Tecnologia

(Continuação)

<p>▶ Preservação e difusão de documentos de arquivo Consiste na custódia de documentos de guarda definitiva, em função de seu valor informativo, comprobatório ou histórico. Compreende: descrever documentos, preservar documentos, consultar documentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Controle, preservação e acesso ao acervo arquivístico. ○ Produtos: instrumentos de pesquisa (guia, inventários, catálogos), publicações, bases de dados, manuais
Responsável	Clientes
Centro de Documentação da Universidade de Brasília – CEDOC	Universidade de Brasília Sociedade
Condução do processo em 2013	
<p>Ao longo do ano, foram validados o macroprocesso Gerir documentos de arquivo e o processo Gênese documental. Foram também identificados outros processos e seus respectivos subprocessos. Entretanto, esses processos e subprocessos ainda estão sendo analisados para posterior validação.</p>	
<p>Processo: Informação e Tecnologia</p>	
Descrição	Produtos
<p>Compreende: ▶ Rede de Dados e Comunicação Objetiva coordenar, planejar, executar e avaliar as atividades ligadas à conectividade, aos serviços de rede e de segurança, disponibilizando acesso de usuários da comunidade universitária aos serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Serviços de Tecnologia de Informação de caráter institucional; ○ Rede de dados e telefonia disponibilizados; ○ Monitoramento de ativos e prevenção de incidentes; ○ Equipamentos de rede instalados, configurados e em operação; ○ Equipamentos de telefonia instalados, configurados e em operação; ○ Atendimento aos problemas demandados por usuários de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.
<p>▶ Análise, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Objetiva a concepção, o planejamento, o desenvolvimento e a manutenção de sistemas e aplicativos para atender as necessidades da instituição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Análise das demandas de soluções de software de caráter institucional; ○ Sistemas desenvolvidos com base em normas definidos pelo órgão de TI alinhados aos normativos estabelecidos pela administração pública federal; ○ Manutenção corretiva, adaptativa ou evolutiva realizada em sistemas que se encontram em ambiente de produção.
<p>▶ Estratégia de Dados Objetiva proporcionar a disponibilidade, confiabilidade, integridade e guarda dos bancos de dados sob custódia do Centro de Informática.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Banco de Dados com informações protegidas; ○ Extração de Dados para uso das áreas estratégicas da UnB e para fins de fornecimento de informações para os órgãos de controle.
Responsável	Clientes
Centro de Informática - CPD	Universidade de Brasília Sociedade
Condução do processo em 2013	
<p>O processo de Estratégia de Dados, além das atividades rotineiras, auxiliou na modelagem de oito novos sistemas, sendo que quatro já estão em ambiente de produção; executou inúmeras extrações de dados, inclusive para o PingIFES, CENSO e DFTRANS.</p>	

Continua



Quadro A.1.9 – Macroprocesso: Gestão da Informação e Tecnologia

(Continuação)

Processo: Comunicação Social	
Descrição	Produtos
<p>Compreende:</p> <p>► Comunicação Social</p> <p>Este processo é responsável pela divulgação do papel social da Universidade, por meio da comunicação com a comunidade acadêmica e a sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none">○ UnB Hoje Divulga as notícias e eventos do <i>Campus Darcy Ribeiro</i>, com periodicidade diária. Atualmente, o UnB Hoje possui versões impressa e online.○ Portal UnB (www.unb.br) O Portal da UnB produz notícias sobre o cotidiano acadêmico e administrativo do campus, com suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão.○ Portal de Ciência da UnB Neste Portal são registradas as pesquisas, os prêmios de pesquisadores e os principais assuntos e repercussões de temas ligados à política científica. http://www.unbciencia.unb.br○ Portal UnB.Agenda Foi criado com intuito de ampliar a divulgação dos eventos, das defesas de Teses, Dissertações, Cursos e outros.
<p>► Relacionamento com a Imprensa</p> <p>Envolve:</p> <p>Manutenção do Banco de Fontes Manutenção do Banco de Imagens Clipping Mídias Sociais</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Banco de Fontes É um programa que tem um cadastro das especialidades de cada professor da UnB – os contatos e disponibilidade para o atendimento (imprensa externa).○ Banco de Imagens Composto pelas imagens produzidas pela equipe de fotógrafos da SECOM que acompanham as pautas das reportagens.○ Clipping Coleção de matérias relacionadas à UnB, retiradas de jornais e revistas nacionais e internacionais. É encaminhada por e-mail a uma lista de pessoas cadastradas.○ Mídias Sociais Perfil no Facebook e outro no Twitter onde são reproduzidas as matérias que estão no portal.
<p>► Integração da Comunidade Acadêmica</p> <p>Compreende:</p> <p>Apoio a Campanhas Institucionais Boas-vindas aos calouros e Aula Magna Pesquisadores Parceiros da Imprensa</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Campanhas Institucionais Eventos permanentes, campanhas institucionais periódicas e apoio às unidades acadêmicas, administrativas e ao Gabinete do Reitor na confecção de material de divulgação e produção de publicações.○ Projeto Boas-Vindas e Aula Magna O Boas Vindas objetiva confortar o calouro e mostrar que o estudante é bem-vindo na instituição. O evento é também uma resposta aos trotes violentos e degradantes, que foram duramente criticados pela mídia. A Aula Magna é uma troca de saberes entre esses personagens provocativos, grandes mestres ou notáveis pensadores e os acadêmicos.

Continua



Quadro A.1.9 – Macroprocesso: Gestão da Informação e Tecnologia

(Continuação)

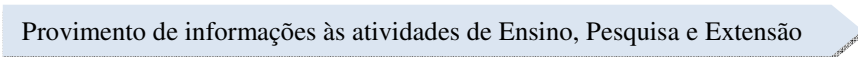
Descrição	Produtos
	<ul style="list-style-type: none"> ○ Pesquisador Parceiro da Imprensa Premiação anual que visa fortalecer o diálogo permanente entre a universidade (Pesquisadores/Professores e os veículos de comunicação. Essa premiação é dedicada aos Professores que mais se comunicam com a imprensa.
Responsável	Clientes
Secretaria de Comunicação – SECOM	Universidade de Brasília Sociedade
Condução do processo em 2013	
<p>No ano de 2013, o foco da SECOM foi trabalhar com a divulgação de serviços e pesquisas. Houve um contrato com a Empresa Junior da Faculdade de Comunicação (FACTO) para a produção semanal de duas matérias a serem publicadas no Portal de Ciência. Houve também a criação do Portal UnB. Agenda, onde se ampliou a capacidade de divulgação. Foi desenvolvido por um servidor da Secom, sem custos adicionais para a Universidade. A aula da Inquietação foi substituída pela Aula Magna e ocorre no mesmo momento do projeto “Boas Vindas” aos calouros. O almoço ocorrido no projeto Pesquisador Parceiro da Imprensa foi substituído por um jantar na semana do professor.</p>	
<p>Processo: Edição de Obras Literárias</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende: ▶ Recepção e Análise de Obras Envolve: Análise de Manuscritos Objetiva uma análise prévia dos manuscritos submetidos à Editora para publicação, onde é verificada a compatibilidade entre o conteúdo da obra e a linha editorial definida pela EDU. Submissão ao Conselho Editorial Objetiva a aprovação para a publicação da obra mediante parecer de um especialista da área relacionada ao conteúdo do manuscrito e parecer final do conselho editorial da EDU.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Obra recebida ou Obra devolvida; ○ ata contendo parecer de Aprovação ou Rejeição para publicação da Obra.
<p>▶ Produção de Obras Literárias Envolve: Revisão de Obras Literárias Objetiva melhorar a estrutura e a coerência do que foi escrito, tornando o texto o mais claro possível para o leitor, bem como padronizar os textos de acordo com normas cultas. Produção Gráfica Envolve a diagramação, a arte visual e a adequação final da obra. Supervisão Gráfica Compreende o acompanhamento do controle de qualidade da impressão da obra (in loco).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Obra revisada; ○ arquivo contendo obra para impressão gráfica; ○ obra impressa.

Continua



Quadro A.1.9 – Macroprocesso: Gestão da Informação e Tecnologia

(Continuação)

Descrição	Produtos/serviços
<p>▶ Comercialização e Distribuição de Obras Literárias Envolve:</p> <p>Distribuição de Obras Literárias Envolve o recebimento da obra e a alocação no almoxarifado da Editora para posterior distribuição às livrarias da EDU, além de doações e consignações.</p> <p>Venda de Obras Literárias Envolve a comercialização das obras nas Livrarias Universidade e Livraria Virtual.</p> <p>Marketing de Obras Literárias Envolve a divulgação de todos os lançamentos da EDU.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Obras estocadas para distribuição; ○ obras vendidas; ○ mainlings, catálogos, releases.
Responsável	Clientes
Direção da Editora, Parecerista (especialista da área) e Conselho Editorial da EDU.	Editora Universidade de Brasília, Autor da obra, Consumidor final.
Condução do processo em 2013	
<p>Não ocorreram alterações significativas em relação ao ano de 2012. Foi implantado um catálogo com os lançamentos das publicações, e negociações estão sendo realizadas com a administração superior da UnB para abertura de mais um ponto de vendas na 407 Norte. A EDU obteve a colaboração de alguns estagiários, o que acarretou um aumento da produção editorial. Foi elaborado um manual de padronização editorial/revisão e foi iniciada a avaliação dos fluxos dos processos de revisão, editoração e encaminhamento gráfico com o objetivo de imprimir qualidade e agilidade.</p>	
<p>Processo:  Provimento de informações às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Gestão de informações impressas às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.</p> <p>Envolve:</p> <p>Seleção de Material Bibliográfico Compra, permuta e doação de material bibliográfico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Lista de Compras; ○ Material selecionado proveniente de doação ou permuta; ○ Material de Intercâmbio.
<p>Aquisição de Material Bibliográfico Após análise de demanda e seleção de títulos, procede-se a licitação para compra do material bibliográfico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Material Bibliográfico adquirido.
<p>Catálogo de Material Bibliográfico Consiste do registro do material recebido por meio da seleção no sistema de gerenciamento da BCE (PERGAMUM). Envolve a catalogação, a classificação, a indexação e o preparo físico do material bibliográfico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Material Bibliográfico processado.
<p>Restauração de Material Bibliográfico Manutenção do acervo corrente e de obras raras, incluindo higienização, reparos, confecção de capas e reposição de partes perdidas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Material Bibliográfico Restaurado.

Continua



Quadro A.1.9 – Macroprocesso: Gestão da Informação e Tecnologia

(Continuação)

Descrição	Produtos/serviços
Disponibilização de Material Bibliográfico Alocação ou recolocação do material nas estantes visando disponibilização para consulta. Essa disponibilização deve atender a ordem de arquivamento determinada na Classificação Decimal Universal (CDU).	○ Material Bibliográfico Alocado.
► Gestão de Informações digitais às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Envolve: Biblioteca Digital e Sonora Atende às demandas de informação aos deficientes visuais de toda a comunidade disponibilizando, gratuitamente, textos adaptados em formato digital (HTML, PDF e WORD) e sonoro (MP3) por meio do acesso on-line.	○ Acervo da Biblioteca Digital e Sonora O acervo da BDS é composto de livros, capítulos de livros e artigos adaptados digitais e livros sonoros. Abrange diversas áreas do conhecimento, especialmente material pedagógico e literário. A BDS é de uso restrito às pessoas com deficiência visual, portanto, somente pessoas com esse perfil podem ter acesso ao conteúdo do site.
Biblioteca Digital de Monografias Acervo de monografias de graduação e especialização, enviadas pelo aluno da UnB na conclusão de curso desde 2011, sendo possível encontrar alguns documentos anteriores.	○ Acervo da Biblioteca Digital de Monografias.
Livros Eletrônicos Biblioteca digital gerenciada pela Biblioteca Central, destinada à publicação de livros eletrônicos produzidos na UnB.	○ Acervo da Biblioteca de Livros Eletrônicos.
Repositório Institucional Trabalhos científicos ou academicamente orientados, produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade de Brasília ou por membros da comunidade acadêmica.	○ Acervo do Repositório Institucional.
Periódicos Eletrônicos Reunião em um único site dos periódicos acadêmicos da Universidade que se adequem a critérios preestabelecidos. O Portal utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), um software desenvolvido para construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas.	○ Acervo de Periódicos Eletrônicos.
► Prover acesso às informações aos usuários. Envolve: Atendimento Presencial ao Usuário Envolve atendimento no balcão de informações, empréstimos, devoluções e renovações de materiais nas ilhas de atendimento, além do atendimento prestado nos laboratórios de acesso digital e serviços de reservas de livros e cabines de estudo. Atendimento Remoto ao Usuário Envolve o levantamento bibliográfico e as pesquisas em geral.	○ Provedimento de Informações e Materiais.
Elaboração de Fichas Catalográficas Envolve a elaboração de fichas catalográficas de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na própria Universidade.	○ Ficha Catalográfica.

Continua



Quadro A.1.9 – Macroprocesso: Gestão da Informação e Tecnologia

(Continuação)

Descrição	Produtos/serviços
Serviço de Comutação Bibliográfica Permite obter de outras bibliotecas cópias de artigos de periódicos, teses, dissertações e anais de congressos não existentes no acervo da BCE.	○ Recebimento do Material Solicitado.
Disponibilizar Acesso às Bases de Dados Externas Envolve o acesso às bases de dados nacionais e internacionais, que abrangem as diversas áreas do conhecimento através da RedeUnB. São realizados treinamentos para orientar os usuários na utilização das bases.	○ Treinamento e Acesso às Bases de Dados.
Responsável	Clientes
Setor de Desenvolvimento de Coleções – BCE Setor de Gerenciamento da Informação Digital Setor de Atendimento ao Usuário	Usuários da UnB Sociedade
Condução do processo em 2013	
O ano de 2013 foi marcado por diversas reivindicações por parte dos usuários com relação ao espaço físico e à falta de segurança na BCE, o que culminou na criação de uma Comissão pelo Decanato de Assuntos Comunitários para analisar o caso. Foram reiniciados contratos com dezoito bolsistas técnicos acarretando o acúmulo das atividades dos setores envolvidos. A falta de pessoal gera morosidade nos processos. Foi iniciado o desenvolvimento de novos repositórios, além de maior atenção à divulgação dos materiais incluídos nas bibliotecas digitais. Essas medidas resultaram no aumento das estatísticas de consultas e downloads.	

Fonte: DPR, 2014.

Quadro A.1.10 – Macroprocesso: Assistência à Comunidade Universitária

<p>Assistência à Comunidade Universitária</p> <ul style="list-style-type: none"> → Gestão da Política Social Comunitária → Gestão da Política Cultural, Esportiva e Comunitária → Gestão da Política de Assistência Estudantil → Gestão da Política de Assistência Comunitária 	
<p>Processo: Gestão da Política Social Comunitária</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Ações voltadas ao Direito à Diversidade Destina-se à execução de ações que visam ao convívio social na universidade nos princípios dos direitos humanos. Compreende quatro coordenações: questão indígena, do negro, da mulher e da diversidade sexual.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Serviços de Disque- denúncia; ○ Orientação educativa em relação ao convívio com as diferenças; ○ Acompanhamento pedagógico aos estudantes, professores e técnico-administrativos em relação às questões da diversidade; ○ Cartilhas educativas sobre o combate a homofobia;

Continua



Quadro A.1.10 – Macroprocesso: Assistência à Comunidade Universitária

(Continuação)


Descrição	Produtos/serviços
<p>► Ocupação de Imóveis Residenciais da FUB Objetiva o oferecimento de moradias pertencentes à FUB ao quadro docente e técnico-administrativo da UnB, com aluguéis a preços justos, para melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Bolsas de pesquisa para estudantes para reforçar as ações afirmativas. Seleção de servidores para ocupação dos imóveis residenciais.
<p>► Serviço de Transporte</p> <p>Serviço de Transporte Intracampus O transporte interno no <i>Campus</i> Darcy Ribeiro, em parceria com a Prefeitura do <i>Campus</i> (PRC), foi implantado em março de 2009 com o objetivo de possibilitar à comunidade universitária, em especial aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a locomoção gratuita e com maior segurança, facilitando o acesso às atividades acadêmicas.</p> <p>Serviço de Transporte Intercampi Transporte exclusivo da UnB que faz a integração entre os quatro <i>Campi</i>: Darcy Ribeiro, Faculdade UnB Planaltina, Faculdade UnB Ceilândia, Faculdade UnB Gama.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Ônibus para mobilidade interna e externa, em geral, para atender a comunidade universitária. ○ Ônibus para os estudantes desenvolverem atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; ○ Veículos adaptados para mobilidade de pessoas com necessidades especiais.
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Assuntos Comunitários – DAC</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria da Diversidade- DIV; <p>Secretaria de Gestão Patrimonial – SGP</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Coordenadoria de Administração de Imóveis – CAI; ○ Coordenadoria de Cobrança e Controle - COB. 	<p>Estudantes matriculados regularmente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, Servidores Técnico-Administrativos e Docentes.</p>
Condução do processo em 2013	
<p>Seguindo o Programa de Desenvolvimento Social (PDI), foi criada a Diretoria da Diversidade para atender à política de inclusão social e dos Direitos Humanos. O serviço de transporte apresentou melhorias com a aquisição de ônibus urbanos e executivo.</p>	
<p>Processo: Gestão da Política Cultural, Esportiva e Comunitária</p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>► Criação e Produção Artística Anualmente são realizados editais para estímulo à criação e produção artística nos <i>campi</i> nas áreas de música e arte contemporânea: Projeto Tubo de Ensaio e Festival Universitário de Música Candanga da UnB (FINCA).</p> <p>► Promoção de Campanhas Socioeducativas Semestralmente são realizadas campanhas socioeducativas para a comunidade universitária enfocando temas como Trote Solidário, que tem como objetivo mudar a cultura do trote na recepção dos novos alunos, e Combate à Homofobia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Editais para estímulo à criação e produção artística nos <i>campi</i> nas áreas de música e arte contemporânea; ○ Ações conjuntas

Continua



Quadro A.1.10 – Macroprocesso: Assistência à Comunidade Universitária

(Continuação)

Descrição	Produtos/serviços
<p>▶ Apoio e Organização de Grupos Esportivos Realizado por meio de editais para estímulo à organização de grupos esportivos e sua participação em eventos de esporte e lazer em nível Nacional: Jogos Internos da UnB (JIUnB's, Cross Cerrado nos <i>Campi</i>, Torneio do Servidor, Jogos dos Trabalhadores, Torneios Internos), Jogos Universitários Brasileiros (JUB's).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Editais para estímulo à organização de grupos esportivos
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Assuntos Comunitários – DAC Diretoria de Esporte, Arte e Cultura-DEA</p>	<p>Estudantes matriculados regularmente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, Servidores Técnico-Administrativos e Docentes.</p>
Condução do processo em 2013	
<p>No ano de 2013, o fluxo de condução do processo não sofreu alteração.</p>	
<p>Processo: </p>	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Avaliação Socioeconômica Realizada por uma equipe de assistentes sociais que analisa, com critérios técnicos específicos, as solicitações dos estudantes para participação nos Programas.</p> <p>▶ Moradia Estudantil Visa oferecer, por meio de seleção, moradia temporária aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, dando prioridade aos oriundos de famílias que residem fora do Distrito Federal ou provenientes de regiões de difícil acesso aos <i>campi</i>.</p> <p>▶ Concessão de Bolsa Permanência Visa oferecer as condições mínimas para a garantia da permanência do estudante para viabilizar a conclusão do curso.</p> <p>▶ Concessão de Bolsa Alimentação e Auxílio Alimentação Tem por finalidade permitir que os estudantes da Universidade, identificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tenham acesso às refeições de forma gratuita.</p> <p>▶ Concessão de Vale-Livro Oferecido a estudantes de graduação e pós-graduação, objetiva subsidiar a compra de livros editados pela Editora da UnB (EDU).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Editais para estímulo à permanência dos estudantes na universidade que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica; ○ Bolsas para permitir melhores condições acadêmicas para a conclusão do curso na universidade;
Responsável	Clientes
<p>Decanato de Assuntos Comunitários – DAC</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS 	<p>Estudantes regularmente matriculados em disciplinas dos cursos presenciais de Graduação e Pós-Graduação, de todos os <i>Campi</i> e/ou que se encontram em situação de vulnerabilidade social.</p>

Continua



Quadro A.1.10 – Macroprocesso: Assistência à Comunidade Universitária

(Continuação)

Condução do processo em 2013	
Houve aumento expressivo no número de Bolsas provenientes do PNAES e , conseqüentemente, o acesso a Políticas de Inclusão Social.	
Processo: Gestão da Alimentação da Comunidade Universitária	
Descrição	Produtos/serviços
<p>Compreende:</p> <p>▶ Controle financeiro Envolve desde o acompanhamento de receitas e despesas geradas pelo Restaurante Universitário até gestão de contratos com as Empresas Prestadoras de Serviços atuantes neste. Envolve também as estimativas de receitas até o controle do quantitativo de refeições servidas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Controle Financeiro Diário; ○ Balanço da Arrecadação Anual do RU; ○ Controle de depósitos via GRU; ○ Tabela de Preços – RU; ○ Limpeza Diária.
<p>▶ Instalação, Manutenção e Limpeza Envolve o acompanhamento da infraestrutura para solicitação de manutenção nos espaços físicos e mobiliários, utensílios e equipamentos, além do processo contínuo de limpeza destes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Manutenção dos equipamentos demandados; ○ Instalação de novo equipamento.
<p>▶ Gestão de Estoques Envolve desde solicitação de compras, controle e manutenção dos estoques de suprimentos no almoxarifado até o relacionamento com os fornecedores e a conservação e descarte dos alimentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Termos de Referência; ○ Documento Solicitação de Compras; ○ Controle de Entrada e Saída.
<p>▶ Fornecimento de Refeições Engloba atividades que incluem desde a elaboração do cardápio semanal até a produção e oferta dos alimentos à comunidade universitária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Cardápio – Restaurante Universitário.
Responsável	Clientes
Decanato de Assuntos Comunitários – DAC Restaurante Universitário – RU	Comunidade Universitária.
Condução do processo em 2013	
No ano de 2013, o fluxo de condução do processo não sofreu alteração.	

Fonte: DPR, 2014.

1.6 Principais Parceiros

Neste subitem, estão relacionados os principais parceiros externos que, no exercício de 2013, colaboraram ou participaram na consecução dos objetivos da Universidade de Brasília - UnB, em relação aos seus macroprocessos finalísticos. Essas parcerias ocorreram nas seguintes modalidades: Contrato, Convênio, Acordos de Cooperação, Termos de Compromisso, Termos de Outorga e Termos de Cooperação.

Os Quadros a seguir apresentam alguns desses parceiros, relacionando-os com o departamento afim e com o objetivo da parceria, e estão subdivididos conforme as modalidades acima especificadas. O conteúdo completo pode ser visualizado no documento “Principais Parceiros Externos da UnB.pdf” no site da UnB, no endereço: <http://www.dpo.unb.br/outrosdocumentos.php>.



Quadro A.1.11 – Contratos Firmados

Instituições	Departamento	Objetivo	Data Início	Data Fim
Tribunal Superior do Trabalho - TST	FDD	Curso de especialização em Direito Constitucional do Trabalho - contrato TST-DI-004/2013.	28/02/2013	28/02/2015
Secretaria Segurança Pública e Defesa Social - SSP/DF	SOL	Curso de pós-graduação de Gestão em Segurança Pública.	14/05/2013	14/05/2014
Petrobrás Distribuidora S.A	FAV	Pesquisa para execução do Projeto Avaliação do Reforce N revestido.	30/03/2013	30/03/2014
Câmara dos Deputados	CCA	Curso de Especialização em Contabilidade Pública.	05/08/2013	30/12/2014

Fonte: Diretoria de Projetos Acadêmicos – DPA, 2014.

Quadro A.1.12 – Convênios Firmados

Instituições	Departamento	Objetivo	Data Início	Data Fim
Visanco Assistência Técnica e Administrativa Ltda	DAIA	Estágio curricular.	16/07/2013	16/07/2014
Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater	DAIA	Estágio de complementação educacional.	24/07/2013	24/07/2015
Loop Engenharia da Computação Ltda.	CDT	Promover o desenvolvimento da empresa LOOP, selecionada para o programa multincubadora de empresas do CDT/FUB.	30/01/2013	30/01/2016

Fonte: Diretoria de Projetos Acadêmicos – DPA, 2014

Quadro A.1.13 – Acordos de Cooperação Firmados

Instituições	Departamento	Objetivo	Data Início	Data Fim
Presidência da República	GRE	A implementação de ações recíprocas de ensino-aprendizagem, artístico-culturais e de responsabilidade social, que serão disponibilizadas pelas partes aos seus servidores, sobre as quais haja interesse mútuo, assim como a troca de conhecimentos e experiências profissionais com o intuito de promover a melhoria do desempenho organizacional, o compartilhamento de atividades relacionadas à qualidade de vida dos servidores e o aprimoramento das relações negociais e profissionais entre as instituições. AC n. 03/2010.	03/08/2013	03/08/2014
Universidad Alberto Hurtado	INT	Desenvolver programa de mútua cooperação e intercâmbio acadêmico, científico e cultural, envolvendo áreas de interesse mútuo.	15/02/2013	15/02/2018
Université de Montréal	INT	Desenvolver um programa de mútua cooperação e intercâmbio acadêmico, científico e cultural, envolvendo as áreas de interesse mútuo.	15/01/2013	15/01/2018

Continua



Quadro A.1.13 – Acordos de Cooperação Firmados

(Continuação)

Instituições	Departamento	Objetivo	Data Início	Data Fim
Universidade de Wakayama	INT	Pesquisar e desenvolver o sistema de observação terrestre de alta frequência por meio da tecnologia de Nano-satélite e cooperar com país em desenvolvimento, a fim de contribuir para o desenvolvimento do projeto até que seja alcançado o aperfeiçoamento do mercado, e, ao mesmo tempo, promover a diplomacia espacial e a capacitação de pessoal interno/externo para o referido projeto.	14/02/2013	31/03/2015

Fonte: Diretoria de Projetos Acadêmicos – DPA, 2014

Quadro A.1.14 – Termos de Compromisso Firmados

Instituições	Departamento	Objetivo	Data Início	Data Fim
Projeto Geosignals - Erick Frederico Kill Aguiar	CDT	Promover o desenvolvimento do projeto selecionado no programa Hotel de Projetos do CDT/UnB, assim como regular as relações entre os partícipes para o desenvolvimento mútuo de projetos.	16/01/2013	16/01/2014
Projeto Scifield Eco Agronegócios - Eduardo da Fonseca Melo	CDT	Promover o desenvolvimento do projeto selecionado no Programa Hotel de Projetos do CDT/UnB, assim como regular as relações entre os partícipes para o desenvolvimento mútuo de projetos.	16/01/2013	16/01/2014
Projeto Vivat Tecnologia de Informação e Comunicação Educacional - Edilton Costa Alves	CDT	Promover o desenvolvimento do projeto selecionado no Programa Hotel de Projetos do CDT/UnB, assim como regular as relações entre os partícipes para o desenvolvimento mútuo de projetos.	16/01/2013	16/01/2014

Fonte: Diretoria de Projetos Acadêmicos – DPA, 2014

Quadro A.1.15 – Termos de Outorga Firmados

Instituições	Departamento	Objetivo	Data Início	Data Fim
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF	CEL	"Prospecção de peptídeos da peçonha de animais do centro-oeste com propriedades antifúngicas e imunomodulatórias". Valor R\$ 229.729,80, processo n. 193.000.477/2011. Projeto n 011/2013.	20/02/2013	19/02/2015
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF	DPP	"Expressão e purificação de biofarmacos em pichia pastoris". Valor R\$162.000,00. Processo n. 193.000.478/2011. Projeto n. 010/2013.	20/02/2013	19/02/2015
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF	FS	"Levantamento etnobotânico e biomonitoramento Químico de plantas e microorganismos do cerrado e pantanal com atividade farmacológica". Valor 102.000,00. Processo n. 193.000.484/2011, projeto n. 009/2013.	20/02/2013	19/02/2015

Fonte: Diretoria de Projetos Acadêmicos – DPA, 2014



Quadro A.1.16 – Termos de Cooperação Firmados

Instituições	Departamento	Objetivo	Data Início	Data Fim
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	CDT	Transferência de recursos financeiros, pela Concedente, para a execução do Projeto intitulado "Plataforma Embarcada para a Identificação Automática de Bactérias por processamento de imagens", doravante denominado Projeto, descrito no Plano de Trabalho, descrito no Plano de Trabalho. Código n. 0413015100. Ref. 1414/10.	07/03/2013	07/02/2016
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	IDA	Complementar e sistematizar os dados produzidos nas duas etapas anteriormente realizadas, entre 2007 e 2009, de modo a demonstrar atual situação da forma de expressão conhecidas com o Teatro de Bonecos Popular do Nordeste.	01/01/2013	31/12/2013
Agência Nacional Transportes Aquaviários - ANTAQ	FACE	Elaboração de estudos que possibilitem avaliar as condições de concorrência no mercado de prestação de serviços portuários. N. ANTAQ - 07/2011.	19/05/2013	19/08/2014
Secretaria de Recursos Humanos - SRH/MP	CDT	Desenvolvimento do Protótipo do Sistema Integrado de Relação de Trabalho no Serviço Público e da ferramenta de Bussines Intelligence - BI, vinculada ao Sistema, a partir do entendimento dos processos de Trabalho e da arquitetura da informação da Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público - SRT.	04/11/2013	31/12/2015

Fonte: Diretoria de Projetos Acadêmicos – DPA, 2014



2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da Unidade

As Bases do Planejamento Estratégico da Universidade de Brasília para construção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), referente ao ciclo 2011-2015, foram definidas por gestores da Administração Superior e de áreas estratégicas da Instituição¹, em Oficina de Planejamento, realizada no dia 09 de julho de 2010, levando em consideração, principalmente, ideias básicas do documento “UnB do Século XXI” e do Diagnóstico Institucional/Matriz SWOT feito por gestores de Unidades Acadêmicas e Administrativas, no primeiro semestre de 2010.

As bases do plano estratégico da UnB foram desenvolvidas em consonância com as finalidades da Universidade, tal como estabelece seu Estatuto, no artigo 3, que preconiza:

São finalidades essenciais da Universidade de Brasília o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

Os elementos do Planejamento nas esferas estratégica, tática e operacional estão indicados a seguir:

Foco de Atuação (ou negócio)

Construção e disseminação do conhecimento, atuando com competência acadêmica e compromisso social e buscando respostas para questões complexas.

Missão

Ser uma universidade comprometida com o saber e a busca de soluções de problemas do País e da sociedade, educando homens e mulheres para o compromisso com a ética, com os direitos humanos, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a produção de conhecimento científico, cultural e tecnológico, dentro de referenciais de excelência acadêmica e de transformação social.

Visão

Ser uma das três melhores Universidades Federais do País e referência como:

- a) Instituição de excelência acadêmica, integrada internacionalmente às diversas áreas do conhecimento;
- b) inovadora na geração, disseminação, aplicação e gestão do conhecimento;
- c) padrão na gestão pública moderna, integradora, transparente e democrática;
- d) instituição humanizadora que ofereça à comunidade universitária qualidade de vida, infraestrutura adequada e boa relação entre as pessoas.

Desafios Estratégicos

1. Construir consensos necessários em torno da missão da universidade, respeitando a diversidade ideológica: internalizar a utopia original, favorecer a coesão, compartilhar compromissos, superar a fragmentação e competitividade internas.
2. Conquistar graus de autonomia que permitam maior liberdade na gestão dos recursos.
3. Promover a internacionalização da UnB com ênfase no intercâmbio científico, cultural e artístico e na mobilidade de estudantes, docentes e técnico-administrativos com vistas ao conhecimento multidisciplinar.

¹ Participantes da Oficina de Planejamento: Reitor; Vice-Reitor; Decanos de Graduação, Pós-Graduação, Extensão, Administração, e Assuntos Comunitários; Chefe de Gabinete do Reitor; Assessor do Reitor (Rafael Barbosa Moraes) e Gestores das seguintes áreas: SPL, SRH, CPD, PJU, CEPLAN, PRC, SEI/SGP, SECOM e INT.



4. Ter programa permanente de tecnologia da informação que aumente e promova a modernização da gestão de processos e o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária.
5. Implantar modelo de gestão voltado à superação dos limites burocráticos e da falta de objetividade na solução de problemas e ao reconhecimento dos espaços deliberativos institucionais.
6. Promover o reordenamento da ocupação espacial dos *campi* para distribuir adequadamente o crescimento da comunidade universitária.
7. Otimizar a gestão de pessoas por meio da recomposição do quadro permanente, ampliação das atividades de formação e capacitação, valorização dos servidores e criação de condições de trabalho atrativas.
8. Superar os limites salariais dos servidores.

Valores

- a) Busca da autonomia institucional com transparência e responsabilidade social;
- b) ética e respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças;
- c) busca permanente da excelência em todos os campos de atuação da universidade;
- d) compromisso público com:
 - a democratização do acesso ao conhecimento;
 - o exercício da gestão compartilhada com corresponsabilidade solidária;
 - o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico local, nacional e global;
 - o mérito acadêmico vinculado à melhoria da qualidade de vida da sociedade;
 - a responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável;
- e) Universidade como espaço para a valorização de diálogo entre diferentes saberes;
- f) educação superior como um bem público diretamente vinculado ao projeto de país definido pela Constituição, e comprometido com as necessidades da sociedade.

Objetivos Estratégicos

O Quadro abaixo sintetiza os objetivos estratégicos e a correlação existente com as áreas estratégicas de alcance da Universidade e que foram definidas para o ciclo 2011 – 2015.

Quadro A.2.1 – Objetivos e Áreas Estratégicas da UnB – Planejamento Estratégico

Objetivos estratégicos	Área estratégica
1 Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade <i>multiCampi</i> .	1 Ensino de Graduação (DEG)
	2 Ensino de Pós-Graduação (DPP)
	4 Extensão (DEX)
	5 Assistência à Comunidade Universitária (DAC)
	11 Gestão Ambiental, de Obras e de Espaço Físico e Segurança (CEPLAN/DPO, SGP/SEI, PRC, DAC, DAF)
2 Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade	3 Pesquisa (DPP)

Continua



Quadro A.2.1 – Objetivos e Áreas Estratégicas da UnB – Planejamento Estratégico

(Continuação)

Objetivos estratégicos	Área estratégica
3 Aumentar a integração com a sociedade, ampliar o acesso da população à universidade e difundir o conhecimento científico, tecnológico e cultural em âmbito local - regional, nacional e internacional.	4 Extensão (DEX)
4 Implementar políticas de apoio, integração e bem-estar da comunidade universitária.	5 Assistência à Comunidade Universitária (DAC)
5 Investir na melhoria da gestão de pessoas com respeito aos princípios de compartilhamento das decisões e das responsabilidades.	6 Gestão de Pessoas (DGP)
6 Ter excelência e transparência na comunicação institucional, em ações de Tecnologia da Informação, na gestão de meios, do patrimônio e de processos.	7 Planejamento e Gestão (DPO)
	8 Tecnologia da Informação e Comunicação (DPO, CPD)
	9 Comunicação Institucional e Informações (SECOM)
	10 Captação de Recursos, Prestação de Serviços e Gestão Patrimonial (CESPE, CDT, DAF, SGP/SEI)

Fonte: Diretoria de Planejamento, 2014.

Também deve-se destacar a importância e a correlação existente entre os planos desenvolvidos e as linhas gerais destacadas no Plano Plurianual por meio de seus programas, objetivos, iniciativas e ações governamentais, que estão diretamente relacionados à Universidade. Desse modo, no Quadro A.2.2, tem-se a representação dos objetivos estratégicos institucionais e suas vinculações diretas aos principais elementos do Plano Plurianual do Governo Federal para o ciclo 2012-2015, de acordo com o monitoramento realizado pelo MEC em seu sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário SIMEC.

Quadro A.2.2 – Vinculação dos Objetivos Estratégicos da UnB aos Principais Elementos do Plano Plurianual 2012 – 2015

Plano Plurianual 2012 – 2015		Objetivos Estratégicos da UnB ¹
Programas	Ações Governamentais	
2032: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.	20GK - Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	1, 2 e 3
	20RK - Funcionamento das Universidades Federais	1, 2 e 3
	4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior	1, 2 e 3
	6328 - Universidade Aberta e a Distância	1, 2, 3 e 4
	8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	1, 2 e 3
2030 - Educação Básica	20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	1
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	5
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	5
	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	5
	2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	5
	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	5

Fonte: SIMEC, 2014.

Nota: 1) Referem-se aos objetivos institucionais apresentados no Quadro A.2.1.



O ano de 2013 marca o primeiro ano da nova gestão empossada em novembro do ano anterior. Inicialmente, como de praxe, a nova equipe precisou de certo tempo para compreender a realidade da universidade e, a partir de um panorama completo, iniciar sua gestão.

De acordo com as diretrizes emanadas da administração superior, em função das dificuldades orçamentárias e financeiras vividas no exercício 2012, o Decanato de Planejamento e Orçamento, em conjunto com o Decanato de Administração, envidaram todos os esforços para compreender a atual situação das contas e elaborar um plano que pudesse estabelecer novas orientações acerca do déficit orçamentário da universidade.

Nesse sentido, algumas medidas importantes foram atendidas, tais como:

01. Restabelecimento do Conselho Diretor: instância máxima responsável, de acordo com o Estatuto da FUB, por estabelecer as diretrizes e planos quinquenais para o desenvolvimento da universidade, entre outras competências;
02. Constituição da Diretoria de Infraestrutura e implementação de um Plano de Investimentos de Grande Vulto, cuja finalidade é organizar o plano de obras em face dos recursos orçamentários disponíveis, bem como das prioridades de atendimento das diversas demandas existentes;
03. Constituição das Câmaras de Planejamento e Orçamento e de Gestão de Pessoas, instâncias acessórias do Conselho de Administração, cujas atribuições estão relacionadas aos temas de Planejamento, Orçamento e Recursos;
04. Revisão dos Contratos de Terceirização objetivando, quando possível, rever os montantes pactuados e as condições contratuais estabelecidas à luz da legislação em vigor;
05. Elaboração de estudos de redimensionamento de pessoal e das condições necessárias para contratação de novos servidores em substituição ao quadro de colaboradores precarizados;
06. Fortalecimento da Diretoria de Compras para dirimir as dificuldades relacionadas aos processos de aquisição;
07. Normatização do pagamento de participações internas e externas no âmbito da Universidade;
08. Constituição do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI), instância deliberativa acerca dos investimentos em infraestrutura de TI;
09. Reestabelecimento das relações com as Fundações de Apoio, após revisão sistemática das condições e normas para tal fim, entre outras medidas.

As iniciativas tomadas ao longo do exercício passado objetivam alcançar, ou, pelo menos, fortalecer os objetivos estratégicos traçados e indicados no Quadro A.2.2.

Por outro lado, apesar de alguns sucessos obtidos ao longo de 2013, o mesmo não pode ser dito a respeito do Planejamento Estratégico da Universidade. Objeto de algumas críticas, este processo não avançou em virtude de dificuldades para proceder com a contratação de consultorias especializadas e de indefinições por parte da gestão quanto ao modelo mais apropriado às necessidades da FUB. Entretanto, a partir de março de 2014, uma equipe especializada dará início à revisão e elaboração de um novo Planejamento e reorganização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1 Ações da FUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

A Fundação Universidade de Brasília - FUB não possui Programas ou Iniciativas relativas a programas temáticos no Plano Plurianual. Dessa forma, são relacionadas somente informações



referentes às ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos, de gestão, manutenção e serviços ao estado que estão sob a responsabilidade dessa Unidade Jurisdicionada.

Em contrapartida, as ações do tipo operações especiais serão dispostas nos Quadros sem as respectivas linhas correspondentes às metas físicas, uma vez que tais ações não possuem metas. Nesse sentido, os demais Quadros foram excluídos.

Cumprir informar que, a partir de 2013, a programação qualitativa ganhou nova categoria de caráter gerencial vinculada à ação orçamentária: o Plano Orçamentário – PO, que é uma identificação orçamentária, de caráter estritamente gerencial - que não consta da LOA -e que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram em nível mais detalhado que o do localizador de gasto.

Salientamos, ainda, que as informações prestadas nesta seção foram retiradas da Lei Orçamentária Anual - LOA, do Manual Técnico do Orçamento- MTO e do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, do Ministério da Educação.

A seguir, são apresentados os atributos e a execução orçamentário-financeira de cada ação governamental, em Quadros específicos, seguidos dos comentários e análise situacional.

Quadro A.2.3 – Ação 20RJ Vinculada ao Programa Temático 2030

Identificação da Ação	
Código	20RJ Tipo: Atividade
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.
Iniciativa	Código: 02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.
Objetivo	Código: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.
Programa	Educação Básica Código: 2030 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria

Continua



Quadro A.2.3 – Ação 20RJ Vinculada ao Programa Temático 2030

(Continuação)

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	5.058.030	5.960.133	4.709.121	1.314.455	1.303.715		599.367
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Pessoa beneficiada		Unidade	14.228	14.228	8.430	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	605.759	267.265		Pessoa beneficiada	Unidade	1.727	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Ação criada pelo Ministério da Educação - MEC com o objetivo de incentivar e promover a capacitação e a formação inicial e continuada, a distância, semipresencial e presencial, de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica, inclusive na implementação de política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como pela contribuição para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.

Nesse sentido, a formação de professores vem sendo conduzida a partir de diálogos sistematizados em encontros e “workshops” no âmbito dos Programas, quais sejam: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência- PIBID, Pró-Docência, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores- LIFE, como também reuniões com os coordenadores dos cursos de licenciatura.

Ressalta-se que essa ação possui dois Planos Orçamentários – PO’s com caráter gerencial que estão vinculados à ação orçamentária a fim de permitir que o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado.

Desse modo, o PO - 0001 dispõe sobre o Plano Estratégico de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, o qual teve 8.085 pessoas beneficiadas; o PO – 0002 dispõe sobre a Formação de Profissionais da Educação Básica, o qual teve 2.072 pessoas beneficiadas.

De outra forma, mais detalhada, os cursos desenvolvidos pela UnB com a Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC para 2013 incluem: os Programas Pró-Letramento 4000 professores cursistas; Gestar II - 900 tutores e cursistas; Especialização em Educação Infantil - 80 cursistas; Escola de Gestores - 400 cursistas; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - 351 cursistas. Tendo como concluintes 351 cursistas do programa Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa.

Já os cursos desenvolvidos com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC são: Especialização em Direitos Humanos - 360 vagas ofertadas; Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos - 300 vagas ofertadas; Gestão de Políticas em Gênero e Raça - 160 vagas ofertadas; Gênero e Diversidade na escola- 300 vagas ofertadas. Tendo como concluintes: 300



cursistas da Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com ênfase na Educação de Jovens e Adultos e 150 cursistas da primeira turma do curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Em relação à execução físico-financeira da ação, conclui-se que foram realizados 59,2% da meta física prevista para o exercício de 2013, ou seja, foram 8.430 pessoas beneficiadas. Para isso, foram executados 27,9% (R\$ 1.314.455,30) dos recursos empenhados na ação. No entanto, do total dos recursos inscritos em restos a pagar foram executados 44,6% (R\$ 267.265,19), o que representou, proporcionalmente, 1.727 pessoas beneficiadas.

Quadro A.2.4 – Ação 20GK Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	20GK		Tipo: Atividade				
Descrição	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa	Código: 0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.						
Objetivo	Código: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	6.953.051	8.167.905	5.612.242	1.737.413	1.446.397		209.349
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Projeto apoiado		Unidade	1.046	1.046	588	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	209.802	151.345		Projeto apoiado	Unidade	132	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Essa ação visa oportunizar ao aluno universitário a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a vivência social e comunitária, e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Visa também melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação das universidades, por meio da formação de grupos tutoriais de alunos,



otimizando o potencial acadêmico dos estudantes e promovendo a integração entre a atividade acadêmica e a futura atividade profissional.

Dessa forma, são desenvolvidas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimento às comunidades, como implementação de ações educativas e culturais, formação de grupos tutoriais, compostos por alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrados ou doutorandos sob a orientação de docente que possua título de doutor. Promove também congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, entre outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão.

Ressalta-se que essa ação possui dois Planos Orçamentários – PO's com caráter gerencial, que estão vinculados à ação orçamentária a fim de permitir que o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado. Desse modo, o PO - 0001 dispõe sobre a Proposta de Extensão - PROEXT, o qual teve 14 propostas de extensão apoiadas; o PO – 0002 dispõe sobre Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, o qual teve 574 projetos apoiados.

Considerando que, por se tratar de ação oriunda da aglutinação de ações específicas, sendo que, em sua maioria, desenvolvidas na área de Extensão, sua gestão coube ao Decanato de Extensão - DEX da Universidade. Sendo assim, o Decanato desenvolveu 588 projetos apoiados em 2013, quais sejam: 557 referentes à Semana Universitária, 14 referentes ao PROEXT e 17 referentes à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Analisando a execução físico-financeira da ação, pode-se concluir que 56,2% da meta física prevista para 2013 foi alcançada, o que representou 588 projetos apoiados. Para isso, foram executados 30,9% (R\$ 1.737.413,44) dos recursos empenhados. No entanto, do total inscrito em restos a pagar não processados foi executado 72% (R\$ 151.344,58), o que custeou, proporcionalmente, 132 projetos apoiados.

Quadro A.2.5 – Ação 20RK Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação	
Código	20RK Tipo: Atividade
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	Código: 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria

Continua



Quadro A.2.5 – Ação 20RK Vinculada ao Programa Temático 2032

(Continuação)

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	398.933.556	737.697.746	636.703.439	542.864.242	534.484.759		48.574.607
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Aluno matriculado		Unidade	33.435	43.914	41.234	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	50.467.965	35.282.669		Aluno matriculado	Unidade	2.680	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

A ação foi criada para garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com a transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

Essa ação é responsável pelo desenvolvimento de atividades que assegurem a manutenção e o funcionamento dos cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, além de abranger a manutenção da infraestrutura física, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais, observados os limites da legislação vigente. Contempla, ainda, a manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, aquisição de material bibliográfico, e, a promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como as demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Dessa forma, é importante registrar que não há como vincular diretamente a execução orçamentário-financeira com a execução física, uma vez que a quantidade de alunos matriculados não interfere, de imediato, no montante de recursos previstos para manutenção e funcionamento da instituição. Por exemplo, se durante o exercício forem executados 70% dos recursos ou houver necessidade de aporte de mais 30%, a meta física não será abalada, permanecerá constante para o período de execução, e a “qualidade do atendimento” pode ficar mais precária ou até sofrer consequências somente a longo prazo, como reflexo da defasagem.

Com relação à execução financeira, a ação foi executada, principalmente, na medida da liberação das cotas de limite orçamentário realizada pelo Ministério da Educação - MEC. Para a execução física, tomou-se como base o produto da ação, que é aluno matriculado. Desse modo, foram considerados todos os alunos matriculados na Universidade em 2013, na forma descrita: 36.089 alunos na graduação; 4.717 alunos no mestrado; 3.108 alunos no doutorado, representando um total de 43.914 alunos matriculados em 2013.

Diante disso, a Universidade alcançou 123,3% da meta prevista para a ação em 2013. Foram executados 85,3% (R\$ 542.864.241,65) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados, que representou 72,6% (R\$ 35.282.669,23) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 2.680 alunos matriculados.



Quadro A.2.6 – Ação 4002 Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	4002		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência ao Estudante de Ensino Superior						
Iniciativa	Código: 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	17.207.407	17.207.407	17.207.407	11.221.603	11.200.751		4.570.461
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Aluno assistido		Unidade	3.594	3.594	2.272	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	4.570.906	3.602.627		Aluno assistido	Unidade	730	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

A ação caracteriza-se por promover a permanência do estudante, principalmente em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem, inclusive, estrangeiros, como também o pleno acesso de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior, mediante o fornecimento ou auxílio à alimentação, ao alojamento e ao transporte, dentre outras iniciativas de assistência ao estudante e que contribuam para o bom desempenho do aluno no ensino superior.

O Decanato de Assuntos Comunitários - DAC, por meio de sua Diretoria de Desenvolvimento Social -DDS, oferece aos estudantes programas, cuja finalidade é fornecer incentivos para que permaneçam na Universidade e concluam seu curso, podendo ser contemplados com mais de um benefício. O aumento dos recursos provenientes do PNAES tem permitido consolidar, expandir, aprimorar e garantir as ações da assistência estudantil em execução na Universidade. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa de “Avaliação da Política de Assistência



Estudantil” na UnB, em que o resultado contribuiu para redimensionar as estratégias para o aprimoramento das ações afirmativas.

Ressalta-se que essa ação possui dois Planos Orçamentários – PO’s com caráter gerencial, que estão vinculados à ação orçamentária a fim de permitir que o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado. Desse modo, o PO - 0001 dispõe sobre Viver sem limite – Programa Incluir, o qual teve 128 acessibilidades promovidas; o PO – 0002 dispõe sobre Assistência ao Estudante, o qual teve 3.130 estudantes assistidos.

Nesse sentido, durante todo o ano foram desenvolvidas ações ampliadas e transversais de assistência estudantil, entre elas a criação da Diretoria da Diversidade, no Decanato de Assuntos Comunitários. Essa diretoria vem desenvolvendo, em parceria com a Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS, ações afirmativas que oferecem aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica condições de permanência na UnB, incluindo estrangeiros, indígenas e quilombolas.

Além disso, também foram ampliadas, no ano de 2013, as vagas nos programas sociais de moradia, auxílio à permanência, auxílio alimentação (pecúnia) e bolsa alimentação. No Programa Bolsa Permanência da UnB, houve acréscimo de 23,3% de estudantes atendidos, passando de 1.200 para 1.480 vagas, em 2013.

Em relação ao programa auxílio alimentação, os estudantes recebem gratuidade no restaurante universitário e, nos *Campi* que não possuem restaurantes, recebem auxílio alimentação em forma de pecúnia, totalizando um acréscimo de 25,6% no número de atendidos. A terceirização dos serviços do Restaurante Universitário de Brasília possibilitou melhorias na qualidade da alimentação servida aos estudantes. O aumento dos recursos do PNAES garantiu, também, o atendimento da demanda de moradia estudantil nos quatro *Campi*, no segundo semestre de 2013.

Outro fator importante foi a conclusão da reforma da Casa do Estudante Universitário, que possibilitará o aumento da oferta de vagas para 2014 no Programa de Moradia da UnB. Ressalta-se, ainda, a melhoria da acessibilidade dos estudantes com deficiência por meio da reforma da sede do Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais - PPNE, incluindo a elaboração do plano de ação conjunta com a Prefeitura do *Campus* para a realização de obras de adaptação das calçadas, reforma de banheiros para atender pessoas com deficiências, manutenção de elevadores e aquisição de novos equipamentos, promovendo acessibilidade a 128 alunos portadores de necessidades especiais.

Quanto à execução físico-financeira, a Universidade alcançou 63,2% da meta prevista para a ação em 2013. Para isso foram executados 65,8% (R\$ 11.221.602,56) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados que representou 78,8% (R\$ 3.602.626,91) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 730 alunos assistidos.



Quadro A.2.7 – Ação 6328 Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	6328		Tipo: Atividade				
Descrição	Universidade Aberta e a Distância						
Iniciativa	Código: 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	3.500.000	10.336.973	9.364.622	5.492.006	4.671.693		54.089
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Vaga disponibilizada		Unidade	5.000	5.000	29.342	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	54.089	36.089		Vaga disponibilizada	Unidade	193	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Essa ação está voltada para a elaboração, a implantação e o desenvolvimento de cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação à distância. Sua execução prevê a aquisição e instalação de equipamentos e de redes; capacitação de docentes e pessoal envolvidos com os cursos; criação de currículos específicos, respectivos conteúdos, material instrucional e metodologias de ensino a distância, buscando ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas nessa modalidade, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada.

Em virtude do contrato fechado com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e o CEAD/UnB, Contrato nº 048/2012, para realização do curso de Atualização em Práticas Pedagógicas para Professores da Rede Estadual de Educação da Bahia, foram capacitados mais de 24.000 professores, com recursos provenientes da Secretaria do Estado da Bahia – fonte de recursos 250 (recursos próprios). Com isso, houve um acréscimo significativo na quantidade de vagas



disponibilizadas, que não estavam previstas quando da estimação da meta física da ação para o ano de 2013.

Outro fator que contribuiu para o aumento da meta física foram os contratos firmados com parceiros, tais como: Direito Público, Ledores e Transcritores, Enem, Escola de Gestores, Conciliação, Promoção da Saúde, Conselhos Escolares, Direitos Humanos, Gestão de Pessoas, Inep.

Em relação à execução física e financeira, foram 29.342 vagas disponibilizadas no ano de 2013. Para tanto, foram executados 58,6% (R\$ 5.492.006,19) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados, que representou 66,7% (R\$ 36.089,27) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 193 vagas disponibilizadas.

Merece esclarecer que o acréscimo expressivo no número de vagas deu-se pela realização do Curso de Atualização em Práticas Pedagógicas para Professores da Rede Estadual de Educação da Bahia, em que foram capacitados 24.000 professores, representando 81,8% das vagas disponibilizadas.

Quadro A.2.8 – Ação 8282 Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	8282 Tipo: Atividade						
Descrição	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Código: 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	56.074.234	64.008.073	30.161.027	18.606.378	17.894.826		3.380.399
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Vaga disponibilizada		Unidade	9.494	9.494	8.373	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	3.381.384	2.794.426		Vaga disponibilizada	Unidade	1.251	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.



Análise Situacional

Essa ação foi criada como incentivo do Ministério da Educação às Instituições Federais de Ensino Superior visando possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas (especialmente no período noturno), e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.

Além disso, apóia planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas universidades federais, no exercício de sua autonomia, que visam o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e, a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras de pequeno vulto, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e às necessidades de manutenção identificadas pelas IFES.

A UnB em 2013 assumiu uma postura de revisão dos critérios de avaliação de ingresso nos sistemas PAS, Vestibular, ENEM e Cotas visando reduzir vagas remanescentes e aprimorar o sistema de ocupação. Nesse sentido, o aumento do número de vagas na UnB já está consolidado, ou seja, não há pretensão de aumentar a meta física da ação para os próximos anos.

Em relação à execução físico-financeira, no ano foram disponibilizadas 9.624 vagas, sendo que dessas, 8.373 vagas, foram executados 61,7% (R\$ 18.606.377,86) dos recursos empenhados na ação e 1.251 vagas custeadas com recursos inscritos em restos a pagar não processados, o que representou 82,7% (R\$ 2.794.426,29) do total inscrito em (RAP). Contribuíram, para isso, o fato que houve vestibular para EaD com a abertura de 1.204 vagas e, também, foi criado, o curso de Fonoaudiologia com 35 vagas no *campus* UnB/Ceilândia.

Quadro A.2.9 – Ação 2004 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	6.502.737	6.502.737	7.519.355	6.779.472	6.779.472		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Pessoa beneficiada		Unidade	5.147	5.147	3.592	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.



Análise Situacional

Ação elaborada pelo Ministério do Planejamento com o objetivo de prover aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental. Nesse sentido, visa à concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio. O serviço pode ser prestado diretamente por órgão ou entidade ou, ainda, como auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento, opção esta utilizada pela Universidade de Brasília.

Ressalta-se que essa ação possui dois Planos Orçamentários – PO's com caráter gerencial, que estão vinculados à ação orçamentária a fim de permitir que o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado.

Desse modo, o PO - 0001 dispõe sobre Assistência Médica e Odontológica Cívica - Complementação da União, o qual teve 3.592 pessoas beneficiadas; o PO - 0002 dispõe sobre Exames Periódicos - Cívica. Não foi realizado nenhum exame, visto que a Universidade de Brasília optou pela contratação de empresa terceirizada para a realização de exames periódicos. Sendo assim, a licitação ocorreu por meio do Pregão Eletrônico n. 21/2013 e foi finalizado em dezembro de 2013, sendo que os exames começarão a ser realizados a partir do mês de fevereiro de 2014.

Em relação à execução física e financeira, foram 3.592 pessoas beneficiadas com essa ação, o que representa 69,8% da meta física prevista para 2013. Para isso, foram utilizados 90,2% (R\$ 6.779.472,05) dos recursos empenhados nessa ação. A quantidade total de beneficiados contabilizados pelo sistema de monitoramento considerou, também, os dependentes e pensionistas dos servidores.

Quadro A.2.10 – Ação 2010 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	576.000	676.000	676.000	654.620	654.620		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0053	Criança atendida	Unidade	505	505	515		

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.



Análise Situacional

A Concessão do benefício de assistência pré-escolar é realizada a partir do requerimento dos servidores e empregados públicos federais que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93.

No que se refere à execução físico-financeira, foram 515 crianças atendidas com assistência pré-escolar, o que corresponde a 102% da meta prevista para 2013. Para isso, foram executados 96,8% (R\$ 654.620,00) dos recursos empenhados na ação.

Quadro A.2.11 – Ação 2011 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	3.010.140	2.210.140	2.206.635	1.899.202	1.899.202		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Pessoa beneficiada		Unidade	1.394	1.394	2.174	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Trata-se de pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado – conforme Lei nº 8.745/93, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Ressalta-se que essa ação possui Plano Orçamentário – PO com caráter gerencial vinculado à ação orçamentária a fim de permitir que os acompanhamentos físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado. Desse modo, o PO - 0001 dispõe sobre Auxílio-Transporte - Civis, o qual teve 2.174 servidores beneficiados.

Analisando a execução físico-financeira, conclui-se que foram 2.174 pessoas beneficiadas com auxílio-transporte, o que corresponde a 156% da meta prevista para o ano de 2013. Para tanto, foram executados 86,1% (R\$ 1.899.202,48) dos recursos empenhados na ação. Cabe registro o fato que o alcance expressivo no percentual da meta física deu-se em razão de incluir no quantitativo os servidores do HUB, uma vez que ainda possuem vínculo com a Universidade.



Quadro A.2.12 – Ação 2012 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	2012 Tipo: Atividade						
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	16.080.000	20.316.300	20.316.300	20.151.799	20.151.799		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Pessoa beneficiada		Unidade	4.408	4.408	4.301	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Ação responsável pela concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação destinado aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, conforme a Lei nº 8.745/93, mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Ressalta-se que essa ação possui um Plano Orçamentário – PO com caráter gerencial vinculado à ação orçamentária a fim de permitir que os acompanhamentos físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado. Desse modo, o PO - 0001 dispõe sobre Auxílio-Alimentação - Civis, o qual teve 4.301 servidores beneficiados.

Em relação à execução físico-financeira, foram 4.301 pessoas beneficiadas com auxílio-alimentação, o que representou 97,6% da meta prevista para 2013. Para tanto, foram executados 99,2% (R\$ 20.151.798,57) dos recursos empenhados na ação.



Quadro A.2.13 – Ação 4572 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	4572		Tipo: Atividade				
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	840.000	840.000	775.089	687.983	687.755		111.129
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Servidor capacitado		Unidade	3.100	3.100	1.510	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	111.715	52.688		Servidor capacitado	Unidade	175	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Caracteriza-se pela realização de ações diversas voltadas ao treinamento e à capacitação de servidores, tais como custeio de eventos; pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação; taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Nessa ação, foram desenvolvidas atividades, visando preencher lacunas de competências necessárias ao bom desempenho das atribuições dos cargos. As necessidades foram apontadas pelos diversos setores da UnB. Após mapeamento das competências fundamentais e gerenciais, as ações de capacitação foram disponibilizadas nas modalidades presencial e a distância.

Muitas ações de capacitação foram realizadas com a participação de tutores contratados pela própria Universidade, com custos mais baixos do que os oferecidos pelo mercado, e priorizadas as capacitações realizadas em Brasília. Também por meio de edital, os setores interessados em capacitar os seus servidores concorreram a atividades de capacitação e indicaram ações que foram organizadas em forma de cursos ou ações isoladas de capacitação para desenvolvimento de competências específicas.

Por outro lado, foi firmada parceria com o Centro de Educação a Distância (CEAD/UnB), que oferece cursos gratuitos aos servidores. Além disso, vários departamentos acadêmicos da



Universidade e a escola UnB Idiomas disponibilizaram, com isenção de taxas, diversas vagas de capacitação para servidores.

Alguns fatores influenciaram a ineficiência do alcance à meta prevista para 2013. Um deles foi a insuficiência de recursos alocados para ação, haja vista que, para atender a demanda de alguns setores que necessitavam desenvolver competências específicas para determinados cargos, teve que ser feita contratação na modalidade de inexigibilidade de licitação, a qual tem custo alto. Além disso, houve gastos com inscrições, diárias e passagens, nos casos em que os eventos acontecem fora de Brasília.

Para fins de execução físico-financeira, foram computadas 1.510 capacitações de servidores, o que correspondeu a 48,7% da meta física prevista para o exercício de 2013. Para isso, foram executados 88,8% (R\$ 687.982,86) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados (RP), que representou 47,4% (R\$ 52.687,69) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 175 capacitações de servidores.

Entretanto, deve-se considerar que alguns departamentos acadêmicos da Universidade e a escola UnB Idiomas disponibilizaram, com isenção de taxas, vagas de capacitação para servidores. O número real de capacitações realizadas em 2013 corresponde a 1.967.

Quadro A.2.14 – Ação 20TP Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo: Atividade				
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	447.419.376	556.099.256	556.099.256	555.992.478	554.939.940		106.777

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Trata-se de uma ação padronizada da União que tem caráter nacional e contempla o Pagamento de Pessoal Ativo da União. Apesar de ser uma ação do tipo Atividade vinculada a um Programa de Gestão e Manutenção, não possui meta. Nesse caso, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro acima.

Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 99,9% (R\$ 555.992.478,00) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 106.777,00) foi inscrito em restos a pagar (RP).



Quadro A.2.15 – Ação 00M0 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	00M0		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Contribuição às Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053							87.949

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Essa ação dispõe sobre a Contribuição às Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino. Caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, ou seja, não contribui para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, porém, é vinculada a um programa de Gestão e Manutenção. Entretanto, por não possuir meta, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro acima.

Ressalta-se que não houve execução financeira nessa ação, entretanto, 58,6% (R\$ 87.948,88) dos recursos alocados na ação foram inscritos em restos a pagar (RP).

Quadro A.2.16 – Ação 0181 Vinculada ao Programa de Operações Especiais 0089

Identificação da Ação							
Código	0181		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Código: 0089 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	209.443.000	254.995.586	251.912.347	251.912.347	251.633.167		

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Trata-se de uma ação padronizada da União que tem caráter nacional e contempla o Pagamento de Aposentadorias e Pensões de Servidores Civis. Caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, da qual não resulta um produto e não gera uma contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, ou seja, não contribui para a manutenção, a expansão ou o



aperfeiçoamento das ações de governo. Além disso, não possui meta. Por isso, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro acima.

No que se refere à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 251.912.347,27) dos recursos empenhados na ação.

Quadro A.2.17 – Ação 0716 Vinculada ao Programa de Operações Especiais 0901

Identificação da Ação							
Código	0716		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Cumprimento de Débitos Judiciais.						
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais. Código: 0901 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	27.368	20.368	18.660	18.660	18.660		

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Trata-se de uma ação padronizada da União que tem caráter nacional e dispõe sobre o Cumprimento de Débitos Judiciais. Caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, da qual não resulta um produto e não gera uma contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, ou seja, não contribui para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo. Além disso, não possui meta. Por isso, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro acima.

Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 18.660,06) dos recursos empenhados na ação.

Quadro A.2.18 – Ação 09HB Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	115.999.710	135.954.902	135.954.902	135.400.715	135.400.715		554.187

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.



Análise Situacional

Essa ação dispõe sobre a Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, ou seja, não contribui para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, porém, é vinculada a um programa de Gestão e Manutenção. Entretanto, por não possuir meta, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro acima.

Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 99,6% (R\$ 135.400.714,78) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 554.187,22) foi inscrito em restos a pagar (RP).

2.2.2 Ações do HUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

O Hospital Universitário de Brasília – HUB não possui Programa ou Iniciativas relativas a programas temáticos no Plano Plurianual. Dessa forma, são relacionadas, somente, informações referentes às ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos, de gestão, manutenção e serviços ao estado que estão sob a responsabilidade dessa Unidade Jurisdicionada.

Em contrapartida, as ações do tipo operações especiais, das quais não resultam um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, ou seja, não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, serão dispostas nos Quadros sem as respectivas linhas correspondentes às metas físicas, uma vez que tais ações não possuem metas. Nesse sentido, os demais Quadros foram excluídos.

Cabe ressaltar, ainda, que, em 2013, foi firmado um contrato de gestão entre o HUB e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação. Esse acordo tem o objetivo de resolver as limitações de financiamento e o impasse na regularização dos trabalhadores contratados de forma irregular; nesse caso, 634 trabalhadores, incluindo médicos e enfermeiros. Dessa forma, a Ebserh passa a administrar o HUB, sendo responsável pelo pagamento de funcionários e pela compra de insumos, entre outros compromissos.

Entretanto, o hospital continua academicamente subordinado à UnB, com a missão de formar os alunos da área de saúde e prestar atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, o plano de reestruturação do HUB será executado de forma conjunta entre a Universidade e a Ebserh e prevê a adoção de medidas para a recuperação da infraestrutura física e tecnológica e a recomposição do quadro de pessoal.

Além disso, salienta-se que, a partir de 2013, a programação qualitativa ganhou uma nova categoria de caráter gerencial vinculada à ação orçamentária: o Plano Orçamentário – PO, que é uma identificação orçamentária, de caráter estritamente gerencial - que não consta da LOA - e que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado que o do localizador de gasto.

Registra-se que as informações prestadas nesta seção foram retiradas da Lei Orçamentária Anual - LOA, do Manual Técnico do Orçamento- MTO e do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, do Ministério da Educação.

A seguir, são apresentados os atributos e a execução orçamentário-financeira de cada ação governamental, em Quadros específicos, seguidos dos comentários e análise situacional.



Quadro A.2.19 – Ação 20RX Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	20RX		Tipo: Atividade				
Descrição	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais.						
Iniciativa	Código: 03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Básica.		Código: 2030		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	200.000	19.800.000	16.136.087	6.099.899	5.663.935		10.036.188
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Unidade reestruturada		Unidade	1	1	1	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Essa ação tem por finalidade criar condições materiais e institucionais para que os Hospitais Universitários Federais –HUFs possam desempenhar plenamente suas funções, possibilitando, inclusive, a melhoria dos processos de gestão, a adequação da estrutura física, a recuperação e a modernização do parque tecnológico e a reestruturação do quadro de recursos humanos. Além disso, visa o aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como à assistência à saúde.

Em relação à execução física, conclui-se que foram realizadas 100% da meta física prevista, uma vez que tomou-se como referência o produto da ação que é unidade reestruturada. No entanto, não foi detalhado pelo coordenador da ação o tipo de atividade realizada que contribuiu para o alcance da meta.

No que se refere à execução financeira, foram executados 37,8% (R\$ 6.099.899,27) dos recursos empenhados na ação. O restante (R\$ 10.036.187,64) foi inscrito em restos a pagar (RP).



Quadro A.2.20 – Ação 4086 Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	4086		Tipo: Atividade				
Descrição	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais.						
Iniciativa	Código: 03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	472.398	1.188.536	1.028.962	550.576	334.172		478.386
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Unidade mantida		Unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053		724.349		Unidade mantida	Unidade	1	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Essa ação caracteriza-se por assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino e, além disso, é responsável pela manutenção das atividades e pela melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como pela restauração e modernização das instalações, com vistas a um adequado estado de uso. Nesse sentido, contempla a realização de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais, observados os limites da legislação vigente.

Em relação à execução física, conclui-se que foi realizada 100% da meta física prevista, uma vez que tomou-se como referência o produto da ação que é unidade mantida. Dessa forma, foram adquiridos bens e serviços fundamentais para a manutenção e o desenvolvimento do Hospital Universitário de Brasília- HUB, sobretudo na área de assistência à saúde e ao ensino, bem como, de maneira geral, para a melhoria da gestão hospitalar.

No que se refere à execução financeira, foram executados 53,5% (R\$ 550.576,05) dos recursos empenhados na ação. O restante (R\$ 478.385,55) foi inscrito em restos a pagar (RP).



Quadro A.2.21 - Ação 2004 Vinculada ao Programa Temático 2109

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	748.894	891.994	795.218	724.463	724.463		70.755
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Pessoa beneficiada		Unidade	568	568	250	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Ação elaborada pelo Ministério do Planejamento com o objetivo de prover aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental. Nesse sentido, visa à concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio. O serviço pode ser prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou, ainda, auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento, opção esta utilizada pela Universidade de Brasília.

Ressalta-se que essa ação possui dois Planos Orçamentários – PO's com caráter gerencial que estão vinculados à ação orçamentária a fim de permitir que os acompanhamentos físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado.

Desse modo, o PO - 0001 dispõe sobre Assistência Médica e Odontológica Cívica - Complementação da União, o qual teve 250 pessoas beneficiadas; o PO - 0002 dispõe sobre Exames Periódicos - Cívica, o qual teve 250 servidores beneficiados.

Em relação à execução física e financeira, foram 250 pessoas beneficiadas com essa ação, o que representou 44% da meta física prevista para 2013, conforme dados extraídos do SIMEC. Contudo, a quantidade total de beneficiados contabilizados pelo sistema de monitoramento em relação ao plano orçamentário - PO 0001: Assistência Médica e Odontológica considerou, também, os dependentes e pensionistas dos servidores.

Entretanto, para esse percentual, não foram considerados os 250 servidores beneficiados com a realização de exames periódicos, contemplados por meio do plano orçamentário – PO 0002, pois, nesse caso, o alcance real da meta seria de 88%. Para isso, foram utilizados 91,1% (R\$ 724.463,20) dos recursos empenhados nessa ação.



Quadro A.2.22 – Ação 2010 Vinculada ao Programa Temático 2109

Identificação da Ação							
Código	2010 Tipo: Atividade						
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	180.000	180.000	180.000	132.010	132.010		47.990
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Criança atendida		Unidade	158	158	101	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

A Concessão do benefício de assistência pré-escolar é realizada a partir do requerimento dos servidores e empregados públicos federais que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93.

No que se refere à execução físico-financeira, foram 101 crianças atendidas pela assistência pré-escolar, o que representou 63,9% da meta prevista para 2013. Para isso, foram executados 73,3% (R\$ 132.009,62) dos recursos empenhados na ação.

Quadro A.2.23 – Ação 2011 Vinculada ao Programa Temático 2109

Identificação da Ação							
Código	2011 Tipo: Atividade						
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	718.800	718.800	718.800	718.800	718.800		
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Pessoa beneficiada		Unidade	333	333	483	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.



Análise Situacional

Trata-se de pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União (ação padronizada), de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado – conforme (Lei nº 8.745/93), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Ressalta-se que essa ação possui um Plano Orçamentário – PO com caráter gerencial que está vinculado à ação orçamentária a fim de permitir que os acompanhamentos físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado. Desse modo, o PO - 0001 dispõe sobre Auxílio-Transporte - Civis, o qual teve 483 servidores beneficiados.

Analisando a execução física e financeira, conclui-se que foram 483 pessoas beneficiadas com auxílio-transporte, o que representou 145% da meta física prevista para o ano de 2013. Para tanto, foram executados 100% (R\$ 718.800,00) dos recursos empenhados na ação.

Quadro A.2.24 – Ação 2012 Vinculada ao Programa Temático 2109

Identificação da Ação							
Código	2012 Tipo: Atividade						
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	2.556.000	3.114.100	2.864.100	2.864.100	2.864.100		
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Pessoa beneficiada		Unidade	701	701	635	

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Ação responsável pela concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação destinado aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, conforme a Lei nº 8.745/93, mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Ressalta-se que essa ação possui um Plano Orçamentário – PO com caráter gerencial que está vinculado à ação orçamentária a fim de permitir que os acompanhamentos físico e financeiro da execução ocorra em nível mais detalhado. Desse modo, o PO - 0001 dispõe sobre Auxílio-Alimentação - Civis, o qual teve 635 servidores beneficiados.

Em relação à execução físico-financeira foram 635 pessoas beneficiadas com auxílio-alimentação, o que representou 90,6% da meta prevista para 2013. Para isso, foram executados 100% (R\$ 2.864.100,00) dos recursos empenhados na ação.



Quadro A.2.25 – Ação 20TP Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo: Atividade				
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	49.959.936	56.609.841	56.609.841	53.503.746	53.503.746		3.106.095

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Trata-se de uma ação padronizada da União que tem caráter nacional e contempla o Pagamento de Pessoal Ativo da União. Entretanto, apesar de ser uma ação do tipo Atividade vinculada a um Programa de Gestão e Manutenção, não possui meta; nesse caso, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro acima.

Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 94,5% (R\$ 53.503.746,19) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 3.106.094,81) foi inscrito em restos a pagar (RP).

Quadro A.2.26 – Ação 0181 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 0089

Identificação da Ação							
Código	0181		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Código: 0089 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	910.000	910.000	910.000	546.295	546.295		363.705

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Trata-se de uma ação padronizada da União que tem caráter nacional e contempla o Pagamento de Aposentadorias e Pensões de Servidores Civis. Caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, da qual não resulta um produto e não gera uma contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, ou seja, não contribui para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo. Além disso, não possui meta, e, por isso, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro acima.



No que se refere à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 60% (R\$ 546.295,36) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 363.704,64) foi inscrito em restos a pagar (RP).

Quadro A.2.27 – Ação 09HB Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	10.666.640	11.690.652	11.690.652	11.118.490	11.118.490		572.162

Fonte: FUB; LOA 12.798/2013; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2013 e MTO/2014.

Análise Situacional

Essa ação dispõe sobre a Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, ou seja, não contribui para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, porém, é vinculada a um programa de Gestão e Manutenção. Entretanto, por não possuir meta, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro acima.

Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 95,1% (R\$ 11.118.490,28) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 572.161,72) foi inscrito em restos a pagar (RP).

2.3 Informações sobre Outros Resultados da Gestão

A seguir, apresentam-se alguns resultados alcançados pela gestão nas áreas de graduação, pesquisa e pós-graduação, extensão e gestão de pessoas, conforme relatórios disponibilizados pelas unidades.

Ensino de Graduação

A política de expansão da educação superior apresentada pelo governo Brasileiro, em 2007, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) teve como objetivo principal ampliar o acesso e garantir a permanência na educação superior. A UnB, ao aderir ao Programa REUNI, em 2008, propôs a criação de um total de 4.306 vagas em cursos novos e cursos já existentes, em seus quatro *campi*. Em 2013, no segundo semestre, a Universidade de Brasília disponibilizou um total de 4219 vagas no vestibular, distribuídas em 101 cursos oferecidos nos quatro *campi*, conforme quadro que se segue:



Quadro A.2.28 – Oferta de Cursos e Vagas no 1º e 2º Vestibular 2013 por *Campus*, UnB, 2013

<i>Campus</i>	Cursos	1º Semestre Vagas	Turno
Darcy Ribeiro	58	1164	Diurno
	28	573	Noturno
Ceilândia	6	130	Diurno
Gama	5	140	Diurno
Planaltina	2	45	Diurno
	2	40	Noturno
Total	101*	2092	-

Fonte: DEG/UnB Fonte: DEG/UnB.

Quadro A.2.29 – Oferta de Cursos e Vagas no PAS-2013 por *Campus*, UnB, 2013

<i>Campus</i>	Cursos	1º Semestre Vagas	Turno
Darcy Ribeiro	58	1164	Diurno
	28	573	Noturno
Ceilândia	6	130	Diurno
Gama	5	140	Diurno
Planaltina	2	45	Diurno
	2	40	Noturno
Total	101	2092	-

Fonte: DEG/UnB Fonte: DEG/UnB.

Além da expansão das vagas nas Instituições de Ensino Superior Federais, o Programa REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos², a contar do início de cada plano (MEC, 2007, p.4).

Para o Ministério da Educação (MEC), a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCG³) é um indicador calculado anualmente por meio da razão entre diplomados e ingressantes. Para o TCU, o mesmo indicador é calculado pela relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais no ano (DIP) e o total de vagas oferecidas para ingresso primário cinco anos antes (ING5). $TCG = DIP / ING5$. Em 2013, a UnB ofertou 8413 vagas para os ingressos via PAS e vestibular.

O valor de TCG não expressa diretamente as taxas de sucesso observadas nos cursos da Universidade, ainda que haja uma relação estreita com fenômenos de retenção e evasão. Na verdade, o TCG contempla a eficiência com que a Universidade preenche as suas vagas ociosas decorrentes do abandono dos cursos.

Segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2007), o Censo da Educação Superior revelou que, no ano de 2007, ingressaram em instituições de ensino superior (IES) 1.481.955 indivíduos, e apenas 756.799 concluíram seus cursos no mesmo ano, o que representa 51% de TCG. No ano de 2007, a UnB apresentava um TCG equivalente a aproximadamente 72%, considerando os alunos ingressantes e formados que ingressaram por vestibular e Programa de Avaliação Seriada (PAS). Em 2013, foram diplomados 3.420 estudantes, e, em 2008, foram oferecidas 4309 vagas no PAS e vestibular. A Taxa de Conclusão dos Cursos de

²A relação de dezoito estudantes de graduação presencial por professor foi fixada com base nas determinações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no que se refere à carga horária dos professores (art. 57), estimando-se salas de aulas com 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente vinte horas semanais (2007, p.4).

³ $TCG(n) = [DIP(n) / ING(n-4)] * 100 - DIP =$ Diplomados no ano base / $ING =$ Vagas oferecidas cinco anos antes do ano base / $n =$ Ano base



Graduação (TCG⁴) foi de 79%. Esse número está próximo das metas estabelecidas. Após a adesão ao REUNI, a UnB firmou, junto ao MEC, a meta de atingir, até 2017, a TCG de 90%, considerando os indicadores apresentados no Quadro a seguir.

⁴TCG(n) = [DIP(n) / ING(n-4)]* 100 - DIP = Diplomados no ano base / ING = Vagas oferecidas cinco anos antes do ano base / n = Ano base



Quadro A.2.30 – Indicadores Globais para Projeção de Criação de Novas Vagas do Programa REUNI, UnB, 2012-2017

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017	
Graduação	Cursos	Total	66	78	88	102	105	110	110
		Noturno	15	17	23	33	34	36	36
	Vagas	Total	4.188	4.828	6.072,00	7.778	8.074	8.494	8.494
		Noturno	910	998	1.374	2.350	2.490	2.650	2.650
	Matrícula Proj.	Total	19.767	22.955	289.966	36.683	38.023	39.892	39.892
		Noturno	4.136	4.533	6.225	10.504	11.129	11.839	11.839
	Alunos Dipl.	Total	3.379	3.484	3.684	3.788	3.865	4.533	7.614
		Noturno	616	677	695	719	742	1.044	2.332
	TCG		1	1	1	1	1	1	1
	Pós-graduação	Cursos	Mestrado	56	60	59	59	58	58
Doutorado			43	49	48	48	47	47	47
Matrículas		Mestrado	2.902	3.053	3.034	3.079	3.138	3.247	3.255
		Doutorado	1.071	1.891	1.929	2.000	2.092	2.177	2.230
Professores equivalentes		2.475	2.863	3.235	3.468	3.623	3.623	3.623	
Professores com equivalência DE (DDE)		1.597	1.847	2.087	2.237	2.337	2.337	2.337	
Dedução por integração da pós-graduação (DPG)		471	469	413	398	402	439	450	
Corpo docente ajustado (DDE-DGP)		1.126	1.378	1.674	1.839	1.935	1.898	1.887	
Relação Alunos de Graduação por Professor (RAP)		17,56	16,66	17,30	19,95	19,65	21,02	21,14	

Fonte: DEG/UnB, 2014.



Entre as metas estabelecidas nas Bases do Planejamento Estratégico 2011-2015 tem-se “Alcançar índice de matrículas projetadas em cursos presenciais de 39.892,4 em 2015”. Como se observa no Quadro A.2.30, acima, tal objetivo já foi atingido em 2012. Em 2013, o total de matrículas registradas foi de 33.745 estudantes de graduação, número aquém da meta de matrículas projetadas para o período.

Outro dado importante refere-se à ampliação de 754 vagas de ingresso primário na graduação presencial na UnB até 2015, tendo como base o ingresso 2010. O indicador utilizado é número de vagas anuais ofertadas nos editais de ingresso primário pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS) e pelo vestibular. Considerando as 8.413 vagas oferecidas por essas duas formas de ingresso em 2013 e as 7.778 de 2010, chega-se a uma diferença de 635, ou seja, atingiu-se 84,2% da meta.

Na perspectiva de atingir as metas acima estabelecidas, o Decanato de Ensino de Graduação (DEG) tem desenvolvido e discutido, no âmbito acadêmico e pedagógico, estratégias para atender efetivamente a ocupação de vagas ociosas.

Noutra frente de trabalho, também foi atribuição do Decanato de Ensino de Graduação, no ano de 2013, a realização de estudos sobre os fatores que ocasionam a evasão e a retenção dos alunos em cada um dos cursos de graduação, buscando propor mecanismos pedagógicos que possam contribuir para a redução dessas taxas. Busca-se identificar os aspectos acadêmicos e pedagógicos que estão contribuindo para o crescimento da evasão e retenção discente.

Um desses estudos é sobre o perfil do estudante da Universidade de Brasília, suas origens, expectativas e seus projetos de futuro. É um Projeto de Pesquisa desenvolvido no âmbito do Observatório da Vida Estudantil, em parceria com o DEG.

Do ponto de vista institucional, o DEG contribui para a solução do problema da evasão e da retenção de alunos por meio do programa de incentivo à participação estudantil em ações de ensino, a saber, Programa de Educação Tutoria (PET), PIBID, PRODOCÊNCIA, Monitoria, Ciências sem fronteiras, Programa Jovens Talentos, com editais para alunos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), principalmente para os cursos com alto índice de evasão.

Pesquisa e Pós-Graduação

Em 2013, os programas de Pós-graduação da UnB foram apoiados por meio de editais para publicação, revisão e tradução de artigos científicos em revistas qualificadas e, nesse sentido, foi instituído o Edital DPP 01/2013, com recursos da UnB na ordem de R\$ 250.000,00 por ano. Para apoio aos novos docentes, foi instituído o Edital 02/2013, com recursos da UnB na ordem de R\$ 1 milhão, para a aquisição de equipamentos para pesquisa a fim de melhorar a possibilidade de inserção desses docentes nos Programas de Pós-graduação da UnB. Foram apoiados 33 projetos que contaram com equipes formadas por 104 novos professores de oito unidades acadêmicas que apresentaram propostas consorciadas ou isoladas (FS, FCE, FT, FGA, IB, FAV, IQ e FM).

Além disso, os programas de pós-graduação com conceitos 3 e 4 foram mais bem inseridos nos editais institucionais da UnB, como os CT INFRA da FINEP e o edital Pró-equipamentos da CAPES – para aquisição de equipamentos.

No FINEP CT-Infra 2013, a UnB indicou, para a FINEP, dez subprojetos. Assim, observa-se que, dos 37 programas de Pós-Graduação contemplados na proposta Institucional inicial do CT-Infra 2013, 27 possuem conceito CAPES 3 ou 4, o que representou aproximadamente 73% dos programas indicados pela UnB. Isso confirma o comprometimento da atual gestão com o fortalecimento dos programas com esses conceitos, bem como observa-se que foram apresentadas propostas conjuntas (inter-programas) com fins de melhorar o mérito e se tornarem competitivos. A proposta da UnB totalizou R\$ 20 milhões.

Em relação ao Edital CAPES Pro - Equipamentos 2013 (*EDITAL Nº 27/2013 PRÓ-EQUIPAMENTOS/CAPES*), a UnB encaminhou à CAPES 26 projetos que envolveram 15



Institutos/Faculdades, e a Agencia Financiadora aprovou 100% do recurso financeiro solicitado, cujo montante foi de R\$ R\$ 3.282.998,70.

As informações a seguir mostram o quantitativo de cursos e matrículas realizadas nos cursos *stricto sensu* ofertados pela UnB, em 2013, bem como sua evolução a partir de 2009.

Quadro A.2.31 – Cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu* e *Lato sensu*, UnB, 2013

Cursos	2013
Doutorado	62
Mestrado	74
Mestrado Profissional	10
Especialização (incluindo cursos à distância)	27

Fonte: DPP, 2014

Entre os anos 2009 e 2013, houve um expressivo aumento de estudantes da Pós Graduação na UnB, e o número de matrículas na pós-graduação evoluiu, conforme indicado no Quadro A.2.32. Esse aumento entre 2011 e 2013 foi significativo.

Quadro A.2.32 – Matrículas na Pós-Graduação, UnB, de 2009 e 2013

Matrículas	2009	2010	2011	2012	2013
Doutorado	1.921	2.213	2.480	3.928	2.752
Mestrado	3.068	3.559	3.824	2.723	3.689
Especialização (incluindo cursos a distância)	4.110	2.551	1.847	ND	4.249
Total	9.099	8.323	8.151	6.651	10.690

Fonte: DPP – UnB, 2014.

Nota: ND = Dados não disponíveis.

Para possibilitar o alcance da visão de futuro do DPP, para ampliar e aprimorar o sistema de pós-graduação da UnB, de modo a torná-la referência para a comunidade acadêmica nacional e internacional, bem como para a sociedade, o DPP participou ativamente da definição do PDI 2011-2015 da UnB, definindo 22 metas de pós-graduação.

Em 2013, o total de cursos de mestrado foi de 84 (74 acadêmico e 10 profissionais), e de doutorado, 62. Considerando os cursos de especialização *strito sensu*, o DPP definiu uma política de melhoria de qualidade e conceito CAPES dos programas da Instituição, com o objetivo de atender às demandas da sociedade com cursos de melhor qualidade, sem deixar de valorizar os programas que estão iniciando.

Com respeito à avaliação trienal realizada pela CAPES para os programas de pós-graduação das universidades brasileiras, apresenta-se, a seguir, uma síntese da evolução no âmbito da UnB.



Quadro A.2.33 – Nº de Programas de Pós-Graduação Avaliados pela CAPES

Tipo	2007	2010	2013
Programas de Pós-Graduação	57	66	84

Fonte: Diretoria de Planejamento, DPL, 2014.

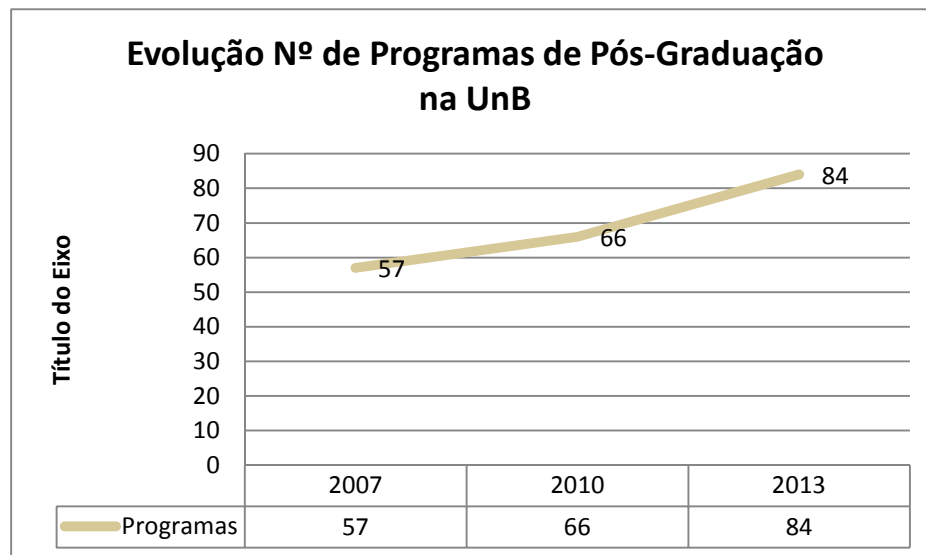


Gráfico 1 - Evolução dos Programas de Pós-Graduação na UnB – 2007 a 2013.

Fonte: Diretoria de Planejamento, DPL, 2014.

Pode-se verificar que, no período de 2007 a 2013, a oferta de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* cresceu 47%. Qualitativamente, considerando o Conceito CAPES como referencial, a comparação das médias ponderadas dos três períodos (2007, 2010 e 2013) resulta em equivalência estatística, indicando que a qualidade dos programas da UnB foi mantida ao longo dos ciclos avaliados, a despeito do aumento considerável na quantidade de programas.

Por outro lado, o DPP e a Administração Superior mostram-se preocupados com a quantidade de cursos conceito 3 e 4. A evolução no período entre 2007 e 2013 demanda ações mais focadas nos programas, a fim de reverter o quadro atual.

Com respeito às avaliações, tem-se a seguinte composição:

Quadro A.2.34 - Quantidade de Programas Avaliados e Respectivos Conceitos

Conceito	Quantidade de cursos		
	2007	2010	2013
Capes 2	1	1	0
Capes 3	10	13	18
Capes 4	25	30	44
Capes 5	15	16	10
Capes 6	5	5	10
Capes 7	1	1	2
Total	57	66	84

Fonte: Diretoria de Planejamento, DPL, 2014.

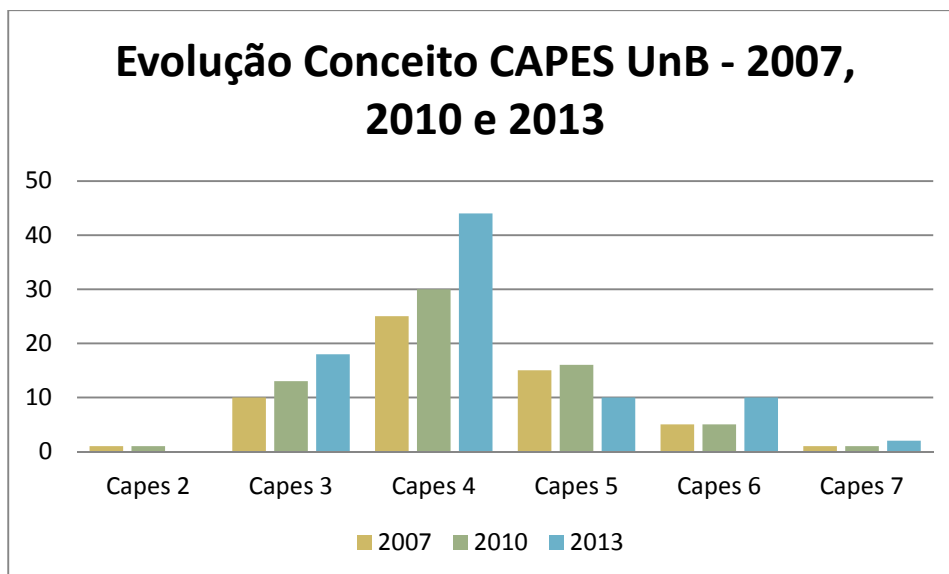


Gráfico 2 – Evolução Conceito CAPES – Avaliações 2007, 2010 e 2013.
Fonte: Diretoria de Planejamento, DPL, 2014.

Gestão de Pessoas

Em 2013, o Decanato de Gestão de Pessoas, considerando a necessidade de redimensionamento do quadro de servidores efetivos e a premente necessidade de substituir o quadro de prestadores de serviço contratados pela Instituição, elaborou indicadores de carga de trabalho e de demanda de vagas de servidores técnico-administrativos. A partir das informações colhidas, foi calculada a RAT (razão aluno técnico-administrativo), não ponderada, e levando em conta o número de alunos por servidor do quadro efetivo por unidade acadêmica. O resultado revelou, para o ano de 2012 (utilizado como base), uma demanda de aproximadamente 689 novos servidores. O RAT mínimo teórico e recomendado pelo MEC é de 15 estudantes por servidor. O indicador calculado para a UnB ficou em torno de 20,17. O índice mínimo registrado na Universidade foi de 14,86, e o máximo, na Faculdade de Planaltina, de 53,3.

Tem-se, portanto, que os estudos realizados e submetidos ao MEC e posteriormente autorizados pelas instâncias superiores do Poder Executivo permitiram à UnB realizar concurso público com uma oferta total de 257 vagas, distribuídas entre níveis superior, médio e fundamental.



3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Neste capítulo, primeiramente, serão apresentadas informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da FUB e, em seguida, as informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da FUB, contemplando os elementos relacionados ao ambiente de controle, à avaliação de risco, aos procedimentos de controle, à informação e comunicação e ao monitoramento. Por fim, são relatadas as informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da FUB e informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU.

Cumprir frisar que não se aplicam à FUB as informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal. Portanto, os Quadros referentes ao tópico mencionado não foram evidenciados.

Cabe informar, também, que a Comissão Disciplinar Permanente não possui informações sobre a instituição dos indicadores de governança para monitoramento e controle, por não contemplar informações específicas neste documento.

3.1 Estrutura de Governança

A Estrutura de Governança da FUB é composta por cinco Conselhos Superiores: o Conselho Diretor, sendo esse o órgão máximo da Fundação, o Conselho Universitário (CONSUNI), o Conselho Administrativo (CAD), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Conselho Comunitário. Além disso, o CEPE e o CAD possuem câmaras que deliberam sobre assuntos específicos. Outros órgãos importantes na estrutura de governança da FUB são a Procuradoria Jurídica (PJU), a Auditoria (AUD) e os colegiados ligados às áreas acadêmicas. Segue uma breve explicação sobre a atuação de cada um dos conselhos e dos outros órgãos acima citados.

3.1.1 Conselho Diretor

De acordo com o Estatuto da FUB, em seu Art. 6º, o Conselho Diretor é o órgão supremo da Fundação e exerce o governo da mesma e a administração da Universidade. É composto de seis membros efetivos e dois suplentes, escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, renovando-se, de dois em dois anos, pela metade. O Conselho Diretor elegerá, entre os seus membros, o Presidente da Fundação. Dentre as competências desse Conselho tem-se: estabelecer as diretrizes e os planos quinquenais para o desenvolvimento da Universidade; elaborar o Estatuto da Universidade, a fim de submetê-lo à aprovação do Poder Executivo; deliberar sobre a administração dos bens da Fundação, promover-lhes o incremento e aprovar a aplicação de recursos e a realização de operações de crédito; e aprovar, no segundo período de sessões de cada ano, o plano de atividades da Fundação e da Universidade e respectivo orçamento para o exercício seguinte.

3.1.2 Outros Conselhos Superiores

A Administração Superior é responsabilidade dos Conselhos Superiores: o Conselho Universitário (CONSUNI), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Conselho de Administração (CAD), como órgãos deliberativos, normativos e consultivos, o Conselho Comunitário, como órgão consultivo, e, como órgão executivo, a Reitoria.

O Conselho Universitário é o órgão máximo da Universidade, tendo suas competências definidas no Art. 12 do Estatuto e sua composição, no Art. 13. Ressalta-se que, de acordo com o Estatuto e Regimento Geral, a criação, extinção ou modificação de Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares ou Centros são de competência do Conselho Universitário.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) delibera acerca da matéria acadêmica, científica, cultural e artística, sendo a última instância de deliberação para recursos nessas áreas. O



CEPE delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Ensino de Graduação (CEG), de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), de Extensão (CEX), presididas pelos respectivos decanos, cuja composição das Câmaras deve possibilitar a representação, em cada uma delas, de todas as Unidades Acadêmicas conforme definido no art. 16 do Estatuto.

De acordo com o Estatuto, o Conselho de Administração (CAD) delibera acerca da matéria administrativa, econômica, financeira, de planejamento e orçamento, de gestão de pessoas e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias. O CAD delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Administração, de Assuntos Comunitários, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento, presididas pelos respectivos decanos. A composição das Câmaras deve possibilitar a representação, em cada uma delas, de todas as Unidades Acadêmicas, conforme definido no art. 18 do Estatuto.

Com a publicação da Resolução CONSUNI nº 29/2010, observa-se a extinção da Secretaria de Planejamento (SPL) e da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) e autoriza a Criação do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) e do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP). A fim de cumprir as disposições contidas nos Atos Administrativos exarados e acolhendo os princípios éticos previstos para a administração pública, coube ao Conselho de Administração, no uso de suas atribuições, estabelecer a composição e atribuições das Câmaras de Planejamento e Orçamento (CPO), descritas na Resolução 007/2013 de 22/05/2013, assim como para a Câmara de Gestão de Pessoas (CGP) na Resolução 006/2013 de 22/05/2013, conforme definidos no art. 18 do Estatuto e Regimento Geral da UnB.

O Conselho Comunitário, órgão consultivo da Administração Superior da Universidade de Brasília, tem funções de opinar sobre estudos, projetos, planos e relatórios da Universidade e recomendar ações e medidas à Administração Superior, devendo se reunir uma vez ao ano, ordinariamente, ou quando convocado pelo Reitor ou por requerimento da maioria dos membros do Conselho Universitário ou, ainda, nos termos do Art. 48 do Regimento.

3.1.3 Outros Conselhos e Colegiados

O Regimento Geral da UnB, nos seus artigos 48 a 69, dispõe acerca do funcionamento dos órgãos colegiados das Unidades Acadêmicas, do Conselho da Unidade, dos Colegiados de cursos e do Colegiado Departamental. Os colegiados deliberam com presença da maioria de seus membros, exceto nos casos explicitados no Regimento Geral. É obrigatório o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados deliberativos de que façam parte, tendo essa atividade prioridade sobre outras de natureza acadêmica ou administrativa.

As deliberações dos colegiados tomam-se por maioria simples de votos dos membros presentes, respeitados os casos em que expressamente se exigir maior número de votos. A votação é simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não for requerida por um ou mais membros do colegiado ou não esteja expressamente prevista. Cada membro de colegiado tem direito apenas a um voto nas deliberações, mesmo que pertença a esse sob dupla condição. O presidente de colegiado deliberativo tem também o voto de qualidade.

Além de aprovações, autorizações, homologações e outras decisões, as deliberações dos órgãos colegiados podem, conforme sua natureza, tomar forma de atos ou resoluções baixados pelos seus presidentes e eventualmente podem ser sujeitos a prazos, conforme estabelecido no art. 58 do Regimento Geral.

3.1.4 Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica é um órgão integrante da Reitoria da UnB e é prevista em seu Regimento Interno no Art. 25, inciso III. Ela representa judicial e extrajudicialmente a Universidade de Brasília e cuida da consultoria e assessoramento, na área jurídica, da Fundação Universidade de



Brasília. Além disso, apura a liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial. Examina ou elabora minutas de contratos e convênios, emite pareceres, quando consultada pelo Reitor, e zela pelo cumprimento da legislação aplicável à UnB.

3.1.5 Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Fundação Universidade de Brasília - FUB, criada em 14 de abril de 1986, por meio da resolução do Conselho Diretor nº 021/86, é órgão de assessoramento e está diretamente vinculada ao Gabinete do Reitor. A indicação do seu dirigente é de competência do Reitor, conforme previsto no art. 18, inciso XVI do Regimento Geral da Instituição, documento no qual se pode verificar também as atribuições da unidade. Tem como finalidade básica, além de assessoramento à Alta Administração e aos Centros de Custo, fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

3.2 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

Neste subitem, apresentam-se as respostas ao questionário referente à Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos no âmbito da FUB e respectivas análises críticas.

O preenchimento do questionário foi realizado em conjunto durante Reunião de Equipe da Administração Superior da Universidade de Brasília, em 10 de fevereiro de 2014. Participaram desse encontro o Reitor e a Vice-Reitora, os Decanos de Ensino de Graduação, Planejamento e Orçamento, a Administração, a Gestão de Pessoas, os Assuntos Comunitários, a Extensão e Pesquisa e a Pós-Graduação. A Equipe da Diretoria de Planejamento, unidade responsável pela organização do Relatório de Gestão, assessorou a Administração Superior no preenchimento do Quadro A.3.1.

Os itens a serem pontuados foram lidos um a um, discutidos entre os participantes, e, por fim, foi atribuída a ponderação final ao quesito proposto, conforme se pode verificar a seguir:



Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem Avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				

Continua



Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

(Continuação)

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Reunião de Equipe da Administração Superior, 2014.

3.2.1 Análise crítica por grupo

- **Ambiente de Controle**

A UnB dispõe de processos e rotinas para mapeamento e avaliação de riscos que são diagnosticadas e trabalhadas, conforme desenvolvidas as ações e metas de planejamento institucional. No entanto, a administração superior reconhece que práticas mais aprimoradas podem ser adotadas a fim de aperfeiçoar a gestão estratégica de riscos.

Apesar das fragilidades inerentes a esse tópico, os eventos passíveis de sindicância, quando identificados, são tratados com todo rigor previsto em legislação específica e adotados os procedimentos necessários para mitigar os efeitos produzidos pelos eventos constatados.

Cabe ressaltar que em 2010, quando da elaboração do Planejamento Estratégico da UnB, a administração superior realizou a análise do ambiente organizacional (Matriz SWOT) para o ciclo estratégico 2011-2015 e alguns riscos foram identificados e mapeados. Foram identificados fatores internos e externos desfavoráveis, como pontos fracos e ameaças que podem comprometer o plano de gestão da Administração (alcance dos objetivos estratégicos institucionais), cujos resultados destacam-se a seguir:

Pontos fracos: comunicação institucional - falta de plano institucional; esvaziamento do quadro de pessoal; diferenciação e precarização dos contratos de trabalho; tecnologia da Informação



- sistemas informatizados de gestão acadêmica e administrativa desatualizados, ineficientes e desintegrados; falta de documentação de processos, sistemas e procedimentos; incapacidade gerencial: morosidade administrativa, falta de fluidez da informação, controle interno inadequado, negligência nos processos acadêmicos e descumprimento das decisões colegiadas; alta rotatividade de servidores, em função de baixos salários, capacitação insuficiente e precárias condições de trabalho; perfil do corpo técnico-administrativo com baixo índice de graduados e pós-graduados.

Ameaças: perda de pessoal qualificado para outros órgãos públicos; descontinuidade da política de educação superior; baixos salários; impactos negativos à imagem da UnB em face de sua atuação; limitações à autonomia universitária ou descontinuidade do processo de implantação; inadequação dos marcos regulatórios para as IFES e de controle dos seus mecanismos de gestão.

- **Procedimentos de Controle**

Dada a fragilidade do ambiente de controle interno e dos meios para avaliação de riscos, conclui-se, por consequência, que os procedimentos avaliados nesse quesito também são incipientes e carecem de aperfeiçoamentos. À medida que são introduzidos novos fluxos de trabalho, espera-se obter maturidade suficiente para estabelecer processos mais estruturados e que as avaliações de riscos sejam executadas a tempo e de modo adequado.

- **Informação e Comunicação**

A gestão superior entende que os processos relativos ao tratamento da informação e comunicação existem no âmbito da FUB, porém, uma vez mais, carecem de revisão e aperfeiçoamento. É notória a importância desse item, entretanto, segundo avaliações, meios mais eficazes precisam ser implementados com urgência.

- **Monitoramento**

Os resultados apresentados pelos meios de monitoramento institucionais estão aquém daqueles esperados pela Administração Superior e demais unidades subordinadas.. Percebe-se, pela opinião dos gestores participantes do encontro, que os processos relacionados ao ambiente de controle, avaliação de risco e procedimentos de controle, quando redefinidos e implementados com uma visão maior de controle, irão promover mudanças substanciais nos meios de monitoramento. Espera-se que um redesenho de processos e aplicação de uma estrutura de trabalho mais eficaz proporcionem resultados mais satisfatórios, no que concerne ao ambiente de controle interno da FUB.

3.2.2 Observações Gerais

A equipe de gestores da UnB partilha a ideia de que questões que compõem o Quadro A.3.1 deveriam ser aprimoradas, visando aumentar a acurácia dos julgamentos dos quesitos de avaliação.

Os itens utilizados para mensuração do sistema de controles internos da FUB são bastante válidos, entretanto, contêm falhas que diminuem a precisão das avaliações. As respostas dos avaliadores aos itens são, em parte, prejudicadas por falhas na construção das questões.

- Há mais de um atributo ou aspecto a ser avaliado (ver itens 1, 3, 5, 6, 12, 13, 15, 17, 18, 22);
- a escala de pontuação utilizada pelo TCU no questionário proposto não segue a Escala Likert, comumente usada nessas avaliações;
- o questionário proposto segue a proposição COSO, porém, seria interessante se o TCU adotasse a atualização ocorrida recentemente em 2013;
- o item 16 avalia a “não” ocorrência de fraudes e perdas, associada a uma escala que contém pontos de avaliação desfavorável: totalmente inválida e parcialmente inválida. A dupla negação contida nesse julgamento é indicadora de imprecisão; e
- há afirmativas longas e pouco objetivas (ver itens 13, 16, 19 e 23).



Dessa forma, o diagnóstico almejado pelo TCU não foi atingido integralmente em razão da dificuldade de se responder com precisão e emitir julgamentos capazes de identificar com objetividade os aspectos que precisam ser melhorados no sistema de controles internos da Instituição.

Recomendamos o aprimoramento do questionário, de modo que os itens possam refletir apenas um atributo ou aspecto de cada vez e as afirmativas sejam compatíveis com a escala de pontuação.

3.3 Estrutura e Atividades do Sistema de Correição

A Universidade de Brasília não possui, dentro do seu organograma, uma Corregedoria Institucional. Entretanto, cabe informar que há, na estrutura administrativa, uma unidade responsável pelas práticas de correição, denominada Comissão Disciplinar Permanente- CDP. Esta unidade acompanha e assessora tecnicamente os processos administrativos disciplinares, sindicâncias e termos circunstanciados administrativos instaurados no âmbito da FUB. Além disso, esta Comissão fornece aos órgãos de controle externo e interno dados referentes aos resultados obtidos em determinado período.

Destaca-se, ainda, que a implementação da Corregedoria institucional, conforme determina a legislação pertinente, já é discutida pela Administração Superior. Com o intuito de aprimorar as atividades da Comissão Disciplinar Permanente, a alta administração vem discutindo e realizando algumas ações de melhoria, dentre elas podemos citar:

- desenvolvimento, no ano de 2014, da página virtual para disseminação de conhecimento acerca das atividades de correição;
- disponibilização de material autoexplicativo;
- formalização da Comissão Disciplinar Permanente (Ato da Reitoria nº 212/2014 de 13/2/2014);
- disponibilização de espaço (sala de reunião) na Vice-Reitoria para realização de audiências;
- ampliação do quadro de servidores;
- adoção de nova metodologia de condução dos trabalhos das comissões processantes.

Estrutura:

A estrutura tecnológica da Comissão Disciplinar Permanente é modesta, porém, necessita de constantes melhorias devido à aquisição de equipamentos modernos e desenvolvimento de sistema de gerenciamento processual interno em parceria com o Centro de Processamento de Dados – CPD/UnB.

O espaço físico não atende as necessidades funcionais, uma vez que a Comissão Disciplinar Permanente funciona em um ambiente reduzido que contém uma sala para audiências sem privacidade e outra onde os servidores lotados na CDP desenvolvem seus trabalhos. Ressalta-se que a estrutura impacta diretamente nos resultados finais.

Quanto ao quadro de funcionários, verifica-se um número reduzido de pessoal. Esta unidade é formada por três servidores efetivos da FUB, um servidor celetista requisitado da ABIN, um prestador de serviço e um estagiário da área de Direito.

Base Normativa:

Ressalta-se que não existe norma legal institucional que regule as atividades da Comissão Disciplinar. No entanto, a prática de correição dentro da Universidade é conduzida pela Lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias, das fundações públicas federais. Bem como pela legislação que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, Lei nº 9.784 de 1999.



Dano ao erário:

Por fim, uma vez constatado o dano ao erário por meio de procedimento administrativo, a documentação comprobatória é enviada ao setor competente, quer seja o Decanato de Gestão de Pessoas – DGP, quer seja a Diretoria de Gestão de Materiais - DGM, para que se proceda às providências necessárias quanto ao ressarcimento.

Resultados:

A Comissão Disciplinar Permanente é a unidade responsável por inserir as informações referentes aos processos administrativos instaurados na FUB. Os dados obtidos no ano de 2013 estão em discordância com os dispostos no sistema CGU/PAD, tendo em vista que os processos estão sendo cadastrados gradativamente neste sistema. Abaixo, seguem os demonstrativos sobre os resultados obtidos (Quadro A.3.2) e apuração dos processos pela CDP no ano de 2013 (Quadro A.3.3).

Quadro A.3.2 – Apuração dos Processos pela CDP no ano de 2013

PADs instaurados em 2013	8
Sindicâncias punitivas instauradas em 2013	0
Sindicâncias investigativas instauradas em 2013	6
PADS julgados em 2013	5
Sindicâncias julgadas em 2013	10
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2013	0
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2013	0

Fonte: CDP, 2013.

Quadro A.3.3 – Apuração dos Processos pela CDP no ano de 2013

Processo	Assunto	Tipo	Situação
23106.004882/2013-22	PAD em desfavor da servidora Marineusa Aparecida Bueno para apurar suposto abandono de cargo.	PAD	Aguarda defesa de indiciamento
23039.000514/2009-71	PAD em desfavor da servidora Iranete Bezerra dos Santos para apurar supostas irregularidades na apresentação de atestados médicos e acumulação indevida de cargos públicos.	PAD	Instrução processual (oitivas)
23106.008357/2009-31	PAD para apurar suposta prática de plágio no Departamento de Geografia.	PAD	Instrução processual
23106.000319/2009-52	PAD em desfavor da servidora Ana Maria Corsini Velloso para apurar supostas irregularidades ocorridas na Coordenação de Cerimonial da UnB.	PAD	Instrução processual
23106.000320/2009-38	PAD em desfavor da servidora Maria Nadje Moura Carvalho para apurar supostas irregularidades ocorridas na Coordenação de Cerimonial da UnB.	PAD	Instrução processual
23106.005687/2011-13	PAD em desfavor da servidora Angélica Luciano da Costa Almeida por suposto abandono de cargo.	PAD	Instrução processual
23106.008809/2011-13	PAD em desfavor do servidor Sérgio Luis dos Santos Lima para apurar descumprimento de cláusula contratual.	PAD	Arquivado
23106.005688/2011-89	PAD em desfavor da servidora Eunice Luiza de Almeida por suposto abandono de cargo.	PAD	Arquivado

Fonte: CDP, 2013.



3.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em atendimento à Portaria nº 1043/2007 da CGU, cabe informar que a FUB realiza o cadastro de informações sobre processos disciplinares no sistema CGU-PAD desde o ano de 2013.

Conforme dito anteriormente, os procedimentos administrativos disciplinares ocorridos no âmbito da Fundação Universidade de Brasília estão sob responsabilidade da Comissão Disciplinar Permanente. Em síntese, para uma visão geral dos procedimentos administrativos disciplinares, apresenta-se a atuação das comissões designadas para apurar os fatos submetidos ao juízo de admissibilidade da autoridade competente, ante o disposto no art. 143 da Lei 8112/1990, bem como a realização de apuração simplificada por meio de termo circunstanciado administrativo conforme a IN CGU nº de 17/2/2009 e Instrução da Reitoria nº 03/2010 de 5/11/2010. Nos Quadros A.3.4 e A.3.5 constam os Relatórios retirados do Sistema CGU-PAD.

Quadro A.3.4 – Relatório Consolidado de Procedimentos por Situação

Fundação Universidade de Brasília	
Período: 01/01/2012 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado	Nº de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	3
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	1
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	3
Total de Procedimentos "Julgados"	7
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	1
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	15

Fonte: CDP, 2013. CGU-PAD: Relatório de Procedimentos por Situação. Emitido em 14/02/2014.

Quadro A.3.5 – Relatório Detalhado de Procedimentos por Situação

Nº do Processo	Tipo do Processo	Data de Instauração	Fase Atual
23000002051201213	Sindicância	08/10/2012	Processo Julgado
23039000422201112	Sindicância	09/10/2012	Anulado por Decisão
23039000514200971	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	08/08/2013	Instauração/Instrução
23106000323200924	Sindicância	20/09/2012	Processo Julgado
23106000325200955	Sindicância	20/09/2012	Processo Julgado
23106001804201236	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	21/08/2012	Processo Julgado
23106002587201261	Sindicância	27/11/2012	Processo Julgado

Continua



Quadro A.3.5 – Relatório Detalhado de Procedimentos por Situação

(Continuação)

Nº do Processo	Tipo do Processo	Data de Instauração	Fase Atual
23106002614201137	Sindicância	03/10/2012	Encaminhado para Julgamento
23106003184201222	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	20/09/2012	Encaminhado para Julgamento
23106003185201298	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	20/09/2012	Encaminhado para Julgamento
23106003437201345	Sindicância	03/04/2013	Processo Julgado
23106004882201322	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	21/08/2013	Indiciamento/Citação/Defesa
23106005437201380	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	08/08/2013	Instauração/Instrução
23106006821200948	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	30/08/2012	Processo Julgado
23123002576201343	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	25/07/2013	Instauração/Instrução

Fonte: CDP, 2013. CGU-PAD: Relatório de Procedimentos por Situação. Emitido em 14/02/2014



4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este capítulo aborda os tópicos especiais da execução orçamentária e financeira. São demonstradas informações sobre a Execução das Despesas, a Movimentação, os saldos de Restos a Pagar, as Transferências de Recursos, a utilização de Suprimento de Fundos e as suas respectivas análises críticas.

Os itens Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, Renúncia Tributária e Informações sobre a Gestão de Precatórios não se aplicam à FUB, conforme explicação da Diretoria de Contabilidade e Finanças e da Procuradoria Jurídica.

4.1 Execução das Despesas

Neste tópico, são fornecidas informações sobre a Programação, a Movimentação e a Realização das despesas, em 2013. São apresentados demonstrativos individuais para as unidades orçamentárias: 26271 – FUB e 26393 – Hospital Universitário (HUB). Em alguns subitens, também é apresentado um demonstrativo total, consolidando os dados FUB e HUB.

4.1.1 Programação

Os Quadros da programação de despesas mostram a dotação inicial, os créditos suplementares, extraordinários e cancelados.



Quadro A.4.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26271		UGO: 152435		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes (R\$)				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		779.340.169	-	413.555.483		
CRÉDITOS	Suplementares	174.187.658	-	323.821.474		
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
Créditos Cancelados		(365.118)	-	(1.118.984)		
Outras Operações		-	-	-		
Dotação final 2013 (A)		953.162.709	-	736.257.973		
Dotação final 2012(B)		839.704.868	-	548.555.026		
Variação (A/B-1)*100		14	-	34		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital (R\$)			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		101.477.358	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	60.400.685	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	27.492.453	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
Créditos Cancelados		(50.292.453)	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		139.078.043	-	-	-	
Dotação final 2012(B)		131.914.189	-	-	-	
Variação (A/B-1)*100		5	-	-	-	

Fonte: DOR



Quadro A.4.2 – Programação de Despesas - HUB

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26393		UGO: 154106		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes (R\$)				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		61.536.576	-	4.743.294		
CRÉDITOS	Suplementares	7.673.917	-	7.767.338		
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
Créditos Cancelados		-	-	-		
Outras Operações		-	-	-		
Dotação final 2013 (A)		69.210.493	-	12.510.632		
Dotação final 2012(B)		63.035.917	-	12.903.869		
Variação (A/B-1)*100		10	-	(3)		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital (R\$)			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		132.798	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	13.250.000	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	44.266	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
Créditos Cancelados		(44.266)	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		13.382.798	-	-	-	
Dotação final 2012(B)		13.294.266	-	-	-	
Variação (A/B-1)*100		1	-	-	-	

Fonte: DOR

4.1.1.1 Análise Crítica

A Diretoria de Orçamento (DOR) realizou a análise crítica da programação orçamentária, originária e adicional examinando a compatibilidade das dotações orçamentárias em relação às necessidades de crédito para cumprimento da sua programação de trabalho.

Os tetos (limites) orçamentários autorizados pelo MEC para esta UJ, quando da elaboração da Proposta da Lei Orçamentária Anual – PLOA, normalmente estão aquém das necessidades e dos compromissos assumido, especialmente para a ação orçamentária Funcionamento das IFES. Considerando a expansão proporcionada pelo REUNI, fica evidente o déficit de recursos na Fonte



do Tesouro. Dessa forma, durante o exercício é necessário elaborar diversos ajustes no orçamento inicial, objetivando o cumprimento da programação de trabalho. As análises e projeções orçamentárias elaboradas sistematicamente pela UJ e pelo MEC demonstram a insuficiência, também, nas dotações de Pessoal (Grupo 1) e Benefícios (Grupo 3), havendo necessidade de novos ajustes de créditos adicionais para não comprometer a gestão orçamentária desta UJ.

No tocante ao valor do teto estabelecido para a Matriz ANDIFES, que é apresentado também no momento da elaboração do PLOA, esta UJ destina quase que a totalidade desses recursos para a ação de Funcionamento das IFES, tendo em vista as despesas de manutenção contratadas. Buscando minimizar este desequilíbrio entre a dotação inicial e o total da despesa, esta UJ propõe ajustes orçamentários na Fonte de Recursos Próprios (0250), a título de créditos adicionais por excesso de arrecadação, considerando o seu poder de captação de recursos financeiros, proporcionado pelos trabalhos realizados pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos – CESPE/UnB.

Contamos ainda com a aprovação de Crédito Suplementar decorrente de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União – BPU do exercício de 2012, com destaque para a ação de Funcionamento de IFES, que possibilitou o fechamento deste exercício.

Finalmente foram efetuadas 02 (duas) alterações nas dotações iniciais de Assistência ao Estudante do Ensino Superior (PNAES) e Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, onde propusemos a alteração de parte do valor destinado às despesas com Investimentos para Outras Despesas Correntes, buscando novamente dar suporte orçamentário às despesas de custeio desta UJ. Cabe registrar que este ajuste não provocou nenhum reflexo na programação inicial, tendo em vista que os projetos de obras não foram concluídos para licitação naquele exercício.

A Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, abriu créditos extraordinários, antecipando valores de investimentos do PLOA 2013, para garantir eventuais gastos orçamentários até a aprovação da LOA 2013. De acordo com a LDO até a sanção da LOA, o executivo fica autorizado a gastar apenas 1/12 (um doze avos) das despesas correntes previstas na proposta orçamentária, ficando proibidos os gastos em despesas de capital.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

A Movimentação Orçamentária está segmentada em créditos internos e créditos externos, sendo especificadas as despesas correntes e as despesas de capital.

Quanto à movimentação orçamentária interna por grupo de despesa, não ocorreu, no exercício 2013, movimentação dentro da mesma unidade orçamentária entre unidades jurisdicionadas distintas, assim, o Quadro a seguir apresenta apenas a movimentação entre unidades orçamentárias do mesmo Órgão.



Quadro A.4.3 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes (R\$)		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	152435	154106	26271 12364203220RK			10.848.234
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital (R\$)		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	154106	154040	26393 12302203220RX	42.663		

Fonte: DOR

No demonstrativo movimentação orçamentária externa, no grupo despesas correntes não houve lançamentos no item 2. Juros e Encargos da dívida. No grupo despesas de capital, os itens: 5. Inversões Financeiras e 6. Amortizações da Dívida não registraram movimentação no exercício. Em função do volume de informações, o demonstrativo sobre os créditos externos constam no Anexo A.

4.1.3 Realização da Despesa

A Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), vinculada ao Decanato de Administração (DAF), é a unidade da FUB responsável pela Realização da Despesa e análise crítica da execução orçamentária. Esse subitem está composto por dois grupos: 1) Despesas por Modalidade de Contratação e 2) Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Os Quadros deste subitem destinam-se à demonstração da execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação. O Quadro A.4.4 representa as despesas totais (FUB + HUB) por modalidade de contratação. Nos exercícios 2012 e 2013, não houve despesas nas modalidades concurso, consulta e regime diferenciado.



Quadro A.4.4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26271 / 26393		UGO: 154040 / 154106	
	Despesa Liquidada (R\$)		Despesa paga (R\$)	
Modalidade de Contratação	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)	192.737.014	119.606.237	124.676.426	82.005.370
a) Convite	293.036	326.338	134.199	284.987
b) Tomada de Preços	4.342.591	909.284	2.053.140	88.021
c) Concorrência	20.158.573	15.237.830	2.911.481	1.514.987
d) Pregão	167.942.814	103.132.784	119.577.606	80.117.375
2. Contratações Diretas (e+f)	86.112.565	66.578.881	65.829.611	55.851.318
e) Dispensa	80.547.932	59.858.159	62.748.438	51.031.745
f) Inexigibilidade	5.564.632	6.720.722	3.081.173	4.819.573
3. Regime de Execução Especial	352.933	301.189	349.472	301.189
g) Suprimento de Fundos	352.933	301.189	349.472	301.189
4. Pagamento de Pessoal (h+i)	1.016.960.309	924.952.838	1.010.914.837	924.929.217
h) Pagamento em Folha	1.013.176.998	921.740.375	1.007.142.354	921.738.501
i) Diárias	3.783.310	3.212.463	3.772.483	3.190.716
5. Outros ¹	473.834.555	275.718.864	416.874.096	261.441.305
6. Total (1+2+3+4+5)	1.769.997.375	1.387.158.009	1.618.644.442	1.324.528.399

Fonte: DCF, 2013.

Nota:

1) No ano 2013, a despesa liquidada na modalidade de contratação “Outros” abrange 82% em Serviços de Terceiros – Pessoa Física e Obrigações Tributárias; 6% Auxílio Financeiro a Estudantes; 5% Auxílio Alimentação e 7% outras despesas. Por outro lado, as despesas liquidadas, no ano de 2012, na categoria “Outros” consideraram Serviços de Terceiros – PF e Obrigações Tributárias (81%); Auxílio Financeiro a Estudante (10%), Auxílio Financeiro a Pesquisador (6%) e outros tipos (3%).

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

A seguir são apresentadas as despesas por modalidade de contratação – Créditos Originários – em valores executados diretamente por cada unidade orçamentária. Na UO da FUB não ocorreram despesas nas modalidades concurso, consulta e regime diferenciado. Quanto ao HUB, as modalidades tomada de preço, concorrência, concurso, consulta, regime diferenciado e inexigibilidade de contratações não foram utilizadas.



Quadro A.4.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários FUB

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26271		UGO: 154040	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada (R\$)		Despesa paga (R\$)	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)	177.075.043	115.109.151	120.064.762	78.585.013
a) Convite	293.036	326.338	134.199	284.987
b) Tomada de Preços	4.342.591	909.284	2.053.140	88.021
c) Concorrência	20.158.573	15.237.830	2.911.481	1.514.987
d) Pregão	152.280.843	98.635.698	114.965.942	76.697.019
2. Contratações Diretas (e+f)	86.011.186	65.774.786	65.776.275	55.047.223
e) Dispensa	80.446.554	59.054.065	62.695.102	50.227.650
f) Inexigibilidade	5.564.632	6.720.722	3.081.173	4.819.573
3. Regime de Execução Especial	344.768	248.468	341.308	248.468
g) Suprimento de Fundos	344.768	248.468	341.308	248.468
4. Pagamento de Pessoal (h+i)	947.749.816	853.417.626	945.746.305	853.394.004
h) Pagamento em Folha	943.966.505	850.207.673	941.973.822	850.205.799
i) Diárias	3.783.310	3.209.953	3.772.483	3.188.206
5. Outros	457.140.005	259.790.675	400.437.659	245.612.471
6. Total (1+2+3+4+5)	1.668.320.818	1.294.340.707	1.532.366.309	1.232.887.180

Fonte: DCF

Quadro A.4.6 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários HUB

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26393		UGO: 154106	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada (R\$)		Despesa paga (R\$)	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b)	15.763.350	4.497.086	4.665.000	3.420.357
a) Convite	101.379	-	53.336	-
b) Pregão	15.661.971	4.497.086	4.611.664	3.420.357
2. Contratações Diretas	-	804.095	-	804.095
c) Dispensa	-	804.095	-	804.095
3. Regime de Execução Especial	8.165	52.721	8.165	52.721
d) Suprimento de Fundos	8.165	52.721	8.165	52.721
4. Pagamento de Pessoal (e+f)	69.210.493	71.535.212	65.168.532	71.535.212
e) Pagamento em Folha	69.210.493	71.532.702	65.168.532	71.532.702
f) Diárias	-	2.510	-	2.510
5. Outros	16.694.550	15.928.188	16.436.437	15.828.843
6. Total (1+2+3+4+5)	101.676.557	92.817.302	86.278.134	91.641.219

Fonte: DCF

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Este subitem expõe a movimentação total (FUB + HUB) das Despesas Correntes: 1. Despesas de Pessoal e 3. Outras Despesas Correntes e das Despesas de Capital: 4. Investimentos. Cabe ressaltar que não ocorreram lançamentos nos grupos: 2. Juros e Encargos da Dívida, 5. Inversões Financeiras e 6. Amortização da Dívida.



Quadro A.4.7 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26271 / 26393				UGO: 154040 / 154106			
Despesas Correntes (R\$)									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal									
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal civil - 3190.11.00	488.829.948	413.294.298	486.806.790	413.294.298	2.023.158	-	485.754.251	413.294.298	
Aposent.RPPS,Resrv.Remuner e Refor.Militar - 3190.01.00	181.735.016	155.620.379	181.505.892	155.620.379	229.124	-	181.501.271	155.618.747	
Obrigações Patronais - OP. Intra Orçamentária - 3191.13.00	149.841.274	129.707.727	148.687.311	129.707.727	1.153.963	-	148.687.311	129.707.727	
Demais elementos do grupo	192.770.761	173.043.022	191.474.080	173.043.022	1.296.681	-	191.199.520	173.042.780	
3. Outras Despesas Correntes									
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - 3390.36.00	295.288.364	195.827.965	261.233.021	189.442.301	34.055.343	6.385.663	260.925.659	189.372.340	
Locação de Mão-de-obra - 3390.37.00	106.547.594	64.568.449	97.931.413	62.208.768	8.616.181	2.359.681	91.267.007	62.208.768	
Obrig. Tribut.e Contrib-OP.Intra-Orçamentárias - 3391.47.00	93.012.501	45.977.911	88.835.341	45.307.764	4.177.160	670.147	88.473.231	45.288.130	
Demais elementos do grupo	205.803.544	160.157.154	156.459.291	132.149.013	49.344.252	28.008.141	153.111.083	130.192.912	
Despesas de Capital (R\$)									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos									
Equipamentos e Material Permanente - 4490.52.00	34.275.048	23.495.352	12.937.913	15.506.814	21.337.135	7.988.538	12.816.953	15.505.798	
Obras e Instalações - 4490.51.00	21.356.663	18.939.154	4.481.041	4.288.938	16.875.622	14.650.216	4.402.536	4.133.140	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 4490.39.00	535.754	833.895	505.622	471.054	30.132	362.841	505.622	471.054	
Demais elementos do grupo	909	412.650	-	412.650	909	-	-	412.650	

Fonte: DCF



4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Os dois Quadros seguintes expõem as mesmas informações do subitem anterior, desmembradas entre as unidades orçamentárias da FUB e do HUB. São demonstrados apenas os grupos de despesas com movimentação, com exclusão dos Juros e Encargos da Dívida (Despesa Corrente) e Inversões Financeiras e Amortização da Dívida (Despesa de Capital).



Quadro A.4.8 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela FUB

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26271				UGO: 154040			
Despesas Correntes (R\$)									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal civil - 3190.11.00	445.182.931	373.751.618	445.168.808	373.751.618	14.123	-	444.116.269	373.751.618	
Aposent.RPPS,Resrv.Remuner e Refor.Militar - 3190.01.00	180.978.442	155.061.533	180.978.442	155.061.533	-	-	180.973.821	155.059.901	
Obrigações Patronais - OP. Intra Orçamentária - 3191.13.00	138.146.032	120.115.158	137.564.231	120.115.158	581.801	-	137.564.231	120.115.158	
Demais elementos do grupo	179.659.100	160.976.163	179.594.060	160.976.163	65.040	-	179.319.500	160.975.921	
3. Outras Despesas Correntes									
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - 3390.36.00	290.883.116	184.842.938	256.965.139	178.457.275	33.917.977	6.385.663	256.657.776	178.387.314	
Locação de Mão-de-obra - 3390.37.00	104.904.943	61.233.268	96.288.762	58.873.588	8.616.181	2.359.681	89.624.356	58.873.588	
Obrig. Tribut.e Contrib.OP.Intra-Orçamentárias - 3391.47.00	85.261.496	43.042.707	81.084.336	42.372.560	4.177.160	670.147	80.722.226	42.352.926	
Demais elementos do grupo	196.915.046	151.635.125	148.685.111	124.646.171	48.229.936	26.988.954	145.962.119	122.846.966	
Despesas de Capital (R\$)									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Equipamentos e Material Permanente - 4490.52.00	24.497.295	23.495.352	12.611.663	15.506.814	11.885.632	7.988.538	12.517.853	15.505.798	
Obras e Instalações - 4490.51.00	21.356.663	18.939.154	4.481.041	4.288.938	16.875.622	14.650.216	4.402.536	4.133.140	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 4490.39.00	535.754	833.895	505.622	471.054	30.132	362.841	505.622	471.054	
Demais elementos do grupo	-	412.650	-	412.650	-	-	-	412.650	

Fonte: DCF

Nota: UO 26393 - UGO 154106 - No item 1 das Despesas Correntes, Obrigações Tributárias-OP. Intra-Orçamentárias - Foi feito um levantamento das obrigações tributárias pendentes no HUB, com a finalidade de se emitir a CND. Após o levantamento foram feitas as atualizações e os respectivos pagamentos, dado que a época não havia disponibilidade orçamentária e financeira no HUB.



4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Os próximos subitens destinam-se à demonstração da execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos por movimentação interna e externa, complementando a informação já apresentada da movimentação dos créditos recebidos pela LOA.

O Quadro seguinte exibe as despesas totais (FUB + HUB) por modalidade de contratação. Os exercícios 2012 e 2013 não registraram despesas nas modalidades concurso, consulta, regime diferenciado e no regime de execução: pagamento em folha.

Quadro A.4.9 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação – Total

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada (R\$)		Despesa paga (R\$)	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)	70.176.890	59.375.166	41.651.483	31.736.455
a) Convite	-	1.579	-	-
b) Tomada de Preços	254.675	140.677	138.955	140.677
c) Concorrência	-	2.402.261	-	-
d) Pregão	69.922.215	56.830.649	41.512.528	31.595.777
2. Contratações Diretas (e+f)	34.331.218	31.760.165	11.071.357	11.514.505
e) Dispensa	30.259.617	26.300.887	8.991.727	11.034.716
f) Inexigibilidade	4.071.601	5.459.278	2.079.631	479.789
3. Regime de Execução Especial	1.693	3.107	1.406	3.107
g) Suprimento de Fundos	1.693	3.107	1.406	3.107
4. Pagamento de Pessoal	677.335	559.806	668.963	557.042
h) Diárias	677.335	559.806	668.963	557.042
5. Outros	78.182.267	43.199.704	42.259.662	19.827.134
6. Total (1+2+3+4+5)	183.369.403	134.897.948	95.652.872	63.638.243

Fonte: DCF

No que tange às despesas por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação – em valores executados por cada unidade orçamentária, na UO da FUB não ocorreram despesas nas modalidades concurso, consulta, regime diferenciado e no regime de execução: pagamento em folha. Quanto ao HUB, as modalidades convite, concorrência, concurso, consulta, regime diferenciado, regime de execução especial e pagamento de pessoal não foram utilizadas.

Quadro A.4.10 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação – FUB

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada (UG 154040)		Despesa paga (UG 154040)	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)	21.605.708	12.112.717	4.311.480	4.219.999
a) Convite	-	1.579	-	-
b) Tomada de Preços	115.720	-	-	-
c) Concorrência	-	2.402.261	-	-
d) Pregão	21.489.988	9.708.877	4.311.480	4.219.999
2. Contratações Diretas (h+i)	27.950.525	22.334.163	6.034.362	3.723.094
h) Dispensa	25.318.957	17.402.276	4.192.853	3.618.442
i) Inexigibilidade	2.631.569	4.931.888	1.841.509	104.652
3. Regime de Execução Especial	1.693	3.107	1.406	3.107
j) Suprimento de Fundos	1.693	3.107	1.406	3.107
4. Pagamento de Pessoal (l)	677.335	559.215	668.963	556.451
l) Diárias	677.335	559.215	668.963	556.451
5. Outros	53.490.618	32.743.478	18.748.208	12.472.108
6. Total (1+2+3+4+5)	103.725.880	67.752.680	29.764.420	20.974.760

Fonte: DCF



Quadro A.4.11 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação – HUB

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada (UG 154106) – (R\$)		Despesa paga (UG 154106) – (R\$)	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b)	48.571.182	47.262.449	37.340.003	27.516.455
a) Tomada de Preços	138.955	140.677	138.955	140.677
b) Pregão	48.432.227	47.121.772	37.201.048	27.375.778
2. Contratações Diretas (c+d)	6.380.692	9.426.002	5.036.995	7.791.411
c) Dispensa	4.940.660	8.898.611	4.798.873	7.416.274
d) Inexigibilidade	1.440.032	527.391	238.122	375.137
3. Pagamento de Pessoal		591		591
e) Diárias		591		591
4. Outros	24.691.649	10.456.226	23.511.454	7.355.026
5. Total (1+2+3+4+5)	79.643.523	67.145.268	65.888.452	42.663.483

Fonte: DCF

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Assim como o subitem anterior, este mostra a execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos por movimentações interna e externa. Na movimentação total (FUB + HUB), não houve despesas nos grupos: 1. Despesas de Pessoal, 2. Juros e Encargos da Dívida, 5. Inversões Financeiras e 6. Amortização da Dívida.



Quadro A.4.12 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação –Total

Despesas Correntes (R\$)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3 – Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 3390.39.00	46.932.065	29.301.064	18.377.126	16.420.638	28.554.939	12.880.427	18.175.331	14.598.401
Auxílio Financeiro a Pesquisadores- 3390.20.00	31.387.197	12.947.189	8.408.102	4.388.509	22.979.095	8.558.680	8.408.102	4.379.509
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - 3390.36.00	29.842.508	24.590.012	22.062.699	12.539.648	7.779.809	12.050.365	22.001.392	12.340.173
Demais elementos do grupo	55.304.263	47.943.905	46.449.956	36.286.262	8.854.307	11.657.643	45.325.392	34.740.475
Despesas de Capital (R\$)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
Equipamentos e Material Permanente - 4490.52.00	19.605.353	24.068.528	1.726.119	2.870.425	17.879.234	21.198.103	1.686.656	2.859.740
Obras e Instalações - 4490.51.00	115.720	1.327.306	-	-	115.720	1.327.306	-	-
Auxílio Financeiro a Estudantes - 4490.18.00	96.000	-	48.000	-	48.000	-	32.000	-
Demais elementos do grupo	86.297	-	24.000	-	62.297	-	24.000	-

Fonte: DCF



Os Quadros seguintes mostram as mesmas informações do anterior, mas de acordo com a execução das unidades orçamentárias FUB e HUB. São demonstrados apenas os grupos de despesas com movimentação. A FUB e o HUB não realizaram despesas nos grupos: 1. Despesas de Pessoal 2. Juros e Encargos da Dívida, 5. Inversões Financeiras e 6. Amortização da Dívida.

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação - FUB

Despesas Correntes (R\$)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3 – Outras Despesas Correntes	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Auxílio Financeiro a Pesquisadores - 3390.20.00	31.387.197	12.947.189	8.408.102	4.388.509	22.979.095	8.558.680	8.408.102	4.379.509
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 3390.39.00	30.099.043	13.267.431	5.510.468	4.149.027	24.588.575	9.118.404	5.417.031	3.807.839
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - 3390.36.00	15.634.292	15.680.586	7.901.731	6.730.222	7.732.561	8.950.365	7.840.425	6.530.747
Demais elementos do grupo	11.952.461	12.496.981	6.956.719	4.694.254	4.995.742	7.802.727	6.356.207	4.344.072
Despesas de Capital (R\$)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Equipamentos e Material Permanente - 4490.52.00	14.354.870	12.034.334	1.726.119	1.913.740	12.628.751	10.120.594	1.686.656	1.913.740
Obras e Instalações - 4490.51.00	115.720	1.327.306	-	-	115.720	1.327.306	-	-
Auxílio Financeiro a Estudantes - 4490.18.00	96.000	-	48.000	-	48.000	-	32.000	-
Demais elementos do grupo	86.297	-	24.000	-	62.297	-	24.000	-

Fonte: DCF



Quadro A.4.14 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação - HUB

Despesas Correntes (R\$)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3 – Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 3390.39.00	16.833.022	16.033.634	12.866.657	12.271.611	3.966.365	3.762.023	12.758.300	10.790.563
Locação de mão-de-obra - 3390.37.00	16.758.419	9.944.918	16.757.939	9.516.367	480	428.551	16.757.939	8.549.656
Material de Consumo - 3390.30.00	15.896.112	15.558.193	12.235.398	12.136.628	3.660.714	3.421.565	11.774.288	12.012.737
Demais elementos do grupo	24.905.486	18.853.240	24.660.867	15.748.440	244.619	3.104.800	24.597.925	15.643.435
Despesas de Capital (R\$)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
Equipamentos e Material Permanente - 4490.52.00	5.250.483	12.034.193	-	956.685	5.250.483	11.077.509	-	946.000

Fonte: DCF



4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Alterações significativas ocorridas na Execução Orçamentária de Créditos Originários da FUB no exercício:

- A dotação inicial (LOA / 2013) foi insuficiente para atender as demandas com as despesas correntes e de investimento, decorrentes da expansão física da Fundação Universidade de Brasília, promovidas pelo REUNI em 2013;
- neste contexto, a FUB obteve uma suplementação orçamentária na fonte 0312, Tesouro, (superávit financeiro apurado no BGU em exercícios anteriores) com o objetivo de estabelecer o equilíbrio entre as contas de resultado;
- houve remanejamento em duas ações de Investimentos para Outras Despesas Correntes, ação 4002, (Assistência ao Estudante- PNAES) Recursos do Tesouro, no valor de R\$ 2.800.000,00 e Ação 20RK, (Funcionamento da IFES) Recursos Próprios, no valor de R\$ 20.000.000,00, apenas alteração do Grupo da Natureza da Despesa, com a finalidade de reforçar os créditos destinados a manutenção da FUB;
- houve um crédito suplementar por conta do superávit na FR. 0650 - Próprios, no valor de R\$ 38.444.000,00;
- houve um ajuste orçamentário por excesso de arrecadação na FR. 0250 – Próprios, no valor de R\$ 163.267.824,00;
- houve ainda uma suplementação por excesso de arrecadação na FR. 0280 – Recursos Arrecadados/Financeiros, no valor de R\$ 6.938.386,00;
- possibilidade de antecipação de Créditos Extraordinários do PLOA 2013 não utilizados pela Universidade, referente à Medida Provisória nº 598 de 27 de Dezembro de 2012, para Investimentos no valor de R\$ 27.492.453,00, com o intuito de garantir eventuais gastos orçamentários até a aprovação da LOA 2013. Foram cancelados na sua totalidade, pois, na FUB, não havia projetos concluídos para empenhos, FR. 0300, 0312 e 0650.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

- No caso da dispensa, houve um aporte maior de crédito orçamentário de Instituições que fomentam a pesquisa científica e tecnológica (exemplo: CAPES, FAP/DF, CNPq, entre outras);
- no caso da CAPES, a Universidade recebe o crédito orçamentário descentralizado e realiza as despesas por meio de dispensa com base art. 24, inciso XXI;
- em relação à FAP/DF e CNPq, o recurso financeiro é depositado diretamente na conta do pesquisador, entretanto, a Universidade realiza as despesas por meio de dispensa com base art. 24, inciso XXI, e cobra do pesquisador o reembolso da despesa a fim de garantir que as compras sejam feitas por processo licitatório (a maioria dessas aquisições são materiais importados);
- em relação à Inexigibilidade, houve menos iniciativas por esse tipo de contratação.

Contingenciamento no exercício:

- Não houve contingenciamento no exercício de 2013, entretanto, não houve a liberação total das cotas de limite orçamentário do crédito suplementar, em virtude da Universidade não ter Projetos de Investimento aptos para empenho no crédito orçamentário de investimento (FR 0312).



Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

Eventos negativos:

- Demora na liberação de cotas de limite orçamentário por ocasião dos remanejamentos de créditos para ajustes, especialmente aqueles referentes às “emendas parlamentares”;
- insuficiência de Projetos com as finalidades das ações, para despesas de investimentos;
- liberação parcial das cotas de limite orçamentário para custear empenhos nas fontes de recursos 0312 e 0250, inviabilizando a execução plena da despesa em 2013;
- atraso na liberação de recursos financeiros por parte do Órgão Superior entre outubro e dezembro/2013, o que prejudicou o pagamento aos fornecedores;
- carência e rotatividade de pessoal nas Diretorias de Orçamento e contabilidade/Finanças para manter o controle dos recursos orçamentários / financeiros.

Eventos positivos:

- Liberação de crédito suplementar na fonte de recurso 0312 e 0250;
- destaque para o desempenho do corpo técnico da FUB na execução dos créditos consignados na LOA/2013 e dos demais créditos descentralizados.

4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Os valores acumulados nos exercícios anteriores, referentes ao pagamento de Restos a Pagar, são apresentados distinguindo os não processados/RPNP dos processados/RPP sob a forma de montante, pagamentos, cancelados e saldo a pagar.

Quadro A.4.15 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores -Total

Restos a Pagar Processados (R\$)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	5.789.692	5.519.095	29.733	240.864
2011	1.913.803	1.279.603	18.905	615.296
2010	1.783.086	366.790	59.888	1.356.407
2009	862.401	55.092	127.209	680.100
2008	1.371.660	9.137	47.904	1.314.620
2007	109.507	80	17.186	92.241
2006	2.034	0	0	2.034
Restos a Pagar não Processados (R\$)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
(*) 2012	126.944.384	92.415.519	3.049.524	31.479.340
(*) 2011	29.993.501	16.862.103	3.539.141	9.592.257
(*) 2010	14.509.868	2.069.929	887.349	11.552.591
2009	4.691.647	341.531	443.806	3.906.310

Fonte: DCF

Nota Técnica: Nos exercícios de 2010, R\$ 132.479,78, 2011, R\$ 179.300,84 e 2012, R\$ 1.153.331,75 na coluna "Montante", estão subtraídos os valores referentes aos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar a Pagar. Em 2012, R\$ 33,96 está subtraindo também os valores referentes aos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação.



Quadro A.4.16 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - FUB

Restos a Pagar Processados (R\$)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.945.458	2.795.590	29.733	120.134
2011	935.915	577.279	18.905	339.732
2010	1.458.704	360.057	59.888	1.038.759
2009	367.784	6.244	127.209	234.331
2008	98.350	9.137	47.904	41.309
2007	27.664	80	17.186	10.399
Restos a Pagar não Processados (R\$)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
(*) 2012	105.284.115	75.539.719	2.930.062	26.318.538
(*) 2011	22.941.372	12.556.869	3.226.040	7.078.473
(*) 2010	14.539.550	2.069.929	887.349	11.449.792
2009	4.196.599	341.531	443.806	3.411.261

Fonte: DCF

Nota Técnica: Nos exercícios de 2010, R\$ 132.479,78, 2011, R\$ 79.989,70 e 2012, R\$ 495.761,80 na coluna "Montante" estão subtraídos os valores referentes aos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar a Pagar. Em 2012, R\$ 33,96 está subtraindo também os valores referentes aos Restos a Pagar não Processados a Liquidar em Liquidação.

Quadro A.4.17 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – HUB

Restos a Pagar Processados (R\$)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.844.234	2.723.504	0	120.730
2011	977.888	702.324	0	275.564
2010	324.381	6.734	0	317.648
2009	494.616	48.848	0	445.768
2008	1.273.311	0	0	1.273.311
2007	81.842	0	0	81.842
2006	2.034	0	0	2.034
Restos a Pagar não Processados (R\$)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
(*) 2012	22.813.634	16.875.800	119.462	5.160.802
(*) 2011	7.231.430	4.305.234	313.100	2.513.784
2010	102.799	0	0	102.799
2009	495.048	0	0	495.048

Fonte: DCF

Nota Técnica: Nos exercícios de 2011, R\$ 99.311,14 e 2012, R\$ 657569,95 na coluna "Montante" estão subtraídos os valores referentes aos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar a Pagar.



4.2.1 Análise Crítica

O pagamento dos Restos a Pagar não impacta na gestão financeira da FUB, considerando que:

- Os restos a pagar com origem nos recursos próprios do orçamento executado correspondem à quota orçamentária liberada em função do esforço que a unidade orçamentária teve com sua arrecadação (FR 0250);
- quanto aos restos a pagar do orçamento da fonte de recursos do tesouro ou de descentralizações de créditos, os recursos financeiros estão previstos na inscrição em recursos a receber por transferência. Entretanto, deve haver um impacto na gestão financeira da unidade setorial, considerando que é de responsabilidade desta a gestão dos recursos financeiros.

As razões e/ou circunstâncias que fundamentam a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento:

- Restos a pagar processados:
Órgão 26271: em relação aos restos a pagar processados 2007 e 2008, no montante de R\$ 51.707,94, está em processo de análise pela Diretoria de Contabilidade para baixa. Em relação aos anos 2009, 2010, 2011 e 2012, no montante de R\$ 1.732.956,22, está em processo de análise pela Diretoria de Contabilidade para que haja sua manutenção ou baixa quando o caso requerer.
Órgão 26393: Em relação aos restos a pagar processados 2006, 2007 e 2008, no montante de R\$ 1.357.186,98, está em processo de análise pelo HUB para baixa. Em relação aos anos 2009, 2010, 2011 e 2012, no montante de R\$ 1.159.709,79, está em processo de análise pelo HUB para que haja sua manutenção ou baixa quando o caso requerer.
- Restos a pagar não processados:
Órgão 26271: Empenho dos exercícios 2009, 2010 e 2011 serão analisados para verificação dos saldos passíveis de cancelamento em observância ao Decreto 93.872/86 artigo 68. Deve ser levado em consideração que houve o cancelamento de diversos empenhos em 2013, porém a análise é contínua. Em 2012 e 2013 os empenhos estão dentro do prazo de validade estabelecido pelo Decreto 93.872/86 artigo 68.
Órgão 26393: Empenho dos exercícios 2009, 2010 e 2011 serão analisados pelo HUB para verificação dos saldos passíveis de cancelamento em observância ao Decreto 93.872/86 artigo 68. Em 2012 e 2013 os empenhos estão dentro do prazo de validade estabelecido pelo Decreto 93.872/86 artigo 68.

Assim, as inscrições de restos a pagar anterior ao exercício de 2012, ou seja, 2008, 2009, 2010 e 2011, na condição estabelecida na letra “c” do inciso I do § 3º do artigo 68 do Decreto 93.872/86, estão em processo de análise para fins de verificação dos saldos passíveis de cancelamento.

4.3 Transferências de Recursos

A Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos (DPA), unidade vinculada ao Decanato de Administração (DAF), é a unidade responsável pelo detalhamento das transferências de recursos realizadas pela FUB.

Este item aborda a relação dos instrumentos de transferência vigentes em 2013, a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2013, 2012 e 2011, o resumo das prestações de contas dessas transferências e a visão geral da análise dessas prestações de contas.



4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Este subitem contempla as transferências vigentes em 2013 nas modalidades: 1. Convênio, 2. Contrato de Repasse, 3. Termo de Cooperação e 4. Termo de Compromisso. Todas as transferências informadas estão em situação 1 – Adimplentes, ou seja, em execução normal.

Segundo nota explicativa da DPA, são informados apenas os valores pactuados de forma global, pois a contrapartida da universidade é a realização do objeto que sempre envolve pesquisa, ensino e extensão. Quanto à não divulgação dos valores repassados, alguns instrumentos não envolvem valores a serem repassados. Os valores são repassados conforme o acordado no instrumento. A cada etapa cumprida, é apresentada a prestação de contas que, se aprovada, autoriza o repasse do montante seguinte, conforme cronograma de desembolso. A prestação de contas está sob a responsabilidade da DCF. As informações constam do Anexo B.

4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O Quadro A.4.18 apresenta um resumo dos instrumentos (convênio, contrato de repasse, termo de cooperação e de compromisso) celebrados pela FUB e seus respectivos recursos repassados.

Quadro A.4.18 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA					
CNPJ:	00.38.174/0001-43					
UG/GESTÃO:	154040					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	113	110	119	8.621.021	15.292.936	10.187.073
Contrato de Repasse	111	97	92	116.388.801	293.650.864	76.358.832
Termo de Cooperação	63	71	66	159.691.757	76.202.988	36.582.469
Termo de Compromisso	11	3	18	-	-	157.285
Totais	298	281	295	284.701.579	385.146.787	123.285.657

Fonte: DPA

4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

A prestação de contas das transferências concedidas pela FUB é apresentada pela DCF. Conforme nota explicativa, no período analisado houve registro apenas do convênio firmado no exercício de 2009 com a Prefeitura de Alto Paraíso – GO, convênio nº 7142, valor global R\$ 1.792.376,69. Sendo o valor repassado em 2009 através das Ordens Bancárias: 2009OB830198 (R\$ 840.000,00) e 2009OB830199 (R\$ 300.000,00). No exercício de 2013, foram repassados 2013OB806744 (R\$292.376,69) e 2013OB807558 (R\$360.000,00); o convênio teve vigência até 20/06/2013.



Quadro A.4.19 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Unidade Concedente					
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB					
CNPJ: 00.038.174/0001-43			UG/GESTÃO: 154040 / 15257		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado (R\$)	652.376	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado (R\$)	1.140.000	-	-

Fonte: DPA/DCF

4.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

A análise da prestação de contas do convênio nº 7142, firmado com a Prefeitura de Alto Paraíso – GO, encontra-se em fase de atendimento de diligência por parte do conveniente, no que diz respeito ao cumprimento do objeto (obras). Desta forma, a DCF aguarda o parecer do Ceplan (recebimento ou não da obra) para concluir a análise. Não houve registros de contas analisadas nos exercícios 2012 e 2011.



Quadro A.4.20 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse (Posição 31.12)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB						
CNPJ: 00.038.174/0001-43			UG/GESTÃO: 154040 / 15257			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
			Quantidade Reprovada		0	0
			Quantidade de TCE		0	0
			Montante Repassado		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0	
		Montante Repassado		-	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
			Quantidade Reprovada		0	0
			Quantidade de TCE		0	0
			Montante Repassado		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1	0	
		Montante Repassado (R\$)		1.792.377		

Fonte: DPA/DCF

4.3.5 Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes da FUB, em 2013, foi realizada em conjunto pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) e Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos (DPA), ambas vinculadas ao Decanato de Administração (DAF). Essa análise está disposta em forma de tópicos.

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente: não possuímos transferência com a situação de inadimplente; importa dizer que a FUB possui somente um Convênio vigente com a Prefeitura de Alto Paraíso;
- não ocorreram oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;
- análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios: houve prestação de contas parcial do Convênio em comento, entretanto, após a análise desta, encaminhou-se a mesma ao Conveniente para saneamento das ressalvas apontadas (Ofício DCF 01/2013 e Parecer DCF 04/2013);
- análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto: não se aplica, tendo em vista que o Convênio está vigente até 20/06/2013. Neste caso, estamos aguardando o parecer do Ceplan (recebimento ou não da obra) para concluirmos o parecer;
- estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho



contratados: a fiscalização in loco é realizada pelos Gestores do Convênio, não havendo estrutura semelhante na FUB;

- análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ: não há que se falar na efetividade, tendo em vista que estamos aguardando a manifestação do Ceplan quanto à conclusão ou não da obra.

4.4 Suprimento de Fundos

Esta seção visa permitir a análise sucinta da evolução dos gastos efetuados pela modalidade de pagamento Suprimento de Fundos. São demonstradas as despesas realizadas por meio do Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) na forma de saque e fatura e das Prestações de Contas referentes aos exercícios de 2011 a 2013. Cabe ressaltar que a modalidade Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” não é utilizada pela FUB.

4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.4.21 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Suprimento de Fundos					
Exercícios	CPGF				Total (R\$)
	Saque		Fatura		
	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	31	6.805	194	333.603	340.408
2012	81	27.720	261	276.576	304.296
2011	60	16.062	230	192.064	208.125

Fonte: DCF

Nota: A coluna referente a Conta Tipo "B" foi excluída por não ser utilizada pela FUB. O CPGF inclui valores correspondentes às UGs: 154106 e 154019

4.4.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.22 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1 - 154040	Limite de Utilização da UG - 154040		R\$ 350.000		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual (R\$)	Valor (R\$)		Total (R\$)
			Saque	Fatura	
Michele Pereira Soares	000.986.061-40	6.728	245	6.164	6.409
Claudio Martins Gonçalves	009.072.591-38	1.000	0	499	499
Sérgio Henrique Galvão Fonseca	010.320.631-06	3.300	0	3.193	3.193
Sérgio leme da Silva	015.120.588-40	10.000	0	8.807	8.807
Karine Grazielle de Sousa Costa	021.275.271-51	1.000	100	379	479

Continua



Quadro A.4.22 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

(Continuação)

Código da UG 1 - 154040	Limite de Utilização da UG - 154040		R\$ 350.000		
	Portador	CPF	Valor do Limite Individual (R\$)	Valor (R\$)	Total (R\$)
Lívia de Lacerda de Oliveira Pineli	044.488.736-92	1.600	0	1.583	1.583
Juliana Maria Araújo	055.834.516-61	1.300	0	1.085	1.085
Roberta Mary Vidotti	058.957.638-04	2.400	0	2.021	2.021
David Pereira de Castro	059.936.601-04	16.020	0	11.382	11.382
Lucas Vieira Filho	063.131.751-15	33.000	0	31.503	31.503
Mônica Giannoccaro Von Huglsen	099.842.108-12	5.500	0	4.736	4.736
Milton Pereira Machado	134.386.541-72	25.000	0	24.040	24.040
Amadeu Caetano de Almeida	146.365.141-49	22.700	558	6.141	6.699
Francinilda Oliveira Barbosa	149.893.148-08	1.500	0	1.435	1.435
José das Dores Ferreira	149.996.501-00	4.000	0	3.990	3.990
Sérgio Paulo Ferreira de Brito	150.584.331-68	5.750	0	2.768	2.768
Zilberto da Silva	179.239.131-53	17.000	100	13.510	13.610
Alexandre Lúcio Rodrigues de Souza	185.678.351-00	22.246	371	15.258	15.629
Francisco de Assis Soares Larcher	221.437.341-15	24.000	0	23.993	23.993
Jurandir Rodrigues de Sousa	222.224.641-53	600	0	600	600
Rui Seimetz	232.463.240-34	5.146	1.546	1.562	3.108
Leonam Luiz Guimarães	239.338.521-53	5.000	0	5.000	5.000
Mariângela da Cunha Rodovalho	247.014.081-15	20.000	0	18.167	18.167
Plínio Ricardo Ganime Alves	249.936.036-49	3.000	0	2.910	2.910
Cícero Lopes da Silva	261.510306-72	0	0	0	0
Aliemar Caetano de Souza	297.258.441-49	8.500	0	5.425	5.425
Antonio Vieira da Costa Neto	308.460.721-49	8.000	0	7.704	7.704
Emival José Alves	333.950.801-10	40.070	669	29.852	30.521
Gilberto Correa de Oliveira	339.606.071-72	19.800	350	15.636	15.986
Claudinei Gouveia de Oliveira	349.370.641-34	2.000	0	1.359	1.359
Elton Luiz Dantas	357.742.664-00	2.400	0	850	850
Dagoberto Lopes da Silva	370.417.116-68	6.000	0	644	644
Gilvan Laurentino da Silva	386.635.891-15	3.000	0	2.564	2.564
Joaquim Augusto Souza de Oliveira	392.882.341-87	500	0	500	500
José Eduardo Pereira Soares	464.405.266-34	2.700	0	1.704	1.704
Marcos Marcilio Sobral	468.273.071-15	1.400	0	635	635
Dermeval Aparecido do Carmo	551.676.081-04	5.050	0	3.664	3.664
Renato Aparecido Gomes de Oliveira	565.078.441-87	1.000	1.000	0	1.000
Marcelo Peres Rocha	672.829.201-25	3.600	0	1.661	1.661
George Sand Leão Araújo de França	702.169.834-47	1.200	0	1.165	1.165
Carolina Alves da Silva	721.182.021-72	2.320	0	1.819	1.819
Daniela Medeiro de Araújo Sá	721.318.701-59	500	332	0	332

Continua



Quadro A.4.22 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

(Continuação)

Código da UG 1 - 154040		Limite de Utilização da UG - 154040		R\$ 350.000	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual (R\$)	Valor (R\$)		Total (R\$)
Ygraine Hartmann	724.525.951-87	4.000	0	3.953	3.953
Nina Paula Ferreira Laranjeira	732.800.467-34	25.800	0	19.602	19.602
Luiz Alves Rosa	761.881.758-87	36.825	124	15.174	15.298
Heverson Cid Oliveira	783.406.671-49	5.000	0	4.817	4.817
Marília Barros	794.291.061-04	5.000	0	4.551	4.551
Verônica Cortez Ginani	813.480.454-34	7.000	0	5.931	5.931
Raquel Braz Assunção Botelho	815.743.041-00	3.060	0	3.000	3.000
Francisco Jackson alves Freitas	832.420.071-15	3.500	0	3.499	3.499
Cássia Ferreira de Souza	934.618.871-53	2.000	0	1.223	1.223
Catarina Laboure B. Toledo	992.749.487-15	3.000	0	1.841	1.841
Total Utilizado pela UG 1 - 154040		441.015	5.395	329.495	334.890
Código da UG 2 - 154106		Limite de Utilização da UG 2 - 154106		R\$ 7.000	
João Batista Rodrigues	399144961-72	7.000	1.200	3.108	4.308
Total Utilizado pela UG 2 - 154106		7.000	1.200	3.108	4.308
Código da UG 3 - 154019		Limite de Utilização da UG 3 - 154019		R\$ 2.000,00	
Samuel Faria de Abreu	059804371-34	2.000	210	1.000	1.210
Total Utilizado pela UG 3 - 154019		2.000	210	1.000	1.210
Total Utilizado pela UJ		450.015	6.805	333.603	340.408

Fonte: DCF

4.4.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.23 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Situação	Suprimento de Fundos					
	CPGF					
	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Conformidade	0	-	0	-	0	-
PC em Análise	0	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	265	340.408	212	230.567	167	153.471

Fonte: DCF

Nota: A coluna referente a Conta Tipo "B" foi excluída por não ser utilizada pela FUB. O CPGF inclui valores correspondentes às UGs: 154106 e 154019



4.4.4 Análise Crítica

Desde 01/03/2012, diversas ações foram instituídas visando inibir o sucateamento e a fragilidade dos processos de Suprimento de Fundos, atribuindo a esse processo transparência para Comunidade Universitária, de maneira que os servidores Supridos contassem com instrumentos eficazes na utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), bem como favorecer o imediato atendimento às demandas de auditorias.

Para viabilizar o processo de acompanhamento e controle da utilização do CPGF, desenvolveu-se uma ferramenta de informática, com a utilização do aplicativo Excel, em que todos os dados relativos às solicitações de suprimento de fundos foram registrados, permitindo a depuração dos dados no sentido de identificar Supridos em eventual dificuldade de execução de gastos, de elaboração da prestação de contas, e, principalmente, no controle da evolução dos valores resultantes da utilização do CPGF.

A ferramenta aprimorada e colocada em uso, em 2013, contribuiu para que a Coordenadoria de Exame e Prestação de Contas (CEPC), órgão responsável pela gestão e acompanhamento dessa modalidade excepcional de gastos na UnB, disciplinasse o volume de recursos, gerando, conseqüentemente, menor volume comparativo de gastos por meio do Cartão.

Entre as atividades que a ferramenta permite acompanhar, estão: possibilidade de cobrança em tempo hábil da prestação de contas do Suprido; possibilidade de cancelamento de cartão de Supridos considerados inábeis na utilização do Cartão; disciplinamento quanto ao uso correto dos valores em seus respectivos elementos de despesa e possibilidade de capacitar os servidores Supridos mediante treinamento específico. Esse controle permitiu o cancelamento de 80 cartões no ano de 2013, sem que houvesse descontinuidade das atividades vinculadas aos respectivos Supridos.

Administrativamente, os processos de Suprimento de Fundos são organizados por Supridos, ficando à disposição dos órgãos de controle para acesso imediato, sendo que a liberação dos recursos segue o rito estabelecido em norma específica, bem como subordinada aos setores competentes da Universidade.

Visando ainda o aprimoramento dessa modalidade de gastos, ações de interação entre os diversos setores envolvidos foram constantes no decorrer do período, assegurando o fortalecimento da gestão de gastos com o CPGF.



5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Este capítulo está estruturado em dois grandes blocos. O primeiro, 5.1, demonstra os dados sobre a força de trabalho e os afastamentos que refletem sobre ela; a qualificação dos recursos humanos de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade; os custos associados ao quadro de recursos humanos; a composição do quadro de servidores inativos e pensionistas; a demonstração do cadastramento no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac); as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas; e os indicadores gerenciais instituídos sobre a gestão de recursos humanos. O segundo bloco, 5.2, abrange as informações acerca da terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

O perfil do quadro de servidores ativos é demonstrado por meio dos quadros detalhados nos subtópicos a seguir.

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

A demonstração da força de trabalho da FUB é objeto dos Quadros A.5.1 e A.5.2, os quais demonstram respectivamente a lotação e as situações que reduzem a força de trabalho da Universidade.

5.1.1.1 Lotação

O Quadro A.5.1 evidencia a força de trabalho da FUB, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva, além do registro dos ingressos e egressos no período do Relatório. Em 31 de dezembro de 2013, o total de servidores da FUB era de 5.547 pessoas.

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.130	4.916	149	121
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.130	4.916	149	121
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.078	4.862	142	100
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	9	1	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	30	31	4	12
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	13	14	2	6
2. Servidores com Contratos Temporários	291	340	200	139
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	285	291	113	93
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.706	5.547	462	353

Fonte: SIAPE/Extrator de Dados. Dados informados em 08/01/2014, pelo setor de Controle Interno. O quantitativo autorizado foi informado pelo DGP/DPAM.

O Quadro A.5.2 visa a demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho. São situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da Universidade, conforme previsões legais. Em 31 de dezembro de 2013 havia 296 servidores afastados, conforme demonstra o próximo Quadro.



Quanto ao quantitativo informado no Quadro abaixo de 139 cedidos, o DGP/DPAM destacou que atualmente o DGP não possui sistema que permita controlar o quantitativo de servidores que são cedidos, se tal cessão refere-se a exercício de Cargo em Comissão ou Função de Confiança. Sendo assim, o quantitativo de servidores cedidos foi preenchido na opção referente a outras situações.

Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	139
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	139
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	103
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	48
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	4
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	51
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	33
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	31
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	1
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	7
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	7
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	14
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	14
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	296

Fonte: SIAPE/Extrator de Dados. Dados informados em 08/01/2014 pelo setor de Controle Interno.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

A qualificação da força de trabalho é informada por intermédio dos Quadros A.5.3, A.5.4 e A.5.6, cujo objetivo é demonstrar a estrutura de cargos e de funções; a qualificação do pessoal por faixa etária e por escolaridade.



5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

O Quadro A.5.3 identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da FUB. Ao final do exercício de 2013, havia, na FUB, 833 servidores em cargos em comissão e em funções gratificadas.

O DGP acrescentou que, na coluna de lotações autorizadas, foi preenchido o valor em seu total, em razão de as funções não possuírem ligação com o estado de vínculo de seu ocupante.

Quadro A.5.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	144	114	44	20
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	144	114	44	20
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	106	39	20
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	2	2	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	1	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	4	1	0
1.2.5. Aposentados	0	1	1	0
2. Funções Gratificadas	719	719	329	195
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	709	326	195
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	1	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	7	2	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	863	833	373	215

Fonte: SIAPE/Extrator de Dados. Dados informados em 08/01/2014 pelo setor de Controle Interno.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

O Quadro A.5.4 apresenta o perfil etário do quadro de colaboradores ativos. Pelo demonstrativo, depreende-se que a maior concentração de servidores de cargo efetivo está entre 31 a 40 anos (29%) e 41 a 50 anos (28%). Com relação aos provimentos de Cargos em Comissão, o quantitativo apresentado refere-se aos servidores não pertencentes ao quadro efetivo.

Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	522	1.541	1.472	1.316	405
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	429	1.389	1.405	1.300	393
1.3. Servidores com Contratos Temporários	93	152	67	16	12
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	1	1	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	1	4
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	522	1.541	1.473	1.317	409

Fonte: SIAPE/Extrator de Dados. Dados informados em 08/01/2014 pelo setor de Controle Interno.



5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

O Quadro A.5.5 visa a demonstrar o perfil de escolaridade dos colaboradores ativos. Ao final do exercício de 2013, 41% dos colaboradores da FUB estavam enquadrados no Perfil 9 de Escolaridade (Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência).

Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade. Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	2	79	93	671	892	741	647	2.131
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	2	79	93	671	812	733	478	2.048
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	80	8	169	83
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	2	2	1	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	2	1	0	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	2	79	93	673	894	742	647	2.132

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE/Extrator de Dados. Dados informados em 08/01/2014 pelo setor de Controle Interno.

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal é demonstrada por meio do Quadro A.5.6, em que são discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativas ao exercício 2013 e aos dois anteriores, 2012 e 2011. O DGP informou que os dados apresentados abaixo divergem dos apresentados em 2012 porque o Setor de Pagamento identificou, na coleta de dados, que há que se ponderar demais rubricas para considerar na coleta dos dados. Sendo assim, as informações encaminhadas anteriormente foram retificadas.

Não foram identificados custos de pessoal referentes aos membros de poder e agentes políticos e servidores ocupantes de cargos de natureza especial.



Quadro A.5.6 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Em valores R\$1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	185.514.568	0	42.115.968	148.836.438	20.762.018	10.003.673	742.260	1.005.001	80.629.806	489.609.731
	2012	176.268.080	0	32.792.618	128.022.618	18.328.802	8.492.548	764.538	1.171.907	74.582.947	440.424.058
	2011	157.942.732	0	28.063.010	121.466.161	17.416.657	6.554.379	485.148	0	68.710.474	400.638.560
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	39.417	0	4.230	2.681	0	0	2.011	0	0	48.339
	2012	0	0	0	0	0	0	0	32	0	32
	2011	683.842	0	17.225	204.933	105.974	0	150.045	0	0	1.162.019
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	3.018.717	45.111	869.297	2.602.840	255.265	248.280	12.025	24.682	1.399.832	8.476.049
	2012	2.205.269	40.407	542.847	1.500.154	230.763	128.643	17.777	25.051	904.862	5.595.774
	2011	4.121.433	62.218	270.515	2.195.651	531.988	168.200	20.290	0	1.508.227	8.878.521
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	6.355.713	3.869.349	2.017.982	6.237.517	496.627	541.052	29.683	21.414	3.138.839	22.708.177
	2012	5.024.600	3.093.370	1.319.588	4.699.844	363.127	381.577	16.099	31.011	2.470.353	17.399.569
	2011	4.974.001	3.224.083	1.197.894	5.049.474	387.292	301.311	23.830	0	2.578.858	17.736.742
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	35.417.906	3.284.940	9.742.675	30.042.783	3.655.778	1.993.663	220.511	229.275	16.122.766	100.710.295
	2012	27.174.859	3.524.183	6.269.806	18.157.815	2.623.905	1.593.061	205.333	236.446	11.280.491	71.065.898
	2011	25.516.510	3.570.310	4.575.379	16.770.784	2.605.496	1.383.518	124.876	0	10.505.956	65.052.829

Fonte: SIAPE. Elaborado em 07/02/2014, referência 31/12/2013.



5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações sobre o Quadro de Servidores Inativos são apresentadas considerando dois quadros: o primeiro compreende a composição do quadro de servidores inativos; o segundo, a composição do quadro dos instituidores de pensão.

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

O Quadro A.5.7 corresponde ao primeiro demonstrativo em que, na primeira coluna, são discriminados dois regimes de proventos, subdivididos em quatro regimes de aposentadoria cada um, enquanto as duas colunas restantes informam o número de aposentadorias ocorridas e também as iniciadas no exercício de 2013, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria. Dos servidores que se aposentaram em 2013, 69% obtiveram sua aposentadoria no regime integral e 31% obtiveram no regime proporcional.

Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	1.370	102
1.1 Voluntária	1.230	98
1.2 Compulsória	5	0
1.3 Invalidez Permanente	135	4
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	608	12
2.1 Voluntária	495	8
2.2 Compulsória	73	4
2.3 Invalidez Permanente	37	0
2.4 Outras	3	0
3. Totais (1+2)	1.978	114

Fonte: SIAPE/Extrator de Dados. Dados informados em 03/02/2014 pelo setor de Aposentadoria.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.5.8 corresponde ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha em que, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, são informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

Quadro A.5.8 – Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	321	21
1.1. Integral	219	15
1.2. Proporcional	102	6
2. Em Atividade	158	9
3. Total (1+2)	479	30

Fonte: SIAPE/Extrator de Dados. Dados informados em 03/02/2014 pelo setor de Aposentadoria.



5.1.5 Cadastramento no Sisac

As informações sobre os atos de pessoal que se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, são prestadas conforme os Quadros a seguir.

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac

O Quadro A.5.9 tem o objetivo de evidenciar a relação entre a quantidade dos atos ocorridos no exercício de 2013 e 2012 e a quantidade de atos efetivamente cadastrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac, de forma a demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal da FUB com o art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Foi informado, pelo DGP, que os dados divergentes dos informados anteriormente são devidos ao aprimoramento na coleta de dados no sistema SIAPE. Quanto aos dados informados referentes à Admissão de 2012, os mesmos divergem do encaminhado no ano anterior. Contudo, estes possuem maior credibilidade, visto que foram coletados diretamente do sistema Sisac.

Quadro A.5.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no Sisac	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	373	928	373	928
Concessão de aposentadoria	141	201	141	201
Concessão de pensão civil	0	0	26	41
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	31	71	31	71
Totais	545	1.200	571	1.241

Fonte: Dados informados em 03/02/2014 pelo setor de Aposentadoria e em 17/02/2014 pelo setor de Cadastro.

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

O Quadro A.5.10 tem o objetivo de evidenciar a relação entre a quantidade dos atos sujeitos à comunicação ao TCU ocorridos no exercício de 2013 e 2012 e a quantidade de atos efetivamente cadastrados no Sisac, de forma a demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal da FUB com o art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Assim como no item anterior, foi noticiado pelo DGP que os dados divergentes dos informados anteriormente são consequência do aprimoramento na coleta de dados no sistema SIAPE. Quanto aos dados pertinentes à Admissão de 2012, os mesmos divergem do encaminhado no ano anterior, contudo, os dados abaixo possuem maior credibilidade, visto que foram coletados diretamente do sistema Sisac.



Quadro A.5.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	238	388	238	388
Cancelamento de concessão	1	7	1	7
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	239	395	239	395

Fonte: Dados informados em 03/02/2014 pelo setor de Aposentadoria e em 17/02/2014 pelo setor de Cadastro.

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

O Quadro A.5.11 tem o objetivo de evidenciar a regularidade, em relação ao prazo estabelecido no art. 7º da IN TCU nº 55/2007, do cadastramento no Sisac dos atos de pessoal sujeitos a registro e comunicação ao TCU. O DGP destacou que as informações divergentes das informadas anteriormente são resultado de um aprimoramento na coleta de dados no sistema SIAPE.

Quadro A.5.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no Sisac			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	161	96	78	38
Concessão de aposentadoria	54	51	11	25
Concessão de pensão civil	11	8	3	6
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	2	0	26
Total	215	147	89	63
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	129	35	44	30
Cancelamento de concessão	1	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	130	35	44	30

Fonte: Dados informados em 03/02/2014 pelo setor de Aposentadoria e em 17/01/2014 pelo setor de Cadastro.

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

O Quadro A.5.12 tem por objetivo evidenciar a quantidade de atos que devem ser comunicados ao TCU, porém, sem o uso do Sisac, nos termos do art. 14 da IN TCU 55/2007.

O quantitativo informado referente aos atos fora do Sisac refere-se a processos judiciais (199934000297341 e 17448542010013400), conforme informação do DGP.



Quadro A.5.12 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do Sisac (processos judiciais)	2	2	0	0
Totais	2	2	0	0

Fonte: SIAPE. Dados informados em 31/12/2013 pelo setor de Pagamento.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Nesta seção, são informadas as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, que é vedada pelo artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal de 1988.

A primeira providência adotada pelo Decanato de Gestão de Pessoas da Fundação Universidade de Brasília foi constituir uma Comissão, conforme Ato do Decanato de Gestão de Pessoas n. 1497/2013, de 30/04/2013, para análise e apuração de 516 servidores com indícios de acumulação de cargos, conforme Acórdão TCU n. 1.289/2012 – 2ª Câmara.

Sobre os trabalhos efetuados pela Comissão, descrevem-se as providências adotadas e os resultados atingidos, quais sejam:

Quadro A.5.13 – Etapas do Andamento do Trabalho da Comissão de Acúmulo de Cargos e Abate Teto – 2013

Relação de Processos	Regularizados	Aguardando Sentença Final - Ação Judicial	Em Andamento	Pendentes de Análise	Total
Relação 1	6	1	2	0	9
Relação 2	1	22	1	46	70
Relação 3	27	12	3	93	135
Relação 4	105	24	25	130	284
Relação 5	5	0	0	0	5
Relação 6	0	1	1	11	13
Total	144	60	32	280	516

Legenda:

Relação 1: Ocupantes de cargos inacumuláveis;

Relação 2: Ocupantes de cargos licitamente acumuláveis, mas com jornadas de trabalho incompatíveis;

Relação 3: Servidores com indícios de estarem ocupando cargos inacumuláveis;

Relação 4: Servidores com indícios de estarem ocupando cargos licitamente acumuláveis, mas com jornadas de trabalho incompatíveis;

Relação 5: Servidores com indícios de estarem ocupando três cargos públicos, mas que podem optar por permanecer em dois destes;

Relação 6: Servidores que recebem remuneração bruta mensal acima do teto constitucional.

Fonte: DGP em 14.02.2014

Vale destacar que 144 casos já estão regularizados, 60 possuem ações judiciais, 32 estão em andamento e o restante aguarda análise. O trabalho foi dividido em quatro etapas, sendo a primeira etapa a análise do Acórdão nº 1.289/2012-TCU – 2ª Câmara e a estudo das normas que tratam do assunto. A segunda etapa foi a realização de ampla pesquisa no sítio da Justiça Federal para identificar ações judiciais sobre a acumulação em questão. A penúltima etapa foi analisar os casos constantes nas seis Relações descritas no referido Acórdão e, finalmente, a última etapa foi o acompanhamento dos casos que já se encontravam em andamento.



Na época da realização desses trabalhos, foram encaminhadas 86 notificações aos servidores em situação irregular. Desses, 44 apresentaram amparo por Decisão Judicial; 26 regularizaram sua situação, solicitando a redução da carga horária, ou não se encontram mais na Universidade; três encontravam-se de licença; cinco estavam respondendo a Procedimento Administrativo Disciplinar; quatro apresentaram defesa administrativa; três não responderam à notificação e um aguardava resposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) quanto à permissão de acumulação de dois cargos de técnico em radiologia.

No entanto, devido à grande demanda de trabalho e ao número reduzido de servidores no Decanato de Gestão de Pessoas para efetuar as verificações e acompanhamentos de forma efetiva e tempestiva, a então Comissão, constituída pelo Ato DGP n. 1497/2013, informou à direção do DGP que não seria possível dar continuidade aos trabalhos, visto que os membros desta estavam envolvidos em outras atividades institucionais, bem como com sobrecarga de trabalho. Sendo assim, para não prejudicar o andamento dos trabalhos, foi constituída uma nova Comissão por meio do Ato do DGP n. 3053/2013, de 1º/10/2013. Essa nova Comissão foi constituída para dar prosseguimento aos trabalhos referentes ao Acórdão TCU n. 1289/2012 – 2ª Câmara e analisar, além desses, mais 250 casos também de indícios de acumulação de cargos apontados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), por meio dos Ofícios n.ºs. 401/AUDIR/SEGE/MP, datado de 06/07/2012 e 342/AUDIR/SRH/MP, datado de 15/10/2012.

Outra providência adotada pelo DGP foi a verificação prévia de possível acumulação de cargos dos novos servidores que ingressaram na FUB por meio dos últimos concursos públicos. A verificação foi realizada no sistema SIAPE e também no Portal da Transparência. Cabe mencionar que o sistema SIAPE limita-se ao âmbito do Poder Executivo Federal.

Além disso, outra exigência aos novos servidores, no momento da posse, é que assinem a Declaração informando se acumulam ou não cargos, empregos públicos ou funções públicas, em atendimento aos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e ao contido no Decreto n. 2.207/1996, além do artigo 13 da Lei n. 8.112/1990 e do artigo 62 do anexo ao Decreto n. 94.664/1987. Vale ressaltar que o Decanato de Gestão de Pessoas incluiu, no formulário de designação/nomeação ou dispensa/exoneração para exercício de função ou cargo de direção, um campo para que o servidor declare não acumular cargos públicos, conforme dispõe o artigo 118 da Lei n. 8.112/1990.

Todas essas medidas visam detectar e combater, de forma preventiva, possíveis acumulações de cargo, funções e empregos públicos. No entanto, o DGP entende que esses controles internos atualmente utilizados pela FUB não são totalmente eficientes, uma vez que este Decanato não dispõe de ferramentas para verificação tempestiva de possíveis acumulações ilícitas de cargos.

Ora, tais medidas se fazem necessárias, pois, atualmente, quando os Órgãos de Controle encaminham documentos (Acórdãos e/ou Ofícios) contendo indícios de acumulação de cargos, funções ou empregos públicos para providências da FUB, o Decanato de Gestão de Pessoas efetua a notificação aos referidos servidores para esclarecimentos. Essas notificações são entregues pessoalmente ao servidor, por meio de Carta, ou encaminhadas para as respectivas residências, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento (AR). Após essa notificação, muitos servidores optam por solicitar a redução da jornada de trabalho em obediência ao disposto no artigo 133 da Lei n. 8.112/1990. Os casos omissos são encaminhados para conhecimento e providências do Magnífico Reitor com sugestão de abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), em atendimento ao dispositivo legal supracitado. No entanto, esse controle não ocorre de forma preventiva, mas sim quando já foi sinalizado o possível acúmulo.



5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Em complemento ao subitem anterior, o DGP discorreu abaixo sobre as providências adotadas para regularizar a situação dos servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos irregularmente, tomando-se, como parâmetro, o artigo 133 da Lei 8.112/1990.

Nesse item, vale ressaltar, que além das 86 notificações efetuadas pela Comissão constituída pelo Ato do Decanato de Gestão de Pessoas n. 1497/2013, descritas no item anterior, o DGP verificou que foram enviadas aproximadamente 120 notificações aos servidores com indícios de acúmulo de cargos, funções ou empregos públicos. O resultado dessas notificações geralmente é a apresentação de documentos para defesa administrativa e/ou judicial desses servidores que comprovam a possível regularização dos casos.

Além disso, outra atitude usual é o recebimento da solicitação para redução da carga horária de trabalho em conformidade com disposto no artigo 133 da Lei n. 8.112/1990. No entanto, tal ação depende da conveniência e oportunidade da Administração, respeitando-se os ritos e normas da UnB.

No que tange à quantidade de processos administrativos disciplinares e seus resultados, foi informado pela Comissão Disciplinar Permanente (CDP) da UnB o quantitativo de 12 processos, sendo que um encontra-se em andamento e os demais estão aguardando instauração.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Em fevereiro de 2013, a Diretoria de Provimento e Acompanhamento (DPAM/DGP) efetuou levantamento de informações sobre a força de trabalho da UnB, contendo servidores do quadro efetivo, estagiários de graduação e nível médio, terceirizados e prestadores de serviços. Além disso, foram extraídas informações de sistemas institucionais referentes ao quantitativo de estudantes de graduação (cursos presenciais e à distância), pós-graduação e de docentes por unidade acadêmica, as quais foram reunidas como indicadores de carga de trabalho e de demanda de vagas de servidores técnico-administrativos. A partir dessas informações, foi calculada a RAT não ponderada (número de alunos por servidor do quadro efetivo por unidade acadêmica – institutos e faculdades). Essa razão mostrou que a Universidade possuía, em 2012, uma demanda de aproximadamente 689 servidores, uma vez que o número mínimo recomendado (RAT teórica) pelo MEC é 15 estudantes por servidor. Em média, a Universidade de Brasília tem um RAT de 20,17. O desvio padrão é alto, revelando grandes variações nas demandas. O valor mínimo encontrado foi de 14,86 e o máximo, de 53,3, previsto na Faculdade de Planaltina, órgão recém-criado pelo REUNI. Esse índice teve um caráter exploratório e possibilitou uma primeira aproximação das demandas de vagas da Universidade, encaminhada como proposta de aumento de quadro ao MEC (Ofício n. 0088/2013/FUB-UnB, de 20/02/2013) em face, inclusive, da necessidade de criação de novas vagas para substituição de prestadores de serviços (PAJ n. 000608/2009 e Ofício n. 0203/2013-FUB - UnB, de 27/03/2013).

Os dados e os resultados das análises do RAT por unidade foram apresentados aos membros do Conselho de Administração para fins de validação e correção de eventuais erros. Essas análises preliminares mostraram que o cálculo do RAT não é sensível à detecção de necessidades de pessoal em áreas administrativas, como os Decanatos e órgãos complementares, como a Prefeitura. Por esse motivo, foram feitas análises adicionais com o intuito de avaliar as demandas específicas dessas unidades. Com essa finalidade e, além dela, visando subsidiar a elaboração de um documento ao MEC solicitando cerca de 210 vagas para abertura de concurso público em 2012, decorrentes do acordo supramencionado. Foi feita uma análise da proporção de servidores do quadro efetivo, trabalhadores temporários e estagiários, conforme Ofício n. 203/2013/FUB-UnB. Essa análise foi feita pelo Decanato de Gestão de Pessoas (Coordenação de Provimento) apoiado por uma Comissão



escolhida pelo CAD (Resolução da Reitoria n. 0067/2013). Essa comissão, tendo em vista o alto grau de dependência dessas unidades em relação à mão de obra temporária, decidiu priorizar grande parte dessas vagas para os decanatos e órgãos ligados diretamente à Administração Superior. Essas vagas serão providas por meio de concurso público.

Após essa primeira etapa de trabalho, o DGP, visando definir demandas específicas das unidades para provimento dos 479 códigos a serem disponibilizados pelo MEC nos anos de 2014-2015, propôs à Reitoria da UnB a criação de uma nova Comissão de Dimensionamento de Vagas de Técnico-Administrativo em Educação (TAE), conforme Resolução da Câmara de Gestão de Pessoas n. 003/2013. O primeiro passo foi definir indicadores de carga de trabalho dos TAE's nas unidades acadêmicas, em função de atividades de apoio administrativo e técnico ao ensino de graduação e pós-graduação, incluindo demandas decorrentes da expansão da área física (novos laboratórios de ensino e pesquisa) e a criação de novos cursos. A próxima etapa será levantar os dados para pareamento das informações sobre as seguintes variáveis:

- Número de alunos próprios de cada unidade acadêmica (fazer distinção de alunos de graduação e de pós-graduação) evitando a duplicidade de contagem (cursos em consórcio); número de matrículas e disciplinas com créditos práticos; média de matrículas por disciplina e por unidade; demandas de serviços prestados (atendimento ao público interno e externo com equipamentos multiusuários, como por exemplo: laboratório de microscopia eletrônico que atendem outros departamentos e órgãos externos); número de laboratórios da FUB (Laboratório de pesquisa – pós-graduação e Laboratório de graduação – atendimento da grade); visitar as unidades para avaliar demandas de pessoal de laboratórios;
- Aprofundar a descrição de necessidades de pessoal técnico especializado e administrativo para as áreas meio e para provimento das 479 vagas acima mencionadas.

A última etapa do trabalho será elaborar modelo de regressão múltipla ou similar para identificação das variáveis preditoras de demandas de vagas e calcular RAT's ponderadas, após análises estatísticas.

O DGP está também realizando dimensionamento de vagas para docente, com apoio do grupo de trabalho criado por meio da Resolução da Reitoria nº 0096/2013. Este grupo escolheu os indicadores de carga de trabalho docente, classificados do seguinte modo:

- Ensino: carga horária em disciplinas na graduação e na pós-graduação;
- Pesquisa: número de orientações de TCC; número de orientações PIBIC; número de orientações na pós-graduação; número de publicações;
- Extensão: número de projetos de extensão, com carga horária, vinculados aos professores;
- Administração: participação docente em cargos administrativos; participação docente em órgãos colegiados superiores e nas unidades;
- Perfil Docente: situação funcional; vínculo; nível na carreira; carga horária; escolaridade; tempo de trabalho; Faculdade/Instituto de vínculo.

Para composição do Indicador composto de carga de trabalho, as variáveis serão ponderadas após a aplicação de modelo multivariado de análise estatística de dados. Além disso, a DPAM/DGP está concluindo auditoria na distribuição de vagas de docentes (REUNI, UAB e expansão), abrangendo o período de 2008 a 2013 e a análise da ocupação de vagas BPEQ (Banco de Professor Equivalente) do mesmo período. Todas essas informações fundamentaram o pedido efetuado ao MEC, por meio do Ofício n. 940/2013/FUB-UnB, justificando a necessidade de aumento do quadro docente.

Outra área que possui indicadores desde 2012 é a Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação – DCADE, do Decanato de Gestão de Pessoas. Esses indicadores



estão separados por Coordenação e estão listados abaixo. Os indicadores são utilizados pelas áreas visando auxiliar os gestores na tomada de decisões.

- COGED (Coordenadoria de Gestão de Desempenho): quantidade de servidores técnico-administrativos em estágio probatório por ano; quantidade de servidores técnico-administrativos com baixo desempenho na 1ª etapa do estágio probatório por mês/ano; quantidade de servidores técnico-administrativos com baixo desempenho na 2ª etapa do estágio probatório por mês/ano; quantidade de servidores técnico-administrativos com baixo desempenho na 3ª etapa do estágio probatório por mês/ano; quantidade de servidores técnico-administrativos com baixo desempenho na 3ª etapa do estágio probatório por mês/ano; quantidade de servidores técnico-administrativos entrevistados por baixo desempenho por ano; quantidade de servidores técnico-administrativos com recursos impetrados contra resultados do estágio probatório por mês/ano; quantidade de servidores técnico-administrativos que não progrediram por não apresentar mérito com os resultados do estágio probatório por ano; quantidade de servidores que não obtiveram aprovação no estágio probatório por ano; quantidade de servidores docentes avaliados em estágio probatório por ano; quantidade de servidores docentes com avaliação de estágio probatório homologado por ano; quantidade de servidores docentes que apresentaram baixo desempenho em avaliação de estágio probatório por ano;
- CAC (Coordenadoria de Acompanhamento da Carreira): quantidade de servidores progredidos por capacitação por ano; quantidade de servidores progredidos por capacitação por nível de classificação por ano; quantidade de servidores com incentivo à qualificação por ano; quantidade de servidores afastados por licença capacitação por ano; quantidade de servidores afastados por pós-graduação *strictu sensu* por ano; quantidade de servidores progredidos por mérito profissional por ano;
- PROCAP (Coordenadoria de Capacitação): quantidade de servidores inscritos por mês/ano; número de servidores aprovados por curso; quantidade de cursos presenciais e à distância ofertados por ano; gasto total com capacitação por ano; gasto médio anual por servidor capacitado.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da FUB são tratadas considerando os quatro Quadros seguintes. O primeiro trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade; o segundo contempla os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o terceiro trata da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão e o quarto abrange a composição do quadro de estagiários.

Ressalta-se que o Quadro referente às autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados é preenchimento exclusivo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

O Quadro A.5.14, referente ao primeiro demonstrativo, tem por finalidade evidenciar o quantitativo de colaboradores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da FUB. É apresentado também o quantitativo do HUB.

Foi informado que a quantidade apresentada nos exercícios de 2011 a 2013 são relativos aos prestadores de serviços - SICAP.



Quadro A.5.14 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ

FUB	Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
		2013	2012	2011		
	Nível Superior	159	203	158	0	44
	Nível Médio	407	456	380	0	49
	Total	566	659	538	0	93
HUB	Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
		2013	2012	2011		
	Nível Superior	330	295	278	0	0
	Nível Médio	333	346	355	0	0
	Total	663	641	633	0	0

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Em meados de 2008, o Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou ação civil pública (processo n. 00927-2001-014-10-41-4) em face da Fundação Universidade de Brasília (FUB) buscando a nulidade da contratação de pessoal sem concurso público com a determinação de regularização de tais contratos na forma da Lei e da Constituição Federal de 1988, sob pena de pagamento de multa. Em vista de tal demanda, foi celebrado entre a FUB e o MPT o Termo de Conciliação Judicial (TCJ), no qual a FUB se compromete a realizar a substituição de todos colaboradores (SICAP) até a data de 31/07/2010. O TCJ foi prorrogado por duas vezes, e, até a data de 31/07/2010, havia reduzido o quadro de colaboradores (prestadores de serviço) SICAP em 39,27%, o que correspondia a 758 colaboradores. No entanto, quando a nova gestão da UnB assumiu, em novembro de 2012, foi observado que o número de prestadores havia crescido naquele ano de 2012, em aproximadamente 137 novos prestadores. Além disso, foi observado que também houve o reajuste de salário dos citados colaboradores sem nenhuma justificativa e não havia também documentos formais. Diante desse cenário, a nova gestão tomou diversas providências para regularização do caso, entre elas a demissão de alguns colaboradores SICAP que haviam sido contratados após a data do TCJ. Outra atitude imediata da FUB foi enviar Ofícios ao MEC a fim de garantir a realização de concurso público para substituição dos prestadores de serviço SICAP por servidores públicos concursados. Dessa forma, em 05/04/2013, foi marcada audiência no Ministério Público do Trabalho estando presentes os representantes da FUB, do MEC e do MP, sendo assinado o novo acordo judicial (PAJ n. 000608/2009) que garantia a liberação de 689 vagas para concurso público, e, com isso, mediante às novas nomeações dos servidores concursados, seriam desligados os colaboradores do SICAP. Foram liberadas 210 no ano de 2013, e as demais vagas seriam liberadas em três anos. Ficando o novo acordo consignado em ata que essas três Instituições se comprometeram a trabalharem de forma a resolver a questão o mais rápido possível. Em 23/08/2013, por meio do Ofício n. 889/2013/DGP/FUB, a Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região do Ministério Público do Trabalho no DF e no TO foi informada das providências adotadas pela FUB junto ao MEC e ao MP para regularização do caso, sendo, até aquele momento, liberadas 239 vagas para concurso público, conforme Portarias nº 566, de 25/06/2013; nº 593, de 04/07/2013 e nº 780, de 21/08/2013, todas publicadas no Diário Oficial da União (DOU). Os novos servidores estão sendo nomeados e, com isso, os desligamentos dos colaboradores SICAP irão ocorrer concomitantemente. Outra providência da Universidade de Brasília foi a criação de um grupo de trabalho, por meio da Resolução da Câmara de Gestão de Pessoas n. 004/2013, que estabeleceu critérios para desligamento dos colaboradores SICAP, uma vez que tratam-se de servidores antigos nessa Universidade e o estabelecimento de critérios impessoais e justos se faz extremamente necessário. Foram aplicados testes para verificar a aplicabilidade dos critérios, sendo aprovados na 5ª Reunião da Câmara de Gestão de Pessoas, que ocorreu em 12/02/2014.

Fonte: DPAM, em 20/02/2014 (informações da FUB). Divisão de Gestão de Pessoas/HUB, em 21/02/2014 (informações do HUB).



5.2.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.5.15 compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2013, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2013, ainda que não efetivados.

Com relação ao nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados, o contrato não faz menção à escolaridade, entretanto, para o serviço de limpeza, exige-se o ensino fundamental e, para os outros cargos, o nível médio.



Quadro A.5.15 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Universidade de Brasília - FUB													
UG/Gestão: 154040						CNPJ: 00.038.174/0001-43							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	E	268/2012	06090065/0001-51	13/08/2012	09/02/2013	544	533					E
2013	L	E	3834/2013	38054508/0001-45	13/05/2013	13/11/2013	594	594					E
2013	L	E	1994/2013	00087163/0001-53	25/11/2013	24/05/2014	867	867					A
2012	V	E	288/2012	02282727/0001-34	21/10/2012	20/04/2013			168	168			E
2013	V	E	4240/2013	02282727/0001-34	21/04/2013	21/10/2013			168	168			E
2013	V	E	733/2013	02282727/0001-34	25/11/2013	23/05/2014			168	168			A
Observações: Contrato 268/2012 - Limpeza (PH Service) Contrato 3834/2013 - Limpeza (Fortaleza) Contrato 1994/2013 - Limpeza (APECE) Contratos 288/2012, 4240/2013 e 733/2013 - Vigilância (Zepim)													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Contratos emergenciais 268/2012, 3834/2013, 1994/2013, 288/2012, 4240/2013 e 733/2013 e planilhas de medição das empresas - base 12/2013. Data da informação: 05/02/2014.



5.2.3 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O Quadro A.5.16 compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2013, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2013, ainda que não efetivados. Excetuam-se deste Quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que foram tratados no Quadro A.5.15 anterior.



Quadro A.5.16 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Universidade de Brasília - FUB													
UG/Gestão: 154040							CNPJ: 00.038.174/0001-43						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	603/2010	06090065/0001-51	01/08/2013	31/07/2014			612	542			P
2010	2	O	610/2010	72620735/0001-29	14/08/2013	13/08/2014			132	132			P
2010	12	O	610/2010	72620735/0001-29	14/08/2013	13/08/2014			24	21			P
2010	3	O	607/2010	02843359/0001-56	10/08/2013	09/08/2014			15	15			P
2010	8	O	607/2010	02843359/0001-56	10/08/2013	09/08/2014			63	62			P
2010	12	O	607/2010	02843359/0001-56	10/08/2013	09/08/2014			155	155			P
2010	9	O	608/2010	02843359/0001-56	10/08/2013	09/08/2014			544	454			P
2010	12	O	604/2010	72620735/0001-29	14/08/2013	13/08/2014			202	150			P
2013	12	O	315/2013	72620735/0001-29	14/08/2013	13/08/2014			40	31			P
2012	12	O	253/2012	02843359/0001-56	23/06/2013	23/11/2013			153	126			E
2013	4	O	292/2013	06090065/0001-51	30/08/2013	29/08/2013			20	15			P
2013	5	O	292/2013	06090065/0001-51	30/08/2013	29/08/2013			50	44			P
2013	12	O	292/2013	06090065/0001-51	30/08/2013	29/08/2013			200	159			P
2013	7	O	292/2013	06090065/0001-51	30/08/2013	29/08/2013			10	7			P
2013	12	O	064/2013	14673828/0001-15	08/04/2013	08/04/2014			4	4			P

Observações:

Contrato 603/2010 - Portaria (PH Service); Contrato 292/2013 - Serviços Gerais e copa - (PH Service); Contrato 315/2013 - Almoxarifado (Ágil Serviços); Contrato 604/2010 - Jardinagem (Ágil Serviços); Contrato 610/2010 - Motoristas e manutenção de autos (Ágil Serviços); Contrato 253/2012 - Restaurante - RU - Planalto Service); Contrato 607/2010 - Apoio Técnico e Manutenção (Planalto Service); Contrato 608/2010 - Manutenção de estruturas em geral (Planalto Service); Contrato 064/2013 - Garçons - (Daher & Monteiro)

LEGENDA

Área: 1.Segurança; 2.Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Edital 430/2009 (Contratos: 607/2010, 608/2010, 610/2010); Edital 431/2009 (Contratos: 603/2010, 604/2010), Edital 021/2012 (Contrato 253/2012), Edital 062/2012 (Contrato 064/2012), Edital 023/2013 (Contrato 292/2013) e Edital 029/2013 (Contrato 315/2013) e planilhas de medição das empresas - base 12/2013. Data da informação: 05/02/2014



5.2.4 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

A Diretoria de Terceirização (DTer/DAF) afirmou que, nos contratos celebrados e/ou vigentes em 2013, não foram encontradas, pela administração, dificuldades na condução dos mesmos.

5.2.5 Composição do Quadro de Estagiários

O Quadro A.5.17 visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários. O Quadro contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da FUB (na área fim ou na área meio), além de apresentar as respectivas despesas do exercício.

Quadro A.5.17 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	960	1.011	1.048	1.100	7.777.272
1.1 Área Fim	471	515	548	583	3.919.275
1.2 Área Meio	489	496	500	517	3.857.997
2. Nível Médio	166	199	221	222	980.892
2.1 Área Fim	81	106	125	123	526.927
2.2 Área Meio	85	93	96	99	453.966
3. Total (1+2)	1.126	1.210	1.269	1.322	8.758.164

Fonte: SIAPE/Extrator de Dados. Dados informados em 04/02/2014, pelo DGP/COEST.



6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Este capítulo apresenta informações sobre o gerenciamento da frota de veículos automotores e dos bens imóveis sob a gestão da FUB, tanto de propriedade da FUB quanto de terceiros.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

As informações sobre a gestão da frota de veículos da FUB encontram-se detalhadas a seguir, conforme documento encaminhado pela Coordenadoria de Gestão Administrativa – CGA. Para melhor visualização, optou-se pela estrutura de Quadros.

6.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da UJ

O Quadro A.6.1, a seguir, detalha o posicionamento dos gestores de veículos automotores de propriedade da FUB.

Quadro A.6.1 – Gestão da Frota de Veículos Automotores da FUB

Solicitações do TCU	Posicionamento da Prefeitura do Campus
a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	<ul style="list-style-type: none">Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950 (com a revogação do art. 9º, dado pela Lei nº 9.327, de 1996) eInstrução da Reitoria 04/2002: estabelece normas para o controle, uso e condução de veículos oficiais de propriedade da FUB.
b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da FUB	Há uma significativa importância para o desenvolvimento acadêmico educacional por meio do ensino prático em aulas de campo e visita técnicas/científicas. A frota em si é necessária para que haja praticidade com os interesses acadêmicos. O impacto ocorre por meio do atendimento das demandas, ressaltando que há dias em que a FUB não tem disponibilidade de veículos para todas as solicitações.
c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da FUB, discriminados por grupos, segundo a classificação da FUB, bem como a totalização por grupo e geral	<ul style="list-style-type: none"><u>Veículos de representação</u>: 2 veículos oficiais pretos, à serviço da Reitoria.<u>Veículos de uso comum e de departamento</u>: 298 veículos, onde as unidades acadêmicas/administrativas fazem uso em diversas atividades, que são controlados plenamente pela Coordenação de Transportes - CTr. Obs.: O Quadro A.6.2 detalha a quantidade de veículos de uso comum da FUB agrupados por tipo.
d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra	Nossa média anual é de 147.681,75 quilômetros rodados com toda a frota, cujas distâncias são divididas da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"><u>Veículos de representação</u>: média de 4.312,67 quilômetros anuais<u>Veículos de uso comum e de departamento</u>: média de 143.369,08 quilômetros anuais.

Continua



Quadro A.6.1 – Gestão da Frota de Veículos Automotores da FUB

(Continuação)

Solicitações do TCU	Posicionamento da Prefeitura do Campus
e) Idade média da frota, por grupo de veículos	A idade média da frota, separada por grupos, é: <ul style="list-style-type: none">• Caminhão: 13 anos• Caminhoneta: 08 anos• Jipe: 22 anos• Microônibus: 05 anos• Van Média: 07 anos• Motocicleta: 07 anos• Ônibus: 08 anos• Pick-Up: 19 anos• Reboque: 08 anos• Trator: 15 anos• Kombi: 08 anos
f) Custos associados à manutenção da frota	Os custos com a manutenção em 2013 foram: <ul style="list-style-type: none">• Lubrificantes: R\$ 18.516,44• Combustíveis: R\$ 1.001.177,98• Seguro: R\$ 60.525,65 (Contrato DCO n. 301/2011)• Revisão: R\$ 29.961,90 Obs.: Os custos com lubrificantes e combustíveis, por centro de custo, são apresentados nos Quadros A.6.3 e A.6.4.
g) Plano de substituição da frota	No momento, não existe plano de substituição da frota, mas necessitamos ampliar a quantidade de veículos, sendo necessários 02 (dois) caminhões com carroceria baú; 10 veículos tipo Fiat Uno; 01 (um) caminhão guincho; 05 (cinco) veículos SPRINTER e 06 (seis) ônibus tipo urbano de 44 lugares. As substituições estão à cargo da disponibilidade financeira da FUB, sendo que a última foi a cargo do REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
h) Razões para a escolha da aquisição em detrimento da locação	Houve a opção de locação, pois a FUB não possui número suficiente de veículos para atendimento de toda a demanda.
i) Estrutura de controle da FUB para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte	O controle ocorre com os lançamentos de dados em planilhas. Controla-se a média anual de quilômetros rodados por veículo e grupo; controle mensal de combustível por departamento; controle mensal de lubrificantes e controle de entrada de combustível (gasolina, álcool e diesel) por quantidade e valor da compra.

Fonte: Coordenadoria de Gestão Administrativa/PRC, 2014.

O próximo Quadro especifica a quantidade de veículos de uso comum da FUB agregados por tipo de veículo, com vistas a prestar maiores informações sobre a “letra c” da gestão da frota de veículos da FUB. Para outros detalhamentos, a PRC possui um demonstrativo dos veículos a partir do modelo, ano, placa, tipo de combustível e o departamento.



Quadro A.6.2 – Quantidade de Veículos de Uso Comum da FUB Agrupados por Tipo, Ano 2013

Tipo de Veículo	Qde.
Automóvel	90
Caminhão	13
Caminhonete	41
Furgão	6
Jipe	10
Micro-ônibus	20
Misto (Kombi/ Suburban)	51
Moto	5
Ônibus	15
Pick-up	4
Reboque	8
Trator	2
Van	33
Total	298

Fonte: Coordenadoria de Gestão Administrativa/PRC, 2014; com adaptações.

Os Quadros A.6.3 e A.6.4 detalham os custos com lubrificantes e combustíveis por centro de custo relativo ao ano de 2013.

Quadro A.6.3 – Controle dos Custos com Lubrificantes por Centro de Custo, Ano 2013.

Centro de Custo	Valor (R\$)	Centro de Custo	Valor (R\$)
ALMOX	429	FDD	20
BCE	166	FE	15
BIOT	40	FEF	133
CDS	35	FGA	910
CDT	102	FIT	56
CEFTRU	15	FM	88
CESPE	298	FUP	314
CME	45	GRE	134
COPP	259	HUB	13
CPCE	132	HVET	78
CPJ	1.227	IB	65
CRAD	73	IDA	347
CTR	6.006	IGD	847
DAC	999	MUS	130
DDS	15	PPNE	15
DEG	40	PRC	2.315
DEX	237	PSI	124
DGP	15	RÁDIO/UnB	117
DPP	30	SAA	45
DRM	111	SCI	148
DSG	65	SECOM	20
ECL	201	SGP	313
EDU	15	SIS	152
EFL	366	TES	30
FAL	103	UNB/CERRADO	91
FAV	50	VRT	95
FCE	803	ZOO	25
Total Geral			18.516

Fonte: Coordenadoria de Gestão Administrativa/PRC, 2014.



Quadro A.6.4 – Controle dos Custos com Combustíveis por Centro de Custo, Ano 2013.

Centro de Custo	Valor (R\$)	Centro de Custo	Valor (R\$)
ALMOX	5.062	FDD	6.697
BCE	2.295	FE	5.428
BIOT	5.006	FEF	9.195
BOT	1.789	FGA	14.214
CDS	3.660	FIT	1.893
CDT	7.578	FM	4.668
CEAD	1.982	FS	850
CEFTRU	3.530	FUP	31.903
CER	2.686	GEO	3.198
CESPE	84.837	GRE	9.683
CME	5.366	HUB	13.138
COPP	33.262	HVET	750
CPA	90	LB	10.623
CPCE	3.468	ICS	210
CPD	1.225	IDA	9.558
CPJ	39.115	IGD	35.422
CRAD	3.305	IQ	1.104
CTR	242.451	LAB. DE TOXICOLOGIA	714
D.S.A	2.994	MUS	3.784
DAA	686	NMT	4.030
DAC	53.248	PAT	3.152
DDS	3.302	PPNE	1.761
DEG	8.184	PRC	90.445
DEX	14.260	PSI	3.552
DGP	2.682	RÁDIO/UnB	9.862
DPP	2.438	RU	28.551
DRM	5.533	SAA	1.646
DSG	2.671	SCI	6.337
ECL	2.827	SECOM	2.665
EDU	3.129	SGP	16.335
EFL	13.821	SIS	657
ENC	2.377	SRH	4.771
ENE	711	TES	2.597
FAL	61.454	UNB/CERRADO	2.295
FAV	1.658	VRT	6.288
FCE	20.829	ZOO	3.694
Total Geral			1.001.178

Fonte: Coordenadoria de Gestão Administrativa/PRC, 2014.

6.1.2 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

As informações fornecidas pelos gestores de veículos a serviço da FUB, mas contratados, encontram-se no Quadro A.6.5.



Quadro A.6.5 – Gestão da Frota de Veículos Automotores à Serviço da FUB, Contratada de Terceiros

Solicitações do TCU	Posicionamento da FUB
a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota de serviços e transportes	Não há estudo técnico em relação à frota terceirizada.
b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte	Empresa Moura Transportes Ltda. CNPJ: 01.028.067/0001-05
c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão	Pregão Eletrônico nº 419/2009, Contrato nº 624/2009 com vigência de 15/09/2009 a 14/09/2010 no valor de R\$ 1.200.000,00. 1º Termo Aditivo com vigência de 15/09/2010 a 14/09/2011 no valor de R\$ 1.200.000,00. 2º Termo Aditivo com vigência de 15/09/2011 a 15/09/2012 no valor de R\$ 1.400.000,00. 3º Termo Aditivo com vigência de 15/09/2012 a 14/09/2013 no valor de R\$ 1.400.000,00. 4º Termo Aditivo com vigência de 15/09/2013 a 14/09/2014 no valor de R\$ 1.500.000,00. Durante todo período de vigência, foi pago à contratada (até a presente data) aproximadamente R\$ 5.792.472,00, considerando que existe ainda um saldo de empenho que será liquidado até o término do contrato.
d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	O contrato foi assinado com fundamento no Decreto nº 3.555/2000, Lei nº 10.520/2002, Lei nº 10.406/2002, 8.078/1990 e 8.666/1993, além das normas da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, Código Nacional de Transito.
e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da FUB	Suprir a demanda do transporte dos alunos <i>intercampi</i> , devido a CTr não possuir veículos suficientes para atender a essa demanda.
f) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da FUB, discriminados por grupos, segundo a classificação da FUB, bem como a totalização por grupo e geral	Há, no total, sete ônibus em uso pela FUB, classificados na categoria "Rodoviários".
g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação da "F" supra	A quilometragem anual dos veículos classificados como "Rodoviários" é: 409.431 quilômetros.
h) Idade média anual, por grupo de veículos	Todos os veículos possuem, no máximo, 03 (três) anos de fabricação.
i) Custos associados à manutenção da frota não inclusos no contrato firmado	Todos os custos com manutenção dos veículos contratados é de responsabilidade da empresa. A FUB paga somente pelo quilômetro rodado (R\$4,00/ Km rodado).
j) Estrutura de controle existente na FUB para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente	O controle de quilometragem é feito através do BDT - Boletim diário de Transporte com lançamentos em planilha eletrônica, realizado pela PRC.

Fonte: Coordenadoria de Gestão Administrativa/PRC, 2014.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário sob a Responsabilidade da Unidade

Pela informação da Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP), os imóveis da FUB não se enquadram como imóveis funcionais, pois constituem patrimônio da Fundação e sua renda se destina a auxiliar na manutenção da Universidade. A FUB possui autonomia patrimonial na forma do artigo 207, caput da Constituição Federal. Por esse motivo, o Quadro que trata de imóveis funcionais deixou de ser apresentado.

A respeito dos imóveis locados de terceiros pela FUB, a Diretoria de Compras apresenta o demonstrativo.



6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Constam do patrimônio da FUB imóveis de distintas classificações como bens públicos, tanto imóveis públicos de uso especial como imóveis públicos dominiais – estes indispensáveis à autonomia preconizada na criação da UnB.

O Manual da SPU/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é explícito em sua “Introdução” (p. 4): “O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet – faz a gerência da utilização dos imóveis da União, de caráter 'Bens de Uso Especial'”.

Este é o motivo pelo qual não contempla, portanto, as características jurídicas da maior parte dos imóveis da FUB, classificados como “imóveis dominiais”, de natureza comercial ou residencial, locados a terceiros em estrito respeito ao Código Civil, a legislação pertinente e a Lei 8.666/93, após a devida avaliação de preço de mercado e pregão público para os candidatos.

Além dos imóveis da categoria uso especial integrados ao acervo da FUB, esse grupo de imóveis dominiais impõe um tratamento específico à gestão patrimonial da FUB, devido à idiossincrasia de sua situação no contexto de imóveis da União.

Pela informação prestada pela SGP quanto à distribuição espacial dos bens imóveis, não constam imóveis de uso especial de propriedade da União localizados no exterior (quadro A.6.6).

Quadro A.6.6 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da união de responsabilidade da FUB	
	Localização	Exercício 2013	Exercício 2012
Brasil	UF - Distrito Federal	2	2
	9701 - Brasília	2	
	UF - Goiás	1	
	9211 - Alto Paraíso		
Total Brasil		3	2

Fonte: SGP.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

O total de imóveis que compõem o acervo da FUB, em 2013, é de 1.748. Destes, são de uso especial apenas os três imóveis citados no Quadro A.6.7.

Os imóveis dominiais do mesmo acervo somam 1.745 unidades de salas, lojas, apartamentos, terrenos e garagens, que não podem ser classificados como de uso especial. Para viabilizar a inscrição dos mesmos, para fins de controle pela SPU, estes tiveram sua classificação flexibilizada como de uso especial, ainda que não o sejam, devido à falta de sua previsão no programa desenvolvido para esse fim, o SPIUnet, no qual não consta a categoria dominial.

Tão importante é o controle do acervo público como é o acervo público para manutenção das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade de Brasília.

A categorização dos imóveis dominiais da FUB, assim como o permissivo de administração dos mesmos em benefício das atividades acadêmicas estão claros na legislação vigente - os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, podendo para tal fim ser alienados -, merecendo, pois, que assim sejam tratados no sistema de controle patrimonial da União, respeitando-se a natureza jurídica dos mesmos.

Por fim, a SGP informa que não controla a manutenção e reforma dos três RIPS citados.



Quadro A.6.7 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP - Imóvel	RIP Utilização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel – Em R\$ 1,00		
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
154040	9701.20251.500-3 ¹	9701.02090.500-0	23	Bom	751.102.325	19/09/2013	3.018.672.540
	9701.20252.500-9 ²	9701.02794.500-8	21	Regular	3.397.510	19/09/2013	109.957.136
	9211.00012.500-5 ³	9701.02091.500-6	21	-	617.580	19/09/2013	617.580

Fonte: SGP.

1) O Registro Imobiliário Patrimonial - RIP 9701.20251.500-3¹ registra o Campus Darcy Ribeiro incluindo todos os prédios nele situado, tendo em vista que não há documentação necessária para cadastramento individual dos imóveis no SPIUnet;

2) refere-se à Fazenda Água Limpa;

3) refere-se ao terreno de Alto Paraíso.

Análise Crítica da Gestão Patrimonial dos Imóveis da FUB em 2013:

Compete à Secretaria de Gestão Patrimonial – SGP a administração dos aluguéis dos imóveis residenciais e comerciais localizados dentro e fora do Campus, assim como sua conservação: manutenções preventiva, preditiva e corretiva.

A SGP administra uma carteira imobiliária de 1.690 imóveis, todos cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-SpiUnet. Desse total, 1.514 são residenciais e 176, comerciais, um patrimônio avaliado em R\$1,6 bilhão. Dentre os residenciais, 679 são destinados à moradia de servidores e os demais são locados para terceiros e para servidores da Instituição, com 20% de desconto. Dentre os comerciais, 106 são cedidos, sem ônus, para órgãos da FUB, de acordo com a Resolução n. 17/Conselho Diretor da FUB/2005.

No entendimento da SGP, o Ministério do Planejamento, Gestão e Controle, por intermédio da SPU, deve promover o *upgrade* do SPIUnet, de modo que este acolha a categoria de imóveis dominiais claramente definida na legislação brasileira, permitindo o acompanhamento e controle mais acurado desses bens públicos.

Uma vez que o SPIUnet não comporta a inscrição dos imóveis dominiais, o sistema não admite ser alimentado com informações fundamentais aos propósitos de fiscalização e controle almejados pela União, seja sobre condições físicas, de uso, ou seja sobre as rendas auferidas por meio desses imóveis.

No que diz respeito à conservação dos blocos residenciais de propriedade da FUB, ressalta-se que estes são muito antigos e, por indisponibilidade orçamentária, financeira e de pessoal, não sofreram, ao longo do tempo, os reparos necessários. Mostra-se, assim, indispensável haver uma fonte orçamentária firme e previsível para fazer frente à inadiável e indispensável manutenção do patrimônio imóvel da FUB, eventualmente, como já previsto no passado, com a destinação de um percentual de 5% (cinco por cento) da arrecadação em aluguéis desses mesmos imóveis, para que se viabilize não apenas os reparos emergenciais, mas também o indispensável planejamento das ações preventivas e preditivas de médio e longo prazos. Essas ações geralmente são mais onerosas, como as de preservação estruturais, de combate às infiltrações e outros danos de maior monta que colocam em risco não só o patrimônio físico, mas a vida e a integridade de pessoas.

Os valores dos aluguéis dos imóveis comerciais e residenciais são determinados com base em avaliações elaboradas por empresas especializadas em Avaliações Imobiliárias do Distrito Federal, selecionadas por meio de pregão eletrônico. No caso dos imóveis residenciais destinados à moradia de servidores da Instituição, formulou-se uma política de atração e fixação de quadros diferenciados de docentes e técnico-administrativos para a UnB – Resolução n° 30/Conselho Diretor da FUB/2004. Esses servidores pagam, a título de aluguel, uma taxa de ocupação, cujo valor, subsidiado, é fixado pelo Conselho Diretor da FUB, bem como uma taxa de manutenção, destinada a cobrir as despesas com administração, conservação, zeladoria, consumo de água e de energia



elétrica das áreas comuns e outras despesas para manutenção dos blocos. Seu valor é determinado por meio de rateio das despesas efetivamente realizadas pelo número de apartamentos do edifício (os detalhamentos sobre os subsídios imobiliários da FUB constam do capítulo 12 deste documento).

Em 2013, deu-se prosseguimento ao processo de reestruturação da política de manutenção dos imóveis, por meio de uma nova organização das equipes e forma de trabalho, bem como o planejamento para a sua recuperação. Assim, todas as solicitações de moradores ou inquilinos geraram Ordens de Serviços que são analisadas, priorizadas e atendidas.

A SGP criou, também, um sistema de parceria como os ocupantes de imóveis destinados a servidores. Trata-se de uma política, segundo a qual o ocupante que deseja efetuar qualquer benfeitoria voluntária no imóvel que ocupa se responsabiliza pela aquisição do material necessário, ficando a mão de obra a cargo do Serviço de Manutenção, respeitando-se a disponibilidade de pessoal.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O próximo Quadro apresenta a posição atual de imóveis locados de terceiros nos exercícios de 2012 e 2013.

Quadro A.6.8 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros Pela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
Brasil	Distrito Federal - DF	19	16
	Brasília	19	16
	Goiás - GO	0	1
	Alto Paraíso de Goiás- GO	1	1
Subtotal Brasil		19	17

Fonte: Diretoria de Compras/DAF, 2013

Análise Crítica:

A Diretoria de Compras responde pela instrução dos processos de imóveis locados de terceiros, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento Social do DAC representa a unidade gestora/executora do contrato.

Pelas informações prestadas pela DCO, constam dez contratos de imóveis locados na Asa Norte em decorrência da reforma da Casa do Estudante Universitário -CEU , com previsão de entrega para abril/2014; sete contratos referentes à moradia estudantil para atendimento de alunos carentes no *Campus*UnB Planaltina; um imóvel em Alto Paraíso de Goiás para o desenvolvimento das atividades do Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros - UnB Cerrado e um galpão para a guarda de equipamentos da Faculdade UnB Gama - FGA.

Cumpre informar que cada processo abrange as especificações e justificativas individuais da necessidade de contratação, disponíveis na DCO/DAF. Para efeito de renovação, os contratos são submetidos e analisados pela Procuradoria Jurídica da FUB - PJU.



7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Esta seção está estruturada na forma de questionário com o objetivo de identificar o posicionamento do nível estratégico da FUB em relação a diversos fatores de gestão de TI.

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação

A gestão da tecnologia da informação contempla vários quesitos que foram avaliados pelos gestores da área, descritos no Quadro seguinte.

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.

Continua



Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade

(Continuação)

Quesitos a serem avaliados	
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s).Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: www.unb.br/transparencia_unb
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).

Continua



Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade

(Continuação)

Quesitos a serem avaliados	
	A instituição a publicar em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
A resposta ao item 4, a qual consta que “A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente” refere-se ao fato de que o último PDTI aprovado e publicado é o de 2010-2011. Em referência ao item 8 que trata da Carta de Serviços da UnB ao Cidadão, a Ouvidoria informou que solicitou a sua publicação, em cumprimento ao que dispõe o Decreto nº 6932/2009, e encontra-se disponível na página http://www.unb.br/noticias/downloads/carta-de-servicos_cidadao.pdf , a partir de dezembro de 2013. Após a atualização pelas unidades administrativas e acadêmicas será disponibilizada a versão impressa.	

Fonte: CPD, 2013.

7.1.1 Análise Crítica

Pelas informações constantes na Carta de Serviços da UnB ao Cidadão, compete ao Centro de Informática-CPD, órgão responsável pela tecnologia da informação no âmbito da UnB, promover e incentivar a Informática, visando obter eficiência institucional em todos os níveis; alcançar maior eficácia no suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão e administração na instituição; promover meios para o compartilhamento de recursos computacionais entre a comunidade acadêmica e as redes de pesquisa nacionais e internacionais; desenvolver, implantar e manter sistemas em mainframe e em microcomputadores; supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de hardware, software e de teleprocessamento, assim como as relacionadas com a manutenção ambiental e operação de computadores; planejar e coordenar a execução dos serviços relacionados com o tratamento eletrônico das informações.

Os serviços fornecidos pelo Centro de Informática constam no site www.cpd.unb.br. Telefones para mais informações: *help desk* (atendimento aos usuários) (55 61) 31070038/0039/0040. Endereço: *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, prédio novo CPD ao lado do CESPE. Escola de Informática/CPD ICC Centro, Sala 426 – Módulo 17 – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro – ICC Ala Centro – Subsolo, sala 426. E-mail: esccpd@unb.br

O CPD informou que, quanto à área da Gestão de TI da FUB referente ao CPD, em 2010, foi constituído um Conselho de Informática e elaborado o PDTI para o biênio 2010/2011. O CPD atuou de forma proativa na Comissão de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI. Propôs as ações que deveriam ser executadas com base no que havia sido apontado no Relatório de Gestão, apresentou a análise de SWOT que havia sido elaborada em setembro de 2010 e, a partir do levantamento de necessidades, traçou o plano de metas e ações e elaborou um orçamento para os próximos quatro anos. O mandato dos membros do Conselho de TI expirou e não foi renovado. Por esse motivo, não foi elaborado o PDTI para os biênios de 2012/2013. No ano de 2013, o Comitê de TI instituído com representantes de todos os Decanatos deu alguns direcionamentos com relação às prioridades da TI da Universidade.



8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Neste tópico, foram disponibilizadas as informações sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis, além do uso dos recursos renováveis, água, energia e papel, demonstrados nos Quadros seguintes.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

A Diretoria de Compras – DCO/ DAF, área responsável pelas licitações, respondeu o questionário que trata da avaliação das licitações sustentáveis e da gestão ambiental. A PRC respondeu o item específico sobre o consumo de energia e água (item 5 do próximo Quadro).

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e das matérias primas.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
A Unidade incluiu, em 2013, cláusulas de sustentabilidades nos pregões relativos à aquisição dos seguintes materiais: Combustíveis 60/2012, Resíduos Biológicos 13/2012 e Serviços Gráficos 97/2012, 1041/2012 e 105/2012. Seguem alguns critérios: aos requisitos de segurança do trabalho em que os produtos químicos que contenham substâncias perigosas, tais como Cádmiu (Cd), Mercúriu (Hg), Chumbo (Pb), entre outros, utilizados na produção dos materiais estejam dentro dos critérios estabelecidos pela Diretiva RoHs (Restriction of Certain Hazardous Substances) de modo que não cause, danos à saúde humana e ao meio ambiente. A Garantia do compromisso com o Meio Ambiente assegurando que a matéria prima tenha origem proveniente de uma floresta bem manejada, contribuindo com o uso responsável dos recursos florestais atendendo aos padrões ambientais corretos, socialmente justos e economicamente viáveis. A devida destinação dos resíduos sólidos utilizados em todo o processo de produção dos materiais para evitar a degradação ambiental, o que compete ao gerador desses resíduos sólidos a responsabilidade pelos mesmos, compreendendo as etapas de acondicionamento, disponibilização para coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada. A promoção da conscientização dos empregados em relação ao consumo adequado dos recursos naturais, tendo como consequência a mudança de comportamento e mantendo a continuidade de hábitos adquiridos que possam trazer bons e duradouros resultados em relação à preservação do meio ambiente. Empresas utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras que possam causar a degradação ambiental, devem obter licenças ambientais conferidas pelo poder público, essas licenças são garantidoras de que o material gerado por uma empresa licenciada pelo órgão ambiental terá as devidas destinações, atendendo os aspectos mínimos de sustentabilidade ambiental.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X

Continua



Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

(Continuação)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a Instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
			Sim ()		Não (X)
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Algumas unidades consomem água em galões reutilizáveis, e o item é licitado por pregão eletrônico. Para isso, há campanha para o uso racional (frente e verso, bloco de rascunho, etc.).					
9. Para a aquisição de bens e produtos, são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade, ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Além de campanha permanente, a Unidade aderiu ao projeto Esplanada Sustentável. Mais informações no endereço: http://www.unbfuturo.unb.br/maisunb					

Continua



(Continuação)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X
<p>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>A campanha atual foi promovida com palestras e comunicações oficiais e as informações estão no endereço: http://www.unbfuturo.unb.br/maisunb</p>					
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Diretoria de Compras /DCO e PRC, 2014.

Nota: Os itens foram respondidos pela DCO. O item 5 foi respondido também pela PRC, que identificou a mesma pontuação da DCO.

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Quadro A.8.2 mostra que a FUB aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável-PES, em 2013, a partir da iniciativa governamental e ao Programa Coleta Seletiva Solidária informado pelo Núcleo de Agenda Ambiental/DEX. Além disso, o Quadro contempla quantitativos e gastos da FUB, nos últimos três anos, com o uso de água e energia elétrica sob a responsabilidade da PRC. O consumo de papel relatado pela DCO/DAF baseou-se nos registros constantes do Sistema de Materiais e Serviços da UnB-SIMAR.

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
Projeto Esplanada Sustentável - PES	2013	<p>No cronograma do DPO, constam como as seguintes realizações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro 2013 - Pactuação de metas com o MEC • Março 2013 – Adequação das metas • Julho 2013 – Disponibilização no SIMEC do Módulo Esplanada Sustentável • Agosto 2013 – Definição dos responsáveis pela inserção de dados (Unidades Acadêmicas e Administrativas) • Setembro 2013 – Início de inclusão das informações dos meses de janeiro a agosto/2013 no sistema. • Outubro 2013 – Lançamento Oficial do PES na UnB. • Até dezembro 2013 – Inserção mensal de informações.
Coleta Seletiva Solidária	2010	<p>A Coleta Seletiva Solidária é realizada por meio de Cooperativas de Catadores de Resíduos Recicláveis. Atualmente, apenas os <i>Campi</i> Darcy Ribeiro e Gama possuem um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos estruturados e em operação. O trabalho do Núcleo da Agenda Ambiental nessa área consistiu em mensurar e acompanhar os procedimentos operacionais da coleta, a fim de verificar a performance do programa e sua observância aos aspectos legais.</p>

Continua



Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

(Continuação)

Recurso Consumido	Quantidade			Valor –R\$		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel ¹	37.999 RE	34.604 RE	25.254 RE	364.997	252.578	201.692
Água	342.500 m ³	313.872 m ³	339.008 m ³	5.759.200	5.067.386	4.864.183
Energia Elétrica	15.908.440Kw/h	19.289.706Kw/h	17.334.280Kw/h	4.235.029	7.342.744	6.970.526
Total				10.359.226	12.662.708	12.036.401

Fonte: NAA/DEX; PRC; DCO/DAF (Sistema de Materiais e Serviços da UnB – SIMAR); Assessoria do DPO.

Nota: 1) Unidade: RE (Resmas, Tipos: A4, Ofício II e A3 (todos brancos).

A Assessoria do DPO informou que o Projeto Esplanada Sustentável trata de uma iniciativa conjunta dos Ministérios do Planejamento, Meio Ambiente, Minas e Energia e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o objetivo de incentivar órgãos e instituições públicas federais na adoção de modelo de gestão organizacional e de processos estruturados na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais no intuito de promover a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal.

A necessidade de evitar desperdícios e a minimização de gastos são ações imprescindíveis para o bem coletivo. Sendo assim, por meio de um termo de compromisso assinado entre o MEC e o MP, foi acordado uma meta global de 10% (dez por cento) de economia para o exercício de 2013, com base na execução orçamentária (despesa liquidada) do exercício nos itens: Energia Elétrica, Água e Esgoto, Telecomunicações, Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, Limpeza e Conservação, Locação de Veículos, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Material de Consumo e Vigilância.

Por meio do Ofício Circular nº 01/203-SE/GAB de 29 de janeiro de 2013, o Ministério da Educação requisitou as suas unidades jurisdicionadas à adesão ao PES. A Universidade de Brasília adere ao Projeto Esplanada Sustentável e, nesse contexto, o Decanato de Planejamento e Orçamento/DPO fica como responsável por sua coordenação.

Para a UnB, o PES significa uma pactuação desejável com a comunidade e com o poder executivo federal rumo à excelência na gestão; uma estratégia de enfrentamento do Déficit, com a melhoria da qualidade do gasto e a otimização do uso dos recursos; um esforço consciente da comunidade para alcançar metas de despesa exequíveis, pactuadas e contabilizadas; uma demonstração de apreço à cultura do gasto sustentável; uma forma de olhar para a despesa com responsabilidade social, assimilando no planejamento e na gestão a variável socioambiental; o comprometimento da comunidade universitária com a eficiência do gasto por meio do combate ao desperdício.

O Projeto Esplanada Sustentável como uma janela de oportunidades por:

- conhecer e controlar as despesas de custeio da FUB;
- construir fluxo único de execução da despesa baseado em processos transparentes;
- adequar o sistema de contabilidade de custos ao processo decisório;
- minimizar o desperdício e economizar para gastar no que é importante;
- criar indicadores de gestão.

O Núcleo de Agenda Ambiental do DEX, em 2013, organizou, coordenou e participou de eventos sob a temática ambiental, conforme previsto em seu ato de criação. Os eventos sob colaboração do NAA foram:

- II Seminário “Gestão de Resíduos na UnB – O Que Você Tem Feito?”: realizado no dia 5 de junho de 2013, na Reitoria da UnB, teve como objetivo expor e esclarecer alguns problemas na gestão de resíduos, além de ouvir os envolvidos sobre as inadequações no



descarte de resíduos sólidos. Estiveram presentes 53 pessoas, além dos palestrantes e convidados;

- Workshop “Utilização de Resíduos Agrícolas de Biomassa Para a Produção de Energia”: realizado nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2013, no Instituto de Biologia da UnB, esse evento contou com a presença do Dr. Surya Prakash Chandak, da Divisão de Tecnologia, Indústria e Economia do Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente. O conteúdo do workshop foi ministrado por meio de apresentações combinadas com dinâmicas em grupo. Estiveram presentes estudantes, servidores públicos, diplomatas, entre outros.
- XVIII Semana Jurídica da UnB: realizada entre os dias 1º e 5 de julho de 2013, na Faculdade de Direito da UnB, o NAA foi responsável por organizar e apresentar um seminário sobre a gestão ambiental na UnB. O seminário foi apresentado no dia 4/7/2013 e consistiu em apresentar os aspectos legais envolvidos na elaboração e na implantação de um sistema de gestão ambiental para a UnB. Estiveram presentes 30 pessoas.

Em concordância com uma das diretrizes da atual gestão do Decanato de Extensão, foi realizada, durante o ano de 2013, uma análise dos requisitos legais, em nível federal e internacional, aos quais a UnB está subordinada. Realizou-se uma análise sobre a forma como a gestão de contratos de compras e serviços é ministrada na UnB, com objetivo de verificar o nível de observância às normas ambientais vigentes. Também realizou-se uma proposta das reformulações das atribuições do NAA, o que deu origem a um Núcleo de Gestão Ambiental, o qual seria responsável pela assessoria técnica especializada em meio ambiente, a fim de auxiliar a tomada de decisão da administração central da UnB.

A comunicação entre o Núcleo da Agenda Ambiental e o público externo ocorreu por meio de:

- Manutenção das mídias sociais (Blog, Facebook e Site Institucional);
- produção de matérias para o blog e facebook;
- aprimoramentos na marca do NAA;
- produção de documentários curta-metragens para os eventos organizados pelo NAA.

8.3 Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

Pelas informações da PRC, há uma orientação da Direção da Prefeitura para que sejam utilizados os recursos de água, energia elétrica e papel de forma racional. Não existe uma política formal, apenas orientações periódicas frisadas em reuniões e no dia-a-dia. No caso de energia elétrica, a PRC instalou sensores nos banheiros para que a luz seja acionada apenas quando necessário. No caso da água, diversas reformas realizadas no *campus* contemplam a troca de encanamentos velhos e com vazamentos por novos que evitam o desperdício da água. Já para o uso do papel, orienta-se a utilizar o verso das folhas na impressão, bem como imprimir somente o necessário. A orientação é tentar utilizar meios alternativos de comunicação, tais como e-mail e telefone, a fim de evitar a impressão desnecessária.



9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Este capítulo apresenta informações sobre a conformidade e o tratamento das disposições legais e normativas referentes à FUB. Primeiramente, revela informações referentes aos tratamentos das deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do Órgão de Controle Interno a que a FUB se vincula. Após isso, seguem informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna da entidade, bem como sobre o tratamento de recomendações por ela expedidas. Cabe destacar que alguns itens dentro dos Quadros, como as Sínteses de providências, resultados obtidos e análise crítica, não foram preenchidos pela Auditoria, sendo esse o motivo da supressão das linhas.

Além disso, a Auditoria informou que não há sistemática de acompanhamento dos casos de dano ao erário no âmbito da FUB que permita o preenchimento do Quadro. As Tomadas de Contas Especiais são instauradas mediante Resolução da Reitoria, entretanto, não há uma Unidade ou servidores formalmente designados para acompanhar o resultado dos trabalhos das comissões constituídas.

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Este subitem contém informações referentes às providências adotadas pela Universidade para o atendimento às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do Órgão de Controle Interno (OCI).

Primeiramente, serão apresentadas as deliberações do TCU que foram atendidas no exercício de 2013, seguidas das deliberações do TCU pendentes de atendimento no mesmo ano.

9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

As informações sobre as providências adotadas pela FUB para atender às suas deliberações estão estruturadas no Anexo C em dois blocos de informação: Deliberações do TCU e Providências Adotadas, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU em nível de item do Acórdão e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

O Quadro A.9.1 apresenta a descrição de duas deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento.



Quadro A.9.1 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 016.886/2013-5	2362/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
9.2 Fixar o prazo de 15(quinze) dias para que a FUB anule a Concorrência 176/2012-CEPLAN/FUB e adote as providências necessárias a evitar as ocorrências abaixo relacionadas, identificadas no edital e nos procedimentos relativos à Concorrência 176/2012:					
9.3.1 – inabilitação de licitante com fundamento desprovido de amparo legal, em afronta ao disposto no art. 20, § 3º, da Lei 8666/93 e na jurisprudência do TCU;					
9.3.2 – exigência de habilitação técnica desproporcional e que não foi readequada ao novo projeto do C-Biotech, conforme cláusula 6.6.1.4, alínea a do Edital, em desacordo com o disposto no art. 30, inciso II e § 1º, inciso I da Lei 8666/93 c/c com a Súmula TCU 263/2011;					
9.3.3 – Exigência concomitante, no ato convocatório, de capital social mínimo, garantia de participação e garantia contratual, para fins de qualificação econômico-financeira das licitantes, o que afronta o disposto no art. 31, § 2º, da Lei 8666/93 e a Súmula TCU 275/2012;					
9.3.4 – projeto básico com deficiências e lacunas, contrariando o art. 6º, inciso IX da Lei 8666/93, especialmente no que tange a:					
9.3.4.1 – projeto estrutural incompleto, com omissões no detalhamento das armações de vigas, pilares e lajes, especialmente pela falta de quadro resumo do número de barras, suas bitolas, seu comprimento total e respectivo peso total de armação;					
9.3.4.2 – ausência de levantamento topográfico completo do terreno da edificação, em planta e em perfis verticais, o qual deve constar entre os anexos do edital;					
9.3.4.3 – projeto de instalação de elevador incompleto, sendo que deveria conter, no mínimo, memória de cálculo de cargas e velocidade, dimensões e detalhes mínimos de instalação que venham a ter impacto nos preços dos serviços;					
9.3.4.4 – ausência de composições de preços unitários de todos os serviços, especialmente no que toca aos serviços materialmente mais relevantes da obra;					
9.3.4.5 – ausência de detalhamento das taxas de encargos sociais e BDI adotadas no orçamento-base da licitação, atentando para que sejam apropriadas as recentes desonerações e efetuadas pela Lei 12.844/2013 sobre custos de mão de obra da construção civil.					
Providências Adotadas					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Em atendimento à Recomendação a Concorrência foi devidamente anulada.					

Continua



Quadro A.9.1 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

(Continuação)

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 022.724/2013-3	2348/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Conhecer da Representação e considerá-la improcedente, indeferir a medida cautelar requerida por não conter os requisitos de admissibilidade e arquivar o processo.					

Fonte: Auditoria Interna, 2014.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

As informações sobre as providências adotadas pela FUB para atender às recomendações expedidas pelo OCI foram inseridas no Anexo D e estruturadas em dois blocos de informação: Recomendações do OCI e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

O Quadro A.9.2 contém as justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no Quadro A.9.1, descrito anteriormente.



Quadro A.9.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.5	201305679	4.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas			117978
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: proceder a implementação de controles internos administrativos e realização de avaliação de risco junto ao Decanato de Gestão de Pessoas, de modo a resguardar que os objetivos da Administração sejam alcançados de forma confiável e em observância aos normativos legais que regem os diversos assuntos geridos pela área de Gestão de Pessoas e a permitir adoção de medidas compatíveis conforme a avaliação de riscos efetuada, de modo a auxiliar na tomada de decisões gerenciais;</p>			
<p>Recomendação 2: estabelecer, junto aos diversos setores que compõem a estrutura do Decanato de Gestão de Pessoas procedimentos, rotinas e/ou fluxos sistematizadas que permitam a execução das atividades diárias, como o registro tempestivo dos atos de pessoal no Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - SISAC e do envio dessas informações ao Órgão de Controle Interno e à Corte de Contas, em obediência ao que estabelece a Instrução Normativa TCU nº 055/2007; exigência das obrigações referentes à entrega da Declaração de Bens e Rendas - DBR por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/1993; atendimento das recomendações e/ou determinações emanadas dos órgãos de controle interno e externo;</p>			
<p>Recomendação 3: realizar avaliação de riscos, elaborar normativos internos, estabelecer rotinas e procedimentos sistematizados, bem como definir os responsáveis para o acompanhamento e atendimento tempestivo das determinações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União;</p>			
<p>Recomendação 4: adotar providências quanto à implementação das determinações emanadas do Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 1.289/2012 - 2ª Câmara, bem como apresentar documentação comprobatória ou justificativa dos apontamentos efetuados pela Controladoria-Geral da União de indícios de impropriedades na área de gestão de pessoas;</p>			
<p>Recomendação 5: Estabelecer fluxo processual que permita que as determinações e/ou recomendações emanadas do Tribunal de Contas da União ou qualquer outro documento registrados em qualquer protocolo das Unidades que compõem a estrutura da Fundação Universidade de Brasília sejam de conhecimento da Unidade de Auditoria Interna, de uma de suas atribuições, de modo a realizar a coordenação e a elaboração de respostas às diligências emanadas do TCU, bem como, posteriormente, acompanhar as respectivas implementações;</p>			
<p>Recomendação 6: estabelecer consultas periódicas junto ao Sistema Siape de modo a verificar se há ocorrência de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, bem como o desrespeito ao limite de remuneração estabelecido pelo inciso XI, art. 37, da Constituição Federal de 1988, dos servidores da Fundação Universidade de Brasília, procedendo à apuração dos fatos e à adoção das providências cabíveis;</p>			
<p>Recomendação 7: adequar a força de trabalho do Decanato de Gestão de Pessoas às suas reais necessidades, de modo a não comprometer a execução das diversas atividades administrativas desenvolvidas pelos setores que compõem a sua estrutura;</p>			
<p>Recomendação 8: apresentar cópias das documentações comprobatórias da titulação de doutorado e/ou mestrado dos servidores de matrícula SIAPE nºs 1123197, 0401783, 1122840, 6404569, 1123198, 0300695, 1170656, 2191976 e 1122763, procedendo para os casos em que não haja a respectiva comprovação da titulação, a suspensão do pagamento da Retribuição por Titulação - RT, a restituição dos valores pagos indevidamente e apuração da responsabilidade pelo prejuízo causado ao Erário;</p>			

Continua



Quadro A.9.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício
(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Recomendação 9: verificar se todos os servidores que requereram o recebimento da Retribuição por Titulação - RT apresentaram a documentação comprobatória da titulação de doutorado e/ou mestrado, procedendo, para os casos em que não haja a comprovação da referida titulação, a respectiva suspensão do pagamento da Retribuição por Titulação - RT, a restituição dos valores pagos indevidamente e apuração da responsabilidade pelo prejuízo causado ao Erário;			
Recomendação 10: estabelecer indicadores de dimensionamento de pessoal, bem como definir os responsáveis pela sua elaboração, coleta, acompanhamento, monitoramento e avaliação, visando dotá-los de utilidade nos processos de decisões gerenciais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas			117978
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.6	201305679	4.2.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas			117978
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: adequar a Resolução do Conselho de Administração nº 07/2011 aos preceitos legais no que se refere aos seguintes aspectos: a) que é de competência do dirigente máximo da entidade autorizar a concessão da jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais aos servidores dos setores administrativos que atendem aos requisitos legais exigidos para a flexibilização de suas atividades; e b) a substituição da expressão "banco de horas" por sistema de compensação, consoante ao contido no parágrafo único do art. 44, da Lei nº 8.112/1990.			
Recomendação 2: nomear os membros da Comissão de Avaliação com as suas respectivas atribuições e estabelecer os critérios objetivos para avaliar se as atividades desenvolvidas e o público a ser atendido por cada setor enquadram-se nos pressupostos estabelecidos pelo art. 3º do Decreto nº 1.590/1995.			
Recomendação 3: revogar as concessões da jornada flexibilizada de horário feitas com base na Resolução do Conselho de Administração nº 07/2011, quando identificadas pela Comissão de Avaliação que os setores administrativos não exigem regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, para realização de suas atividades, conforme estabelece o art. 3º do Decreto nº 1.590/1995, coadunando-se, assim, com o apontamento exarado pelo MP na Nota Técnica nº 150 - CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, bem como quando a força de trabalho necessária à realização das atividades laborais diárias seja insuficiente à adoção da jornada flexibilizada, considerando, para tanto, somente os servidores técnico administrativos em educação, conforme preceitua o preâmbulo da Resolução CAD nº 07/2011.			
Recomendação 4: condicionar o deferimento da jornada flexibilizada de horário aos 43 (quarenta e três) pedidos que se encontre no status de análise aos casos em que a necessidade da sua implantação se apresente de forma clara, objetiva e inquestionável, o que implica dizer que só deve ser aplicada aos setores em que os requisitos legais forem plenamente atendidos, ou seja, os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas em período igual ou superior a 12 horas ininterruptas em função das necessidades de atendimento ao público de forma ampliada, efetivamente comprovada, e quando a atividade exigir atendimento no período noturno, entendendo-se por turno noturno aquele que ultrapassar às 21h, em atendimento ao contido no art. 3º do Decreto nº 1.590/1995 e no Parecer nº 08/2011/MCA/CGU/AGU, e que essa concessão seja autorizada pelo Reitor da UnB. Para o deferimento, deve-se observar, ainda, a existência de força de trabalho adequada à realização das atividades laborais diárias, considerando, para tanto, somente servidores técnico-administrativos em educação, conforme preceitua o preâmbulo da Resolução CAD nº 07/2011.			
Recomendação 5: fazer constar, em todos os atos de concessão ou revogação da jornada flexibilizada de horário aos setores administrativos dessa Fundação, a aprovação pelo Reitor da Universidade de Brasília, consoante ao contido na parte final do art. 3º do Decreto nº 1.590/1995, e em atendimento ao princípio da legalidade.			

Continua



Quadro A.9.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício
(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Recomendação 6: implementar o controle de assiduidade e pontualidade por meio de ponto eletrônico ou via web em todos os setores da UnB, independente de adotarem a jornada flexibilizada de horário, de modo a possibilitar o controle efetivo da frequência de seus servidores, quer seja de 30 ou 40 horas semanais, de forma a dar cumprimento ao que estabelece o parágrafo único do art. 4º, bem como o art. 9º, caput do Anexo A, ambos da Resolução do Conselho de Administração nº 07/2011.			
Recomendação 7 : informar o resultado obtido em virtude da instauração da sindicância para apurar os fatos relacionados com a aquisição dos equipamentos de ponto eletrônico, implementação do ponto web e na contratação da equipe técnica de informática para desenvolvimento do módulo de recadastramento de servidores, observando, se for o caso, ao contido na IN TCU nº 071/2012 sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial;			
Recomendação 8: exigir dos setores administrativos que adotarem a jornada flexibilizada de horário a afixação em suas dependências, em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, o quadro permanentemente atualizado, com a escala nominal dos servidores que trabalharem neste regime, constando dias e horários dos seus expedientes, em obediência ao contido no § 2º, art. 3º, do Decreto nº 1.590/1995;			
Recomendação 9: elaborar proposta de regramento de movimentações interna de servidores entre as diversas unidades administrativas da UnB, condicionando a remoção à existência de vagas na unidade de destino, obedecidas às prioridades de atendimento às necessidades de pessoal, definidas por meio de gerenciamento de vagas, bem como a situação da unidade de origem, de modo a evitar a redução de sua força de trabalho a níveis que impossibilitem a realização de suas atividades diárias, e a adoção da jornada flexibilizada de horário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas			117978
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5.0	201305754	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Ao Decanato de Gestão de Pessoas/FUB (DGP/FUB), no prazo de 30 dias a contar do recebimento deste relatório, excluir o vínculo no SIAPE dos 67 médicos residentes que não atuam mais no HUB.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas do Hospital Universitário de Brasília			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5.1	201305754	3.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas do Hospital Universitário de Brasília			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: à Diretoria Adjunta Executiva (DAEX/HUB), providenciar, no prazo de 60 dias, a contar do recebimento deste relatório, a efetivação e a comprovação do ressarcimento ao erário do valor pago por meio da ordem bancária 2012OB801980.			

Continua



Quadro A.9.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício
(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas do Hospital Universitário de Brasília			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5.2	201305754	3.1.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Contabilidade e Finanças			24234
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: à Direção/HUB, cessar a realização dos pagamentos de auxílio-moradia até 31/01/2014, de forma simultânea ao encerramento da residência dos atuais favorecidos, observando as orientações do Parecer PJU/FUB nº 1013/2012 enquanto tais pagamentos forem realizados.			
Recomendação 2: à Reitoria/FUB, tomar a providência sugerida no item 9 do Parecer Jurídico PJU/FUB nº 1013/2012, de 01/08/2012.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Contabilidade e Finanças			24234

Fonte: Auditoria Interna, 2014.

9.3 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna

As ações de controle desenvolvidas pela Unidade de Auditoria Interna – AUDINT em 2013 resultaram na elaboração de quatro relatórios e de quatro notas de auditoria, com emissão de 54 recomendações. Desse total, as Unidades auditadas implementaram 16, o que corresponde a 29,62% do total expedido pela AUDINT.

Para o acompanhamento de implementação das recomendações exaradas, a Unidade de Auditoria Interna utiliza-se do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, sendo alocadas 144 horas para o exercício sob referência. As ações gerenciais foram desenvolvidas junto aos titulares das áreas envolvidas, em que se destaca a importância do cumprimento das recomendações para a melhoria dos controles internos.

A alta gerência toma conhecimento das recomendações exaradas pela Unidade de Auditoria Interna por meio de encaminhamento dos relatórios produzidos durante o exercício.

A Unidade de Auditoria Interna não dispõe de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

A finalidade deste item é demonstrar informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93.

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

O Quadro A.9.3 compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR, discriminando, para cada momento em que a



obrigação se concretiza, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei.

Quadro A.9.3 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	329	215	720
	Entregaram a DBR	156	11	647
	Não cumpriram a obrigação	173	204	73

Fonte: SIAPE/Extrator de Dados. Dados informados em 04/02/2014 pelo setor de Controle Interno.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Em 2013, as atividades de acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas (DBR) ocorreu inicialmente com a exigência da sua entrega divulgada pelo Decanato de Gestão de Pessoas, em 02/05/2013, com a emissão da Circular do DGP n. 023/2013. Tal medida teve o intuito de cumprir o disposto na Lei n. 8.730/1993 e também cientificar todos os servidores quanto à importância e à obrigação de atendimento do referido dispositivo legal quanto à entrega da DBR.

Além dessa ação, o Decanato de Gestão de Pessoas encaminhou, a cada Centro de Custo (Institutos e Faculdades), aproximadamente 150 (cento e cinquenta) memorandos com listagem de todos os servidores que ocupavam funções no ano de 2013. O resultado alcançado foi de 90% dos servidores com cargo de chefia ou direção que atenderam a solicitação encaminhando a autorização de acesso ou preencheram a Declaração no formulário próprio.

Outra medida do DGP foi a atualização do formulário disponível no sítio da UnB e a inclusão da exigência no momento da designação/nomeação e/ou dispensa/exoneração da função de chefia. As autorizações e/ou declarações foram entregues à Assessoria de Controle Interno do DGP, que efetuou o registro em planilha de Excel por não dispor de sistema informatizado. Contudo, foi verificada a possibilidade de importar esses dados ao sistema SIPES e, assim que for possível, tal informação constará nos registros e assentamentos funcionais dos servidores.

No ano de 2013, foi realizada também consulta ao SERPRO quanto à possibilidade de inclusão dessas informações e documentos no sistema de pessoal (SIAPE), contudo, a resposta foi de que não haveria possibilidade de inclusão deste módulo de registro. Diante disso, o DGP encaminhou solicitação ao Centro de Processamento de Dados (CPD) da UnB para inclusão de ferramenta de registro e controle da entrega da DBR no Sistema de Pessoal (SIPES). A solicitação foi atendida e está sendo utilizada no ano de 2014. Os colaboradores que trabalham com lançamentos e emissão de atos de funções no DGP receberam treinamento prévio e orientação quanto à exigência de toda documentação referente à DBR.



Todos os servidores, ao tomarem posse na Fundação Universidade de Brasília, recebem o formulário de autorização de acesso das Declarações de Bens e Rendas. No entanto, caso o servidor se negue a autorizar o acesso, este terá a opção de preencher e entregar anualmente no DGP o formulário próprio da Declaração de Bens e Rendas. Este formulário está disponível no sítio do DGP.

No que tange à realização ou não de algum tipo de análise das DBR pela FUB, com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração percebida, destaca-se o disposto na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, artigos 5º e 6º, quais sejam:

“Art. 5º As informações apresentadas pelo agente público ou recebidas da Secretaria da Receita Federal do Brasil serão acessadas somente pelos servidores dos órgãos de controle interno e externo para fins de análise da evolução patrimonial do agente público.

Art. 6º O sigilo das informações patrimoniais do agente público deverá ser preservado por todos que tenham acesso às Declarações, inclusive servidores dos serviços de pessoal e dos órgãos de controle interno e externo, ficando sujeitos os infratores, em casos de violação, às sanções penal, civil e administrativa previstas em lei.”

Dessa forma, o DGP não adota nenhuma medida de análise em observância ao disposto legal supracitado.

Quanto à forma de guarda da DBR, no que concerne aos servidores que optaram por entregar a DBR em formulário próprio do DGP, esta documentação é recebida em envelope lacrado, registrado em planilha Excel e enviado à pasta funcional do servidor, onde será arquivado e mantido lacrado com a identificação de documento sigiloso, visando preservar o sigilo fiscal das informações.

9.5 Alimentação SIASG e SICONV

A Diretoria de Projetos Acadêmicos vinculada ao Decanato de Administração forneceu a declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV, conforme Anexo E deste documento.



10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este capítulo apresenta os canais de comunicação do cidadão com a Universidade de Brasília, quais sejam, a Ouvidoria da Universidade de Brasília (OUV) e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), cuja forma de atuação representa um serviço de interlocução e mediação disponibilizado pela UnB para recepção, encaminhamento de sugestões, reclamações e denúncias feita pela comunidade universitária e pela sociedade como um todo.

10.1 Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão

A Ouvidoria da Universidade de Brasília foi instituída em 24.05.2011 por meio da Resolução Consuni nº 7/2011. Está vinculada administrativamente ao Gabinete do Reitor, porém não há subordinação técnica, o que resguarda sua independência funcional. Trata-se de um serviço de interlocução e mediação disponibilizado pela UnB para a recepção e o encaminhamento de sugestões, reclamações e denúncias feitas tanto pela comunidade universitária em geral, em defesa dos princípios fundamentais que devem prevalecer na Administração Pública. Além disso, a Ouvidoria auxilia o cidadão em suas relações com a Universidade e funciona também como um instrumento de autoavaliação.

O Sistema Informatizado da Ouvidoria (SISOUV) encontra-se disponível no portal da UnB desde abril de 2012 e consiste em ferramenta primordial de gestão do fluxo de informações das demandas recebidas, o que possibilita o acompanhamento e o tratamento individual das manifestações, bem como a produção de dados estatísticos sob diferentes análises (número de manifestações recebidas, tipo de manifestação e o percentual de demandas por acesso). As formas de acesso à Ouvidoria mediante o SISOUV são por *e-mail*, via correspondência impressa, ou pessoalmente.

Evidencia-se que, em novembro de 2013, foi disponibilizado, no portal da UnB (http://www.unb.br/noticias/downloads/carta-de-servicos_cidadao.pdf), a Carta de Serviços da UnB ao Cidadão em cumprimento ao Decreto nº 6.932/2009, que apresenta os serviços prestados diretamente ao cidadão e sua forma de acesso.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) representa outro canal de comunicação com o cidadão para atendimento às solicitações de informações públicas. Está localizado no prédio da Biblioteca Central do Campus Darcy Ribeiro, junto à Ouvidoria. Possui estrutura formalizada na UnB desde o dia 16 de maio de 2012, conforme disposto na Lei Federal nº 12.527/2011 e regulamentação pelo Decreto nº 7.724/2012. A forma de acesso a esse serviço é feita por sistema informatizado/eletrônico e presencial.

10.2 Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-usuários e Demonstração dos Resultados das Pesquisas

Conforme previsto em seu Regimento, a Ouvidoria deve recepcionar e encaminhar sugestões, reclamações, denúncias, pedidos de informação e elogios da comunidade universitária e da sociedade em geral. Como forma de controle e organização, o setor produz relatórios semestrais sobre os resultados alcançados. A seguir, apresenta-se a quantidade de manifestações registradas pelo setor entre janeiro e dezembro de 2013 (Gráfico 3).

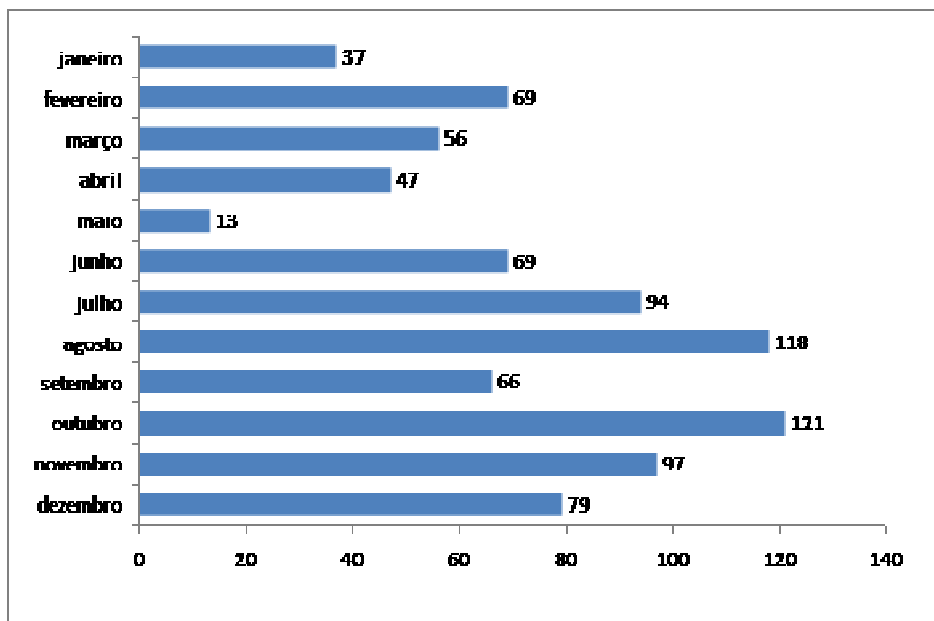


Gráfico 3 - Quantidade de Manifestações Registradas na Ouvidoria no ano de 2013
Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional, 2014.

No que tange à demanda por tipo de manifestação, observa-se registro de 62% proveniente de reclamação e 23% de pedidos de informação, conforme demonstrado no Gráfico 4.

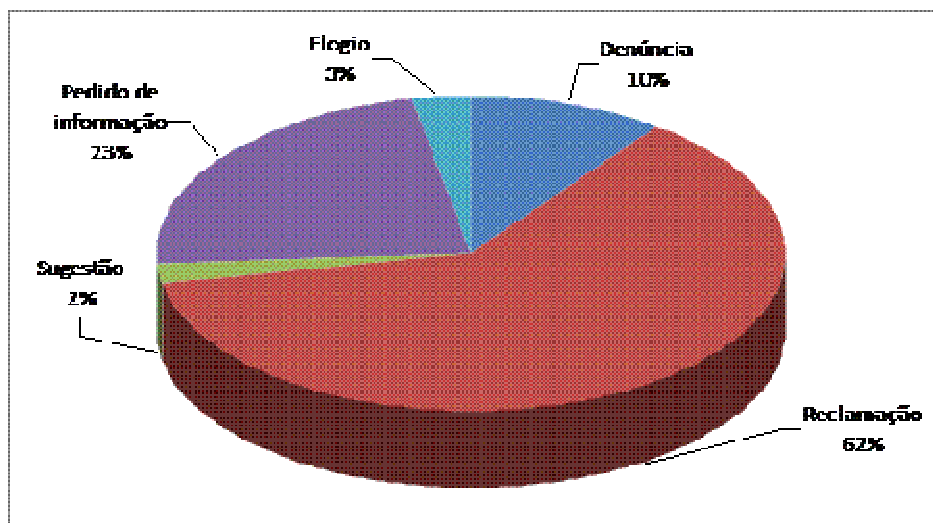


Gráfico 4 - Quantidade de Manifestações Recepcionadas e Registradas na Ouvidoria no ano de 2013
Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional, 2014

Ao observar os resultados apresentados no Gráfico 5 sobre a distribuição da demanda pelo público solicitante, percebe-se que a comunidade externa é a categoria que mais acessa os serviços da Ouvidoria da UnB. Notadamente, o impacto das manifestações desse público tem seu vínculo mais significativo com os serviços prestados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe).

Acredita-se que a particularidade do aumento ou a diminuição das manifestações do corpo discente vincula-se à conjuntura do calendário acadêmico (matrículas, início e final de semestre, editais etc.).

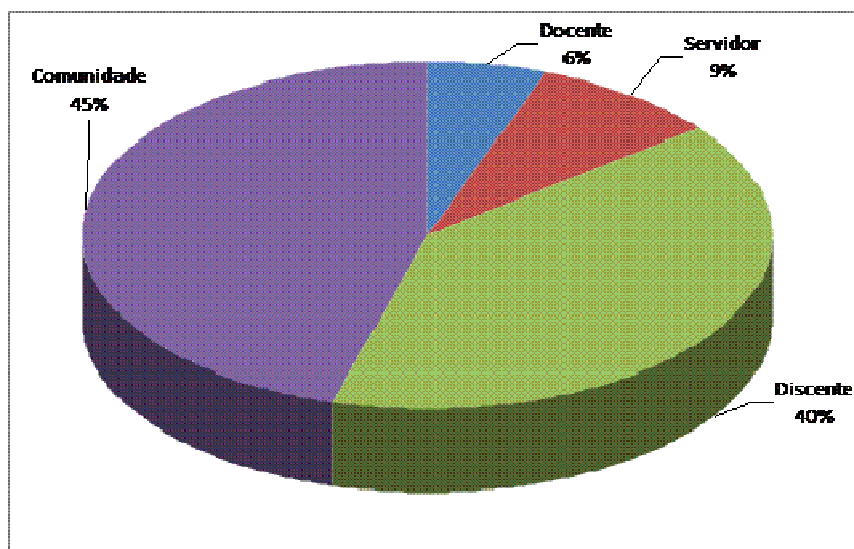


Gráfico 5 - Distribuição da Demanda por Público Solicitante
Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional, 2014

A morosidade excessiva para envio de respostas; problemas com a solicitação e divulgação de informações; assédio de servidor e questões relativas à limpeza, iluminação na infraestrutura dos *campi* representam 70,6% dos assuntos registrados na Ouvidoria no primeiro semestre do ano de 2013. No período seguinte, os mesmos fatores se mantiveram preponderantes, conforme mostra o Quadro A.10.1.

Quadro A.10.1 – Distribuição da Demanda por Assunto

Demanda por assunto	1º semestre/2013 (%)	2º semestre/2013 (%)
Demora excessiva na resposta de demanda	20,7	11,0
Pedido/divulgação de informações	19,6	15,6
Postura/assédio de servidor técnico, docente ou discente	15,9	11,0
Infraestrutura dos <i>campi</i> (limpeza, endereçamento, iluminação etc.)	14,5	10,1
Ingresso acadêmico na UnB (vestibular, PAS, ENEM,)	5,3	5,1
Curso/concurso	2,2	7,8
Políticas e estratégias de gestão administrativas	2,2	2,7
Trote	2,2	0,2
Elogios	2,0	3,7
Setor/gestor inacessível em horário de expediente	1,7	3,0
Transferência facultativa/obrigatória	1,7	0,9
Mau uso do bem público	1,4	0,4
Organização de eventos acadêmico, culturais e/ou religiosos	1,1	0,5
Transporte coletivo interno e/ou externo	1,1	0,4
Discriminação gênero/racial, homofobia	0,3	0,9
Segurança nos <i>campi</i>	0,3	8,1
Violação dos direitos individuais/coletivos	0,3	1,6
Perturbação do espaço universitário (barulho, festas etc.)	-	1,9
Políticas e estratégias de gestão acadêmica	-	3,7
Registro de emissão de certificado/diploma	-	5,0
Tecnologia da informação	-	4,8
Outros	2,8	1,8

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional, 2014.



O Quadro A.10.2 mostra que as principais manifestações concentram-se nas unidades CESPE, SAA, BCE, PRC, DEG, DGP e GRE. Observa-se que o expressivo aumento do quantitativo de demandas para a BCE do primeiro semestre para o segundo semestre de 2013 concorda com o quantitativo de manifestações recepcionadas pela Ouvidoria sobre segurança nesse setor. Dessa forma, é possível inferir a necessidade de investimentos em segurança na Biblioteca Central da Universidade.

O demonstrativo completo das solicitações por unidades pode ser encontrado no Relatório de Autoavaliação Institucional disponibilizado a partir de março de 2013 na página <http://www.dpo.unb.br/relatorioauto.php>.

Quadro A.10.2 – Registro das Principais Solicitações por Setor

Setor	Sigla	Ano 2013	
		1º semestre	2º semestre
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	CESPE	71	97
Secretaria de Administração Acadêmica	SAA	41	53
Biblioteca Central	BCE	36	80
Prefeitura do <i>Campus</i>	PRC	27	31
Decanato de Ensino de Graduação	DEG	15	21
Decanato de Gestão de Pessoas	DGP	14	24
Gabinete do Reitor	GRE	5	21

Fonte: Ouvidoria, com adaptações.



11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este item apresenta informações quanto à elaboração e à fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis, bem como acompanha a implementação dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Destaca-se que, de acordo com a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), os itens da Portaria TCU 175/2013, relacionados a seguir não se aplicam à FUB:

11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade SIAFI.

11.4 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/1976 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.

11.5 Demonstração da composição acionária do capital social.

11.6 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas NBC Aplicadas ao Setor Público

Este subitem apresenta informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

De acordo com a análise da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), os itens das normas estão sendo aplicados na íntegra, apenas o item 36 (Reavaliação) de 2012 está fora do prazo para os bens móveis, pois a comissão designada pelo DAF ainda não finalizou seus trabalhos.

- Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo: as taxas utilizadas para os cálculos mais especificamente pelo Sistema de Patrimônio – SIPAT, usado para tal, segue os critérios e normas apresentadas no Capítulo 020300 – Macrofunções, Assunto 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., do Manual do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, mais precisamente de acordo com as tabelas de vida útil, estabelecida para cada conta contábil apresentadas no item 27 da referida Macrofunção.
- A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão: a metodologia de cálculos adotados pela FUB, mais especificamente pelo Sistema de Patrimônio – SIPAT, usado para tal, segue os critérios e normas apresentadas no Capítulo 020300 – Macrofunções, Assunto 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., do Manual do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, mais precisamente de acordo com os modelos apresentados nos itens 99, 100 e 101 - Modelos de relatórios de valoração de ativos da referida Macrofunção.
- As taxas utilizadas para os cálculos: as taxas utilizadas para os cálculos mais especificamente pelo Sistema de Patrimônio – SIPAT, usado para tal, segue os critérios e normas apresentadas no Capítulo 020300 – Macrofunções, Assunto 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., do Manual do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, mais



precisamente de acordo com as tabelas de vida útil, estabelecida para cada conta contábil apresentadas no item 27 da referida Macrofunção.

- A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:
 - disponibilidades (Bônus da UNESCO) - são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
 - créditos e dívidas - são mensurados ou avaliados pelo valor original;
 - estoques (almoxarifado)- são mensurados ou avaliados com base na média ponderada móvel;
 - investimentos – não se aplica;
 - imobilizado - é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição e reavaliado pelo valor de mercado (caso dos Imóveis próprios da FUB);
 - intangível – é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição;
 - diferido – não se aplica.
- O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício: não houve avaliação de imóveis em 2013.

11.2 Declaração do Contador sobre as Demonstrações Contábeis

A declaração do contador responsável sobre as demonstrações contábeis procedeu-se com ressalva e consta do Anexo F deste documento.



12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Renúncia de Receita

Neste tópico, a FUB apresenta os subsídios imobiliários gerenciados pela SGP no que tange às concessões dos imóveis residenciais e comerciais (Quadros A.12.1 e A.12.2). Observa-se, no ano de 2013, subsídio da ordem de R\$15,9 milhões, com acréscimo de 9% em relação ao ano de 2012, principalmente, em razão das concessões com imóveis residenciais.

Quadro A.12.1 – Demonstrativo de Subsídio Imobiliário Concedido pela FUB com Imóveis Residenciais e Comerciais

Detalhamento	2012	2013	%
1- Dos imóveis residenciais da FUB			
1.1) Docentes:			
Taxa de ocupação	7.946.124	9.381.097	18%
Contrato de aluguel	361.980	22.480	-94%
Total subitem 1.1	8.308.104	9.403.577	13%
1.2) Técnico-Administrativos:			
Taxa de ocupação	3.378.296	3.927.685	16%
Contrato de aluguel	112.790	16.288	-86%
Total subitem 1.2	3.491.086	3.943.974	13%
1.3) Aposentados:			
Taxa de ocupação	285.072	473.663	66%
Contrato de aluguel	395.172	71.315	-82%
Total subitem 1.3	680.244	544.978	-20%
1.4) Outros			
Desconto 20% nos alugueis servidores	260.472	149.293	-43%
Moradia estudantil de pós-graduação	204.314	229.056	12%
Concessão do GRE	63.720	63.307	-1%
Total subitem 1.4	528.506	441.656	-16%
Total do item 1	13.007.940	14.334.184	10%
2- Dos imóveis comerciais da FUB			
Órgãos da FUB	946.896	1.077.402	14%
Taxa de Manutenção/Condomínio	600.127	467.841	-22%
Total item 2	1.547.023	1.545.243	0%
Total Geral	14.554.963	15.879.427	9%

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI, 2013.

O próximo Quadro especifica os subsídios dos imóveis comerciais concedidos pelos órgãos da FUB. No ano de 2013, as unidades Editora-UnB, Casa da Cultura, CEAM, LET-UnB Idiomas e CESPE foram as principais beneficiadas.



Quadro A.12.2 – Demonstrativo de Subsídios Concedidos às Unidades da FUB com Imóveis Comerciais

Unidades que recebem subsídios imobiliários	2012		2013	
	Qtd	Valor -R\$	Qtd	Valor - R\$
1. CESPE	11	53.124	17	85.668
2. EDITORA – UNB	6	369.000	5	352.850
3. CEAM	20	72.000	20	98.427
4. CASA DA CULTURA	18	99.600	18	143.568
5. IDA	1	9.240	1	10.638
6. SGP	2	14.400	2	16.578
7. DATA/UnB	9	54.552	9	53.452
8. PRODEQUI	8	45.600	7	51.108
9. NED/UNB	1	7.200	-	-
10. CECANE	4	15.540	1	5.180
11. CPAB	4	32.496	-	-
12. PROJETO ITTO	1	8.124	-	-
13. CRAD	3	13.500	-	-
14. NÚCLEO DE EST. EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1	7.200	1	6.216
15. LET - UNB IDIOMAS	12	67.800	10	91.450
16. CIRPS	3	51.720	3	59.540
17. SEI	-		3	26.892
18. CENTRO DE PESQUISA E APLIC. BAMBU	-		4	37.412
19. NEAGRI			1	431
20. VIOLES/SER/HD/UnB	3	25.800	4	37.992
Total	107	946.896	106	1.077.402

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI, 2013.

Nota: 1) A Editora utiliza 5 andares do Edifício OK, as demais unidades utilizam salas e lojas.

O Quadro seguinte mostra uma síntese da renúncia dos imóveis residenciais e comerciais comparada à receita imobiliária arrecadada pela FUB no exercício de 2013. Observa-se subsídio com a taxa de ocupação dos imóveis residenciais da ordem de R\$14 milhões, representado o principal impacto no montante dos subsídios concedidos.

Quadro A.12.3 – Renúncia de Receita 2013

Rubrica	Receita	Renúncia	%
Aluguéis residenciais	20.652.566	322.682	2%
Taxa de ocupação	2.945.217	14.011.502	83%
Aluguéis comerciais	2.191.716	1.545.243	41%
Outras	37.337	-	0%
Total	25.826.836	15.879.427	38%

Nota: Renúncia de receita, conforme definido no § 1º do art. 14 da Lei Complementar 101/2000 "A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado (grifo nosso)", neste caso compreende a diferença entre o Valor de Mercado do aluguel dos imóveis e o cobrado pela FUB, decorrente da política destinada a moradia



PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

13. INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DA DECISÃO TCU n° 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES

Este capítulo contém informações sobre a apuração e análise dos indicadores de desempenho nos termos da Decisão TCU n° 408/2002 e projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio. Cabe explicar que a análise dos resultados dos indicadores do TCU foi realizada após a apresentação dos dois Quadros seguintes e encontra-se na seção específica.

13.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão n. TCU 408/2002 - Plenário e Modificações Posteriores

Esta seção demonstra a evolução dos indicadores de gestão da UnB pelas metodologias do TCU e da UnB⁵, caracterizando o desempenho da Instituição no desenvolvimento de sua atividade precípua. O Tribunal de Contas da União, ao proferir a Decisão n. 408/2002 – Plenário (versão atualizada em outubro/2010), determinou às IFES que incluíssem, em seus relatórios de gestão das contas anuais, uma série de nove indicadores⁶ previamente selecionados por aquele órgão de controle externo.

Em 2006, por meio da revisão dessa Decisão⁷, foram incorporadas modificações que se resumem à subdivisão dos dados diretamente relacionados à manutenção de unidades hospitalares, dos valores que excluam as atividades dos hospitais. Assim, os componentes “Custo Corrente” e “Funcionário Equivalente” e os indicadores que envolvem foram desdobrados em dois valores: um que inclui os dados referentes aos Hospitais Universitários/HUs e outro que exclui esses dados.

Para o cálculo dos indicadores, o TCU impõe ajustes aos dados brutos apresentados pelas instituições de ensino. O modelo parte dos seguintes dados brutos:

AG = total de alunos efetivamente matriculados⁸ na graduação (média anual dos dois semestres);

APG = total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo alunos de mestrado e doutorado (média anual dos dois semestres);

AR = alunos de residência médica.

A partir destes dados, o TCU calcula:

AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral⁹. Após o ajuste, normalmente o **AGTI** resulta em um quantitativo menor que o **AG** e o **AGE**.

AGE = Número de Alunos Equivalentes da Graduação¹⁰.

⁵ Metodologia da UnB elaborada pelo Decanato de Planejamento e Orçamento. O cálculo foi realizado pelos Técnicos do DPO.

⁶ Os nove indicadores operacionais são: a) Custo Corrente/Aluno Equivalente; b) Aluno Tempo Integral/Professor; c) Aluno Tempo Integral/Funcionário; d) Funcionário/Professor; e) Grau de Participação Estudantil (GPE); f) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG); g) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação; h) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD); e i) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

⁷ Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão, Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário, versão atualizada em outubro/2009.

⁸ Aluno efetivamente matriculado é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso.

⁹ Este indicador é calculado pela fórmula:

$$AGTI = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC)(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC \}.$$

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

DPC = Duração padrão do curso.

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.

Fator de retenção = calculado de acordo com metodologia da SESu.

¹⁰ AGE = \sum de todos os cursos $\{ (NDI * DPC)(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC \} * [$

peso do grupo em que se insere o curso].

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

NPC = Duração padrão do curso.

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.



APGTI e ARTI = Número de Alunos em Tempo Integral de Pós-Graduação (APGTI) e de Residência (ARTI).

Para o cálculo de alunos em tempo integral, os alunos de mestrado, doutorado e residência devem ser computados com peso dois:

$$\text{APGTI} = 2 * \text{APG} \text{ e } \text{ARTI} = 2 * \text{AR}$$

Os resultados desses indicadores estão no Quadro a seguir:

Quadro B.13.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores primários	Exercícios				
	2013	2012	2011	2010	2009
1 Custo Corrente com HU ⁽¹⁾ em R\$	1.389.071.097,09	1.025.643.769,55	954.861.901,28	900.721.516,00	738.549.838,00
2 Custo corrente sem HU em R\$	1.330.869.270,24	865.671.461,48	903.046.929,03	862.982.746,00	703.433.865,00
3 Número de professores equivalentes	2.424,00	2.474,00	2.307,50	2.030,50	1.858,50
4 Número de funcionários equivalentes com HU	7.551,00	7.068,75	9.177,00	5.794,75	4.219,50
5 Número de funcionários equivalentes sem HU	5.724,75	5.185,25	6.440,50	4.497,00	2.337,75
6 Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	32.765,00	29.565,00	26.759,00	22.024,50	21.130,50
7 Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo alunos de mestrado e de doutorado (APG)	7.345,50	6.416,00	5.822,00	4.828,50	4.865,00
8 Alunos de residência médica (AR)	355	254	294	149	137
9 Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	21.059,46	21.204,11	20.748,89	20.811,25	19.602,20
10 Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	30.702,21	34.444,65	31.572,26	30.754,09	30.754,09
11 Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	15.012,00	12.832,00	11.644,00	9.657,00	9.730,00
12 Número de alunos em tempo integral de residência médica (ARTI)	710	508	588	298	274

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013 e Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário

Nota: 1) Hospitais Universitários

Sobre a análise relacionada aos cálculos dos indicadores, listam-se as seguintes observações:

- a) a Decisão do TCU para atualização dos indicadores referentes ao ano de 2013 não sofreu alterações quanto à base de Cálculo dos Indicadores de Gestão de 2012, conforme as orientações da SESu/MEC;
- b) para os alunos, foram considerados apenas os dados relativos aos cursos permanentes/presenciais, excluindo-se aqueles que visam atender a demandas específicas (autossustentáveis), como é o caso dos alunos dos cursos a distância e mestrado profissionalizante;



- c) para os dados de servidores, foram considerados 3.373 servidores de empresas terceirizadas conforme orientação constante da metodologia decisão TCU de n. 408/2002. Nesse total, estão incluídos 663 servidores terceirizados do Hospital Universitário, os quais não constam do cálculo do respectivo indicador do ano anterior;
- d) quanto aos demais indicadores para o ano de 2013, em sua maioria, os dados apresentam-se coerentes aos apresentados em anos anteriores;
- e) os indicadores referentes ao ano de 2013 estão disponíveis no SIMEC, módulo Rede Federal, em observância ao Ofício Circular MEC/SESu/DIFES n. 01 de 14.01.2014;
- f) para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, apresenta-se a série histórica dos indicadores relativos aos exercícios de 2008 a 2013, conforme determinação TCU, parte B, do anexo II da Portaria n. 119 de 18.01.2012. Texto da DN: Indicadores de desempenho das IFES nos termos da Decisão n. TCU 408/2002 – plenária e modificações posteriores.

13.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES

Para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, apresenta-se a série histórica dos indicadores relativos aos exercícios de 2009 a 2013, conforme determinação do Acórdão do TCU n. 1.043/2006 – Plenário.

Quadro B.13.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - Plenário	Exercícios				
	2013	2012	2011	2010	2009
1 Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente ⁽¹⁾	29.921,27	34.354,29	30.243,70	29.287,86	24.014,69
2 Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente ⁽¹⁾	28.667,57	25.591,88	28.602,54	28.060,75	22.872,86
3 Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,17	13,96	14,29	10,25	15,93
4 Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	4,87	4,89	3,59	5,31	7,02
5 Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	6,42	6,66	5,12	4,63	12,66
6 Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	3,12	2,86	3,98	2,85	2,27
7 Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	2,36	2,10	2,79	2,21	1,26
8 Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,64	0,72	0,77	0,94	0,92
9 Pós-Graduação (GEPG)	0,18	0,18	0,17	0,18	0,18
10 Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	4,34	4,34	4,34	4,31	4,30
11 Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,64	4,52	4,5	4,53	4,46
12 Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	47,93%	59,09%	60,67%	76,02%	72,00%

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

Nota: 1)HU: Hospital Universitário

13.3 Análise dos Resultados dos Indicadores de desempenho das IFES

Apresenta-se a seguir a análise da evolução dos indicadores básicos do TCU calculados para a UnB a partir da série histórica de 2009 a 2013, com comentários sobre o desempenho de cada indicador. Em relação aos aspectos mais relevantes, são reportadas as apurações de cálculo dos indicadores por meio da metodologia da UnB, conforme Quadro B.13.4, adiante.



13.3.1 Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente

Este indicador expressa a produtividade e a eficiência do corpo docente, a partir do número médio de alunos atendidos por professor.

A série histórica do Número de Alunos em Tempo Integral (Gráfico 6) indica um crescimento durante todo o período de 2009 a 2013, observando-se uma queda na variável professor equivalente no ano de 2013 (Gráfico 3). Esse aumento no numerador da razão **Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente** do ano de 2012 para 2013 (Gráfico 8) ocasionou o crescimento de 13,96 para 15,17 alunos por professor.

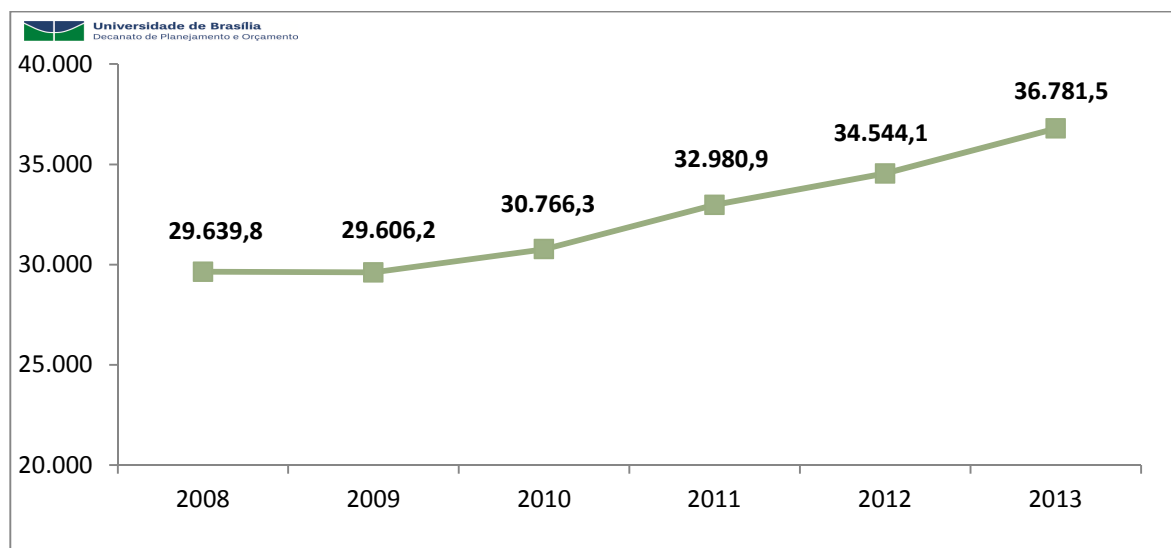


Gráfico 6 - Número de Alunos em Tempo Integral, UnB, 2008-2013

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

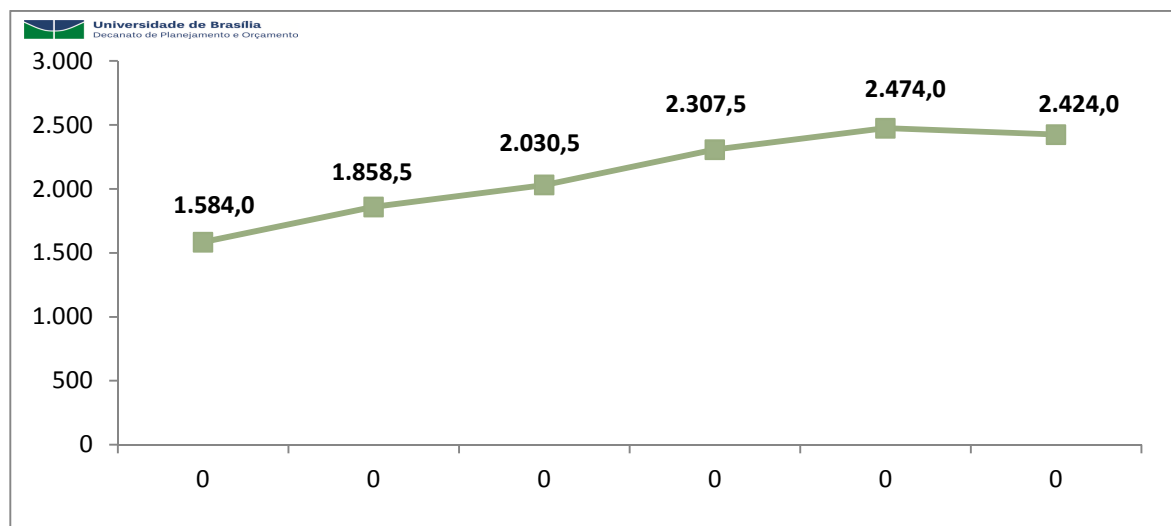


Gráfico 7 - Número de Professor Equivalente, UnB, 2008-2013

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

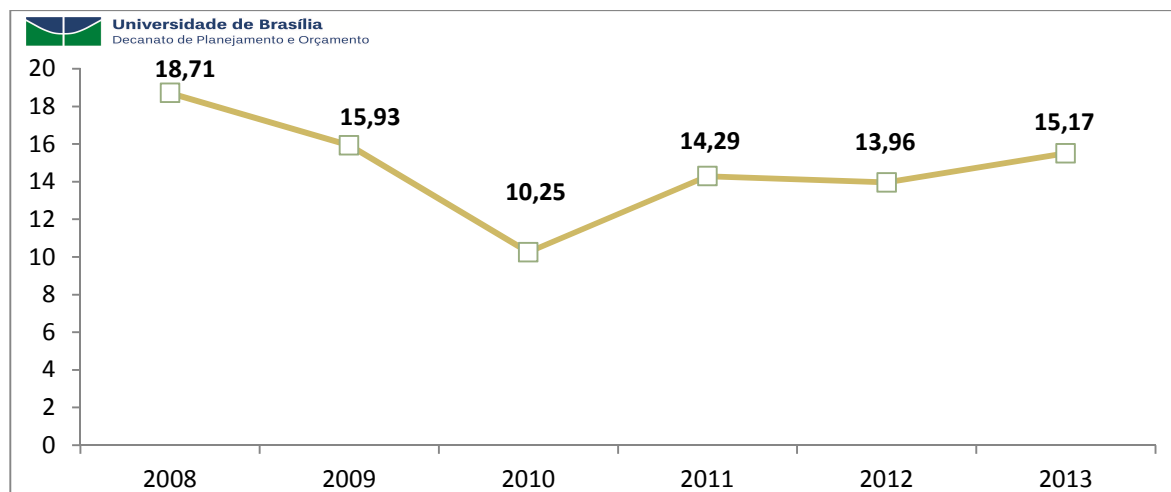


Gráfico 8 - Número de Alunos em Tempo Integral/Professor Equivalente, UnB, 2008-2013
Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

13.3.2 Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB

O indicador expressa a produtividade e a eficiência dos servidores do quadro permanente da Instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário, incluindo o Hospital Universitário da UnB (HUB). De acordo com o cálculo do indicador TCU, em 2013, havia 4,87 alunos por funcionário. Verifica-se que, em 2012, esse índice era de 4,89 alunos atendidos por funcionário. O Gráfico 9 demonstra a evolução do indicador Funcionário equivalente no período de 2008 a 2013.

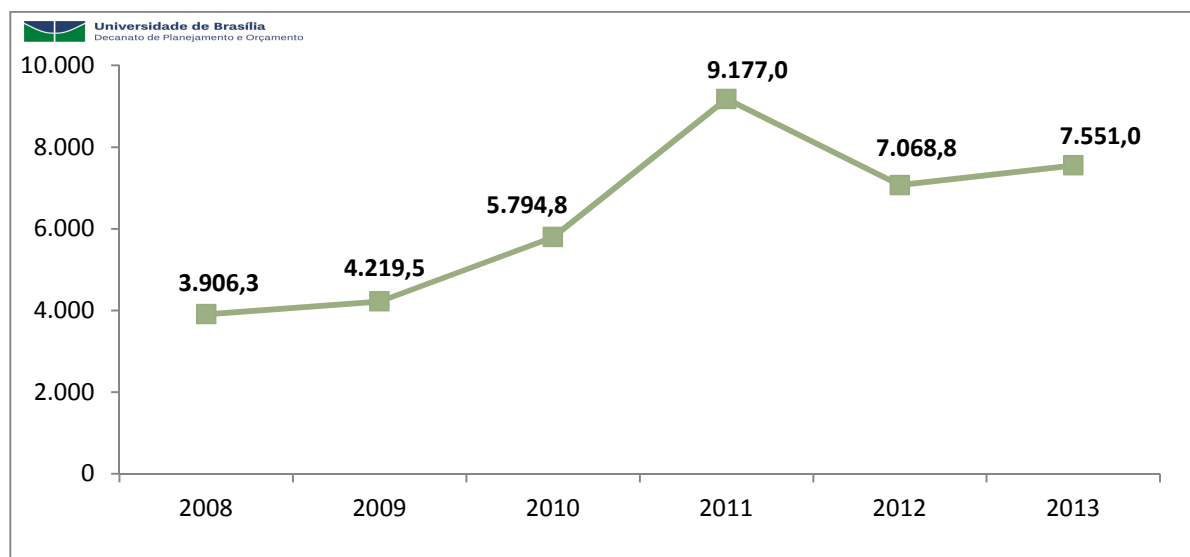


Gráfico 9 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB, UnB, 2008-2013
Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

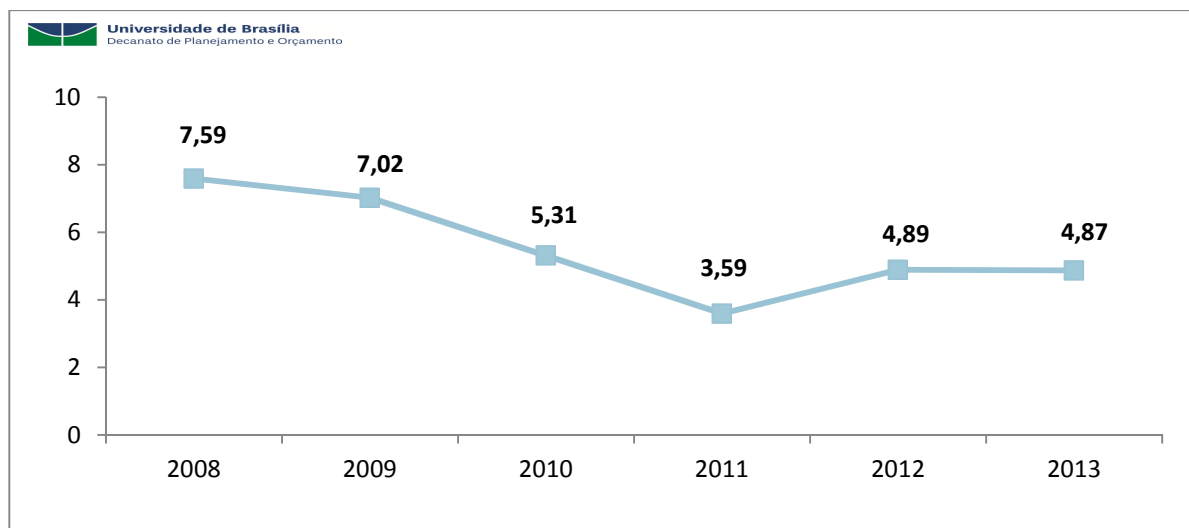


Gráfico 10 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB, UnB, 2008-2013

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

13.3.3 Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB

De acordo com a determinação do TCU¹¹, apurou-se o número de alunos por funcionário, excluídos os que atuam no HUB. Em 2013, o índice alcançou 6,42 alunos por funcionário.

A razão Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB também apresentou decréscimo no último ano, o que novamente se deu em função do crescimento da variável Funcionário Equivalente sem HUB, que pode ser observado no Gráfico 11, a seguir.

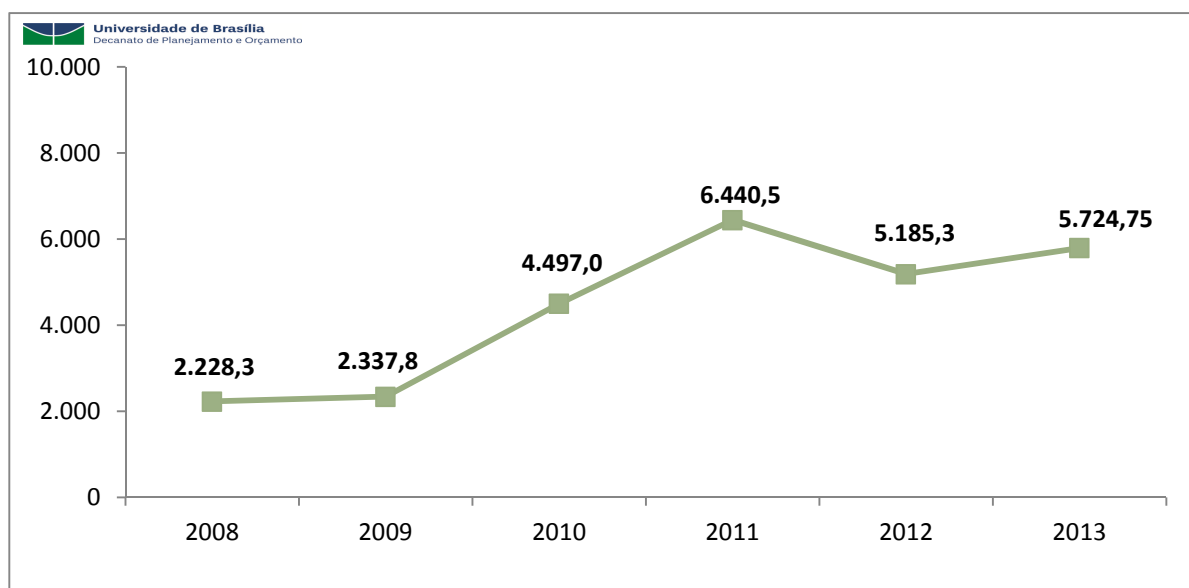


Gráfico 11 - Funcionário Equivalente sem HUB, UnB, 2008-2013

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

¹¹ Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário, versão atualizada em outubro/2010.

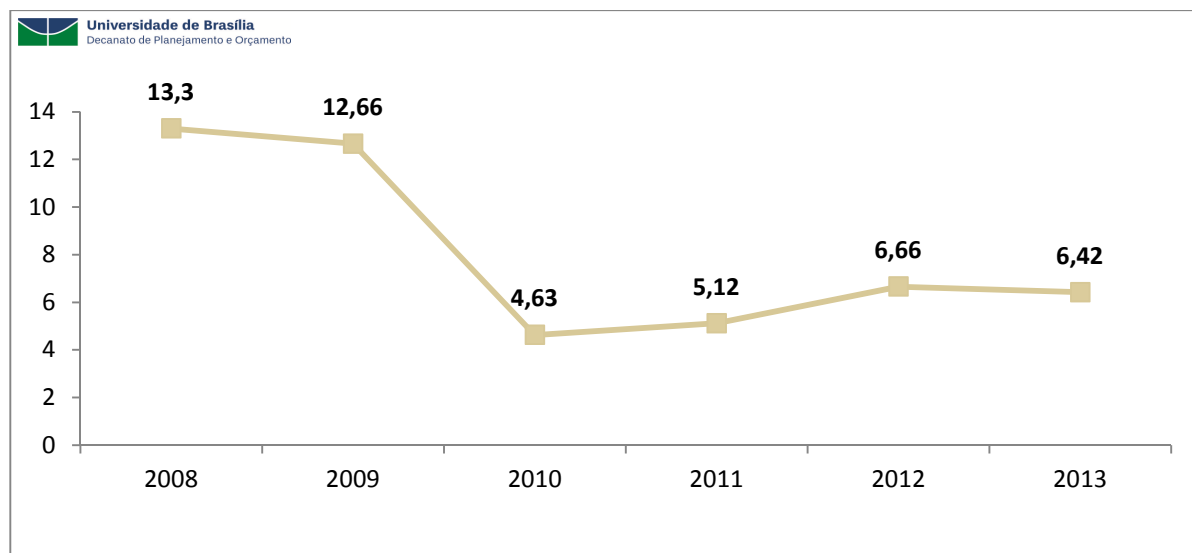


Gráfico 12 - Aluno Tempo Integral em relação a Funcionário Equivalente sem HUB, UnB, 2008-2013
Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

13.3.4 Funcionário com HUB/Professor Equivalente

A apuração deste indicador engloba os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, inclusive Hospital Universitário, e exclui os funcionários afastados para capacitação e cedidos para outros órgãos. Este indicador apresentou, em 2013, o valor de 3,12, implicando crescimento se comparado com o resultado de 2012, 2,86 (Gráfico 13).

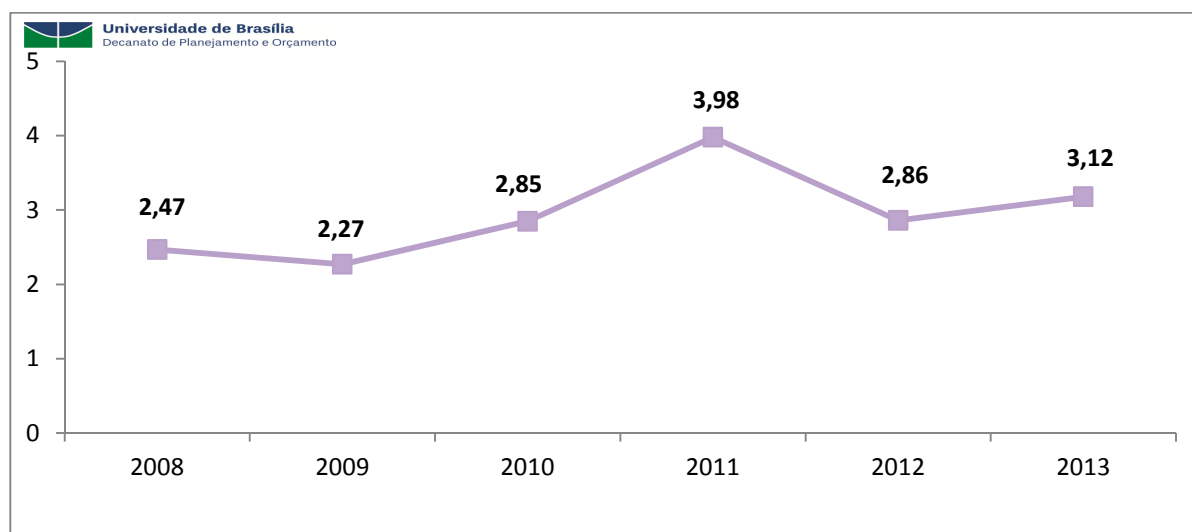


Gráfico 13 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB em relação ao nº de Prof. Equivalente, UnB, 2008-2013
Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

13.3.5 Funcionário Equivalente sem HUB/Professor Equivalente

Este indicador engloba os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles que operam no Hospital Universitário e os funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos. De acordo com a metodologia do TCU, esse indicador alcançou índice de 2,36 no ano de 2013, apresentando um aumento em relação a 2012, quando era 2,10 (Gráfico 14).

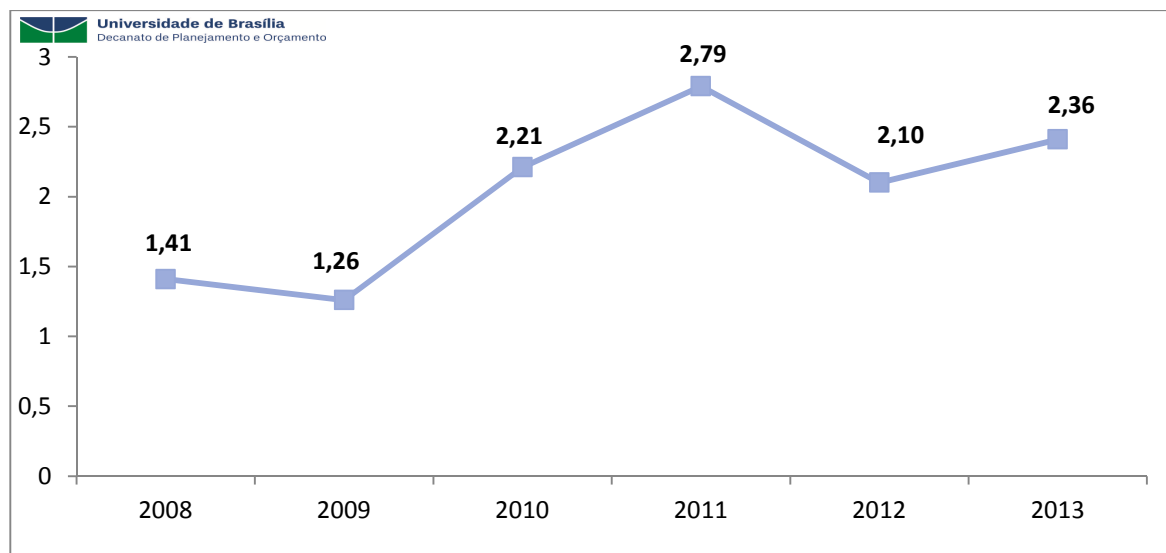


Gráfico 14 - Número de Funcionários Equivalentes sem HUB em relação ao N° de Prof. Equivalente, UnB, 2008-2013
Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

13.3.6 Grau de Participação Estudantil (GPE)

O GPE expressa o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UnB e a velocidade de integralização curricular. É obtido por meio da razão entre o número de alunos em tempo integral (ATI) e o número total de alunos matriculados nos cursos de graduação (AG). Pela metodologia do TCU, o melhor desempenho nos últimos anos ocorreu no ano de 2008, com o índice de 95% (Gráfico 15). Em 2013, o GPE foi de 64%, o que representa decréscimo em relação a 2012 (-8%).

Essa tendência de queda se deve, ainda, ao expressivo aumento da quantidade de alunos ingressantes nos últimos anos que não se reflete na quantidade de concluintes. Esse resultado indica a necessidade de verificar os fatores de retenção e evasão nos cursos, o que já está sendo feito na UnB.

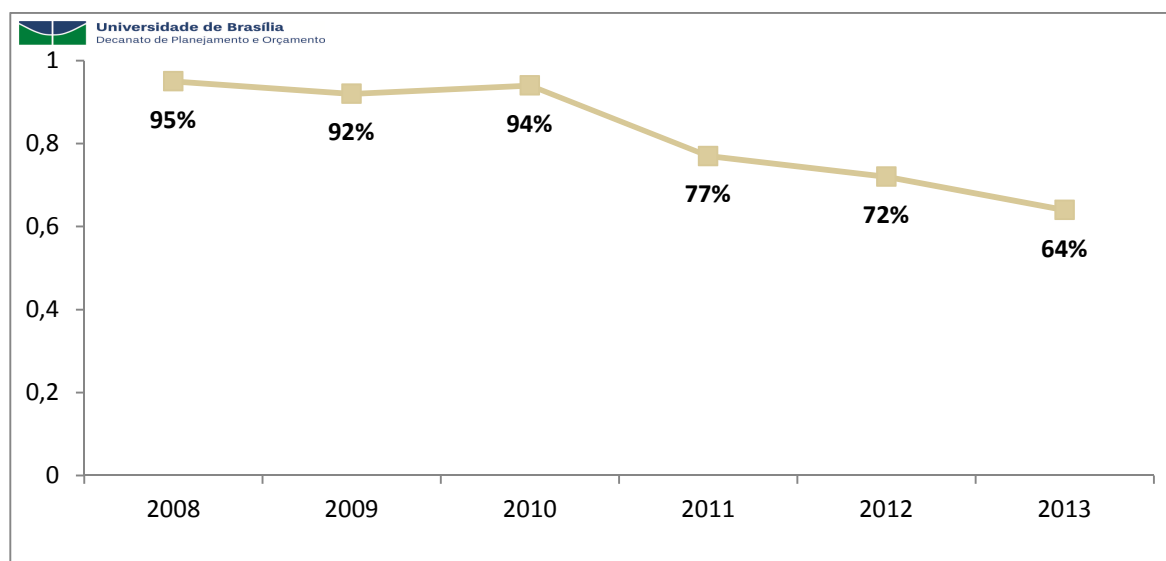


Gráfico 15 - Grau de Participação Estudantil (GPE), UnB, 2008-2013
Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013



13.3.7 Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)

Segundo afirma o próprio TCU¹², a inclusão deste índice “deveu-se à assertiva, aceita pelos analistas, de que envolvimento mais profundos com pós-graduação significam, geralmente, atividades de pesquisa mais intensa”. Intrinsecamente, esse indicador privilegia as IFES que se dedicam mais às atividades de pesquisa, que é o que diferencia substantivamente a Universidade de uma escola de 3º grau ou de outra instituição que mantenha, como principal objetivo, o ensino na graduação. O GEPG, de 2009 a 2010, manteve o índice de 18%, diminuindo, em 2011, para 17% e voltando a 18%, em 2013. Nesse caso, os dados indicam uma estabilidade, demandando ações no sentido de elevar o indicador.

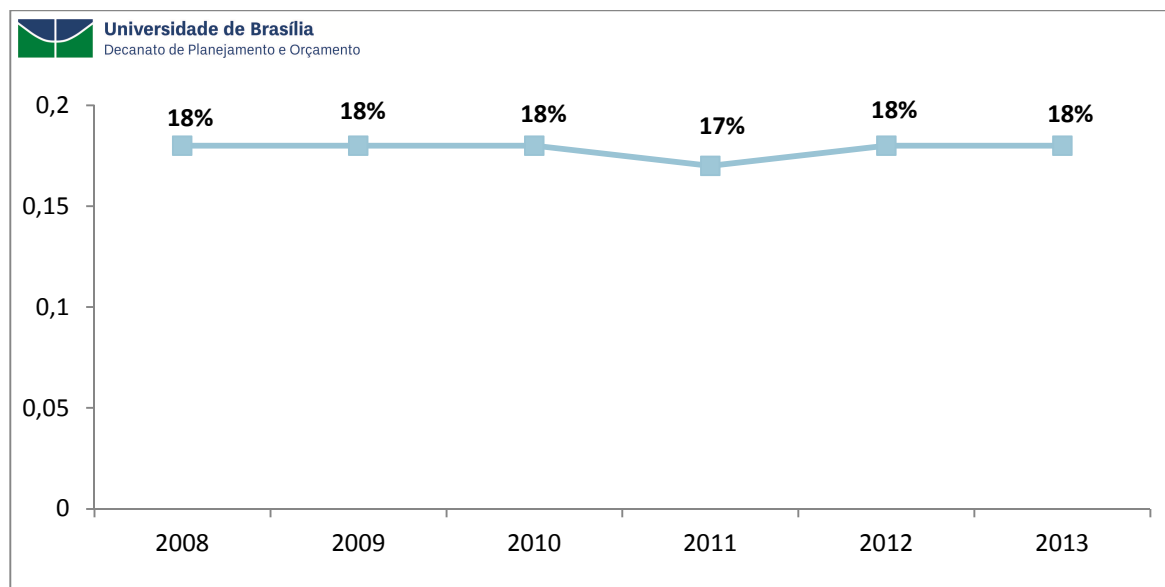


Gráfico 16 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (GEPG), UnB, 2008-2013

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

Nota: GEPG calculado a partir da relação dos alunos de Pós-Graduação sobre o total de alunos da Pós-Graduação e Graduação.

13.3.8 Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

O indicador reflete a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) segundo avaliação da CAPES. É obtido pela divisão entre o somatório dos conceitos dos diversos programas e a quantidade de programas de pós-graduação. Em 2011 (4,34), esse indicador apresentou pequeno aumento em relação a 2010 (4,31). Em 2013, o resultado se manteve igual ao de 2012 e 2011 (4,34), conforme o Gráfico 17.

¹² Tribunal de Contas da União/TCU. Sexta Secretaria de Controle Externo. Decisão n. 358/2000 TCU - Plenário. Fl. 16.

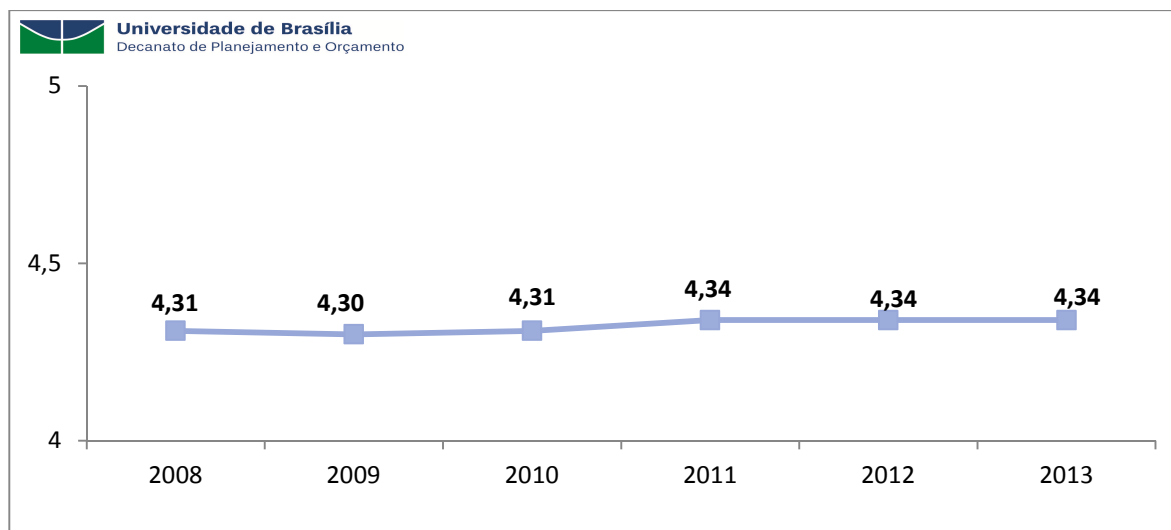


Gráfico 17 - Média dos conceitos da CAPES para os programas de pós-graduação, UnB, 2008-2013
Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

13.3.9 Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

O indicador mensura a qualidade do corpo docente, cujo número máximo chega a 5 (em uma IFE onde todos os docentes são doutores). Atualmente o IQCD da UnB é 4,64, sendo que 93% do total de docentes têm doutorado.

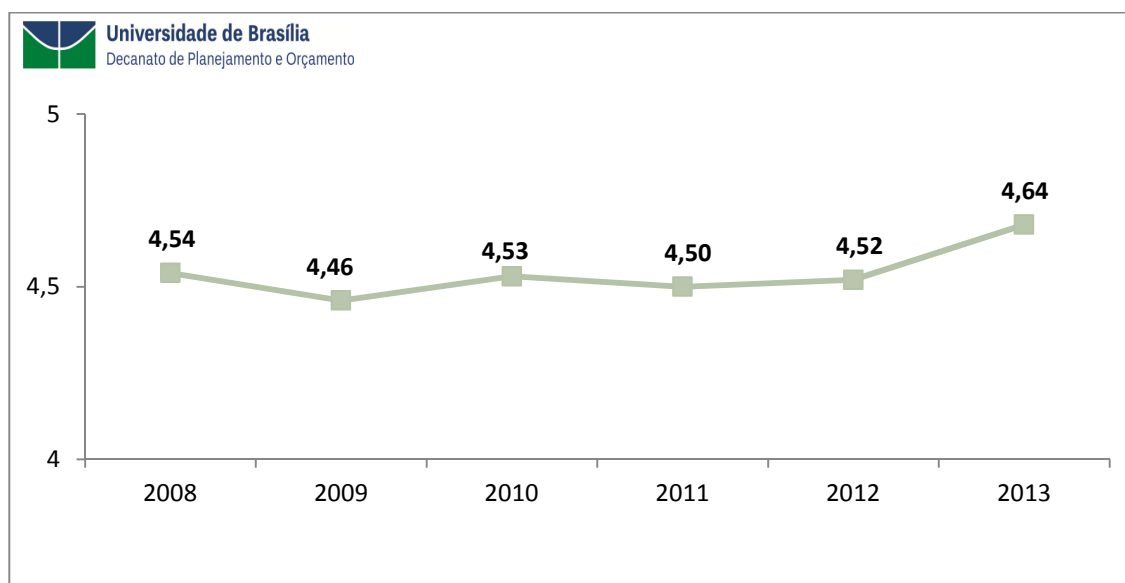


Gráfico 18 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), UnB, 2008-2013
Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013



13.3.10 Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Este último indicador é obtido pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que os alunos ingressaram na UnB e por um tempo de permanência fixado pela SESu/MEC para cada curso. O indicador procura “dar uma medida do grau de evasão dos alunos que ingressam na universidade¹³”. Em 2009, a taxa era de 72%. No ano de 2011, a taxa de sucesso apresentou uma redução ficando com 60,67%. Já em 2013, a queda foi de 19% se comparado com o ano de 2012 (Gráfico 19). Essa queda se deve, provavelmente, ao aumento na quantidade de ingressantes devido ao REUNI, que ainda não teve crescimento correspondente na quantidade de concluintes.

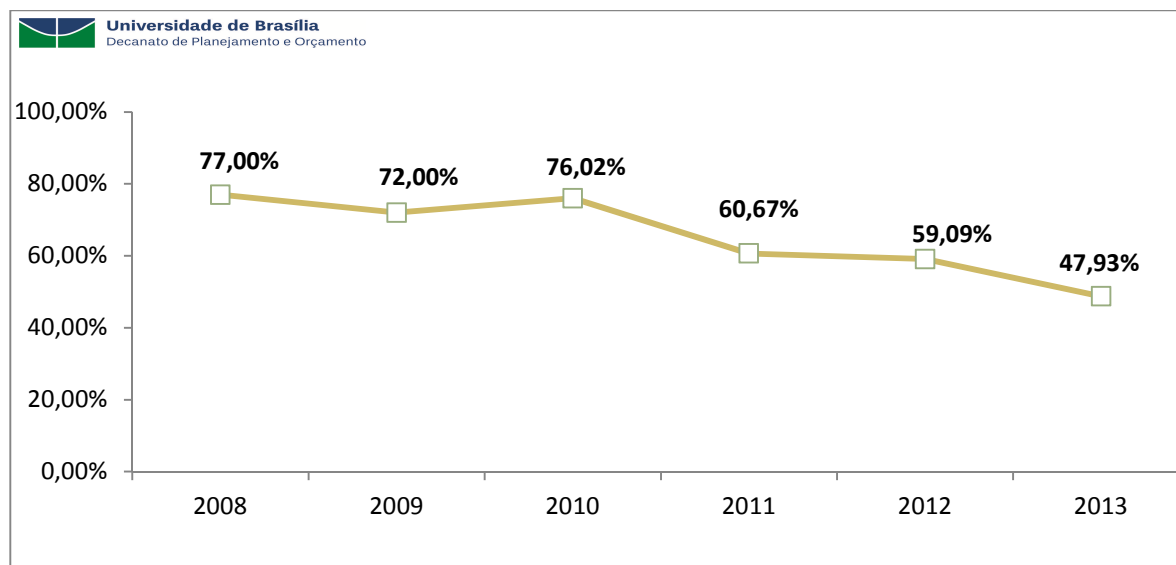


Gráfico 19 - Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), UnB, 2008-2013

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/DPO, 2013

13.4 Comparação entre os Indicadores do TCU e da UnB

A seguir, comparam-se indicadores similares obtidos segundo as metodologias do TCU e da UnB, conforme itens do Quadro B.1.4. Os insumos para o cálculo dos indicadores podem ser observados no Quadro B.1.3, a seguir.

Quadro B.13.3 - UnB: Insumos dos Indicadores de Gestão segundo as Metodologias TCU e da UnB – 2012 e 2013

2013				2012			
AG	32.765,00	AGTI	21.059,46	AG	29.565,00	AGTI	21.204,11
A _{PG}	7.345,50	APGTI	15.012,00	A _{PG}	6.416,00	APGTI	12.832,00
A _R	355,00	ARTI	710,00	A _R	254,00	ARTI	508,00
Total	40.465,50	Total	36.781,46	Total	36.235,00	Total	34.544,11
AGE	30.702,21			AGE	34.444,65		
Docente (Quadro)	2.376,00	Docente sem Subst.	2.335,00	Docente (Quadro)	2.474,00	Docente sem Subst.	2.291,50
Funcionário com HU	7.678,00	Com HU e sem Prestadores	2.950,00	Func. com HUB	7.068,75	Com HUB e sem Prestadores	2.512,75
Funcionário sem HU	5.791,00	Sem HU e sem Prestadores	2.388,75	Func. sem HUB	5.185,25	Sem HUB e sem Prestadores	1.906,25

Quadro B.13.4 - UnB: Indicadores de Gestão (Metodologias TCU e UnB) – 2012 e 2013

¹³ Tribunal de Contas da União/TCU. Sexta Secretaria de Controle Externo. Decisão n. 358/2000 TCU - Plenário. Fl. 16.



Indicador		2013			2012		
Item	Forma de cálculo	TCU ¹	UnB ²		TCU ¹	UnB ²	
Aluno Tempo Integral/Professor	ATI/Prof.	15,17	15,75	20,77 ¹	13,96	15,07	18,72 ¹
Aluno Tempo Integral/Funcionário com HU	ATI/Funcionário com HU	4,87	12,47 ³	16,44 ⁴	4,89	13,75 ³	17,07 ⁴
Aluno Tempo Integral/Funcionário sem HU	ATI/Funcionário sem HU	6,42	15,40 ³	20,30 ⁴	6,66	18,12 ³	22,51 ⁴
Funcionário com HU/Professor	Funcionário HU/Professor com	3,12	1,26 ⁵	1,22 ⁶	2,86	1,10 ⁵	1,02 ⁶
Funcionário sem HU/Professor	Funcionário HU/Professor sem	2,36	1,02 ⁵	0,99 ⁶	2,1	0,83 ⁵	0,77 ⁶
Grau de Participação Estudantil (AGTI/AG)	GPE	64,27%			71,72%		
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (APG/AG+APG)	GEPG	18,31%			17,83%		
Conceito CAPES	Conceitos	4,34			4,34		
Índice de Qualificação do Corpo Docente	IQCD	4,64			4,52		
Taxa de Sucesso na Graduação ⁷	TSG	47,93%			59,09%		

Fonte: DPO, 2013

Notas:

1 – Professor Equivalente sem o substituto/visitante.

2 – Considerando (AG + APTI + ARTI)/Professor Equivalente sem o substituto/visitante.

3 – Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço.

4 – Considerando (AG + APTI + ARTI)/Técnico sem os Prestadores de serviço.

5 – Funcionários equivalente sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalente sem os Substitutos/Visitantes.

6 – Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalente.

7 – O indicador TSG, calculado a partir do modelo UnB, difere do calculado pelo modelo TCU no que tange à variável ingressantes, uma vez que esse considera todos os ingressantes no período, enquanto aquele faz uso dos ingressantes oriundos apenas pelas formas Vestibular e PAS.

As diferenças nas relações entre alunos e professores e alunos e funcionários se devem ao fato de o TCU considerar apenas os alunos em tempo integral, enquanto o indicador da UnB, na segunda coluna, considera o total de alunos. Comparando 2012 com 2013, a variação de 18,7 para 20,8 (Quadro B.13.4) na quantidade de alunos por professor deve-se ao aumento na quantidade de alunos do noturno.

Observação similar pode ser feita a respeito da relação entre alunos e funcionários, pois além de considerar o total de alunos, a UnB leva em conta o total de funcionários que, de fato, atuam na Instituição, sejam do quadro, terceirizados ou prestadores de serviços. Já o TCU não abarca essas duas últimas categorias de funcionários, o que resulta em uma relação mais baixa de alunos por funcionário.



14. RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO

A Portaria Interministerial MCTI nº 191 de 13.03.2012, em seu artigo 1º, autoriza que “a fundação de apoio registrada e credenciada poderá apoiar IFEs e demais ICTs distintas da que está vinculada, desde que compatíveis com as finalidades da instituição a que se vincula [...]”. Pela legislação interna, a Resolução do Conselho Diretor nº 15/2005 regula as relações entre a FUB e as Fundações de Apoio no que tange às movimentações financeiras da taxa FAI.

O CONSUNI aprovou o recredenciamento das Fundações de Apoio para apoiar o gerenciamento dos projetos da FUB. A Resolução nº 10 de 14.03.2013 regulamentou a FINATEC e a aprovação do recredenciamento da FAHUB por meio de registro em Ata do dia 22.03.2013. A respeito da FUNAPE-GO, consta autorização pelo CONSUNI do dia 15.02.2012 para a gestão administrativa e financeira de projetos de pesquisa e extensão da UnB.

Apresenta-se a seguir, a relação dos projetos movimentados pelas Fundações de Apoio FUNAPE, FINATEC e FAHUB, com base no demonstrativo exigido pelo TCU. As informações sobre o tipo de instrumento contratual e os recursos da FUB geridos pelas Fundações estão dispostas nos próximos Quadros elaborados pelas próprias Fundações.

Inicialmente, a FUNAPE informa o desenvolvimento de projetos firmados por contrato no valor de R\$25,7 milhões, com repasse de R\$3 milhões pela Universidade no ano de 2013. Por outro lado, os convênios alcançaram o valor bruto de R\$5,3 milhões com repasse anual de 15% do montante (Quadro B.14.1). Dos recursos pertencentes à FUB, a FUNAPE declarou o valor com pessoal em seis projetos, sem utilização dos recursos financeiros e materiais da Instituição.

A Diretoria de Projetos Acadêmicos informou que o repasse para as Fundações de Apoio é realizado por meio de empenho sob a responsabilidade da Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF.



Quadro B.14.1 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FUNAPE

Fundação de Apoio à Pesquisa – FUNAPE CNPJ: 00.799.205/0001-89							
Projeto¹		Instrumento Contratual					
		Contrato					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor (R\$)	
				Início	Fim	Bruto	Repassado
4500075241	2 e 5	4500075241	Executar um projeto de P&D intitulado "desenvolvimento de aparelho medidor de vibrações (vibrógrafo) com software acoplado para tratamento de sinais.	06/05/2011	06/11/2014	690.457	215.367
4500076993	2 e 5	4500076993	Executar um projeto de P&D intitulado "pesquisa e desenvolvimento de dispositivo de fluxo linearmente variável para aplicação em reatores e, ou transformadores".	28/05/2012	28/11/2015	2.371.575	-
23106009795/2013-61	1 e 2	23106009795/2013-61	Suporte para o desenvolvimento do projeto de ensino, pesquisa, extensão de interesse da FUB "estudos especializados e planos estratégicos com foco na cadeia produtiva".	15/10/2013	15/04/2016	22.596.468	2.826.358
Total						25.658.501	3.041.725
Projeto		Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor (R\$)	
				Início	Fim	Bruto	Repassado
53.070	4 e 5	53.070	Geração de modelos prospectivos para minério de ferro na província mineral de Carajás.	05/10/2011	05/10/2014	872.517	229.730
6000.0069816.11.4	3	6000.0069816.11.4	Promover o fortalecimento e a consolidação dos programas de formação nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em temas relacionados a automação, controle e otimização de dispositivos e processos na exploração de petróleo.	21/11/2011	20/09/2015	2.738.658	-
29	2,4 e 5	29	Projeto 29 - controle de injeção de água em reservatórios de petróleo	01/03/2012	01/09/2015	735.600	243.120
6000.0069817.11.4	3	6000.0069817.11.4	Promover o fortalecimento e consolidação dos programas de formação nos cursos de mestrado e doutorado em temas relacionados a tecnologia de materiais metálicos e cerâmicos, mudanças climáticas, energias renováveis e desenvolvimento sustentável.	21/11/2011	21/03/2016	964.280	318.208
Total						5.311.055	791.058

Continua



Quadro B.14.1 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FUNAPE

(Continuação)

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos			
Projeto		Recurso das IFEs	
Nº	Tipo	Humanos	
		Quantidade	Valor (R\$)
53.070	4 e 5	2	34.188
4500075241	2 e 5	6	46.740
6000.0069816.11.4	3	47	441.724
29	2,4 e 5	6	141.550
6000.0069817.11.4	3	9	212.287
4500076993	2 e 5	9	372.020

Tipo de projeto: (1) Ensino; (2) Pesquisa e Extensão; (3) Desenvolvimento Institucional; (4) Desenvolvimento Científico; (5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: FUNAPE, 2013.

Nota: 1) A FUNAPE considera o mesmo nº do contrato para a identificação do projeto.



A FINATEC declarou contratos celebrados da ordem de R\$7,7 milhões voltados para o ensino, a pesquisa e a extensão com valor repassado pela FUB de R\$1,2 milhão, sendo 90% proveniente do projeto n. 8703 (Quadro B.14.2). Dos recursos pertencentes à FUB, a FINATEC declarou o valor com pessoal nos projetos nº 8289 e 8703, sem utilização dos recursos financeiros e materiais da Instituição.

Além disso, a FINATEC informou a formalização de Acordo de Cooperação entre a FUB e a Fundação, sem repasse de recursos entre as instituições. Trata-se do projeto de n. 8825 "Brazilian Bureau to Enhance the Bilateral Cooperation Between Brazil and Europe - B.Bice+", orientado para a pesquisa, vigente até o ano de 2016, financiado com recursos do INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DEVELOPPEMENT-IRD e repassados diretamente entre IRD/Finatec (EUR 338.897,00). Em 18 de março de 2013, a FINATEC recebeu EUR135,6, correspondentes à primeira parcela.

Quadro B.14.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FINATEC

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC CNPJ: 37.116.704/0001-34							
Projeto		Instrumento Contratual					
		Contrato					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor (R\$)	
				Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2	8289	Viabilizar o acesso a conteúdos musicais em escolas da educação básica, utilizando recursos presenciais e à distância na formação de professores e alunos do ensino básico.	22/12/2011	31/12/2014	353.831	121.815
2	2	8291	Estruturar um conjunto de painéis e publicações voltados para disseminar pesquisas científicas, dados técnicos e informações gerais sobre a biodiversidade brasileira. Além da exposição, foram confeccionadas publicações impressas e uma página na internet para a divulgação permanente das informações.	28/12/2011	28/06/2013	2.500.000	-
3	2	8703	Desenvolver experiências inovadoras de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação do campo e de conceber e executar projetos de apoio à promoção do desenvolvimento rural.	31/12/2012	30/06/2014	1.044.408	1.044.408
4	1	9039	Formar especialistas em saúde da família, em larga escala, em apoio ao processo de estruturação e organização da atenção básica, ampliando a efetividade clínica e a eficiência na gestão do cuidado à saúde, na perspectiva da consolidação do Sistema Único de Saúde.	06/11/2013	06/11/2014	1.746.000	-

Continua



Quadro B.14.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FINATEC

(Continuação)

Projeto		Instrumento Contratual						
		Contrato						
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor (R\$)		
				Início	Fim	Bruto	Repassado	
5	2	9093	Investigar a distribuição espacial dos indicadores epidemiológicos das doenças transmissíveis no Brasil, e em seus municípios, no período 2000-2010. Analisar a associação entre a ocorrência de doenças transmissíveis e indicadores socioeconômicos no Brasil, em nível ecológico, nos anos de 2000 e 2010.	13/12/2013	13/06/2014	585.310	-	
6	2	9092	Formar gestores municipais e estaduais, capazes de gerir bens e serviços culturais por intermédio de políticas locais coadunadas com o Sistema Nacional de Cultura.	18/12/2013	18/11/2014	1.067.900	-	
7	2	9111	Apoio à execução do projeto - "Observatório de Políticas Públicas de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural"	27/12/2013	27/12/2014	444.553	-	
						Total	7.742.002	1.166.223
Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos								
Projeto		Recursos das IFEs						
Nº	Tipo	Humanos						
		Quantidade					Valor (R\$)	
8289	2	2 bolsas de estágio - Nível de Graduação					10.009	
8703	2	15 bolsas de Pesquisa					130.800	

Fonte: FINATEC, 2013.

Tipo de projeto: (1) Ensino; (2) Pesquisa e Extensão; (3) Desenvolvimento Institucional; (4) Desenvolvimento Científico; (5) Desenvolvimento Tecnológico



A FAHUB declarou que não possui instrumentos contratuais firmados entre a FUB e a FAHUB e não dispõe de recursos oriundos da FUB, pois os projetos são provenientes de Indústrias Farmacêuticas captados diretamente (*in loco*) com disponibilidade dos valores a partir de monitorias/visitas da Contratante.

Por esse motivo, não consta o demonstrativo da FAHUB no padrão adotado pelo TCU. Mas, por orientação da CGU, apresenta-se a relação dos projetos da FAHUB com identificação do tipo e objeto do projeto, pessoal envolvido e valor bruto (Quadro B.14.3).

Quadro B.14.3 – Relação de Projetos da FAHUB

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital da Universidade de Brasília - FAHUB - CNPJ: 04.557.109/0001-85						
Projeto		Contrato				
Nº	Tipo	Objeto	Pessoal envolvido	Vigência		Valor (R\$)
				Início	Fim	Bruto
1	5	Prestação de serviço técnico científico de análise clínica na área de IMUNO-GENETICA HUMANA	2	01/06/2009	01/06/2015	1.178.112
2	4	Protocolo CSOM230C2305 "Estudo multicêntrico, Randomizado, cego, para avaliar a segurança e eficácia de pasireotida LAR vs Octreotida LAR em Pacientes com acromegalia ativa", estudo clínico realizado no HUB.	1	04/12/2008	04/12/2013	42.308
3	4	Protocolo 1200.44 "Estudo de Tratamento neoadjuvante randomizado, aberto, fase II com BIBW 2992 em comparação a trastuzumabe em comparação a lapatinibe em pacientes com câncer de mama localmente avançado HER2-positivo", estudo clínico realizado no HUB.	5	01/06/2009	01/06/2014	
4	4	Protocolo IMCL CP11-0805 "Estudo randomizado, fase III, multicêntrico, aberto de Quimioterapia com Pemetrexed-Cisplatina mais IMC11F8 versus Quimioterapia com Pemetrexed-Cisplatina somente no tratamento de primeira linha de pacientes com Câncer de Pulmão de não-pequenas células (NSCLC) de Histologia não-escamosa em estágio IIIB ou IV", estudo clínico realizado no HUB.	5	05/02/2010	04/02/2015	2.340
5	4	Protocolo IMCL CP11-0806 "Estudo randomizado, fase III, multicêntrico, aberto de quimioterapia com Gencitabina-Cisplatina com Gencitabina-Cisplatina somente no tratamento de primeira linha de pacientes com câncer de pulmão de não-pequenas células (NSCLC) de histologia escamosa em estágio IIIB ou IV", estudo realizado no HUB.	5	05/02/2010	04/02/2015	32.369
6	4	Protocolo CAMN 107B2301 "Estudo TEAM (Eficácia do Tassigna em MELANOMA Avançado): Estudo fase III, de dois braços randomizado, aberto e multicêntrico para comparar a eficácia de Tassigna versus dacarbazina (DTIC) no tratamento de pacientes com melanoma e/ou inoperável contendo uma mutação do c-Kit", estudo realizado no HUB.	5	06/10/2012	06/10/2017	

Continua



Quadro B.14.3 – Relação de Projetos da FAHUB

(Continuação)

Projeto		Contrato				
Nº	Tipo	Objeto	Pessoal envolvido	Vigência		Valor (R\$)
				Início	Fim	Bruto
7	4	Protocolo AC-052-414 / COMPASS 2 "Estudo de efeitos da combinação de bosentana e sildenafil versus monoterapia com sildenafil sobre a morbidade e mortalidade em pacientes sintomáticos com hipertensão arterial pulmonar - Estudo multicêntrico, duplo-cego, randomizado, placebo-controlado, em grupos paralelos , prospectivo, direcionado por eventos de fase IV" estudo clinico realizado no HUB.	5	01/11/2007	01/11/2014	18.785
8	4	Protocolo ML21530 "Estudo aberto, de braço único, sobre a segurança e redução de sinais e sintomas durante tratamento com Tocilizumabe em combinação com Metotrexato em pacientes com artrite reumatóide ativa moderada a grave" estudo clinico realizado no HUB	5	19/10/2010	19/10/2015	
9	4	Protocolo FILGRASTIMA "Estudo de Fase III de Não-Inferioridade comparando duas preparações de Filgrastima na Prevenção de Neutropenia Induzida por Quimioterapia em Câncer de Mama." Estudo Clinico realizado no HUB.	5	22/10/2010	21/10/2015	
10	4	Protocolo NIMOTUZUMABE "Estudo Clinico de fase Iib randomizado controlado aberto comparativo de quimiorradiação padrão versus quimiorradiação associado ao Nimotuzumabe como tratamento definitivo do câncer de esôfago localmente avançado".	5	28/06/2010	28/06/2015	
11	4	Protocolo OSI-906-205 "Estudo de fase II, randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, com OSI-906 e Erlotinibe (Tarceva) ou Erlotinibe e Placebo no tratamento de manutenção de pacientes com câncer de pulmão de não-pequenas células (NSCLC) avançado que não progrediram após quatro ciclos de quimioterapia de primeira linha baseada em platina".	5	05/08/2010	05/08/2010	52.432
12	4	Protocolo 2-55-52030-730/TR321 "Estudo clínico duplo-cego, randomizado, controlado por placebo para pesquisar a eficácia e a segurança de Somatuline Depot (lancreotida) Injeção no tratamento da Síndrome carcinóide" Estudo clinico realizado no HUB	5	12/07/2011	12/07/2016	
13	4	Protocolo CL2-38093-011 "Estudo da Eficácia e segurança de 03 doses de S 38093 (2,5 e 20 mg/dia) versus placebo em pacientes com doença de Alzheimer leve moderada o Estudo de fase iib, tem duração de 24 semanas, internacional multicêntrico, randomizado, duplo-cego, placebo- controlado, seguido por um período de extensão de 24 semanas" estudo clinico realizado no HUB	5	29/08/2011	29/08/2014	
14	4	Protocolo CNT01275PSY0001 Estudo intitulado Avaliação da gravidade da psoríase em placas em brasileiros em acompanhamento ambulatorial: estudo multicêntrico, observacional, transversal	5	01/03/2013	30/06/2013	13.684
					Total	1.340.030

Fonte: FAHUB, 2013.

Tipo de projeto: (1) Ensino; (2) Pesquisa e Extensão; (3) Desenvolvimento Institucional; (4) Desenvolvimento Científico; (5) Desenvolvimento Tecnológico



15. PROGRAMAS E PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Os projetos da FUB financiados com recursos externos, registrados e informados pela Assessoria Internacional – INT foram gerenciados pelo CDT.

Cumprir informar que o atraso na execução do cronograma físico, as alterações contratuais e os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos não puderam ser obtidos. A incompletude das informações é fruto da forma de gestão dos projetos. A cada projeto, é indicado um executor e um executor substituto, os quais são responsáveis pela gestão do projeto. Assim, as informações sobre a avaliação dos projetos devem ser obtidas com cada executor, o que foi inviável pelo tempo disponível para o envio das informações.

Conforme consulta realizada à CGU, devem ser informados todos os programas/projetos que envolvam recursos externos gerenciados pela FUB, independente de serem contratos de empréstimo e doação firmados com organismos internacionais ou projetos de cooperação técnica internacional em parceria com organismos internacionais cooperantes.

O CDT informou a participação em três projetos. O primeiro abrange a manutenção, desenvolvimento e utilização do GLONASS nos anos de 2012 até 2020. A Agência Federal Espacial da Federação Russa delegou, à OAO NPK SPP, a tarefa de realização do trabalho de pesquisa e elaboração (TPE) do projeto de criação do “Sistema complementar global de alta precisão para determinação da navegação em tempo real, efemérides e informações temporárias para usuários civis, com base no desenvolvimento de subsistema para coleta, análise e tratamento de informações”.

O objeto do segundo contrato é a prestação de serviços de operação e apoio à pesquisa envolvendo a instalação de uma estação de referência para o sistema GLONASS. A estação é um importante componente para redução do erro de posicionamento do sistema GLONASS na América do Sul. Nesse sentido, a Universidade deverá assegurar as condições de instalação e conservação da Estação, incluindo a manutenção física e operacional da Estação e de seus componentes, no território brasileiro segundo os termos desse Contrato.

No intuito de fortalecer o controle social no Brasil através da construção dos processos de comunicação e informação no Conselho Nacional de Saúde, os objetivos específicos considerados pelo terceiro projeto são:

- fazer um levantamento da estrutura de comunicação e informação existente nos conselhos estaduais de saúde e no conselho nacional de saúde;
- definir o plano estratégico de comunicação e informação para o controle social;
- definir e estruturar a proposta de unidade de gerenciamento da informação de arquivos e documentos oficiais do CNS;
- construir um modelo de plataforma EAD para o controle social em saúde.



Quadro A.15.1 – Projetos da FUB Financiados com Recursos Externos, registrados na INT e geridos pelo CDT no ano de 2013.

Projeto	Coordenador	Objetivo	Instrumento	Duração	Valor Bruto (R\$)
1.Projeto Glonass-Laser	Geovany Araujo Borges	Acordo fruto da parceria entre o Governo da Federação Russa e o Governo da República Federativa do Brasil, cujo principal objetivo é a instalação e utilização da Estação Experimental de medição do sistema de correção Diferencial e Monitoramento da Estação Óptica e Estação de Medição Unidirecional do Sistema Glonass.	Contrato	20/02/2013 a 20/02/2016	3.091.440
2.Projeto Glonass	Geovany Araujo Borges	Instalação do Sistema de Correção Diferencial e da Estação de Referência de Monitoramento, doravante “Estação”, em território estrangeiro com a finalidade de aprimorar a precisão da navegação por meio dos sinais do sistema GLONASS e de promover o desenvolvimento de tecnologias aplicadas à navegação baseadas no sistema GLONASS.	Contrato entre a Agência Espacial Federal da Federação Russa	10/10/2013 a 10/01/2017	770.280
3.Projeto de construção da rede de informação e comunicação (Fundação Renzo Piano de Workshop – França)	Profa. Maria de Fátima de Souza	Elaboração do projeto de construção da rede de informação e comunicação para o controle social no Conselho Nacional de Saúde (OPAS).	Carta - Acordo com a Universidade de Brasília via Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDT), que ficará responsável pelo apoio técnico na construção do projeto da rede de comunicação e informação em saúde para o controle social no Conselho Nacional de Saúde.	2011 a 2016	110.000

Fonte: Elaborado pela DPL/DPO com base nas informações prestadas pelo CDT e INT, 2013.



Além disso, a INT informou outros instrumentos contratuais firmados com organismos internacionais que possuem a particularidade de gerenciar e executar diretamente os projetos. Nesse sentido, o conhecimento da transferência financeira é possível a partir de consulta ao próprio órgão internacional.

Quadro B.15.2 – Gestão de Projetos pelos Organismos Internacionais

Identificação do Organismo Internacional	Vigência
EUROMIME - ERASMUS MUNDUS (Consórcio para Mestrado em Engenharia de Mídia para a Educação) Financeiro	15/07/2011 - 15/07/2016
CLIM-AMAZON - FP7 IRD (Acordo de Subvenção Número 295091)	13/12/2011 – 13/12/15
CTBTO(Contrato n. 2012-2054)	Dez 2012
NIDYFICS, Proposal number: 318123 Partnership Agreement	Dez 2012
WOP-P - Mestrado em Psicologia Pessoal, Organizacional e do Trabalho	10/09/2010 – 10/09/2015
Eubranex- European-Brazilian Network for Academic Exchange	22/08/2012 – 22/08/2015
Projeto BrasinoeuFP7 Marie Curie Nanosolutions	2013-2014

Fonte: INT, 2014.

O INT informa ainda que constam outros acordos em vigência entre a FUB e organizações internacionais que não possuem caráter financeiro. Esses acordos contemplam apenas a cooperação entre a FUB e os organismos internacionais na realização das atividades, para as quais foram criadas sem repasse de verbas entre as partes. A cooperação se dá meramente pela realização de atividades em regime cooperativo.



16. TERMOS DE PARCERIA

Neste item, é prestada a informação sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria.

O Quadro referente à estrutura formal de avaliação dos resultados das parcerias foi omitido, pois não há Comissão instituída para a avaliação desses resultados. Além disso, outro Quadro omitido refere-se ao demonstrativo dos indicadores pactuados com a entidade parceira, pois a DPA/DAF informou que não houve prestação de contas até data de conclusão deste relatório.

16.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro B.16.1 visa à identificação de cada termo de parceria celebrado pela FUB cuja vigência tenha se expirado no decorrer do exercício de 2013 ou tenha se estendido para o exercício subsequente. A maioria das informações requeridas foram apresentadas por três entidades parceiras no Quadro abaixo.

Quadro B.16.1 – Identificação dos Termos de Parceria Vigentes no Exercício

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	036.591.66/0007-06		
	Nome	IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais		
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.		
Informações do Termo de Parceria	Número	9033		
	Data Celebração	07/11/2013		
	Objeto	Desenvolver projetos de pesquisa relativos à fauna silvestre do Brasil.		
	UJ Parceira	Nome	IBAMA	
		UG SIAFI	-	
	Período Vigência	Início	07/11/2013	
		Fim	04/11/2018	
Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	-		
	Da Entidade	250.000,00		
Informações da Entidade Parceira	CNPJ	00530.493/0001-71		
	Nome	Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde		
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	IV – promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei.		
Informações do Termo de Parceria	Número	9082		
	Data Celebração	17/11/2013		
	Objeto	Pesquisas voltadas para ações de vigilância, prevenção e controle da Leishmaniose e outras doenças negligenciadas.		
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Saúde	
		UG SIAFI	257001/00001	
	Período Vigência	Início	17/11/2013	
		Fim	16/11/2014	
Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	-		
	Da Entidade	139.227,95		

Continua



Quadro B.16.1 – Identificação dos Termos de Parceria Vigentes no Exercício

(Continuação)

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	00.889.834/0001-08		
	Nome	CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior		
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	III – Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei.		
Informações do Termo de Parceria	Número	8908		
	Data Celebração	13/03/2012		
	Objeto	Elaboração de materiais didáticos para educação à distância		
	UJ Parceira	Nome	CAPES	
		UG SIAFI	154003/15279	
	Período Vigência	Início	07/03/2013	
		Fim	-	
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	-	
Da Entidade		2.185.892,54		

Fonte: DPA/DAF, em 18/02/2014.

16.2 Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados

Os Quadros B.16.2 e B.16.3 visam a demonstrar a quantidade de termos e os valores repassados em razão da celebração desses termos pela FUB.

O primeiro Quadro trata dos termos de parceria que vigoraram em 2013 (ainda que não tenham sido por todo o exercício), discriminando os valores repassados à entidade privada a cada mês. O único Termo de Parceria em que houve repasse de valores foi o da CAPES, conforme detalha o Quadro B.35.2.

Quadro B.16.2 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício em Razão de Termo de Parceria

Identificação da Entidade Parceira	
Nome	CAPES
CNPJ	00.889.834/0001-08
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)	
Julho	306.292,68
Total	306.292,68

Fonte: DPA/DAF, em 18/02/2014.

O segundo Quadro demonstra a quantidade de termos de parceria vigentes e o montante repassado no ano de 2012, pois não constam instrumentos em 2011. Dos termos de parceria firmados em 2012, apenas um ainda está em vigência até 2017 na FUB.



Quadro B.16.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de Exercícios Antecedentes ao de Referência

Exercício	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2012	1	234.852,40

Fonte: DPA/DAF, em 18/02/2014.

16.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

Não há Comissão instituída para a avaliação dos resultados dos termos de parceria firmados, razão pela qual o Quadro não foi apresentado.

O Quadro B.16.4 visa a demonstrar a situação da prestação de contas pelas entidades privadas signatárias.

Quadro B.16.4 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
00889934/0001-08	Não iniciada	07/03/2013	-	Não iniciada	-
03659166/0007-06	Não iniciada	07/11/2013	06/11/2014	Não iniciada	-
257001/00001	Não iniciada	17/11/2013	16/11/2014	Não iniciada	-
*Situação da Análise:		**Decisão:			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência 			

Fonte: DPA/DAF, em 18/02/2014.

16.4 Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

Com relação ao demonstrativo dos indicadores pactuados com a entidade parceira, a DPA/DAF informou que não houve prestação de contas até a presente data, motivo pelo qual o Quadro pertinente a este item não foi apresentado.



REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Manual Técnico de Orçamento 2014**. Brasília, 2013.
- CGU. Controladoria Geral da União. **Portaria 133**. Brasília, 2013.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2011 a 2015**. Brasília, 2011.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2013**. Brasília, 2014.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Anuário Estatístico 2013**. Brasília, 2014.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 127**. Brasília, 2013.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 63**. Brasília, 2010.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 72**. Brasília, 2013.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Portaria nº 175**. Brasília, 2013.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Resolução nº 244**. Brasília, 2011.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Resolução nº 234**. Brasília, 2010.



ANEXOS

Anexo A: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	152435	080016	26271 2884609010005	963.974	
	152435	090032	26271 2884609010005	4.507.019	
	152435	090032	26271 28846090100G5	641.972	
	152435	090032	26271 2884609010005		111.333
	154040	010001	26271 1236420326328		5.000
	154040	030001	26271 1236420326328		5.000
	154040	070001	26271 1236420326328		5.000
	154040	110060	26271 12364203220RK		8.000
	154040	110060	26271 1236420326328		10.000
	154040	110060	26271 12368203020RJ		5.600
	154040	150002	26271 1236420326328		5.000
	154040	153035	26271 12364203220RK		1.800
	154040	153038	26271 12364203220GK		2.000
	154040	153038	26271 12364203220RK		3.500
	154040	153052	26271 12364203220RK		2.900
	154040	153056	26271 12364203220RK		300
	154040	153103	26271 12364203220RK		550
	154040	153114	26271 1212821094572		6.300
	154040	153114	26271 12364203220RK		5.530
	154040	153115	26271 12364203220GK		800
	154040	153115	26271 12364203220RK		3.200
	154040	153163	26271 12364203220RK		950
	154040	153165	26271 12364203220RK		250
	154040	153173	26271 1236420326328		5.000

Continua



Anexo A: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

(Continuação)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	154040	154034	26271 12364203220RK		2.000
	154040	154039	26271 12364203220RK		300
	154040	154043	26271 12364203220RK		600
	154040	154045	26271 12364203220RK		250
	154040	154046	26271 12364203220RK		250
	154040	154047	26271 12364203220RK		200
	154040	154051	26271 12364203220RK		1.550
	154040	154054	26271 1236420326328		3.000
	154040	158092	26271 12364203220RK		200
	154040	158143	26271 1212821094572		480
	154040	158143	26271 1236420326328		2.683
	154040	180002	26271 1236420326328		5.000
	154040	193034	26271 1236420326328		9.000
	154040	200009	26271 1236420326328		5.000
	154040	201002	26271 1236420326328		10.000
	154040	250006	26271 1236420326328		10.000
	154040	255000	26271 1236420326328		5.000
	154040	364102	26271 1236420326328		3.000
	154040	443032	26271 1236420326328		2.000
	154040	550006	26271 1236420326328		5.000
Recebidos	110322	154040	20101 0412221014693		310.751
	115406	154040	20415 24722202520B5		283.440
	240101	154019	24101 19571202120US		412.949
	240101	154019	24101 19571202120US		269.400
	200320	154040	24201 1912221062000		6.705

Continua



Anexo A: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

(Continuação)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	240901	154040	24901 19571202120I4		75.854
	240901	154040	24901 1957220212095		852.677
	240901	154040	24901 1957220212113		283.922
	240901	154040	24901 1957220212189		110.053
	240901	154040	24901 1957220212223		64.689
	150002	154040	26101 1212821094572		4.207
	152734	154040	26101 1236320316358		71.972
	152734	154040	26101 1236420324005		7.954.638
	152734	154040	26101 1236420328282		888.400
	030001	152435	26231 12364203220RK		346
	030001	154040	26234 12364203220RK		1.246
	030001	154040	26243 12364203220RK		1.374
	030001	154040	26246 12364203220RK		838
	030001	154040	26248 12364203220RK		1.222
	030001	154040	26251 12364203220RK		3.400
	030001	154040	26255 12364203220RK		2.723
	030001	154040	26260 12364203220RK		533
	150002	154040	26262 1212821094572		360
	030001	154040	26266 12364203220RK		193
	030001	152435	26276 12364203220RK		6.102
	152734	154040	26277 1236420328282		1.200
	030001	154040	26282 12364203220RK		1.994
	030001	154040	26285 12364203220RK		2.297
	154069	154040	26285 1236420324002		450

Continua



Anexo A: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

(Continuação)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	153978	154040	26290 12368203020RM		1.520.276
	154003	154040	26291 1236420320487		4.283.987
	153173	154040	26291 12368203020RJ		2.335.778
	153173	154040	26298 12368203020RJ		680.608
	153173	154040	26298 12368203020RQ		52.358
	153173	154040	26298 12368203020RU		1.489.890
	158153	154040	26429 12363203120RL		609
	155007	154106	26443 12302203220RX		17.943.470
	155007	154040	26443 1230220324086		46.800
	200320	154019	28101 2212221212000		205.020
	200005	154019	30101 06183207014UY		6.376.567
	200005	154040	30101 1442220208974		1.872.374
	200140	154019	30109 0342220202725		481.018
	200401	154040	30905 1442220206067		89.394
	200331	154040	30911 0618120702320		112.268
	200246	154040	30912 14422206020R9		6.853.326
	323002	154019	32263 22125204120WT		134.128
	330002	154019	33101 09271206120HQ		615.100
	330002	154040	33101 0957120612A43		27.450
	150002	152435	33201 0912821144572		2.609
	200009	154040	34103 0306205814261		9.392
	200320	154040	35101 0712221182000		12.600
	257001	154040	36901 10122211520YQ		210.316
	257001	154040	36901 10128201520YD		521.575
	257001	154040	36901 1018320156152		1.678.689

Continua



Anexo A: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

(Continuação)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	257001	154040	36901 1030120156233		17.447
	257001	154106	36901 1030120158730		70.400
	257001	154106	36901 10302201520G8		27.890.993
	257001	154040	36901 1030220156175		59.357
	257001	154106	36901 1030220158585		36.418.859
	257001	154040	36901 1030320154295		655.403
	257001	154040	36901 1030320558636		1.899.229
	257001	154040	36901 10305201520YJ		1.144.990
	257001	154040	36901 10422201520YM		858.968
	257001	154040	36901 1042220156182		35.394
	380012	154040	38101 1133320712599		456.000
	380001	154040	38101 11334202920YT		144.000
	380908	154019	38901 1133420712B12		800.000
	380908	154019	38901 1133420712C43		396.392
	380908	154040	38901 1133420712C43		231.838
	393003	154019	39252 2612221261D48		975.600
	200320	154019	41101 2412221172000		1.021.587
	420006	154040	42101 13392202713E1		100.000
	420028	154040	42101 13392202720KH		380.000
	344041	154019	42101 13392202720ZF		1.660.751
	344041	154040	42101 13392202720ZF		350.000
	420029	154040	42101 13392202720ZG		1.512.453
	420030	154019	42101 13392202720ZM		312.679
	420030	154040	42101 13392202720ZM		497.686
	344041	154040	42203 13392202720ZF		25.000

Continua



Anexo A: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

(Continuação)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	344041	154040	42902 13392202720ZF		10.000
	443003	154040	44205 18122212420WJ		15.600
	201002	154019	47101 0412120388861		2.596.745
	201002	154019	47101 04122203820U1		1.847.077
	201002	154019	47101 0412520384064		1.114.261
	201002	154019	47101 04126203820U2		931.233
	201002	154019	47101 04126212520TY		134.451
	170011	154040	47101 04127203820U4		8.753
	201002	154040	47101 04332203820U3		1.499.464
	114702	154019	47210 04128203820U9		503.600
	490002	154040	49101 216062012210V		96.000
	373001	154040	49201 213632066210T		1.080.815
	373001	154040	49201 216062012210S		7.065.015
	180002	154040	51101 27811203520DB		7.414.728
	180002	154040	51101 27811203520YA		301.808
	180002	154040	51101 27812203520JP		26.400
	180002	154040	51101 27812203520JS		1.037.352
	110407	154019	52101 05153205814SY		768.735
	200320	154040	53101 0412221112000		475.000
	533018	154040	53207 1957320298340		571.320
	550008	154040	55101 0830620692784		428.729
	560006	154040	56101 1751220688871		1.278.515
	200320	154040	56901 15452204820YZ		952.271
	200320	154040	56901 1545220484414		8.682.500
	110355	154040	61101 0412121016662		43.700

Continua



Anexo A: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

(Continuação)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	200016	154040	64101 142432062210M		215.691
	200016	154040	64101 14422206420ZN		129.764
	110614	154040	65101 144222016210A		245.700
	110681	154040	68101 26121207420B9		2.544.650
	393002	154040	68201 26121210120UC		400.447
	690001	154040	69101 236912047210C		285.480
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital	
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	
Concedidos					
Recebidos	240101	154019	24101 19571202120US		17.050
	240901	154040	24901 1957220212095		7.078.826
	240901	154040	24901 1957220212189		47.189
	240901	154040	24901 1957220212223		314.941
	152734	154040	26101 1236420328282		1.505.000
	153978	154040	26290 12368203020RM		2.010
	154003	154040	26291 12364203220GK		3.204.846
	155007	154040	26393 12302203220RX		42.663
	155007	154040	26443 12302203220RX		38.000
	200320	154019	28101 2212221212000		5.059
	200005	154019	30101 06183207014UY		254.214
	200140	154019	30109 0342220202725		11.893
	200246	154040	30912 14422206020IE		20.000
	200320	154019	32263 2212221192000		10.181
	257001	154040	36901 1018320156152		103.894
	257001	154106	36901 10302201520G8		4.547.724
	257001	154040	36901 10302201520SP		1.151.032

Continua



Anexo A: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

(Continuação)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	257001	154040	36901 1030220158535		57.288
	257001	154040	36901 1030320558636		89.163
	395001	154040	39253 26121212620UA		182.297
	200320	154019	41101 2412221172000		104.612
	420030	154040	42101 13392202720ZM		90.000
	201002	154019	47101 0412120388861		98.767
	201002	154019	47101 04126203820U2		1.640
	201002	154019	47101 04126212520TY		9.800
	180002	154040	51101 27811203520DB		104.612
	180002	154040	51101 27811203520YA		115.580
	110407	154019	52101 05153205814SY		178.970
	533018	154040	53207 1969120298902		944.210
	550008	154040	55101 0830620692784		19.266
	560006	154019	56101 1751220688871		162.843

Fonte: DOR, 2013.



Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante				Posição em 31.12.2013		
Nome: Fundação Universidade de Brasília						
CNPJ: 00.038.174/0001-43				UG/GESTÃO: 154040		
Informações sobre Transferências						
Modalidade	Nº Inst.	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)	Vigência		Sit.
			Global	Início	Término	
1	7141	Visanco Assistência Técnica e Administrativa Ltda	0	16/07/2013	16/07/2014	1
3	7969	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	915.028	07/03/2013	07/02/2016	1
1	8073	Super Estágios Ltda.	0	24/06/2013	24/06/2015	1
1	8079	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER	0	24/07/2013	24/07/2015	1
1	8120	Ibm Brasil - Indústria Máquinas e Serviços Ltda	0	09/12/2013	09/12/2016	1
2	8496	Secretaria de Estado da Gestão Pública.	0	06/04/2013	06/03/2014	1
2	8522	Secretaria de Estado da Gestão Pública.	0	28/06/2013	27/06/2014	1
3	8625	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	370.000	01/01/2013	31/12/2013	1
3	8663	Ministério Da Saúde - MS	168.354	31/07/2013	27/03/2014	1
1	8691	CEC Empreendimentos Imobiliários	0	01/04/2013	01/04/2015	1
1	8702	Araújo Pinheiro Advocacia Criminal	0	18/01/2013	18/01/2015	1
2	8717	Mha Engenharia Ltda	1.693.065	24/01/2013	19/01/2014	1
2	8718	Architech Consultoria e Planejamento Ltda	483.460	24/01/2013	19/01/2014	1
2	8719	Construtora Engemega Ltda.	1.284.072	24/01/2013	19/01/2014	1
1	8720	Oficina das Finanças Cursos	0	12/01/2013	15/02/2015	1
1	8727	D.O. Brasil Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda - Nonus	39.920	21/01/2013	21/05/2013	1
1	8728	Greentec Consultoria e Planejamento Agro Florestal e do Meio Ambiente	0	14/02/2013	14/02/2015	1
1	8729	Portugal Ribeiro & Navarro Prado Advogados	0	14/02/2013	14/02/2015	1
1	8735	Argus System Automação, Monitoramento e Comercial Importados	0	13/02/2013	13/02/2015	1
4	8736	Projeto Geosignals - Erick Frederico Kill Aguiar	0	16/01/2013	16/01/2014	1
4	8737	Projeto Scifield Eco Agronegócios - Eduardo da Fonseca Melo	0	16/01/2013	16/01/2014	1
4	8738	Projeto Vivat Tecnologia de Informação e Comunicação Educacional - Edilton Costa Alves	0	16/01/2013	16/01/2014	1
4	8739	Projeto São Lucas Central de Insumos Orgânicos - Nelson Baldo	0	16/01/2013	16/01/2014	1
4	8740	Projeto Macofren - Renato Santana de Oliveira	0	16/01/2013	16/01/2014	1
4	8741	Projeto Explora Vita - Bruno Tavares Rodrigues	0	16/01/2013	16/01/2014	1
4	8742	Projeto Digital Stickers - Daniel Ribeiro Camelo	0	16/01/2013	16/01/2014	1
4	8743	Projeto Quali-A Consultoria Ambiental - Julia Teixeira Fernandes e Milena Sampaio C. de Albuquerque	0	16/01/2013	16/01/2014	1
4	8744	Projeto Terra Sense - Alexandre Moreno Richwin Ferreira	0	16/01/2013	16/01/2014	1
4	8746	Eprom Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda. - Rafael Alves de Sousa	0	16/01/2013	16/01/2014	1
1	8749	Seat Sistemas Eletronicos de Atendimento Ltda	0	20/02/2013	20/02/2015	1
1	8757	Loop Engenharia da Computação Ltda.	0	30/01/2013	30/01/2016	1
1	8769	Green Tecnologia S/S Ltda	0	03/06/2013	03/06/2015	1

Continua



Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

(Continuação)

Informações sobre Transferências						
Modalidade	Nº Inst.	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)	Vigência		Sit.
			Global	Início	Término	
1	8771	Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia De Brasília - IFB	0	03/05/2013	03/05/2015	1
2	8773	Tribunal Superior do Trabalho - TST	411.000	28/02/2013	28/02/2015	1
1	8774	Philip Morris Brasil	0	14/03/2013	14/03/2015	1
1	8775	Mpk Consult & Serviços de Recursos Humanos	0	03/12/2013	03/12/2015	1
2	8776	Defensoria Pública do Distrito Federal	0	03/12/2013	03/12/2014	1
2	8777	Ministério da Integração Nacional	0	02/08/2013	02/08/2014	1
2	8778	Tribunal de Justiça do Estado Do Piauí	0	20/02/2013	20/02/2014	1
2	8779	Tribunal Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF	0	01/10/2013	07/10/2014	1
2	8780	Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	0	02/01/2013	02/01/2014	1
2	8781	Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa	0	22/02/2013	22/02/2014	1
1	8784	Tsg - Tecnologia Desenvolvimento de Software Ltda - Tiú Games Studio	0	20/03/2013	20/03/2016	1
1	8785	Fira Soft Desenvolvimento de Softwares Ltda ME	0	20/03/2013	20/03/2016	1
1	8786	Borges e Moura Serviços de Tecnologia da Informação Ltda - Inv Tecnologia	0	20/03/2013	20/03/2016	1
1	8792	Fiat do Brasil S/A - ISVOR	0	27/03/2013	27/03/2015	1
1	8793	Serviço Nacional Aprendizagem Comercial - SENAC	0	04/02/2013	04/02/2015	1
1	8794	Organização Pan-Americana de Saúde - Organização Mundial de Saúde	424.600	19/03/2013	15/08/2014	1
3	8795	Agência Nacional Transportes Aquaviários - ANTAQ	975.000	19/05/2013	19/08/2014	1
1	8797	Justen e Associados Sociedade de Advogados	0	04/03/2013	04/03/2015	1
1	8798	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ	0	13/03/2013	13/03/2015	1
1	8799	Centro de Preparação para Concursos	0	04/09/2013	04/09/2015	1
3	8801	Secretaria de Recursos Humanos - SRH/MP	3.990.400	04/11/2013	31/12/2015	1
1	8802	Consórcio Construtor CADF	0	04/10/2013	04/10/2015	1
2	8803	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	228.367	04/04/2013	04/04/2015	1
3	8804	Ministério Do Esporte - ME	4.618.180	04/11/2013	04/11/2014	1
1	8805	Embaixada Do Reino Unido	0	16/04/2013	16/04/2015	1
1	8807	Universiteit Van Amsterdam	0	26/03/2013	26/03/2018	1
1	8809	Humberto Theodoro Júnior Advogados Associados	0	17/04/2013	17/04/2018	1
1	8812	Radd's - Serviços Médicos Ltda	0	28/03/2013	28/03/2016	1
2	8813	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Tcees	0	27/03/2013	27/03/2013	1
2	8814	Ministério da Saúde - MS	0	04/02/2013	04/02/2014	1
2	8815	Fundação Cesgranrio	0	04/01/2013	08/01/2014	1
2	8816	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente E Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	0	20/03/2013	20/03/2015	1
2	8817	Ministério das Comunicações - MC	390.000	18/03/2013	18/03/2014	1
2	8818	Ministério Público da União - MPU	0	20/03/2013	20/03/2014	1
1	8821	Hannover Projetos Ltda	0	04/08/2013	04/08/2018	1
1	8822	Machado Gobbo Advogados	0	25/04/2013	25/04/2015	1
2	8825	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC	881.132	20/02/2013	20/02/2016	1

Continua



Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

(Continuação)

Informações sobre Transferências						
Modalidade	Nº Inst.	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)	Vigência		Sit.
			Global	Início	Término	
1	8827	Institut International D'ingénierie De L'eau Et De L'environnement (Fondation 2ie)	0	01/08/2013	01/08/2016	1
1	8828	The University Of British Columbia	0	03/08/2013	31/05/2016	1
1	8829	Fundação Movimento Universtário Do Desenvolvimento - MUDES	0	29/04/2013	29/04/2018	1
1	8831	Banco Santander Banespa S/A.	44.529	04/08/2013	30/06/2014	1
4	8832	Cooperativa de Coleta Seletiva de Material Reciclável Com Formação de Educação Ambiental - Fênix	0	05/07/2013	11/07/2013	1
3	8833	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.957.837	05/06/2013	21/06/2014	1
1	8834	Valid Soluções e serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.	172.250	20/03/2013	20/06/2013	1
1	8835	Proclima Engenharia Ltda	0	05/08/2013	05/08/2018	1
1	8851	Município de Valparaíso de Goiás	0	14/05/2013	14/05/2015	1
1	8852	Caixa Econômica Federal - CEF	0	13/05/2013	13/05/2015	1
1	8855	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Sbc	0	22/05/2013	22/05/2018	1
1	8856	Gerdau Aços Longos S/A	0	23/05/2013	23/05/2015	1
1	8857	Whd Editora e Comunicação Ltda	0	22/05/2013	22/05/2018	1
1	8858	Manesco, Ramirez, Perez, Azevedo Marques Advocacia	0	24/05/2013	24/05/2018	1
2	8859	Secretaria Segurança Pública E Defesa Social - SSP/DF	330.000	14/05/2013	14/05/2014	1
3	8860	Associação Alfasol	100.000	04/10/2013	31/03/2013	1
1	8861	Riedel, Resende e Advogados Associados	0	05/10/2013	05/10/2015	1
1	8863	Machado, Meyer, Sendacz, Opice E Romano - Advogados	0	28/05/2013	28/05/2018	1
1	8864	Hbs do Brasil Ltda.	0	24/05/2013	24/05/2015	1
3	8865	Empresa de Planejamento e Logística S. A. - Epl	356.000	24/05/2013	24/05/2014	1
1	8866	Wp Inovações Tecnológicas Ltda.	0	29/05/2013	29/05/2015	1
2	8867	Petrobrás Distribuidora S.A	75.940	30/03/2013	30/03/2014	1
1	8870	Universitat Jaume I de Castellon	0	06/03/2013	06/03/2016	1
2	8872	Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	4.730.200	03/01/2013	03/01/2017	1
3	8875	International Association For The Study Of Pain	36.768	06/01/2013	30/06/2014	1
2	8876	Centro De Ensino Unificado de Brasília - CEUB	119.300	14/05/2013	14/05/2014	1
2	8877	Secretaria da Educação do Estado do Ceará	2.530.000	03/01/2013	03/01/2014	1
2	8878	Tribunal de Justiça do Espírito Santo	1.134.176	04/10/2013	04/10/2014	1
2	8879	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	1.794.000	13/05/2013	13/05/2014	1
2	8880	Polícia Civil do Distrito Federal- Pcdf	3.383.000	05/03/2013	05/03/2016	1
2	8881	Tribunal de Contas - Estado do Rio Grande Do Sul	556.518	05/09/2013	05/09/2014	1
2	8882	Ministério Público do Estado do Acre	580.226	04/08/2013	04/08/2014	1
2	8883	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	244.800	17/04/2013	17/04/2014	1
2	8884	Ph Engenharia Ltda	1.068.386	06/05/2013	04/01/2013	1
2	8885	Construtora Moura Ltda	440.653	06/05/2013	12/02/2013	1
1	8886	Asa Alimentos Ltda	0	06/11/2013	06/11/2018	1
1	8887	Hexen Tecnologia da Informação	0	06/10/2013	06/10/2016	1
1	8895	Orakolo Informatica Ltda - Inteligencia Estrategica em Tecnologia	657	06/10/2013	06/10/2016	1

Continua



Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

(Continuação)

Informações sobre Transferências						
Modalidade	Nº Inst.	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)	Vigência		Sit.
			Global	Início	Término	
2	8896	Fundação para Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE	415.700	21/05/2013	21/05/2016	1
3	8897	Ministério do Esporte - Me	800.000	20/06/2013	31/08/2013	1
1	8898	Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima	0	25/06/2013	25/06/2015	1
3	8902	Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia Solidária	146.773	15/05/2013	15/07/2013	1
3	8907	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes	841.925	07/03/2013	06/03/2014	1
1	8909	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero (Unip)	0	07/09/2013	07/09/2015	1
2	8910	Banco do Brasil S/A	0	28/06/2013	28/06/2014	1
2	8911	Ministério da Justiça	0	06/05/2013	06/05/2015	1
2	8913	Pan American Cristin Academy - SP	0	18/04/2013	18/04/2014	1
3	8914	Ministério da Justiça	228.889	07/09/2013	06/09/2014	1
2	8916	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	0	07/04/2013	07/04/2018	1
3	8917	Programa Nações Unidas p/ Desenvolvimento-Pnud	146.850	06/10/2013	30/11/2013	1
2	8919	Lighting Engenharia e Comércio Ltda Epp	45.000	28/06/2013	28/12/2013	1
2	8920	Secretaria de Estado da Gestão Pública.	0	06/11/2013	06/11/2014	1
2	8921	Mte - Ministério do Trabalho e Emprego	0	06/12/2013	06/12/2015	1
2	8922	Mte - Ministério do Trabalho e Emprego	0	06/12/2013	06/12/2015	1
2	8923	Secretaria de Estado da Gestão Pública.	0	06/11/2013	06/11/2014	1
2	8924	Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	0	06/11/2013	06/11/2014	1
3	8925	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes	277.720	06/01/2013	30/12/2013	1
3	8926	Fundação Cultural Palmares - FCP	25.000	07/05/2013	30/09/2013	1
3	8927	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep	1.536.949	06/01/2013	30/12/2013	1
3	8928	Ministério da Cultura - Secretaria de Políticas Culturais	250.000	07/12/2013	01/12/2014	1
1	8929	Flamba - Soluções Gráficas e Audiovisuais	0	25/07/2013	25/07/2018	1
2	8931	Banco do Brasil S/A	4.503.384	28/06/2013	28/06/2014	1
2	8932	Ministério da Justiça	764.400	06/05/2013	06/05/2015	1
2	8933	Pan American Cristin Academy - Sp	30.928	18/04/2013	18/04/2014	1
2	8934	Secretaria De Estado Da Gestão Pública.	0	06/11/2013	06/11/2014	1
2	8935	Mte - Ministério Do Trabalho E Emprego	7.800.000	06/12/2013	06/12/2015	1
2	8936	Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	16.849.400	06/11/2013	06/11/2013	1
1	8937	Skill Engenharia Ltda	0	30/07/2013	30/07/2018	1
1	8938	Santana Instituto de Educação Superior Ltda.	0	08/02/2013	08/02/2015	1
1	8939	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal - Apae/Df	0	08/06/2013	08/06/2015	1
1	8940	Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal - Unidf	0	08/06/2013	08/06/2015	1
1	8941	Gráfica e Editora Brasil Ltda	0	08/06/2013	08/06/2015	1
1	8943	Departamento Intersindical de Estado e Estatística Sócio Econômica - Dieese	0	08/08/2013	08/08/2018	1
3	8944	Ministério do Esporte - Me	248.804	22/05/2013	23/05/2013	1
1	8945	Abril Comunicações S/A	0	08/12/2013	08/12/2018	1

Continua



Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

(Continuação)

Informações sobre Transferências						
Modalidade	Nº Inst.	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)	Vigência		Sit.
			Global	Início	Término	
2	8950	Câmara Dos Deputados	255.600	08/05/2013	30/12/2014	1
1	8951	Associação De Ensino Social Profissionalizante	0	16/08/2013	16/08/2015	1
3	8953	Ministério Da Cultura - Secretaria De Políticas Culturais	850.000	31/07/2013	31/07/2017	1
2	8954	Serviço Geológico Do Brasil	0	29/05/2013	29/05/2015	1
2	8955	Departamento Penitenciário Nacional	0	18/04/2013	18/04/2014	1
2	8956	Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais - Inep	0	04/08/2013	04/08/2014	1
1	8957	Benicio Advogados Associados	0	21/08/2013	21/08/2018	1
3	8958	Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária - Incra	25.008.457	08/10/2013	30/01/2016	1
2	8959	Construtora Engemega Ltda.	1.854.657	15/08/2013	08/10/2014	1
2	8960	Construtora Atlanta Ltda.	826.523	25/07/2013	25/01/2014	1
2	8962	Banco Central Do Brasil - Bacen	0	08/05/2013	08/05/2016	1
2	8963	Secretaria De Estado De Administração Pública Do Distrito Federal - Seap/Gdf	81.600	22/08/2013	22/08/2014	1
3	8964	Ministério Da Cultura - Secretaria De Políticas Culturais	485.480	23/08/2013	23/08/2015	1
2	8966	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO	0	24/06/2013	24/06/2014	1
2	8967	Tribunal De Contas Do Estado Da Paraíba - Tcepb	0	07/12/2013	07/12/2014	1
1	8970	Arquimedes Engenharia E Soluções Ltda	0	09/02/2013	09/02/2018	1
2	8973	Secretaria Da Administração Do Estado Da Bahia - Saeb	0	15/07/2013	15/03/2014	1
2	8974	Banco Central Do Brasil - Bacen	0	23/07/2013	23/07/2016	1
2	8975	Banco Do Brasil S/A	0	28/06/2013	28/06/2014	1
2	8976	Secretaria De Estado De Gestão E Recursos Humanos - Seger	0	26/07/2013	26/07/2014	1
2	8977	Policia Civil Do Distrito Federal- Pcdf	0	30/07/2013	30/07/2016	1
2	8978	Procuradoria Geral Do Distrito Federal	0	31/07/2013	31/07/2015	1
3	8979	Ministério Da Justiça	15.955.600	31/07/2013	31/07/2016	1
1	8983	Centro De Estudos Em Psicologia Humanista De Brasília	0	19/09/2013	19/09/2018	1
3	8984	Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior - Capes	3.282.999	09/10/2013	31/12/2013	1
1	8985	Global Central De Estágios Ltda	0	19/09/2013	19/09/2018	1
3	8986	Ministério Do Esporte - Me	311.807	09/01/2013	30/09/2013	1
2	8987	Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais - Inep	2.044.559	19/08/2013	19/08/2014	1
2	8988	Fundação Nacional Da Saúde - Funasa	0	19/08/2013	19/08/2014	1
2	8989	Serviço Brasileiro De Apoio As Micro E Pequenas Empresas Df - Sebrae/Df	560.915	16/08/2013	16/08/2014	1
2	8990	Tribunal De Contas Da União - Tcu	561.894	08/09/2013	08/09/2014	1
2	8991	Fundação Cesgranrio	0	30/08/2013	30/08/2014	1
1	8992	Banco Santander Banespa S/A.	28.609	27/06/2013	31/12/2014	1
3	8993	Ate Ii Transmissora De Energia S.A.	5.087.742	24/06/2013	24/12/2016	1
1	8994	Justiça Federal - Seção Judiciária De Brasília - Sjdj	0	09/03/2013	09/02/2018	1

Continua



Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

(Continuação)

Informações sobre Transferências						
Modalidade	Nº Inst.	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)	Vigência		Sit.
			Global	Início	Término	
3	8997	Superintendência Do Desenvolvimento Do Centro Oeste	1.000.000	09/11/2013	09/11/2014	1
2	8998	Jf Construções E Edificações Ltda.	208.164	25/09/2013	25/05/2014	1
1	9001	Câmara Dos Deputados	1.482.048	10/01/2013	30/09/2014	1
1	9002	Emergo Brazil Import Importação E Distribuição De Produtos Médicos E Hospitalares Ltda-Me	0	10/08/2013	10/08/2018	1
3	9003	Empresa Brasileira De Serviços Hospitalares - Ebserh	176.700	16/09/2013	16/10/2014	1
1	9004	Leonardo Gonçalves Costa - Me	0	10/10/2013	10/10/2018	1
1	9005	Secretaria De Estado De Obras Públicas E De Transportes	4.150.000	20/09/2013	20/09/2018	1
1	9006	Positivo Informática S/A	663.400	17/06/2013	17/04/2014	1
2	9007	Fundação De Apoio A Pesquisa - Funape	25.008.457	15/10/2013	15/04/2016	1
2	9008	Instituto Rio Branco	0	10/01/2013	10/01/2014	1
2	9009	Tribunal De Contas Do Estado Do Espírito Santo - Tcees	0	20/08/2013	20/08/2014	1
2	9010	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO	0	09/10/2013	09/10/2014	1
2	9011	Agência Nacional De Cinema - Ancine	0	20/08/2013	20/08/2015	1
2	9012	Advocacia Geral Da União - Agu	0	27/08/2013	27/08/2014	1
1	9013	Sia Offices Empreendimentos Imobiliários S.A	0	10/11/2013	10/11/2018	1
1	9014	Safra Tratores Ltda	0	10/08/2013	10/08/2018	1
1	9015	Nz Comércio De Alimentos Ltda.	0	24/10/2013	24/10/2018	1
1	9016	Leolar Holding S/A	0	24/10/2013	24/10/2013	1
1	9017	Positivo Informática S/A	236.438	24/09/2013	24/09/2014	1
1	9018	Positivo Informática S/A	606.961	09/11/2013	09/11/2014	1
3	9019	Secretaria De Políticas Para As Mulheres	38.547	09/01/2013	13/05/2014	1
2	9020	Centrais Elétricas Do Norte Do Brasil S/A - Eletronorte	525.829	29/10/2013	29/10/2016	1
1	9021	Loop Engenharia Da Computação Ltda.	0	31/10/2013	31/10/2018	1
1	9022	Tche Produtos Agrícolas	0	11/01/2013	11/01/2018	1
1	9024	Ku Leuven	0	11/04/2013	11/04/2018	1
1	9025	Universidade De Coimbra	0	25/09/2013	25/09/2018	1
2	9029	Ministério Da Saúde - Ms	177.725	11/01/2013	02/01/2015	1
3	9030	Ministério Da Saúde - Ms	5.985.000	11/04/2013	31/12/2015	1
3	9031	Secretaria Nacional Antidrogas - Senad	9.456.626	21/10/2013	20/01/2015	1
3	9032	Secretaria Nacional De Segurança Pública	260.000	04/12/2013	04/12/2015	1
1	9034	Bullmark Financial Group	0	11/07/2013	11/07/2018	1
3	9035	Ministério Da Saúde - Ms	653.600	09/06/2013	28/02/2015	1
3	9036	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação - Fnde	32.633	07/01/2013	20/12/2013	1
3	9037	Secretaria De Assuntos Estratégicos Da Presidência Da República	43.700	08/01/2013	31/12/2013	1
1	9038	Construtora Oas S.A.	0	11/06/2013	11/06/2018	1
2	9039	Fundação De Empreendimentos Científicos E Tecnológicos - Finatec	1.746.000	11/06/2013	11/06/2014	1
1	9040	Toledo Do Brasil Indústria De Balanças Ltda	159.600	11/08/2013	04/08/2014	1
1	9041	Hrmed Equipamentos Eletromédicos E Tecnologia Da Informação Ltda	0	11/08/2013	11/08/2016	1

Continua



Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

(Continuação)

Informações sobre Transferências						
Modalidade	Nº Inst.	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)	Vigência		Sit.
			Global	Início	Término	
3	9042	Ministério Da Cultura - Minc	444.553	11/12/2013	11/12/2014	1
2	9043	Escola De Adm. Fazendária - Esaf	817.320	11/06/2013	31/12/2015	1
3	9045	Ministério Da Cultura/Secretaria Do Audiovisual	100.000	24/10/2013	24/03/2013	1
3	9048	Ministério Do Planejamento/Previdência Social - MP/Mps	256.000	27/06/2013	27/01/2014	1
1	9049	Hoffmann Formiga Advogados	0	18/11/2013	18/11/2018	1
1	9050	Advocacia Fernanda Hernandez Sc.	0	22/11/2013	22/11/2018	1
3	9052	Superintendência Do Desenvolvimento Do Centro Oeste	699.603	30/10/2013	30/10/2014	1
1	9053	Ecoplan Engenharia Ltda	0	25/11/2013	25/11/2018	1
2	9054	Construsane Construção E Saneamento Ltda	109.361	13/11/2013	05/12/2014	1
3	9055	Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica	649.326	09/01/2013	31/12/2015	1
1	9056	Jrv Comunicação E Eventos	0	26/11/2013	26/11/2018	1
3	9057	Ministério Do Trabalho E Emprego - Secretaria Nacional De Economia Solidária	135.200	18/12/2013	30/03/2014	1
2	9058	Amza Construtora Ltda	4.759.879	21/11/2013	16/12/2014	1
1	9059	Comissão Pastoral Da Terra	0	09/02/2013	30/03/2015	1
2	9060	Ministério Do Desenvolvimento, Indústria E Comércio Exterior - Mdic	0	17/10/2013	17/10/2015	1
2	9061	Supremo Tribunal Federal - Stf	3.394.112	10/10/2013	10/10/2014	1
2	9062	Departamento De Polícia Federal - Dpf	0	11/08/2013	11/08/2015	1
2	9063	Itaipu Binacional.	41.307	12/04/2013	12/04/2015	1
2	9064	Tribunal Justiça Do Distrito Federal E Dos Territórios - Tjdf	0	09/11/2013	09/11/2014	1
2	9065	Centro de Ensino Unificado De Brasília - Ceub	142.534	14/10/2013	14/10/2014	1
2	9066	Secretaria De Estado De Educação Do Distrito Federal - Sedf	2.185.699	18/10/2013	18/10/2014	1
2	9067	Fundação De Ensino E Pesquisa Em Ciências Da Saúde	750.000	22/10/2013	22/10/2014	1
2	9068	Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais - Inep	0	15/10/2013	15/10/2014	1
3	9070	Secretaria Especial De Políticas Para As Mulheres - Spm	287.900	19/12/2013	19/07/2015	1
2	9071	Fmg Construções E Incorporações Ltda	804.594	27/11/2013	25/07/2014	1
1	9072	Universidade Católica De Brasília - Ucb	0	12/04/2013	12/04/2015	1
3	9073	Ministério Do Esporte - Me	798.560	30/10/2013	30/10/2014	1
1	9074	Macroplan. Prospectiva, Estratégia E Gestão	0	12/12/2013	12/12/2018	1
3	9075	Ministério Da Saúde - Ms	605.000	26/11/2013	26/11/2014	1
3	9076	Ministério Do Trabalho E Emprego - Mte	500.000	12/11/2013	12/11/2014	1
3	9078	Ministério Da Saúde - Ms	2.000.000	21/11/2013	02/09/2016	1
3	9079	Ministério Da Cultura	1.067.900	24/10/2013	24/10/2014	1
3	9083	Ministério Da Saúde - Ms	150.000	12/02/2013	28/11/2014	1
1	9084	Sacha Calmon - Misabel Derzi, Consultores E Advogados	0	18/12/2013	18/12/2018	1
3	9085	Ministério Da Previdência Social - Mps	27.450	31/10/2013	31/12/2013	1
3	9086	Ministério Do Esporte - Me	14.010.400	12/12/2013	30/11/2014	1
1	9091	Positivo Informática S/A	612.010	11/05/2013	07/05/2014	1

Continua



Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

(Continuação)

Informações sobre Transferências							
Modalidade	Nº Inst.	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)	Vigência		Sit.	
			Global	Início	Término		
2	9092	Fundação De Empreendimentos Científicos E Tecnológicos - Finatec	1.067.900	18/12/2013	18/11/2014	1	
2	9093	Fundação De Empreendimentos Científicos E Tecnológicos - Finatec	585.310	13/12/2013	13/06/2014	1	
2	9094	Furnas - Centrais Elétricas S.A	56.320	19/12/2013	19/07/2014	1	
3	9095	Ministério Da Saúde - Ms	606.580	12/06/2013	27/11/2015	1	
3	9096	Ministério Da Saúde - Ms	100.000	12/09/2013	12/04/2014	1	
2	9097	Estilo Construtora E Incorporada Ltda	172.855	18/12/2013	16/06/2014	1	
2	9098	F&F Construções E Projetos Eireli - Me	64.986	18/12/2013	16/06/2014	1	
3	9099	Ministério Da Saúde - Ms	1.706.280	29/11/2013	29/04/2016	1	
3	9101	Empresa Brasil De Comunicação S.A. - Ebc	291.360	12/09/2013	11/09/2014	1	
3	9102	Ministério Da Saúde - Ms	4.224.000	29/11/2013	29/04/2016	1	
3	9103	Ministério Da Saúde - Ms	2.631.600	29/11/2013	29/04/2016	1	
3	9104	Ministério Da Saúde - Ms	398.500	30/12/2013	30/03/2016	1	
1	9106	San Luis Potosi	0	18/11/2013	17/11/2019	1	
1	9107	University Of The Thai Chamber Of Commerce	0	30/12/2013	29/12/2018	1	
1	9109	Universidade Da Republica	0	18/11/2013	17/11/2018	1	
2	9110	Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	549.700	16/12/2013	16/12/2015	1	
2	9111	Fundação De Empreendimentos Científicos E Tecnológicos - Finatec	444.553	27/12/2013	27/12/2014	1	
3	9112	Universitá Degli Studi Di Padova	0	28/11/2013	27/11/2018	1	
1	9113	Universidade De Silésia Em Katowice	0	29/11/2013	28/11/2018	1	
1	9114	Universidade Tecnologica De Lodz	0	29/11/2013	28/11/2018	1	
1	9117	Ford	0	27/12/2013	26/12/2018	1	
3	9118	Secretaria De Recursos Humanos - Srh/Mp	468.443	30/12/2013	30/12/2014	1	
2	9119	Superintendência Da Zona Franca De Manaus	2.068.602	17/12/2013	17/12/2015	1	
2	9120	Caixa Econômica Federal - Caixa	0	30/12/2013	30/12/2014	1	
2	9121	Tribunal Justiça Do Distrito Federal E Dos Territórios - TJDF	559.650	17/12/2013	17/12/2014	1	
2	9122	Procuradoria-Geral Do Estado Do Piauí	0	27/12/2013	27/12/2015	1	
2	9124	Câmara Dos Deputados	0	30/12/2013	29/12/2014	1	
2	9125	Icmbio - Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade	0	30/12/2013	30/12/2015	1	
1	9126	Condominio Do Conjunto Comercial Brasília Shopping And Towers	0	10/04/2013	10/04/2018	1	
2	9127	Tribunal Justiça Do Distrito Federal E Dos Territórios - TJDF	75.053	18/12/2013	18/03/2014	1	
3	9128	Secretaria Nacional Antidrogas - Senad	370.000	12/06/2013	06/06/2015	1	
1	9129	Aker Consultoria E Informática Ltda	0	27/12/2013	27/12/2018	1	
1	9131	Centro Brasileiro Da Visão - Cbv	0	18/12/2013	18/12/2018	1	
1	9132	Seara Alimentos	0	27/12/2013	27/12/2018	1	
1	9135	Bsb Serviços Cine Vídeo Ltda.	0	24/10/2013	24/10/2018	1	
3	9136	Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica	750.000	12/01/2013	12/01/2015	1	
2	9137	Secretaria De Estado Da Gestão Pública.	0	10/02/2013	10/02/2014	1	
2	9138	Departamento De Polícia Federal - Dpf	0	11/08/2013	11/08/2015	1	

Continua



Anexo B: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

(Continuação)

Informações sobre Transferências						
Modalidade	Nº Inst.	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)	Vigência		Sit.
			Global	Início	Término	
2	9139	Tribunal De Contas Do Estado Da Paraíba - Tcepb	0	12/02/2013	12/02/2014	1
2	9140	Conselho Administrativo De Defesa Economica	820.037	28/11/2013	28/11/2014	1
2	9141	Mte - Ministério Do Trabalho E Emprego	10.300.000	30/12/2013	30/12/2015	1
1	9147	Universidade Federal De Goiás - Ufg	0	18/10/2013	17/10/2018	1
1	9148	Universidade Federal De Goiás - Ufg	0	18/10/2013	17/10/2018	1
3	9150	Ministério Do Planejamento/Previdência Social - MP/Mps	3.241.965	27/11/2013	31/10/2016	1
3	9152	Ministério Das Cidades	36.551.771	31/12/2013	31/12/2014	1
		Total	284.701.579			

Fonte: DPA, 2013.



Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 009.539/2012-3	1709/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
9.1 Recomendar à FUB que:					
9.1.1. implante controle informatizado de estoques nos almoxarifados do HUB, com cadastramento dos insumos estocados, incluindo a emissão de Relatórios Mensais de Almoxarifado, com indicação das informações relativas às entradas de materiais e respectivas saídas, devidamente apropriadas no sistema contábil (Siafi), de modo a compatibilizar os estoques físicos existentes com o controle contábil;					
9.1.2. reestruture a forma de atuação de todos os almoxarifados do HUB e da Divisão de Orçamento e Finanças, privilegiando a segregação de funções, especialmente quanto:					
9.1.2.1. à execução das fases da despesa - empenho, liquidação, pagamento e conformidade documental e contábil;					
9.1.2.2. à organização processual, por contrato/aquisição, dos documentos orçamentário-financeiros;					
9.1.2.3. à gestão da cadeia de suprimentos: padronização, levantamento e planejamento das necessidades; gestão de licitações; gestão de contratos; gestão de estoques; gestão de contas a pagar;					
9.1.3. institua política de capacitação para os profissionais do HUB, de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária, acompanhamento e fiscalização contratual e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços;					
9.1.4. realize o acompanhamento do desempenho dos profissionais diretamente alocados na gestão administrativa do HUB, instituindo sistema formal de avaliação de desempenho;					
9.1.5. crie manual de procedimentos internos para o acompanhamento dos contratos do HUB, a fim de guiar a atuação dos fiscais de contratos.					
9.2. Recomendar ao HUB que:					
9.2.1. passe a buscar preços de referência nos demais órgãos e entidades da Administração Federal, na elaboração da estimativa de preços de cada certame promovido pelo HUB;					
9.2.2. institua mecanismos de controle de aprovação parcial dos processos de trabalho do HUB, incluindo revisão e monitoramento do desempenho das diversas áreas de gestão e a explicitação das competências, atribuições e responsabilidades de áreas e cargos efetivos e comissionados;					
9.2.3. institua regras e critérios, obedecida a legislação aplicável, a serem observados nos processos de recrutamento e seleção dos profissionais a serem alocados no desenvolvimento das atividades do HUB, especialmente para a área de licitações e contratos, buscando privilegiar alocar mão de obra capacitada;					

Continua



Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Continuação)

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 009.539/2012-3	1709/2013			
9.3. Dar ciência à FUB e ao HUB:					
9.3.1. a atuação de sua Auditoria Interna, ao realizar o acompanhamento rotineiro da execução contratual do HUB, mediante a emissão de pareceres técnicos e de despachos sobre reajustes, repactuações e aditivos, contraria o princípio da segregação de funções e a jurisprudência deste Tribunal, conforme Acórdãos 578/2010-TCU-Plenário e 5.553/2010-TCU-1ª Câmara;					
9.3.2. nos editais de licitação referentes aos Processos 23039.000453/2011-64, 23039.000452/2011-11 e 23039.000450/2011-23, todos do HUB, foi verificada a existência de orçamentos estimativos de preços em duplicidade, implicando falta de clareza quanto ao critério de aceitabilidade dos preços unitários e global da licitação, em afronta à Súmula-TCU 259/2010;					
9.3.3. as pesquisas de preços relativas aos Processos 23039.000060/2011-59, 23039.000457/2010-61 e 23039.000474/2010-16, todos do HUB, não possibilitaram uma aferição razoável dos preços de mercado, tendo em vista a acentuada discrepância entre os valores cotados pelas empresas consultadas, assim como entre cotações apresentadas pelas mesmas empresas, em momentos distintos dos processos, o que configurou afronta ao art. 43, inc. IV, da Lei de Licitações;					
9.3.4. nos Processos 23039.000521/2007-18, 23039.000347/2006-14, 23039.000231/2008-42, 23039.000068/2011-18, 23039.000599/2005-61, 23039.000507/2010-11, 23039.000585/2005-44, 23039.000308/2006-17, 23039.000308/2006-17, 23039.000060/2011-59, 23039.000457/2010-61 e 23039.000457/2010-61, todos do HUB, não houve estudos técnicos preliminares aos projetos básicos, conforme preceitua o art.6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos;					
9.3.5. foi constatada a ausência de parecer jurídico previamente às contratações diretas nos processos de dispensa, o que afronta o disposto no art. 38, inc. VI e parágrafo único, da Lei 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal, conforme Acórdãos 373/2012-TCU-1ª Câmara, 1.365/2010-TCU-2ª Câmara e 6.375/2009-TCU-1ª Câmara;					
9.3.6. nos processos 23039.000385/2011-38 e 23039.000118/2011-66, do HUB, constatou-se a não realização de prévia pesquisa de mercado a fim de certificar a vantajosidade dos preços sob contratação, o que afronta o disposto no art. 3º, §4º, inc. II, do Decreto 3.931/2001;					
9.3.7. a ausência de designação formal do fiscal de contrato, constatada nos processos 23039.000175/2008-46, 23039.000458/2011-92 e 23039.000189/2010-81, todos do HUB, encontra-se em desacordo com o art. 67 da Lei 8.666/93;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
9.1 – FUB, por meio de suas Áreas Técnicas; 9.2 – HUB, por meio de suas Áreas Técnicas; 9.3 – FUB e HUB					
Síntese da Providência Adotada					
9.1 – A Auditoria Interna não tomou conhecimento das providências adotadas.					
9.2 – A Auditoria Interna não tomou conhecimento das providências adotadas.					
9.3 – A FUB, por meio de Despacho do Magnífico Reitor, determinou à Auditoria Interna que se abstenha de emitir Parecer Técnico de cunho gerencial nos processos, o que foi de pronto devidamente cumprido pela Auditoria Interna.					

Continua



Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Continuação)

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2		1712/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
9.1. com amparo no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Fundação Universidade de Brasília (FUB) que:					
9.1.1. promova um completo inventário das obras contempladas pela fiscalização deste Tribunal e adote as ações necessárias para que as empresas responsáveis promovam o saneamento das impropriedades enumeradas no item 3.1. do relatório de fiscalização elaborado pela SecobEdif, bem como das demais falhas identificadas pela universidade;					
9.1.2. abstenha-se de receber definitivamente qualquer parcela das obras até que todos os problemas identificados sejam corrigidos pelas empresas contratadas;					
9.1.3. avalie a conveniência e oportunidade de representar ao CREA-DF, para que este verifique a atuação dos responsáveis técnicos pelas obras, em face das possíveis infrações às Leis 4.150/1962, 5.194/1966, 6.496/1977 e ao código de ética profissional;					
9.1.4. avalie a conveniência e oportunidade de aplicar aos contratados as penalidades previstas no art. 87 da Lei 8666/1993, facultada a defesa prévia dos interessados, em virtude das falhas enumeradas no relatório de fiscalização elaborado pela SecobEdif;					
9.1.5. envie ao TCU, no prazo de 60 dias, documentação comprobatória da adoção das medidas determinadas nos itens 9.1.1 a 9.1.4;					
9.2. com amparo no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Fundação Universidade de Brasília, que adote os procedimentos estabelecidos na OT - IBR 003/2011 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas (Ibraop), no tocante ao acompanhamento da qualidade das obras concluídas sob sua gestão;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CEPLAN					
Síntese da Providência Adotada					
O Expediente foi encaminhado à Auditoria Interna, pela Procuradoria Jurídica/FUB para conhecimento e acompanhamento					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há informações a respeito do cumprimento das Recomendações					

Continua



Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Continuação)

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 006.834/2013- 2	4930/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
1.6. Determinações:					
1.6.1. à Fundação Universidade de Brasília - FUB, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, dê efetivo cumprimento ao subitem 9.4.3 do Acórdão nº 316/2011-TCU-2ª Câmara, mediante a prévia instauração de processo administrativo em que deverá ser assegurado à servidora aposentada Virgínia Maria Ribeiro (CPF 102.271.991-20) o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, haja vista o teor da sentença proferida no Mandado de Segurança 2006.34.00.009298-5 que tramitou perante a 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal;					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas – DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento ao DGP para o cumprimento da Determinação					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Ofício	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 008.916/200 5-7	0288/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Notifica a FUB do teor da Decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara da Seção Judiciária do DF nos autos do processo 27343-34.2013.4.01.3400 proposta por Maria de Nazaré Pedroza em face da União Federal que deferiu pedido de antecipação de tutela para suspender os efeitos do Acórdão TCU 1743/2011-2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas					117978
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao DGP para cumprimento da Decisão que informou não ter ocorrido desconto na Folha de Pagamento da Servidora.					

Continua



Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Continuação)

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 019.587/2007- 1	3715/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Acolhe justificativas apresentadas pelo ex-Reitor Prof. José Geraldo de Souza Júnior, dando-lhe ciência da deliberação e arquivando os autos, objeto do item 1.7 do Acórdão TCU 8237/2011-1ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna					
Síntese da Providência Adotada					
Instada a se manifestar a Auditoria Interna encaminhou referido Acórdão ao ex-Reitor para conhecimento					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 017.541/2012- 3	1460/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
9.2 com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Fundação Universidade de Brasília que estabeleça rotinas periódicas de verificação com vistas a evitar situações semelhantes de infração ao regime de dedicação exclusiva;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas					117978
Síntese da Providência Adotada					
Instada a se manifestar, a Auditoria Interna encaminhou referido Acórdão ao DGP para as providências ao cumprimento pleno da Recomendação.					

Continua



Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Continuação)

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 011.912/2008- 4	2823/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Conhecer dos Embargos de declaração opostos pelo ex-Decano de Administração, Prof. Érico Paulo Siegmar Weidle para, no mérito, não conceder a eles provimento.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna					
Síntese da Providência Adotada					
Instada a se manifestar, o Documento foi encaminhado ao ex-Decano para conhecimento					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 023.975/2012- 1	3398/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Prorroga prazo para a FUB, por meio do CESPE dar cumprimento ao disposto no item 9.2 do Acórdão TCU 3005/2009 – Plenário, em atendimento ao Ofício FUB 846/2013.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna					
Síntese da Providência Adotada					
Para conhecimento, tendo em vista referido ter sido encaminhado ao CESPE para observância do novo prazo.					

Continua



Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Continuação)

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9		5724/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Processo de monitoramento que trata do acompanhamento das providências tomadas pela Controladoria-Geral da União com relação às constatações apontadas no Relatório de Demandas Especiais 00190.014992/2008-28-Volume A, oriundo do Acórdão 11601/2011-2ª Câmara					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					
Síntese da Providência Adotada					
A FUB encaminhou Ofício FUB 0022 e Ofício FUB 0036, ambos de 2014, e ainda Ofício 0790/2013, informando as providências adotadas, sendo este último em relação a mais informações em resposta à Nota Técnica 1194/DSEDU-I/DS/SFC/CGU-BR					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Ofício	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10		487/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Processo de monitoramento que trata do acompanhamento das providências tomadas pela Controladoria-Geral da União com relação às constatações apontadas no Relatório de Demandas Especiais 00190.014992/2008-28-Volume G, oriundo do Acórdão 3689/2012-2ª Câmara					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					
Síntese da Providência Adotada					
A FUB encaminhou Ofício FUB 0020/2014 informando as providências adotadas.					

Continua



Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Continuação)

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Ofício	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11		488/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Processo de monitoramento que trata do acompanhamento das providências tomadas pela Controladoria-Geral da União com relação às constatações apontadas no Relatório de Demandas Especiais 00190.014992/2008-28-Volume F, oriundo do Acórdão 3690/2012-2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					
Síntese da Providência Adotada					
A FUB encaminhou Ofício FUB 956/2013 informando as providências adotadas.					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12		7244/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Processo de monitoramento que trata do acompanhamento das providências tomadas pela Controladoria-Geral da União com relação às constatações apontadas no Relatório de Demandas Especiais 00190.014992/2008-28-Volume C, oriundo do Acórdão 2187/2011-2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					
Síntese da Providência Adotada					
A FUB encaminhou Ofício FUB 0040/2014 informando as providências adotadas.					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Ofício	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13		485/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Processo de monitoramento que trata do acompanhamento das providências tomadas pela Controladoria-Geral da União com relação às constatações apontadas no Relatório de Demandas Especiais 00190.014992/2008-28-Volume D, oriundo do Acórdão 2185/2011-2ª Câmara.					

Continua



Anexo C: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Continuação)

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					
Síntese da Providência Adotada					
A FUB encaminhou Ofício FUB 0019/2014 informando as providências adotadas.					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14		6028/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					470
Descrição da Deliberação					
Processo de monitoramento que trata do acompanhamento das providências tomadas pela Controladoria-Geral da União com relação às constatações apontadas no Relatório de Demandas Especiais 00190.014992/2008-28-Volume E, oriundo do Acórdão 2186/2011-2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					
Síntese da Providência Adotada					
A FUB encaminhou Ofício FUB 0021/2014 informando as providências adotadas.					

Fonte: Auditoria Interna, 2014.



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201209857		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação			
<p>1 - Informar os resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados pela Unidade de Auditoria Interna e, se for o caso, as diligências pendentes de atendimento, especialmente aquelas oriundas da Controladoria- Geral União - CGU, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, dos órgãos setorial do mesmo Sistema ou do Tribunal de Contas da União – TCU, em obediência ao contido o art. 2º, da IN CGU nº 07/2006;</p>			
<p>2 - adequar o total da carga horária das atividades a serem realizadas em 2013 para 7.620 horas, considerando para tanto 254 dias úteis e 05 (cinco) servidores labutando 6 horas diárias.</p>			
<p>3 - adequar, em relação ao total geral, o número de técnicos que executará as tarefas, bem como as horas não trabalhadas;</p>			
<p>4 - retirar do PAINT as atividades relacionadas à Ação 05 – Assessoria in loco aos Centros de Custos da Instituição, item 01, e à Ação 06 – Auditorias Operacionais, item 01, haja vista que tais atividades não se inserem dentre as competências da Unidade de Auditoria Interna, além de resultarem na falta de independência funcional e na não observância ao princípio da segregação de funções;</p>			
<p>5 - realocar as horas destinadas às Ações 05 e 06, 3.600 horas, nas demais atividades do PAINT2013, e se possível, reservar aos temas considerados relevantes uma maior carga horária, haja vista que foram destinadas apenas 10,05% das horas totais;</p>			
<p>6 - avaliar a pertinência e relevância da inserção dos temas descritos a seguir na programação do PAINT 2013 da FUB; <ul style="list-style-type: none"> - avaliação da situação das transferências voluntárias da UJ, dando ênfase para Fundações de Apoio e outras entidades privadas sem fins lucrativos, feitas mediante convênio, termos de parceria, contratos de repasse, contratos de gestão, acordos, ajustes, contratos de receita ou instrumentos congêneres; -a avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos licitatórios realizados, dando ênfase para Fundações de Apoio e outras Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos; -avaliação de gestão do uso dos cartões de pagamento do governo federal; - avaliação objetiva sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros. </p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Consideram-se positivos os resultados obtidos, uma vez que a Auditoria Interna direcionou sua atuação para a avaliação dos controles administrativos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em termos de cumprimento do Plano, ou seja, o cumprimento da implementação das Recomendações foi prejudicado devido à ausência de pessoal na Equipe Técnica de Auditoria.			
A Auditoria Interna procedeu às alterações no seu Plano Anual de Atividades para o Exercício em comento, em cumprimento a todas as Recomendações			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201211339	1.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação			
1- Rever a estrutura regimental da Fundação Universidade de Brasília - FUB, enviando proposta ao Conselho Universitário – CONSUNI, de modo a subordinar formalmente a Unidade de Auditoria Interna ao Conselho Diretor, conferindo, assim, independência a sua atuação, nos termos do art. 15, § 4º do Decreto;			
2- propor alterações que julgar necessárias no Regimento Geral da Universidade de Brasília – UnB ao Conselho Universitário – CONSUNI, de modo a conferir à Unidade de Auditoria Interna independência estrutural e regimental, como por exemplo, as revisões dos arts. 17, inciso IV, e 18, inciso XVI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhada, por meio de Despacho AUD 62/2013 Proposta de Regimento Interno da Auditoria Interna propondo sua vinculação ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Proposta de Regimento Interno vinculando a Auditoria Interna ao Conselho Diretor da FUB encontra-se no Gabinete do Reitor para os trâmites pertinentes visando sua aprovação.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2.1	201211339	1.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação			
1- Orientar a Unidade de Auditoria Interna de abster-se de emitir parecer técnico de cunho gerencial, haja vista não revestir-se de legalidade e contrariar o princípio da segregação de funções e a independência funcional da própria Unidade de Auditoria Interna;			
2- orientar as áreas técnicas a necessidade de realizar ações de capacitação voltadas a mitigar as carências técnicas de seus servidores, permitindo, assim, uma análise segura sobre os assuntos inseridos em suas competências, abstando-se, assim, de demandar à Unidade de Auditoria Interna posicionamento técnico que importe na prática de atos de gestão.			
3- orientar a Unidade de Auditoria Interna a promover a realização de ações de controle de modo a aferir os controles primários estabelecidos pelo gestor, visando, entre outros aspectos, garantir maior eficiência dos processos internos; favorecer aderência às normas internas; promover uma maior conscientização dos gestores sobre a importância do gerenciamento de riscos e controles internos e identificar os riscos das atividades desenvolvidas pela entidade; e propor alternativas para gerenciá-los.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
O Magnífico Reitor encaminhou Despacho à Auditoria Interna determinando o cumprimento da Recomendação 001 e 003. Em relação à Recomendação 002 foi dado cumprimento pela Auditoria Interna por meio de seus Relatórios.			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2.2	201211339	1.1.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação			
1- Fazer gestão junto ao setor responsável nessa Universidade de Brasília pela aprovação do regimento interno da Unidade de Auditoria Interna, de modo a serem estabelecidos, entre outros aspectos, os seus objetivos, competências e composição, visando a garantir o desempenho efetivo de sua missão institucional;			
2- apresentar a esta Coordenação-Geral de Auditoria, quando aprovada, as cópias dos manuais internos, procedimentos sistematizados ou normas de execução disciplinando a atividade da Unidade de Auditoria Interna.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			
Síntese da Providência Adotada			
A Auditoria Interna encaminhou ao Magnífico Reitor, por meio de Despacho AUD 62/2013 Proposta de Regimento Interno, de Manual de Auditoria Interna e de Código de Ética dos Servidores da Auditoria Interna para os trâmites visando sua aprovação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Auditoria Interna não dispõe de informações a respeito da efetiva aprovação das Propostas de Regimento Interno, do Manual de Auditoria Interna e de Código de Ética dos Servidores da Auditoria Interna.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201306280	1.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Administração			
Descrição da Recomendação			
1- Estabelecer mecanismos de controles internos administrativos na Unidade nas fases de planejamento da contratação e de fiscalização da execução contratual, de modo a garantir, respectivamente, a contratação de serviços terceirizados que atendam a real demanda da Administração e a mitigação da ocorrência de impropriedades durante a execução contratual e, conseqüentemente, prejuízo ao Erário;			
2- indicar, para novas contratações de serviços terceirizados de portaria, no termo de referência ou projeto básico, os locais e as quantidades de empregados alocados em cada posto de trabalho, de modo a permitir uma maior transparência da contratação e uma fiscalização mais eficiente por parte do fiscal do contrato e dos usuários dos serviços contratados;			
3- readequar o Contrato nº 603/2010 à real demanda da necessidade da Administração, observando, além do aspecto quantitativo, a jornada de trabalho adequada para cada posto de serviço, podendo adotar mais de uma escala de trabalho, desde que previstas na Convenção Coletiva de Trabalho;			
4- identificar os postos de serviços ocupados atualmente pelos agentes de portaria que demandam a atividade de vigilância e promover as respectivas substituições por vigilantes, celebrando, para tanto, termos aditivos contratuais para cada uma das atividades contratadas, objetivando a adequação dos novos quantitativos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Terceirização			
Síntese da Providência Adotada			
As providências em atendimento às Recomendações pertinentes a essa Constatação foram tratadas diretamente pela Diretoria de Terceirização do Decanato de Administração.			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.1	201306280	1.1.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Administração			
Descrição da Recomendação			
1- Implementar mecanismos de controles internos administrativos na Prefeitura da UnB de forma a garantir observância aos dispositivos legais e às determinações do Tribunal de Contas da União – TCU, e a realizar, tempestivamente, planejamento e contratação de serviços terceirizados;			
2- elaborar instrumento convocatório e termo de referência visando a contratação de prestação de serviços de limpeza e conservação em observância ao que estabelece a IN SLTI/MOPG nº 02/2008, especialmente no que estabelecem os arts. 15 e 19, abstendo-se de contratar por postos de trabalho e informar, entre outros, os locais em que ocorrerá a prestação de serviço, a metragem da área a ser limpa e a produtividade admitida na execução, de modo a permitir às empresas licitantes formularem, durante a realização do certame, propostas de preços que possam representar vantajosidade à Administração, haja vista que a falta de informações relacionadas à prestação de serviços impactam na formulação de proposta de preços;			
3- elaborar instrumento convocatório e termo de referência visando a contratação de prestação de serviços de limpeza e conservação em observância ao que estabelece a IN SLTI/MOPG nº 02/2008, especialmente no que estabelecem os arts. 15 e 19, abstendo-se de contratar por postos de trabalho e informar, entre outros, os locais em que ocorrerá a prestação de serviço, a metragem da área a ser limpa e a produtividade admitida na execução, de modo a permitir às empresas licitantes formularem, durante a realização do certame, propostas de preços que possam representar vantajosidade à Administração, haja vista que a falta de informações relacionadas à prestação de serviços impactam na formulação de proposta de preços;			
4- adotar providências para instaurar as sindicâncias administrativas sugeridas pela Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade de Brasília – PJU nos Pareceres nºs 950/2012, 1.051/2012 e 1.324/2012, no intuito de apurar se houve responsabilidade da Administração, tendo em vista a demora na abertura de procedimento licitatório que amparasse os objetos das contratações, conforme prevê a Orientação Normativa nº 011/2009 e em observância ao Princípio da Legalidade;			
5- adotar providências para instaurar sindicâncias administrativas em virtude das celebrações emergenciais com as Empresas Fortaleza e Zepim por meio dos Contratos nºs 3.834/2013 e 4.240/2013, respectivamente, no intuito de apurar se houve responsabilidade da Administração, tendo em vista a demora na abertura de procedimento licitatório que amparasse os objetos das contratações, independentemente de solicitadas pela Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade de Brasília – PJU em seus pareceres, em observância ao que prevê a Orientação Normativa nº 011/2009 e ao Princípio da Legalidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Terceirização			
Síntese da Providência Adotada			
As providências em atendimento às Recomendações pertinentes a essa Constatação foram tratadas diretamente pela Diretoria de Terceirização do Decanato de Administração			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.2	201306280	1.1.2.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Administração			
Descrição da Recomendação			
<p>1- Planejar as contratações de serviços terceirizados continuados, de modo a dimensionar a real necessidade da Unidade contratante, determinar a meta a cumprir, o instrumento de medição, a forma de acompanhamento, a periodicidade da execução das atividades, as faixas de ajuste no pagamento e sanções, de modo a viabilizar a mensuração dos resultados ou o atendimento de níveis de serviço para o pagamento da contratada, suprimindo a possibilidade de remunerar as empresas com base apenas na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, conforme estabelece o art. 11 da IN SLTI/MP nº 02/2008;</p>			
<p>2- observar, nas contratações doravante, a jornada de trabalho estabelecida nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, abstando-se, assim, de remunerar a empresa contratada por horas em que os empregados alocados aos contratos não ficam à disposição da Administração, como por exemplo, a contratação de serviços em que a previsão prevista na CCT é para 44 horas semanais e o termo de referência prevê que a prestação de serviços ocorrerá em 40 horas semanais;</p>			
<p>3- estabelecer, observando o cronograma apresentado para a substituição dos atuais contratos de mão-de-obra terceirizada, termos de referência e instrumentos convocatórios dispostos, preferencialmente, na forma de Acordos de Nível de Serviços - ANS, conforme dispõe a IN/SLTI/MP nº 02/2008, § 3º, art. 11, adequando os pagamentos ao atendimento das metas na execução do serviço, com base no ANS e nos instrumentos de fiscalização e medição da qualidade definidos no projeto básico ou termo de referência;</p>			
<p>4- designar, formalmente, para cada localidade de execução dos serviços aqui tratados, um representante da Administração lotado na respectiva unidade, consignando todas as atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização de contratos por meio de portaria de nomeação do servidor, em atendimento ao contido nos Acórdãos nºs 2.632 e nº 468/2007, ambos Plenário, estabelecendo a obrigatoriedade de elaborar relatório de execução mensal a ser encaminhado ao servidor responsável pelo atesto das notas fiscais, de modo que este tenha conhecimento da execução contratual nos diversos Departamentos e Institutos da FUB e do cumprimento das obrigações avençadas pela empresa contratada, e, conseqüentemente, a obtenção de uma execução sem o acarretamento de prejuízo ao Erário;</p>			
<p>5- realizar, quando da análise do pedido de repactuação para fazer jus a variação de custos, pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em observância ao contido nos arts. 30, § 2º, e 40, § 2º, inciso I, ambos da IN SLTI/MP nº 02/2008.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Terceirização			
Síntese da Providência Adotada			
As providências em atendimento às Recomendações pertinentes a essa Constatação foram tratadas diretamente pela Diretoria de Terceirização do Decanato de Administração.			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.3	201306280	1.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Administração			
Descrição da Recomendação			
1- Aprimorar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Unidade de modo a garantir observância aos dispositivos legais, especialmente no que diz respeito à formalização dos processos de pagamento de despesas relacionadas a serviços terceirizados;			
2- promover ações de capacitação de seus servidores na área de gestão e fiscalização de contratos de terceirização, de modo a evitar que a Administração tenha imputada responsabilidade subsidiária por não observância das obrigações trabalhistas por parte das empresas contratadas, implementando eficiente gestão e fiscalização da execução contratual, exigindo para tanto as comprovações da efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas do mês anterior ao da emissão da nota fiscal apresentada, conforme estabelece a IN SLTI/MP nº 02/2008 nos itens 2.3, 2.5 e 2.6;			
3- exigir que as empresas prestadoras de serviços terceirizados apresentem, para cada competência, cópias das Guias da Previdência Social – GPS e que estas representem o montante informado na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, de modo a assegurar à Administração contratante que os valores recolhidos ao Erário representem de fato o valor devido;			
4- exigir que as empresas de serviços terceirizados apresentem, para cada competência, cópias das Guias da Previdência Social-GPS e que estas representem o montante informado na Guia de Recolhimentos do FGTS e Informações à Previdência Social- GFIP, de modo a assegurar à Administração contratante que os valores recolhidos ao Erário representem de fato o valor devido.			
5- manter, nos arquivos da Diretoria de Terceirização, toda documentação que sustenta a atestação dos serviços prestados, o que implica dizer que, além da exigência do estabelecido pelos itens 2.3, 2.5 e 2.6 da IN SLTI/MP nº 02/2008, devem constar a nota fiscal devidamente atestada, bem como os documentos de pagamento (Ordem Bancária) e de retenção dos tributos e do imposto municipal (ISSQN) emitidos pelo Sistema SIAFI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Terceirização			
Síntese da Providência Adotada			
As providências em atendimento às Recomendações pertinentes a essa Constatação foram tratadas diretamente pela Diretoria de Terceirização do Decanato de Administração			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.4	201306280	1.1.3.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Administração			
Descrição da Recomendação			
1- Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Unidade por meio de realização de ação de capacitação, visando qualificar o corpo técnico da Diretoria de Terceirização – Dter a realizar ateste das notas fiscais em conformidade com a execução contratual e em observância aos normativos legais;			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
2- realizar cotejamento dos pagamentos efetuados à Empresa Planalto Service por meio do Contrato nº 608/2010 desde a época da celebração contratual, tendo como referência os valores informados na planilha de custos e formação de preços a título de Risco de Acidente de Trabalho – RAT e o constante da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, providenciando, no caso da ocorrência de pagamento a maior à empresa contratada, o desconto nas faturas vencidas ou vincendas caso o contrato esteja em vigor ou por meio de cobrança administrativa no caso do contrato encontrar-se encerrado, dando ciência à contratada do fato e o prazo para manifestação quanto ao apontamento efetuado, em observância ao princípio da indisponibilidade do interesse público;			
3- realizar cotejamento dos pagamentos efetuados a todas as empresas prestadoras de serviços terceirizados contratadas junto à Universidade de Brasília – UnB nos últimos 05 anos, tendo como referência os valores informados na planilha de custos e formação de preços a título de Risco de Acidente de Trabalho – RAT e o constante da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, providenciando, no caso da ocorrência de pagamento a maior à empresa contratada, o desconto nas faturas vencidas ou vincendas caso o contrato esteja em vigor ou por meio de cobrança administrativa no caso do contrato encontrar-se encerrado, dando ciência às empresas contratadas do fato e o prazo para manifestação quanto ao apontamento efetuado, em observância ao princípio da indisponibilidade do interesse público;			
4- solicitar às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados anteriormente ao encerramento do exercício documentação comprobatória do percentual do Fator Acidentário do Previdenciário – FAP estabelecido pelo Ministério da Previdência Social – MPS para produção de efeitos tributários a partir do exercício seguinte, normalmente em 1º de janeiro, e providenciar, se for o caso, apostilamento para fazer jus a variação do valor contratual em face da alteração das alíquotas do referido Fator, consoante ao contido no art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993;			
5- realizar, quando da concessão da repactuação para fazer jus a variação de custos, pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em observância ao contido nos arts. 30, § 2º, e 40, § 2º, inciso I, ambos da IN SLTI/MP nº 02/2008.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Terceirização			
Síntese da Providência Adotada			
As providências em atendimento às Recomendações pertinentes a essa Constatação foram tratadas diretamente pela Diretoria de Terceirização do Decanato de Administração			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.5	201306280	1.1.3.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Administração			
Descrição da Recomendação			
1- Designar, formalmente, para cada localidade de execução dos serviços de prestação continuada, um representante da Administração lotado na respectiva Unidade, consignando suas atribuições gerais e específicas, de acordo com a natureza dos serviços, e a obrigatoriedade de elaborar relatório de execução mensal a ser encaminhado ao servidor responsável pelo atesto das notas fiscais, de modo que este tenha conhecimento do cumprimento das obrigações avençadas pela empresa contratada, e, conseqüentemente, obtenha uma execução sem o acarretamento de prejuízo ao Erário;			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
2- designar, formalmente, para cada localidade de execução dos serviços de prestação continuada, um representante da Administração lotado na respectiva Unidade, consignando suas atribuições gerais e específicas, de acordo com a natureza dos serviços, e a obrigatoriedade de elaborar relatório de execução mensal a ser encaminhado ao servidor responsável pelo atesto das notas fiscais, de modo que este tenha conhecimento do cumprimento das obrigações avençadas pela empresa contratada, e, conseqüentemente, obtenha uma execução sem o acarretamento de prejuízo ao Erário;			
3- para o ofício de fiscal de contrato de modo a qualificá-lo no acompanhamento, promover ações de capacitação técnica junto aos servidores designados e fiscalização dos contratos de serviços contínuos de acordo com a IN SLTI/MP nº 02/2008, regras trabalhistas, decisões do Tribunal de Contas da União e a Portaria TCU nº 297/2012, focando nos entendimentos legislativos, jurisprudenciais e administrativos e propondo melhores práticas, rotinas de fiscalização e documentos a serem exigidos como forma de prevenção da responsabilidade trabalhista prevista na nova redação da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho;			
4- inserir, em cada processo administrativo de contratação de prestação de serviços continuados, o ato normativo que designe o fiscal do contrato resultante do procedimento licitatório para o seu acompanhamento e fiscalização, bem como o de suas respectivas atribuições;			
5- estabelecer todas as atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização e gestão de contratos de serviços terceirizados tendo como referência o disposto no Anexo IV da IN SLTI/MP nº 02/2008 e na Portaria TCU nº 0297/2012, consignando-as na portaria de nomeação do servidor ou em qualquer outro ato administrativo - resolução ou instrução, de modo que a cada nomeação de servidor para atuar como fiscal ou gestor do contrato de serviços terceirizados sejam estabelecidas todas as atribuições gerais e específicas inerentes ao ofício previsto pelo art. 67 da Lei nº 8.666/1993, em obediência ao que estabelece o Acórdão nº 2.632-2007, Plenário, do Tribunal de Contas da União.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Terceirização			
Síntese da Providência Adotada			
As providências em atendimento às Recomendações pertinentes a essa Constatação foram tratadas diretamente pela Diretoria de Terceirização do Decanato de Administração.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.6	201306280	1.1.3.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Administração			
Descrição da Recomendação			
1- Implementar mecanismos de controles internos administrativos suficientes/adequados de modo a garantir/resguardar a Administração de que as empresas contratadas estejam, de fato, honrando as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas dos empregados alocados nos contratos celebrados junto a essa Instituição de ensino, priorizando a gestão e a fiscalização in loco desses contratos, adotando como referência os mandamentos preconizados no Anexo IV da IN SLTI/MP nº 02/2008 e na Portaria TCU nº 297/2012;			
2- estabelecer procedimentos administrativos destinados à verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o cumprimento do objeto do contrato; e da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária das empresas contratadas;			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
3 - adotar nos próximos procedimentos licitatórios a serem realizados para contratação de prestação de serviços terceirizados exigências relacionadas às regularidades fiscal, previdenciária, trabalhista; e às qualificações econômico-financeira, técnico-operacional e técnico-profissional, além do disposto nos arts. 29 a 31 da Lei nº 8.666/1993, o recomendado pelo Tribunal de Contas da União – TCU no Acórdão nº 1.214/2013, observando, para tanto, a razoabilidade das exigências aos tipos de serviços de natureza continuados contratados;			
5- promover alteração no fluxo da liquidação da despesa adotado pela Diretoria de Terceirização, de modo que a glosa a ser efetuada em virtude do descumprimento de cláusula contratual ocorra após as retenções tributárias estabelecidas pela IN RFB nº 1.234/2012, Lei nº 8.212/1991 e Lei Complementar nº 116/2003, cuja base de cálculo é o valor bruto da nota fiscal ou fatura apresentado pela empresa após o encerramento do mês, sendo esse valor estabelecido em cláusula contratual, e sem qualquer dedução, exceto quando houver previsão legal, em observância ao Princípio da Legalidade;			
6- promover ações de capacitação técnica junto aos servidores designados para o ofício de fiscal e gestor de contrato de modo a qualificá-los no acompanhamento e fiscalização dos contratos de serviços contínuos de acordo com o estabelecido pela IN SLTI/MP nº 02/2008 e as decisões do Tribunal de Contas da União, em especial a Portaria nº 297/2012, propondo melhores práticas, rotinas de fiscalização e documentos a serem exigidos como forma de prevenção da responsabilidade trabalhista conforme a nova redação da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho;			
7- adequar por meio de termos aditivos os contratos vigentes referentes à prestação de serviços terceirizados ao quantitativo de postos que efetivamente utilizados, haja vista ser vedado o contrato do tipo verbal, consoante o estabelecido pela Lei nº 8.666/1993 em seu art. 60, parágrafo único;			
8- adequar por meio de termos aditivos os contratos vigentes referentes à prestação de serviços terceirizados ao quantitativo de postos que efetivamente utilizados, haja vista ser vedado o contrato do tipo verbal, consoante o estabelecido pela Lei nº 8.666/1993 em seu art. 60, parágrafo único;			
09- registrar, no Sistema Siafi, as garantias contratuais exigidas das empresas vencedoras nos certames licitatórios com amparo no art. 56 da lei nº 8.666/1993 na conta contábil respectiva, conforme dispõe o Manual Siafi no Assunto 021126 - Depósitos em Garantia;			
10- designar servidores para desempenhar a função de gestores dos contratos administrativos relacionados à prestação de serviços terceirizados, de modo que possam, de fato, desempenhar o ofício exigido para a função, como, por exemplo, analisar a documentação trabalhista, previdenciária e fiscal apresentada pelas empresas contratadas			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Terceirização			
Síntese da Providência Adotada			
As providências em atendimento às Recomendações pertinentes a essa Constatação foram tratadas diretamente pela Diretoria de Terceirização do Decanato de Administração.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201305679	2.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Decanato de Administração			
Descrição da Recomendação			
1- Alocar, na Unidade de Auditoria Interna, servidores em número adequado e de formação acadêmica multidisciplinar, de modo a permitir a realização das atividades inerentes a esse Setor, especialmente as previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, ao tempo de permitir opinar sobre a gestão, além de contribuir para a melhoria de sua eficácia;			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
2- atuar, de forma mais efetiva, na avaliação e aperfeiçoamento dos controles internos das Unidades que compõem a estrutura da Fundação Universidade de Brasília, dimensionando os riscos associados aos principais processos da entidade auditada, de modo a mitigá-los, permitindo, assim, agregar valor à gestão, contribuir para a melhoria de sua eficácia e auxiliar o gestor;			
3- realizar ações de capacitação com os servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna, de preferência na forma presencial, abordando as diversidades de temas inerentes às atividades diárias requeridas para o exercício de ofício de auditoria, de modo a permitir melhor qualificação técnica na análise dos processos de contratação voltados para temas específicos e relevantes das Unidades que compõe a estrutura da Fundação Universidade de Brasília – FUB;			
4- atuar, por meio do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT ou por outro instrumento qualquer, junto às áreas relevantes e aos temas de grande materialidade e criticidade da Fundação Universidade de Brasília - FUB, de modo a opinar sobre a gestão, além de contribuir para a melhoria de sua eficácia.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas			
Auditoria Interna para as demais Recomendações da Constatação 2.2.1.1			
Síntese da Providência Adotada			
1- O Decanato de Gestão de Pessoas destinou 07(sete) Servidores para recompor a Equipe Técnica da Auditoria Interna, decorrentes do Concurso Público realizado no último dia 13/10/2013.			
Em relação à Recomendação 2 a Auditoria Interna, já no PAINT/2013 priorizou as atividades de Avaliação dos Controles Internos Administrativos das Unidades auditadas. Essa prioridade ficou mais evidenciada no PAINT/2014 com a destinação maior de carga horária a essa atividade.			
Em relação à Recomendação 3, é importante frisar que sempre consta do seu Plano Anual de Atividades as Ações de Capacitação dos Servidores da Auditoria Interna. Para o Exercício de 2014, em virtude dos novos Servidores ingressantes na Unidade, foram destinadas 974 horas de capacitação da Equipe.			
No que tange à Recomendação 4, a atuação da Auditoria Interna sempre atuou com base nas atividades previstas em seu Plano Anual de Atividades.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.1	201305679	2.2.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação			
1- Rever a estrutura regimental da Fundação Universidade de Brasília - FUB, enviando proposta ao Conselho Universitário - CONSUNI, de modo a subordinar formalmente a Unidade de Auditoria Interna ao Conselho Diretor, conferindo, assim, independência a sua atuação, nos termos do art. 15, § 4º do Decreto nº 3.591/2000;			
2- propor alterações que julgar necessárias no Regimento Geral da Universidade de Brasília - UnB ao Conselho Universitário - CONSUNI, de modo a conferir à Unidade de Auditoria Interna independência estrutural e regimental, como por exemplo, as revisões dos arts. 17, inciso IV, e 18, inciso XVI.			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhada, por meio de Despacho AUD 62/2013, Proposta de Regimento Interno da Auditoria Interna propondo sua vinculação ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Proposta de Regimento Interno vinculando a Auditoria Interna ao Conselho Diretor da FUB encontra-se no Gabinete do Reitor para os trâmites pertinentes visando sua aprovação.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.2	201305679	2.2.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação			
1- Orientar a Unidade de Auditoria Interna de abster-se de emitir parecer técnico de cunho gerencial, haja vista não revestir-se de legalidade e contrariar o princípio da segregação de funções e a independência funcional da própria Unidade de Auditoria Interna;			
2- orientar as áreas técnicas da necessidade de realizar ações de capacitação voltadas a mitigar as carências técnicas de seus servidores, permitindo, assim, uma análise segura sobre os assuntos inseridos em suas competências, abstendo-se, assim, de demandar à Unidade de Auditoria Interna posicionamento técnico que importe na prática de atos de gestão;			
3- orientar a Unidade de Auditoria Interna a promover a realização de ações de controle de modo a aferir os controles primários estabelecidos pelo gestor, visando, entre outros aspectos, garantir maior eficiência dos processos internos; favorecer aderência às normas internas; promover uma maior conscientização dos gestores sobre a importância do gerenciamento de riscos e controles internos e identificar os riscos das atividades desenvolvidas pela entidade; e propor alternativas para gerenciá-los.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
O Magnífico Reitor encaminhou Despacho à Auditoria Interna determinando o cumprimento da Recomendação 001 e 003. Em relação à Recomendação 002 foi dado cumprimento pela Auditoria Interna por meio de seus Relatórios.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.3	201305679	2.2.1.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação			
1- Fazer gestão junto ao setor responsável nessa Universidade de Brasília pela aprovação do regimento interno da Unidade de Auditoria Interna, de modo a serem estabelecidas, entre outros aspectos, os seus objetivos, competências e composição, visando a garantir o desempenho efetivo de sua missão institucional;			
2- apresentar a esta Coordenação-Geral de Auditoria, quando aprovada, as cópias dos manuais internos, procedimentos sistematizados ou normas de execução disciplinando a atividade da Unidade de Auditoria Interna.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			
Síntese da Providência Adotada			
A Auditoria Interna encaminhou ao Magnífico Reitor, por meio de Despacho AUD 62/2013 Proposta de Regimento Interno, de Manual de Auditoria Interna e de Código de Ética dos Servidores da Auditoria Interna para os trâmites visando sua aprovação.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.4	201305679	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Contabilidade e Finanças do Decanato de Administração			
Descrição da Recomendação			
1- Estabelecer controles internos administrativos na Unidade de modo a evitar a realização de despesas sem as devidas coberturas orçamentária e contratual, em obediência, respectivamente, ao que prevê o art. 60 da Lei nº 4.320/1964 e parágrafo único, art. 60, da Lei nº 8.666/1993, bem como efetuar, tempestivamente, o registro dessas despesas na conta contábil apropriada no caso de sua ocorrência, em obediência ao contido na Nota Técnica nº 2.309 - GENOC/CCONT - STN, de 28 de dezembro de 2007, e descrito pela Macro Função Siafi 021140;			
2 - apurar a responsabilidade em desfavor dos agentes públicos que autorizaram a realização das despesas aqui tratadas sem as respectivas coberturas orçamentárias e contratuais, em observância ao contido nos Pareceres nºs 181/2012, 675/2012 e 030/2013 da lavra da Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade de Brasília e no Memorando DCO nº 004/2012 do Decano de Administração, bem como em obediência ao estabelecido no art. 143 da Lei nº 8.112/1990.			

Continua



Anexo D: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

(Continuação)

Recomendações do OCI	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Contabilidade e Finanças do Decanato de Administração	
Síntese da Providência Adotada	
As informações a respeito da Recomendação constam do Plano de Providências Permanente da FUB 2013/2012	

Fonte: Auditoria Interna, 2014.



Anexo E: Declaração de Informações no SICONV e SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, Cecília Estela Ferreira da Silva Cesar, CPF nº112.067.338-02, Diretora de Apoio a Projetos Acadêmicos, na DPA/DAF/FUB, declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

Cecília Estela Ferreira da Silva Cesar

112.067.338-02

DPA/DAF/FUB

Nota: O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) "deve ser obrigatoriamente utilizado em todos os atos de celebração, execução, acompanhamento e prestação de contas de convênios e contratos de repasse (SICONV), firmados com recursos da União". Todavia, uma vez que a FUB é uma instituição predominantemente conveniente, no ano de 2013, não foram identificados, na DPA, instrumentos passíveis de registro no SICONV, os quais teriam a FUB como entidade concedente.



Anexo F: Declaração que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Fundação Universidade de Brasília		154040	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixas e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Os demonstrativos contábeis que não constam do SIAFI (Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico) não estão atestados, conforme dispôs a mensagem SIAFI 2013/0473715 emitida pela UG 170999 em 21/02/2013. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31/12/2013
Contador Responsável	Tiago Mota dos Santos	CRC n.º	16101/0-3 DF

Fonte: DCF, 2013.